LOURENÇO HEITOR CHAVES DE ALMEIDA

Ex-BOLSEIRO DO INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A OBJECTIVIDADE PRATICO-TEÓRICA DA REPRESENTAÇÃO CARTESIANA DA UNIÃO DA ALMA E DO CORPO

Uma opção metodológica em História da Filosofia

VOLUME I

Dissertação de Doutoramento em Filosofia Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a direcção do Professor Jean-Marc GABAUDE da Universidade de Toulouse-le-Mirail (França)

PORTO

1988

"Neque credetis, nisi lubet, rem ita se habere; sed quid impediet quominus easdem suppositiones sequamini, si appareat nihil illas ex rerum veritate minuere, sed tantùm reddere omnia longè clariora?"

(DESCARTES, Regulae ad Directionem Ingenii, XII, AT, X, p.412)(*).

(*)"Se não quiserdes, não acrediteis que isto seja assim; mas o que é que vos impedirá de admitir as mesmas hipóteses, se se manifestar que elas não retiram nada à verdade das coisas, mas somente tornam tudo muito mais claro?"

NOTA PRÉVIA

I - ACERCA DA OPÇÃO METODOLÓGICA

1. O insólito da opção metodológica

O texto que se segue não é um texto cómodo de ler, mesmo para quem esteja largamente familiarizado com a história da filosofia. Não é um texto hermético, mas o percurso teórico e metodológico a que convida o seu leitor é um percurso que está normalmente ausente da construção da história da filosofia.

O simples facto da novidade deste percurso - o insólito da opção metodológica que determinou a investigação que aquele texto comunica - priva o leitor do apoio de esquemas operatórios já consagrados pela prática da construção da história da filosofia e interiorizados em automatismos. Esta situação foi igualmente experimentada pelo próprio sujeito de conhecimento constituinte desta investigação, apesar ter sido ele mesmo quem elaborou a opção metodológica em causa.

Este insólito-metodológico/privação-de-instrumentos-já-elaborados implica, como é óbvio, um maior investimento de tempo e de energias, para percursos gnosiológicos quantitativamente equivalentes àqueles que sejam efectuados segundo opções metodológicas onde aquele insólito/privação não se dê. Pois, ele impôs ao sujeito de conhecimento que constituiu a

investigação em causa não só a construção de novos instrumentos de trabalho e de novas formas de aplicação de instrumentos de trabalho, mas também uma reflexão particularmente intensa e permanente no decurso do uso destes instrumentos, em consequência de aquele sujeito se encontrar perante uma situação que lhe era nova. Uma situação análoga é fortemente provável que se dê em relação ao leitor deste texto, igualmente com a correspondente necessidade de uma reflexão suplementar no decurso do uso dos referidos instrumentos de trabalho.

No intuito de minorar, em relação ao leitor, os efeitos do insólito metodológico acabado de referir, faz-se aqui uma apresentação esquemática suplementar da opção metodológica que regulou a constituição da investigação cuja exposição é o objecto do texto em causa. Juntar-se-ão a esta apresentação esquemática ainda alguns esclarecimentos julgados úteis para a leitura do mesmo texto e recomenda-se uma leitura particularmente reflectida da INTRODUÇÃO, da I e II PARTES da exposição da investigação em causa.

2. Apresentação esquemática da opção metodológica.

a) Constituir uma representação hipotética do objecto-problema. Esta representação hipotética é elaborada a partir de dados de uma observação atenta e reflectida do objecto que se apresenta problemático ao sujeito de conhecimento em causa; de determinações constituintes decorrentes da natureza operatória deste sujeito de conhecimento; de elementos teóricos admitidos pelo mesmo sujeito de conhecimento. Esta primeira fase de elaboração da investigação é - salienta-se aqui insistentemente - uma mera hipótese, por conseguinte sem qualquer compromisso definitivo de adequação ao conteúdo mesmo do objecto em causa;

b) Avaliar - através de procedimentos metodológicos julgados suficientes - o grau de adequação do conteúdo da hipótese acima referida ao conteúdo do objecto em causa;

c) A invocação/concepção da constituição geral do pensamento filosófico de Descartes e a determinação de uma relação constituinte entre esta constituição geral e os caracteres problemáticos do objecto-problema. Este componente da opção metodológica em causa resulta da perspectiva em que aquele objecto foi considerado problemático (cf. infra, Introd., 1.3.);

d) A invocação e emprego metodológico de uma teoria geral relativa à constituição da obra cultural em geral (como instrumento metodológico para fundamentar teoricamente a valorização constituinte de certos componentes do objecto-problema e de certas relações estabelecidas/admitidas entre eles);

e) A admissão de um princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes. Este princípio será a devido tempo apresentado. Aqui pretende-se somente alertar o leitor para um componente fundamental da opção metodológica em causa e para a natureza algo insólita deste componente e do modo como é posto. Inicialmente é admitido como uma hipótese, fundamentada na admissão (teoricamente integrada no decurso da investigação em causa) de que toda a obra cultural tem uma coerência funcional (mais ou menos perfeitamente concretizada na realidade individual de cada obra cultural). Isto é admite-se, como posteriormente se exporá com mais detalhe (cf.infra, I, § 2.3.1.), que cada obra cultural se constroi em função de uma visão muito geral do mundo, a qual, nos seus componentes nucleares, é anterior a essa obra. Assim, o princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes acima referido é inicialmente posto como uma expressão sintética de uma representação geral do mundo (ou pelo menos de alguns dos seus

componentes fundamentais) que este pensamento filosófico, enquanto obra cultural, exprime e reelabora. Por conseguinte, convida-se desde já o leitor a não conceber este princípio geral constituinte como uma ideia geral que contenha na sua extensão todo o pensamento filosófico de Descartes, ou um princípio metodológico (expresso, ou não) que regule a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, ou simplesmente a constituição do pensamento logicamente válido. É um enunciado de conteúdo complexo que exprime condições muito gerais (talvez mesmo as condições mais gerais) da determinação em geral, da natureza gnosiológica e do conteúdo de uma obra filosófica (o pensamento filosófico de Descartes).

Dado, por um lado, o facto de que este princípio é inicialmente posto como uma hipótese e, por outro lado, a função que lhe é (hipoteticamente) atribuída na constituição do pensamento filosófico de Descartes e o uso metodológico que dele se pretende fazer, para construir a solução do problema capital da investigação em causa, torna-se metodologicamente necessário fazer a avaliação do grau da sua conformidade com a constituição mesma do pensamento filosófico de Descartes, expresso nos seus escritos. Esta avaliação é o objecto da III Parte da exposição que se segue.

3. Razões/motivações da opção metodológica.

3.1. Razões/motivações relativas ao conteúdo mais geral da opção metodológica.

a) Uma convicção de que a produção filosófica é um fenómeno simultaneamente determinado por factores radicados num homem-indivíduo (o seu autor) e num colectivo, onde este homem-indivíduo se insere;

b) (consequentemente) a história da filosofia, concebida como um conhecimento explicativo e/ou compreensivo de um ser diversificado - o pensamento filosófico nas suas determinações particularizadas - não poderá realizar adequadamente o seu objectivo em muitas das suas ocorrências, se não forem integradas, no conhecimento que constroi, factores de naturezas heterogéneas e em relações constituintes complexas, não desveláveis à simples observação;

c) a construção de um conhecimento que satisfaça estas condições implica uma participação muito acentuada do sujeito que o constitui, através nomeadamente da valorização operatória de elementos do real a fazer participar nesta construção e através da valorização operatória de relações constituintes estabelecidas/admitidas entre tais elementos;

d) as valorizações operatórias próprias de qualquer destes dois géneros são, como é comummente sabido, acentuadamente função da perspectiva em que o sujeito de conhecimento considera o objecto a conhecer. Assim, afigura-se metodologicamente conveniente - senão mesmo necessário - criar um conjunto de condições metodológicas que tornem claramente manifesto, por um lado, a perspectiva em que o sujeito de conhecimento considera aquele objecto e, por outro lado, os procedimentos metodológicos/constituintes que ele desenvolva na construção gnosiológica que efectue;

e) a separação metodológica/operatória da fase mais acentuadamente determinada pela actividade e natureza do sujeito - que é, segundo a opção metodológica em causa, a construção da hipótese explicativa - da fase mais acentuadamente dependente dos dados de observação do objecto a conhecer - a verificação daquela hipótese - constitui um meio auxiliar para estabelecer uma distinção clara entre o contributo do sujeito de conhecimento e o contributo do objecto a conhecer para a constituição do conhecimento visado. E assim aquela separação é um meio auxiliar para, num primeiro

momento, aquele sujeito apreender e avaliar a consistência gnosiológica da sua própria actividade e, num segundo momento, todos os sujeitos de conhecimento possíveis refazerem o caminho percorrido por aquele sujeito para, por si, poderem avaliar este mesmo caminho e os seus pontos de chegada, isto é a consistência gnosiológica dos conhecimentos constituídos.

f) A invocação de uma teoria geral relativa à constituição da obra cultural em geral, como um instrumento metodológico para a construção da investigação a efectuar, é uma consequência da necessidade teórica de reduzir - neutralizar mesmo - a contingência, em primeiro lugar, da perspectiva segundo a qual o sujeito de conhecimento considera o objecto a conhecer e, em segundo lugar, da escolha do género de relações admitidas/estabelecidas na constituição do conhecimento que se pretende construir. Pois uma tal teoria geral é um conhecimento - constituído em condições consideradas de objectividade - das condições gerais da constituição do objecto a conhecer.

3.2. Razões/motivações relativas à aplicação da opção metodológica a problemas postos pela representação cartesiana da união da alma e do corpo.

Tal como se exporá na INTRODUÇÃO da exposição que se segue, as condições em que a representação cartesiana da união da alma e do corpo se pôs como problema, para o sujeito de conhecimento constituinte da investigação/exposição em causa, implicam uma participação constituinte muito acentuada daquele sujeito, aparecendo mesmo como metodologicamente necessário, por um lado, fazer a identificação de uma, ou mais condições gerais (princípio(s)) da constituição do todo teórico em que aquela representação cartesiana se apresenta inserida (o pensamento filosófico de Descartes) e, por outro lado, determinar relações constituintes entre aquelas condições gerais, ou princípios, e a constituição daquela mesma

representação cartesiana

Assim, tornou-se manifesto: em primeiro lugar - a necessidade metodológica de que a investigação a efectuar se apoie num aparelho metodológico que ponha simultaneamente condições favoráveis à realização da referida participação forte do sujeito de conhecimento e meios de controle da qualidade gnosiológica desta participação, nomeadamente a avaliação do grau de conformidade dos resultados de tal participação com a realidade mesma do objecto a conhecer; em segundo lugar - a adequação da opção metodológica em causa à função de núcleo capital do aparelho metológico da investigação acabada de referir, em consequência da natureza dos componentes daquela opção.

Deve ainda acrescentar-se que a primeira das duas ordens de "razões/motivações" acabadas de enunciar teve uma posição dominante na determinação da constituição da investigação cuja exposição se segue, sendo a segunda - a procura de soluções para dificuldades teóricas postas pela representação cartesiana da união da alma e do corpo, através da aplicação da opção metodológica em causa - um meio de realização da primeira. Pois, a motivação capital daquela investigação reside na procura de novos procedimentos metodológicos para a construção da história da filosofia, procura esta que se entendeu ser metodologicamente conveniente que ela fosse efectuada predominantemente através da prática efectiva da história da filosofia, ensaiando novos procedimentos metodológicos - concebidos por uma reflexão prévia - na busca de soluções para um problema real. Esta situação de investigação-experiência, ou construção-avaliação de novos procedimentos metodológicos, explica alguns caracteres do desenvolvimento da investigação em causa, nomeadamente alguns dos componentes deste desenvolvimento, os quais, poderão eventualmente ser dispensados,ou abreviados

quando sujeito constituinte e leitores estejam assegurados das capacidades operatórias e do domínio prático dos procedimentos metodológicos que através desta investigação se procuram.

Com estes procedimentos não se pretende de modo algum substituir as metodologias actualmente praticadas na história da filosofia, mas tão somente criar meios complementares de investigação, que permitam, por um lado, ampliar o poder explicativo do sujeito de conhecimento na construção da história da filosofia, nomeadamente nos casos que impliquem pela sua natureza conjugações complexas de elementos heterogéneos e, por outro lado, permitam também uma avaliação eficaz da qualidade gnosiológica dos conhecimentos/explicações produzidas.

4. Insuficiências na realização da opção metodológica.

O nível de elaboração atingido pela investigação em causa é considerado insuficiente pelo seu próprio sujeito constituinte, tanto no que respeita à determinação acabada de uma metodologia para a história da filosofia, como no que respeita à resolução de um problema particular da história da filosofia (a superação das dificuldades teóricas postas pela representação cartesiana da união da alma e do corpo).

A comunicação dos resultados já atingidos pela investigação em causa, sob a forma que agora assume, resulta como é sabido de factores estranhos ao processo constituinte desta mesma investigação e é feita contra vontade do sujeito que a realiza. Continuar no isolamento da reflexão/elaboração individual restrita não seria também a atitude mais fecunda para o avanço daquela investigação. O que se afigura útil seria efectuar breves comunicações, umas relativas ao conteúdo da opção metodológica que se

pretende inovadora, outras relativas a resultados já adquiridos através da aplicação desta opção, inclusivé interrogações sobre a validade parcial e/ou total desta mesma opção metodológica e dos procedimentos práticos usados na sua realização. Tais comunicações breves e diversificadas suscitariam por certo um diálogo que é legítimo imaginar que seria útil para o aperfeiçoamento da opção metodológica em causa.

De entre os objectivos parcelares não atingidos até este momento da construção da investigação em causa - e desejáveis de atingir - destacam-se os seguintes:

a) a verificação da hipótese teórica de que o princípio constituinte geral admitido em relação à constituição do pensamento filosófico de Descartes radica na natureza da formação sócio-económica que a burguesia europeia ascendente estava construindo ao tempo de Descartes. Esta verificação nem sequer se esboçou, porque para que ela atinja uma consistência metodológica que lhe confira uma credibilidade suficiente para superar o nível de mera hipótese ao enunciado da relação constituinte em causa, é necessário uma planificação metodológica própria e uma morosa investigação factual, sobre testemunhos directos da prática da referida classe social, naquele período. Pois as realizações mais manifestas desta prática são de natureza heterogénea relativamente ao objecto cuja radicação aí se procura (o referido princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes). Espera-se, no entanto, em momento posterior ter as condições necessárias para efectuar esta verificação.

b) a constituição de uma linguagem simples e adequada para exprimir e apoiar a concepção dos componentes do objecto da investigação em causa e das relações estabelecidas/admitidas entre eles. Na elaboração e expressão

da representação hipotética da constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo (cf. infra, II, 1.2.) ensaiou-se, ainda que de modo muito insipiente, o uso de alguns termos/conceitos componentes de uma linguagem própria. Estes termos/conceitos reaparecem na avaliação da consistência factual daquela representação hipotética, relativamente ao pensamento filosófico de Descartes, efectuada no decurso da IV Parte da exposição que se segue. A renúncia à elaboração de uma tal linguagem foi determinada por duas ordens de razões: primeira - a falta de tempo para, por um lado, a elaborar, de modo a que o seu uso se pudesse considerar inequivocamente vantajoso do ponto de vista metodológico e, por outro lado, para criar "automatismos" que tornassem rentável o seu emprego; segunda - a previsível resistência nos leitores, constituindo uma tal linguagem, na vez de um instrumento auxiliar de comunicação e de concepção, um obstáculo suplementar;

c) um nível de elaboração conceptual e de expressão onde se não dê a presença hipertrofiada do aparelho metodológico, nem interferências de outras opções metodológicas. Pois reconhece-se que em diversas passagens se deu claramente uma expressão hipertrofiada àquele aparelho, tanto para apoiar o próprio sujeito constituinte da investigação/exposição em causa através da sua nova experiência, como para apoiar o leitor perante o insólito do conteúdo e da forma da construção da mensagem que lhe é proposta.

Apesar destes propósitos de unicidade metodológica e de simplicidade de linguagem (não suficientemente realizadas na investigação em causa) não se pode esperar atingir aqui uma concepção e expressão profundamente simplificadas. Pois nesta investigação/exposição dão-se cumulativamente duas situações que dificultam nomeadamente a simplicidade de concepção e expressão: esta investigação/exposição é a primeira concretização, pelo sujeito que a realiza de uma opção metodológica nova, o que põe dificuldades

objectivas e subjectivas próprias de tal circunstância; a natureza mesma do objecto desta investigação/exposição põe a actividade do sujeito de conhecimento que a realiza a desenvolver-se em zonas de acesso e domínio gnosiológico difíceis (que são as zonas do real exploradas normalmente pelos filósofos e, por conseguinte, por todo o sujeito de conhecimento que tenha directamente por objecto da sua actividade o pensamento/conhecimento de um filósofo);

d) uma equivalência dos graus de elaboração de todos os componentes da investigação/exposição em causa. A constituição da opção metodológica que regulou a construção desta investigação e sua realização nesta investigação deram-se através de um tempo relativamente longo, alguns anos mesmo. Após uma primeira fase em que se estabeleceram os componentes fundamentais daquela opção metodológica, o exercício da sua aplicação criou condições para sucessivos ajustes nas suas concepção e formulação, com os consequentes efeitos na constituição dos diversos componentes da investigação que se ia produzindo através daquele exercício. Numa última fase da elaboração desta investigação, procedeu-se a uma remodelação dos seus componentes de realização mais antiga, não só para eliminar elementos tidos como inadequados, em função dos níveis de determinação atingidos na elaboração da opção metodológica em causa, e dos procedimentos práticos da sua aplicação, mas também para reduzir, na medida do possível, diferenças significativas na forma constituinte e grau de elaboração dos componentes da investigação em causa. No entanto, uma equivalência perfeita dos graus de elaboração e de expressão de todos aqueles componentes implicava uma reformulação muito profunda do trabalho já acumulado, o que não sendo inútil para o objectivo primordial visado - a constituição e aperfeiçoamento de um novo contributo metodológico para a história da filosofia - aparece como praticamente impossível, dada a urgência de apresentar os resultados desta investigação. Assim, o leitor encontrará algumas assimetrias de

contituição entre os componentes desta investigação, resultantes da sua própria história, as quais, no entanto, se crê não afectarem significativamente os resultados atingidos.

II - ÀCERCA DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

A identificação da cada obra no decurso da presente exposição - quer no corpo do texto, quer nas notas - será feita somente pelos elementos julgados suficientes para o seu reconhecimento inequívoco: imediato, se se tratar da obra comummente conhecida; mediato em todos os casos, através da consulta da "Bibliografia" da presente exposição.

A identificação das obras de Descartes será feita por siglas, cujo significado, apesar de suficientemente claro, explicitar-se-á aqui, bem assim como as siglas usadas para identificar as três edições usadas das obras de Descartes.

A localização de um texto na correspondência de Descartes será feita pelo enunciado do nome do correspondente em causa, da data da carta, seguida da identicação da edição usada, do volume e da página, ou páginas onde aquele texto se situe.

Siglas relativas às obras de Descartes

Descr. Corps. Hum.....- La Description du Corps Humain

Disc. Méth.....- Discours de la Méthode

Méd. .....- Méditat ons

Monde ..... - Le Monde, ou Traité de la Lumière.

Pass. ..... - Les Passions de l'Âme.

Préf. Princ. ..... - La lettre de l'auteur à celui qui a traduit le livre [os Principia Philosophiae].

Princ. ..... - Les Principes de la Philosophie.

Règl. ..... - Les Règles pour la Direction de l'Esprit.

Rép. ..... - Réponses aux Objections contre les Méditations.

Tr. Hom. ..... - L'Homme.

Os algarismos romanos, que seguem Disc. Méth., Princ. e Pass., identificam a parte da obra em causa; os que seguem Règl. e Méd. identificam a Regra e a Meditação. Os algarismos árabes que seguem os algarismos romanos acima referidos em Princ. e Pass. identificam o artigo em causa.

Siglas relativas a três edições das obras de Descartes

Éd. Alquié ..... - DESCARTES, Oeuvres Philosophiques, textes établies, présentés et annotés par Ferdinand Alquié, Paris, Garnier, tome I, 1963; tome II, 1966; tome III, 1973.

AT ..... - Oeuvres de Descartes publiées par Adam et Tannery, Paris, Leopold Cerf, 1897-1913, reeditadas por Paris, Vrin (em co-edição com o Centre Nacional de Recherche Scientifique).

AM ..... - DESCARTES. Correspondance, publiée avec une introduction et des notes par Charles Adam et G. Milhaud, Paris, PUF, 1936-1963 (8 tomos).

Oa algarismos romanos que seguem imediatamente estas siglas indicam o tomo. No caso dos tomos IX e XI de AT estes algarismos romanos serão seguidos imediatamente do algarismo árabe 1 ou 2, consoante se trate da primeira ou da segunda parte do tomo em causa.

Duas abreviaturas frequentemente empregues

Id. ..... - usa-se para indicar que a referência dada numa nota é idêntica em todos os seus elementos à da nota imediatamente anterior.

Ib. ..... - usa-se para indicar que a obra referida numa nota é a mesma que foi referida na nota imediatamente anterior, diferindo no entanto o seu tomo e/ou a sua parte, ou qualquer outro elemento significativo da referência, como parágrafo e/ou página. Assim, o uso de ib. implica indicação expressa dos restantes elementos de identificação necessários, ou simplesmente julgados úteis.

As referências para o interior da presente investigação.

Usar-se-á supra para designar, como é óbvio, passagens anteriores da presente exposição e infra, para designar passagens posteriores.

Qualquer destes termos será sempre seguido de um número romano - que indicará a parte da presente exposição onde a passagem em causa se situa - e de um ou mais algarismos árabes, que indicarão a divisão daquela parte. Normalmente seguir-se-á também a identificação da página, ou páginas.

*
* *

Antes de iniciar a apresentação deste trabalho quero exprimir de um modo particularizado o meu reconhecimento a todos aqueles que, de um modo significativo, contribuiram para a sua realização.

Assim - em primeiro lugar - quero testemunhar o meu agradecimento ao Professor Jean-Marc Gabaude da Universidade de Toulouse-le-Mirail (França) por ele ter aceite o encargo de dirigir a elaboração deste trabalho,quando em 1979 retomei de modo sistemático a investigação sobre o pensamento filosófico de Descartes; pelo seu tempo dispendido na leitura de cerca de mil páginas dactilografadas (frequentemente de leitura pouco cómoda), correspondentes a aproximações sucessivas na determinação (ainda agora imperfeita) da opção metodológica geral que regula a realização deste trabalho e na determinação dos seus procedimentos metodológicos; pelo seu acolhimento generoso e amigo quando dos vários encontros havidos no decurso do trabalho, para a sua discussão. Quero ainda testemunhar a minha admiração pelo Professor Jean-Marc Gabaude, pelo facto de que, apesar de não se identificar com a opção metodológica geral que por meio deste trabalho se procura ir construindo, nunca criou nenhum obstáculo à realização desta aventura metodológica, mesmo sem que ela tenha atingido o nível de elaboração previsto.

Quero recordar e agradecer o apoio da Professora Doutora Maria Carmelita Passos e Homem de Sousa, concretizado através de algumas trocas de impressões quando, nos finais dos anos setenta, eu procurava encontrar um caminho novo para retomar a minha prática de investigação da história da filosofia. Estas palavras não devem no entanto ser entendidas como indício de qualquer corresponsabilização na forma que a opção metodológica deste trabalho assumiu, dada a fase ainda muito incipiente da sua concepção ao tempo das referidas trocas de impressões.

O trabalho cuja exposição se segue e o seu projecto foram precedidos por um outro, que me ocupou no início dos anos setenta (tendo chegado a um estado médio de realização) e que teve como objecto geral o pensamento filosófico de Descartes sobre o homem. Tive mesmo uma bolsa de estudos do então Instituto de Alta Cultura para, durante um ano, fazer pesquisa bibliográfica na Biblioteca Nacional de Paris. O trabalho então realizado está subjacente, como é óbvio, àquele que agora se apresenta. Assim, quero aqui testemunhar o meu agradecimento ao Professor Doutor Eduardo Abranches de Soveral que foi o director daquele trabalho.

Quero aqui também recordar e agradecer o contributo da minha amiga Wiltrud Ulrike Drechsel, da Universidade de Bremen (R.F.A.), pondo generosamente à minha disposição inúmeros elementos bibliográficos necessários à elaboração da presente investigação.

Quero igualmente aqui recordar e agradecer a colaboração da minha amiga Maria Daniela Araújo Figueiredo, pela execução dactilográfica deste trabalho - não só na forma que ele aqui apresenta, como também numa sua versão francesa - nomeadamente pela dedicação que ela testemunhou através do esforço dispendido na parte final daquela execução, em pleno período de férias.

Quero finalmente agradecer a colaboração generosa do meu amigo Dr. João Adriano da Silva Monteiro da Cunha Azevedo, na correcção do texto deste trabalho.

PORTO, Agosto de 1988

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A determinação de um problema: o sujeito; o objecto; o problema.

I - OPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

1. A constituição geral e os limites do objecto operatório da presente investigação: hipótese de uma determinação geral da constituição do pensamento filosófico de Descartes por um princípio geral constituinte; a delimitação do objecto operatório da presente investigação.

2. Uma teoria geral integradora do objecto operatório da presente investigação: a necessidade metodológica de uma teoria geral integradora do objecto operatório da presente investigação; opções preliminares à admissão/constituição desta teoria geral; as condições gerais constituintes da obra cultural - exposição sumária de uma teoria.

3. Organização da investigação

II - A CONSTRUÇÃO TEÓRICA (hipotética) DO "OBJECTO" DO "PROBLEMA" DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO

0. Considerações metodológicas

1. Objecto modelo: um princípio constituinte geral (hipotético) do pensamento filosófico de Descartes; condições gerais relativas à constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo, integrada na representação cartesiana do homem (uma determinação hipotética).

2. O modelo teórico: considerações metodológicas; a integração do objecto modelo numa teoria geral (admitida) relativamente à constituição da obra cultural em geral.

III - A OBJECTIVIDADE FACTUAL DO MODELO TEÓRICO, RELATIVA À CONSTITUIÇÃO GERAL DO PENSAMENTO FILOSÓFICO DE DESCARTES

0. Considerações metodológicas

1. O princípio P e a constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes: o componente prático do princípio P e a constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes; o componente gnosiológico do princípio P e a constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes, relativos àquela actividade.

2. O princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento: o componente prático do princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento; o componente gnosiológico do princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações;

IV - A OBJECTIVIDADE PRÁTICO-TEÓRICA DA REPRESENTAÇÃO CARTESIANA DA UNIÃO DA ALMA E DO CORPO

0. Considerações metodológicas

1. A determinação do grau de conformidade de cada uma das condições gerais **dadas** - hipoteticamente admitidas, segundo o modelo teórico - relativas à constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo (considerada na sua integração na representação cartesiana do homem), com as suas homólogas, manifestadas pelos testemunhos de Descartes.

2. A determinação do grau de conformidade de cada uma das condições gerais **deduzidas** - hipoteticamente, segundo o modelo teórico - relativas à cons-

tituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo (considerada na sua integração na representação cartesiana do homem), com as suas homólogas, manifestadas pelos testemunhos de Descartes.

V - CONCLUSÃO

RESUMOS ANALÍTICOS

BIBLIOGRAFIA

INDICES

INTRODUÇÃO

1. A DETERMINAÇÃO DE UM PROBLEMA

Considerado em geral e do ponto de vista da sua constituição, um problema é a resultante de uma relação entre dois seres - um ser-sujeito e um ser-objecto - onde o segundo se põe para o primeiro como um obstáculo, eventualmente superável, à realização da natureza deste (o ser-sujeito) pela mediação de condições a determinar e/ou realizar por este mesmo ser (o que implica um conhecimento reflectido dos componentes desta relação, enquanto tais, e dos meios possíveis para a alterar, isto é para anular a resistência posta pelo "ser-objecto", enquanto um "ser-obstáculo".

Assim, a determinação de um problema não se pode efectuar a partir unicamente da identidade do "ser-objecto" (ou ser-obstáculo), pois que qualquer problema sendo, pela sua natureza geral, a resultante de uma relação entre dois seres, a sua identidade é função simultaneamente da identidade do seu "ser-sujeito" e da identidade do seu "ser-objecto".

Considerado mesmo o caso limite de um problema de conhecimento, isto é de um problema cujo "ser-objecto" (ou ser-obstáculo) seja um conhecimento - o que confina numa primeira instância a relação-problema em causa ao plano do conhecimento, como é o caso do problema a resolver na presente investigação - a simples determinação do "ser-sujeito" como sujeito de conhecimento não basta para determinar um problema (assim como é obvio que também não basta a simples determinação do "ser-objecto" como objecto de conhecimento).

No que respeita ao "ser-sujeito", aquela determinação não basta porque, considerado um ser enquanto constituinte de conhecimento, a sua natureza operatória - e é nesta dimensão que ele se põe em relação com o "ser-objecto"/obstáculo superável) - varia em função da forma geral de realizar a sua actividade, isto é de constituir conhecimento, forma esta que pode ser concebida como uma determinação geral epistemológica e/ou metodológica.

Nestas condições, a determinação do problema da presente investigação será precedida pelas determinações da identidade do "ser-sujeito" e da identidade do "ser-objecto" daquela relação.

Estes, para simplificar a expressão, passarão a ser designados na presente exposição somente por sujeito e objecto, sempre que tal designação não produza equívocos.

1.1. O sujeito

Admite-se que o sujeito do problema a resolver na presente investigação se identifica pela integração do seguinte conjunto de determinações operatórias/constituintes:

a) Constituir as representações dos objectos a conhecer em conformidade com os princípios gerais do pensamento (nomeadamente os princípios da identidade, não-contradição e razão suficiente);

b) Constituir as representações dos objectos a conhecer com clareza e distinção conceptuais (tanto no que respeita aos elementos constituintes destas representações, como no seu todo);

c) Constituir as representações dos objectos a conhecer por relações e/ou sistemas de relações;

d) Constituir as relações referidas na alínea anterior com necessidade formal, em função dos princípios gerais do pensamento e de princípios gerais

relativos à natureza específica do objecto em causa (tendência à unificação do conhecimento);

e)Constituir as representações dos objectos a conhecer por meio de séries de relações explicativas (isto é por relações estabelecidas segundo o princípio da causalidade eficiente, com o predomínio da categoria da unidade) e/ou por séries de relações compreensivas (isto é relações da integração de um ou mais objectos num conjunto determinado de objectos e/ou relações, como elementos constituintes deste conjunto, com o predomínio da categoria da totalidade);

f)Constituir asrepresentações dos objectos da experiência pela integração coerente (coerência funcional e/ou coerência lógica) da realização das determinações operatórias/constituintes, referidas nas alíneas anteriores, com os dados da observação metódica dos objectos respectivos (isto é constituir as representações daqueles objectos em conformidade simultaneamente com a totalidade daquelas determinações e com aqueles dados de observação metódica).

1.2. O objecto

O objecto do problema a resolver na presente investigação é a representação cartesiana da união da alma e do corpo - enquanto o conteúdo e a constituição desta representação, considerados no interior do conjunto teórico em que se dão (o pensamento filosófico de Descartes) - não aparecem em conformidade nem com os princípios e regras metodológicas fundamentais da constituição do conhecimento gnosiológicamente válido, estabelecidas para (e por) aquele mesmo conjunto teórico, nem com a natureza (operatória) do sujeito constituinte da presente investigação (cuja identidade foi estabelecida no parágrafo imediatemente anterior).

São as seguintes determinações imediatas do objecto da representação

cartesiana da união da alma e do corpo que fazem aparecer esta representação na situação de não-conformidade, ou irregularidade constituinte acabada de referir:

A. A união da alma e do corpo é uma relação de integração ontológica (1) e funcional/operatória entre dois seres de identidades próprias e determinadas pelas respectivas representações teóricas cartesianas (estabelecidas nos mesmos textos fundamentais em que Descartes põe aquela integração). Entre outras, são testemunho desta determinação da união da alma e do corpo as seguintes passagens dos escritos de Descartes:

a) A união da alma e do corpo é uma relação de integração ontológica: "eu não estou somente alojado no meu corpo, como um piloto no seu navio, mas, para além disto [...] estou muito estreitamente ligado a ele e de tal modo unido e misturado, que componho com ele como que um só todo" (2); em passagem homóloga do Discurso do Método, Descartes escrevera que esta relação da alma e do corpo compõe "um verdadeiro homem" (3) e, em textos complementares à primeira destas passagens, ele afirma que o corpo está substancialmente unido à alma (4) e que o homem que resulta desta união é um ser por si, em oposição a um ser por acidente (5).

b) A união da alma e do corpo é uma relação de integração funcional/operatória. Esta determinação da união da alma e do corpo é testemunha por todas as descrições/explicações cartesianas do conhecimento sensorial, dos movimentos voluntários e das paixões da alma, descrições/explicações estas de tal modo conhecidas que se torna inútil exemplificá-las aqui. Lembra-se aqui somente que o Tratado do Homem e o Tratado das Paixões da Alma são os escritos onde Descartes mais desenvolvidamente trata estes temas e que as Meditações - que são o testemunho cartesiano fundamental sobre a distinção da alma e do corpo e sobre a sua relação de integração ontológica - põem também a relação da

integração funcional/operatória destes componentes do homem (6).

B. As representações cartesianas da alma e do corpo não põem, por si mesmas, condições suficientes para constituir uma representação clara e distinta da união da alma e do corpo, enquanto relação de integração ontológica e funcional/operatória daqueles componentes do homem.

Segundo Descartes, tal como é sabido, a alma humana é uma substância una/homogénea, não-extensa e cuja essência não é senão pensar; o corpo humano é, por um lado, uma substância, ontologicamente redutível à matéria/extensão (determinável em comprimento, largura e altura e divisível até ao infinito) e, por outro lado, um conjunto de elementos diversificados (segundo a determinabilidade da matéria/extensão), mas funcional/operatóriamente unificado, segundo os princípios da mecânica universal (7).

Assim, a realidade mesma da alma aparece posta de modo insuficientemente determinado para que se possa constituir uma representação clara e distinta da sua participação na relação de integração ontológica e funcional/operatória que é a união da alma e do corpo: aquela realidade não apresenta determinações internas (ela é una/homogénea) e não é concebida com o apoio de qualquer aparelho conceptual formal que permita pensar determinações suficientemente precisas no seu conteúdo (como ocorre com a representação cartesiana do corpo humano). Além disto, naquilo em que a realidade da alma é determinada, ela define-se pela sua oposição à natureza da realidade mesma do corpo, não apresentando assim nenhum elemento que permita conceber, de modo claro e distinto, as relações que estas duas realidades possam estabelecer entre si, na sua relação de integração ontológica e funcional/operatória, constituinte de um novo ser - o homem.

Estas determinações postas por Descartes relativamente à constituição da

alma e do corpo humanos não tornam a relação de integração ontológica e funcional/operatória destes dois componentes do homem necessàriamente impensável em definitivo, mas, por si sós, enquanto condições constituintes daquela relação de integração, não bastam para que tal relação seja pensável com clareza e distinção.

C. As condições constituintes próprias da união da alma e do corpo - enquanto relação de integração ontológica e funcional/operatória - explicitamente postas por Descartes, não são suficientes para superar a dificuldade de representar com clareza e distinção a realidade do objecto da representação cartesiana da união da alma e do corpo, dificuldade esta resultante das determinações constituintes da alma e do corpo, tal como se acabou de mostrar. Assim:

a) no que respeita às condições constituintes próprias da relação de integração ontológica da alma e do corpo, explicitamente postas por Descartes. Estas condições reduzem-se à determinação daquela relação de integração como uma unidade de composição (8), isto é uma relação em que os seus membros (a alma e o corpo) constituam um novo ser, e conservem nele as suas identidades próprias, podendo assim vir a ser separados um do outro, "pelo menos pelo poder infinito de Deus"(9). Esta determinação explícita da união da alma e do corpo enquanto relação de dois seres tem a vantagem de esclarecer a posição de Descartes sobre este ponto do seu pensamento, no entanto ela não traz nada de novo para superar a dificuldade de conceber com clareza e distinção as relações que a alma e o corpo estabelecem entre si na sua integração enquanto seres. Uma tal determinação não faz mais do que pôr, de modo directo e conciso, as condições anteriormente estabelecidas por Descartes relativamente a esta relação (e que a deixaram insuficientemente determinada) sem nada acrescentar sobre a participação de cada um dos membros da relação em causa, na constituição

desta mesma relação e, assim, sem nada acrescentar também sobre a possibilidade de conceber tal relação com clareza e distinção;

b) no que respeita às condições constituintes próprias da relação de integração funcional/operatória da alma e do corpo, explicitamente postas por Descartes. Estas condições consistem, por um lado, na determinação daquela relação de integração como um componente de séries causais (as séries causais que constituem/explicam cada um dos conhecimentos sensoriais, dos movimentos voluntários e cada uma das paixões da alma (10)) e, por outro lado, na determinação geral dos "contributos" do corpo e da alma, enquanto membros daquela mesma relação de integração funcional/operatória.

A determinação geral do "contributo" do corpo para a sua relação de integração funcional/operatória com a alma consistem em:

- uma atribuição ao corpo das funções diversificáveis de causa eficiente e de efeito - consoante a série causal em que aquele "contributo" se dá, se inicia, ou termina no corpo - relativamente à alma;
- uma localização da realização destas funções de causa eficiente e de efeito na glândula pineal;
- uma redução operatória destas mesmas funções a figuras e a movimentos bem determináveis (ainda que não bem determinados por Descartes) daquela glândula, isto é a alterações de posição daquela glândula, relativamente a pontos do interior da concavidade do cérebro, onde Descartes a situa (11).

Trata-se pois de uma determinação deste "contributo" do corpo que torna possível a sua delimitação/representação precisa, com o apoio de aparelhos conceptuais formais rigorosamente construídos, como a geometria e a mecânica implicitas na determinação geral cartesiana deste mesmo "contributo", embora Descartes não chegue a estabelecer determinações exactas daqueles

movimentos, nem para casos individuais, nem para casos específicos. No entanto, ele põe as condições teóricas dessas determinações, pelo conjunto teórico em que as situa.

A determinação geral do "contributo" da alma para a sua relação de integração funcional/operatória com o corpo consiste, por uma lado, também na atribuição à alma das funções diversificáveis de causa eficiente e de efeito - consoante a série causal em que aquele "contributo" se dá, se inicia, ou termina na alma - relativamente ao corpo e, por outro lado, num apelo à experiência interior do homem, para estabelecer a identidade das diversificações específicas deste "contributo", pondo cada uma destas diversificações na sua globalidade, como todos acabados, sem fazer a sua determinação analítica e sem qualquer apoio de um aparelho conceptual formal que permita a sua delimitação/representação precisa, como ocorre com a determinação do "contributo" do corpo para a relação em causa: "todas as vezes que ela [a glândula pineal] se coloca do mesmo modo, ela faz sentir a mesma coisa ao espírito" (12); "toda a acção da alma consiste nisto, que somente pelo facto de ela querer alguma coisa, ela faz com que a pequena glândula, à qual ela está estreitamente junta, se mova do modo que é requerido para produzir o efeito que se reporta a esta vontade" (13); "eles [os espíritos animais] excitam um movimento particular nesta glândula, o qual é instituído pela natureza para fazer sentir à alma esta paixão [a do medo]" (14).

Nestas condições, um dos membros da relação de integração funcional/operatória da alma e do corpo fica insuficientemente determinado para que dele se possa ter uma representação clara e distinta e, por conseguinte, a relação de integração em causa, considerada no seu todo, é atingida por aquela insuficiência, tornando-se assim resistente a ser representada com clareza e distinção.

Se se considerarem ainda as respostas dadas por Descartes às dificuldades postas pela princesa Isabel, a propósito da acção da alma relativamente ao corpo, reconhece-se que estas respostas não tornam mais claro e distinto o pensamento cartesiano sobre esta questão. Assim, à pergunta da princesa Isabel "como pode a alma do homem determinar os espíritos do corpo, para fazer as acções voluntárias" (15) - sugerindo entretanto a princesa Isabel que é a definição da alma apresentada pelas Meditações, que é causa desta dificuldade (16) -, Descartes responde comaidentificação dos meios (gnosiológicos) pelos quais um sujeito de conhecimento pode conhecer "a força que a alma tem para mover o corpo, e o corpo para agir sobre a alma, causando nela os sentimentos e as paixões" (17).

Todavia esta força (ou forças) não é ali analiticamente determinada por Descartes. Assim, esta resposta não traz nada de novo para a constituição de uma representação clara e distinta da relação funcional/operatória da alma e do corpo.

A sugestão apresentada por Descartes de conhecer a força pela qual a alma age sobre o corpo através da identificação desta força com aquela pela qual se admite comummente que um corpo age sobre outro (18) (dado que ele pensa que a representação desta última força resulta de uma projecção representativa ilegítima, que os sujeitos do conhecimento fazem comummente da "noção primitiva" daquela primeira força), não traz nenhum elemento novo, significativo, para conhecer claramente a força em causa. Por conseguinte aquela sugestão cartesiana também não contribui significativamente para o conhecimento claro e distinto da relação funcional/operatória do corpo e da alma.

A própria negação declarada da possibilidade de representar a relação em causa por um "contacto de uma superfície com outra" (19) não traz também

nada de novo, visto que a alma já estava posta como privada de superfície, pela sua natureza de não-extensa.

Por sua vez, os esclarecimentos dados por Descartes na sua carta à princesa Isabel, de 26 de Junho de 1643 não são mais eficazes para se atingir uma representação clara e distinta daquela mesma relação da alma e do corpo, do que aqueles que anteriormente ele já havia dado, apesar de ele aqui afirmar que "as coisas que pertencem à união da alma e do corpo [...] conhe-sem-se muito claramente pelos sentidos" (20).

O contributo desta carta para o esclarecimento do pensamento de Descartes sobre a união da alma e do corpo reside na sua declaração de que "as coisas que pertencem à união da alma e do corpo não se conhecem senão obscuramente pelo entendimento só, nem mesmo pelo entendimento auxiliado pela imaginação" (21); "usando somente da vida e das conversações comuns, e abstendo-se de meditar e de estudar as coisas que ocupam a imaginação, é que se aprende a concerber a união da alma e do corpo" (22). O próprio artifício, proposto por Descartes à princesa Isabel, de conceder matéria e extensão à alma, não ajuda em nada à solução da questão em causa (23). Aliás a princesa Isabel mostra estar plenamente consciente da insuficiência de todos os esclarecimentos que Descartes lhe prestara, pois que repõe a este a sua questão inicial: "reconheço também que os sentidos me mostram que a alma move o corpo, mas não me ensinam nada (nada mais que o entendimento e a imaginação) sobre o modo como ela o faz. E, por isso, eu penso que há propriedades da alma, que nos são desconhecidas, que poderão talvez destruir aquilo de que as vossas Meditações Metafísicas me persuadiram, com tão boas razões, sobre a não-extensão da alma. E esta dúvida parece estar fundada na regra que vós aí dais, ao tratar do verdadeiro e do falso, e que todo o erro nos vem de formarmos juízos sobre aquilo que não apreendemos suficientemente" (24).

Da análise precedente das condições constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo, conlui-se por uma insuficiência radical de determinação do conteúdo desta representação - uma privação de clareza e distinção na sua determinação - o que é uma violação de uma determinação constituinte/operatória fundamental comum aos princípios e regras metodológicas admitidas para (e por) a constituição do conjunto teórico onde esta representação se dá (o pensamento filosófico de Descartes) e das determinações constituintes/operatórias postas pela natureza do sujeito constituinte da presente investigação (25).

Em consequência desta insuficiência radical de determinação, a representação cartesiana da união da alma e do corpo aparece, no interior do pensamento filosófico de Descartes, privada de garantia de verdade, isto é de necessidade, relativamente ao princípio que estabelece esta garantia (a clareza e distinção conceptuais enquanto critério de verdade). Nestas condições, aquela representação fica privada mesmo de realidade, enquanto representação gnosiologicamente válida, o que não só a afecta a ela mas também à totalidade do conjunto teórico em que ela se insere, em consequência da posição constituinte que ela ocupa neste conjunto (26).

Aquela mesma insuficiência radical de determinação - violando também uma determinação constituinte/operatória própria da natureza do sujeito constituinte da presente investigação - põe de imediato a representação cartesiana da união da alma e do corpo, relativamente a este sujeito, como um objecto de conhecimento insuficientemente determinado. Esta situação impede a realização imediata das restantes determinações operatórias/constituintes postas pela natureza deste mesmo sujeito, relativamente à representação em causa, enquanto objecto de conhecimento, uma vez que, pela natureza mesma de tais determinações constituintes/operatórias, estas só se poderem realizar relativamente a

objectos bem determináveis (ainda que estes inicialmente se dêem de modo não completamente determinado).

Apesar de os testemunhos cartesianos legitimarem a atribuição dos caracteres gnosiológicos acabados de apontar à representação cartesiana da união da alma e do corpo, Descartes nunca os admitiu (nomeadamente a falta de clareza e distinção) como suficientes para impedir aquela representação de ser um conhecimento gnosiológicamente válido.

A validade gnosiológica que Descartes confere à sua representação da união da alma e do corpo fundamenta-se na força, ou consistência gnosiológica que ele admite relativamente a dados imediatos provenientes de uma apreensão reflectida da sua própria realidade enquanto sujeito-de-conhecimento-homem: estes dados não lhe permitem de modo algum admitir uma cisão radical na realidade que captam. Esta posição de Descartes é testemunhada no Discurso do Método (27) e nas Meditações (28), quando ele aí sustenta que não se pode admitir que a alma e o corpo humanos mantenham entre si o mesmo tipo de relações que mantém um piloto com o seu navio.

Mas o que aqueles dados manifestam é a unidade de ser do sujeito-de-conhecimento-homem, posta na sua globalidade de modo imediato, portanto sem qualquer mediação teórica; a representação cartesiana da união da alma e do corpo, por sua vez, reporta-se (ou põe) a uma unidade ontológica e funcional/operatória de dois seres, aí postos pela mediação das suas respectivas representações teóricas cartesianas - a representação da alma e a representação do corpo, estabelecidas por Descartes, anteriormente à afirmação da união da alma e do corpo.

Nestas condições, a representação cartesiana da união da alma e do corpo tem necessariamente um conteúdo diferente daquele que é posto e

garantido pelos dados imediatos da auto-apreensão que o sujeito-de-conhecimento-homem faz da sua realidade/unidade de ser. E é justamente na integração representativa numa mesma representação (reportando-se a um mesmo ser) dos conteúdos, teóricamente estabelecidos, das representações cartesianas da alma e do corpo - os quais não estão presentes na representação de "unidade de ser" posta por aqueles dados imediatos - que reside o núcleo da dificuldade de conceber clara e distamente a representação cartesiana da união da alma e do corpo, tal como a princesa Isabel o reconheceu (29).

1.3. O problema

Apesar dos caracteres gnosiológicos acabados de assinalar relativamente à representação cartesiana da união da alma e do corpo - nomeadamente a insuficiência radical de determinação do seu contúdo essencial, com as respectivas consequências gnosiológicas - esta representação impõe-se como um dado a qualquer sujeito de conhecimento que tenha o pensamento filosófico de Descartes como seu objecto: ela está lá e ocupa uma posição fundamental na sua constituição. Ela é assim, para este sujeito, um objecto-dado (fundamental) a conhecer.

Tendo simultaneamente em conta os caracteres gnosiológicos da representação cartesiana da união da alma e do corpo, acabados de referir, e as determinações operatórias/constituintes próprias da natureza do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação, reconhece-se que aquela representação cartesianase dá como um ser-obstáculo para a realização imediata deste sujeito, nomeadamente se tal representação fôr considerada enquanto elemento constituinte nuclear do pensamento filosófico cartesiano. Assim:

a) a insuficiência radical de determinação do conteúdo da representação

cartesiana da união da alma e do corpo torna não só este conteúdo (considerado em si mesmo) resistente à realização do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação (pela resistência que aquele conteúdo oferece à realização da determinação operatória/constituinte deste sujeito, que põe a clareza e a distinção conceptuais como condição necessária à constituição de representações), mas aquela insuficiência radical de determinação torna igualmente resistentes à realização daquele sujeito as relações (ou séries de relações) onde aquele mesmo conteúdo se integra como um elemento constituinte . Assim, por exemplo, a inclusão da representação cartesiana da união da alma e do corpo numa série de relações explicativas da ocorrência de um conhecimento sensorial (segundo o modelo cartesiano de explicação deste tipo de conhecimento) torna impossível representar com clareza e distinção a zona desta série onde aquela representação se situa, o que afecta o poder explicativo da totalidade da série, segundo a natureza do sujeito em causa (a menos que algum artifício metodológico isole o conteúdo representativo resistente a ser representado clara e distintamente);

b) a fundamentação gnosiológica da representação cartesiana da união da alma e do corpo torna esta representação resistente à realização do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação, em consequência da resistência que esta fundamentação oferece à realização da determinação constituinte/operatória deste mesmo sujeito de conhecimento, a qual estabelece que a constituição de representações se dê por relações explicativas e/ou compreensivas, formalmente necessárias, em função de princípios relativos à natureza dos objectos a conhecer. Esta situação de resistência gnosiológica torna-se particularmente manifesta se se tiver em conta que a determinação teórica anteriormente feita por Descartes dos componentes daquela união (isto é dos "contributos" da alma e do corpo para aquela união) põe aquela mesma união - pelo menos aparentemente -

resistente a ser representada de imediato com clareza e distinção, isto é resistente a ser representada em conformidade com uma determinação constituinte/operatória fundamental do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação. Ora, a representação cartesiana da união da alma e do corpo, tal como ela se dá no interior do pensamento filosófico de Descartes, é um dado imediato (isto é não é posta por uma série dedutiva). As duas únicas relações constituintes/explicativas possíveis, para esta representação cartesiana, são, por uma lado, a que estabelece a sua dependência constituinte (ontogénica) relativamente a Deus/Criação (enquanto "noção simples" inata, segundo o pensamento filosófico de Descartes) e, por outro lado, a que estabelece a sua dependência gnosiológica (fundamentação gnosiológica) da intuição/critério de verdade. No que diz respeito à primeira destas duas relações, ela dá-se pela admissão de um elemento (Deus/Criação) não representável pelo sujeito em causa de modo totalmente determinado; no que respeita à segunda daquelas relações (bem assim como à primeira), a insuficiência radical de determinação do conteúdo da representação cartesiana da união da alma e do corpo põe esta representação numa relação de não-conformidade (ou irregularidade constituinte) com o princípio/critério de verdade que, segundo o conjunto teórico onde esta representação cartesiana se dá, estabelece a garantia de validade gnosiológica dos resultados da intuição (pois o que de algum modo aparece garantido por aquele princípio/critério de verdade, tal como anteriormente se mostrou, é a unidade-de-ser(homem), cujo conteúdo constituinte não coincide com o da representação cartesiana da união da alma e do corpo, em consequência dos elementos teóricos desta representação, como também se mostrou. Nestas condições a representação cartesiana da união da alma e do corpo aparece privada de relações constituintes/explicativas e/ou compreensivas suficientes para a determinar, segundo as condições postas pelo sujeito de conhecimento constituinte,

da presente investigação, o que a põe privada de necessidade. Dado que esta "privação de necessidade" ocorre também relativamente a princípios e regras metodológicas fundamentais da constituição do conjunto teórico onde aquela representação se dá, ela aparece assim privada de necessidade na sua constituição e realidade mesmas (dado que aqueles princípios e regras são constituintes (gnosiológicos) da necessidade do todo em que aquelas constituição e realidade se dão como partes);

c) A privação de relações constituintes/explicativas e/ou compreensivas estabelecidas com necessidade, acabada de referir, torna, por sua vez, a representação cartesiana da união da alma e do corpo resistente à realização da determinação operatória/constituinte (própria do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação) que estabelece que a representação de um objecto se constitua em conformidade com o princípio geral da razão suficiente, visto que a privação das relações mencionadas, priva a representação cartesiana da união da alma e do corpo da possibilidade de se lhe determinar uma "razão suficiente", com necessidade ;

d) A admissão simultânea da integração da representação cartesiana da união da alma e do corpo (apresentando os caracteres gnosiológicos mencionados) num dado conjunto teórico (o pensamento filosófico de Descartes) e da violação - pelo menos aparente - pela constituição daquela representação cartesiana, de princípios e regras (metodológicas) da constituição mesma deste conjunto teórico, produz uma contradição constituinte, ou incoerência funcional. Nestas condições, a constituição da representação cartesiana em causa torna-se resistente à realização do sujeito constituinte da presente investigação, pois que ele não poderá representar aquela constituição (e a resultante desta constituição) em conformidade com a sua forma operatória geral: ela oferece-se-lhe como o resultado de uma contradição (constituinte).

Assim, se o sujeito constituinte da presente investigação admite como um dado definitivo esta situação constituinte da representação cartesiana da alma e do corpo, ou ele suspende definitivamente a sua realização, relativamente àquela representação cartesiana (e também em relação a grande parte do conjunto teórico onde ela se dá, em consequência dos efeitos gnosiológicos que produz a posição constituinte capital de tal representação neste conjunto), ou ele procura encontrar um fundamento suficiente, não só para aquela representação cartesiana, considerada exclusivamente na sua realidade própria, mas também para a contradição constituinte, ou incoerência funcional assinalada, em que ela se dá. Isto é procura encontrar, para tal representação e para a situação constituinte em que ela se dá, uma "razão suficiente", que lhes confira necessidade.

Se o sujeito em causa fizer esta última opção, ele muda a sua relação com a representação cartesiana da união da alma e do corpo: esta passa de simples obstáculo (para a realização daquele sujeito) a "objecto" de um "problema". E a constituição de um novo conhecimento desta representação e da sua situação constituinte torna-se, para aquele sujeito, um verdadeiro "problema".

Dadas as condições em que a representação cartesiana da união da alma e do corpo se põe para o sujeito constituinte da presente investigação como "objecto" de um "problema", a procura de uma "razão suficiente", que confira necessidade àquela representação cartesiana e à situação constituinte em que ela se dá, fica sujeita às seguintes determinações constituintes (conjunturais):

a) Admitindo-se que a privação de necessidade nas relações constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo resulta da não-conformidade destas relações com dados princípios e regras metodológicas, para se encontrar/conferir necessidade a estas relações

torna-se necessário reportá-la a outro(s) princípio(s) que seja(m) suficiente(s) para as determinar como necessárias (conservando-lhes no entanto a sua identidade, inclusivé a não-conformidade que elas manifestam relativamente aos princípios e regras metodológicas em causa):

b) Se se admitir que a privação de necessidade nas relações constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo resulta da não-conformidade destas relações com princípios e regras fundamentais que determinam "de direito" a constituição destas relações, a necessidade a encontrar/conferir relativamente a estas relações pressuporá necessidade na relação de não-conformidade que elas manifestam relativamente aos princípios e regras metodológicas em causa. Isto é o fundamento suficiente daquelas relações, terá de fundamentar suficientemente a violação daquela determinação "de direito". Caso contrário, por um lado, tais relações continuariam sendo a realização mesma de uma violação formal infundada e, por outro, o seu resultado imediato - a representação cartesiana da união da alma a do corpo - continuaria privada de realidade no seu género (enquanto conhecimento gnosiologicamente consistente), visto que aqueles princípios e regras são constituintes formais desta realidade. E, em consequência da determinação operatória/constituinte (posta pela natureza do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação), que estabelece a clareza e distinção conceptuais como condição necessária da constituição de representações, a fundamentação suficiente da relação de não-conformidade, acima referida, terá de ser estabelecida de modo explicito.

c) Em consequência do estabelecido nas duas alíneas imediatamente anteriores, o(s) princípio(s) (procurado(s)), que fundamente(m) com necessidade as relações constituintes da representação cartesiana da alma e do corpo, será(serão) também um (uns) princípio(s) suficiente(s) para

fundamentar com necessidade a relação de não-conformidade daquelas relações constituintes com os princípios e regras metodológicas que determinam "de direito" a constituição daquelas mesmas relações constituintes.

d) Tendo em conta o estabelecido na alínea imediatamente anterior, o princípio que fundamente com necessidade as relações constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo será um princípio que determine, em geral, o uso dos princípios e regras metodológicas mencionadas, que determinam "de direito" a constituição daquelas relações constituintes - caso contrário tal princípio não seria suficiente para fundamentar em necessidade uma ocorrência de não-conformidade relativamente àqueles princípios e regras metodológicas.

e) Tendo finalmente em conta que os princípios e regras metodológicas referidas na alínea imediatamente anterior, são os princípios e regras metodológicas fundamentais da constituição do pensamento filosófico de Descartes em geral, o princípio (procurado) que fundamente, com necessidade, as relações constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo, será um princípio que determine, em geral, o uso dos princípios e regras metodológicas fundamentais da constituição do pensamento filosófico de Descartes em geral.

Assim, tendo-se encontrado um princípio que reuna tais condições - e uma vez estabelecida, relativamente a ele, a necessidade nas relações constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo - esta representação muda uma vez mais de significado para a realização do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação, tornando-se agora um <u>objecto-meio</u>, ou <u>instrumento</u> desta realização (depois de ter sido um <u>obstáculo</u> e um "objecto" de um "problema").

NOTAS

1. Dir-se-ia ôntica e não ontológica esta relação de integração entre a alma e o corpo, se não se quisesse evitar uma distinção conceptual/terminológica que, reportando-se a um contexto conceptual completamente estranho a Descartes e à sua época pode afectar a representação da constituição do pensamento filosófico de Descartes, que se procura atingir pela presente investigação.

2. Cf. Méd., VI, AT, IX-1, p.64.

3. Cf. Disc. Méth., V, AT, VI, p.59.

4. Cf. Rép., IV, AT, IX-1, p.177.

5. Cf. a Regius, Janeiro de 1642, AM, V, p.134.

6. Cf., Méd., VI, nomeadamente AT, IX-1, p.69-70. Aqui Descartes, ao procurar fundamentar a validade do conhecimento sensorial, põe a claro a participação conjunta e ordenada do corpo e da alma na constituição deste tipo de conhecimento, embora sem desenvolver este tema. No que toca ao Discurso do Método, a relação de integração funcional/operatória da alma e do corpo não aparece directamente abordada, no entanto na Dioptrica ela é manifestamente posta pela teorização do conhecimento sensorial (cf. Dioptique, IV, AT, VI, p.p.109-114).

7. Dado que os caracteres enunciados em relação à natureza da alma e à do corpo são claramente manifestos e constantes nos escritos cartesianos e dado que estes escritos são bem conhecidos, não se apresentarão aqui senão passagens de dois destes escritos, a título meramente exemplificativo: Disc. Méth., VI, AT, VI, p.p.31-40 e Méd., II, V e VI, AT, IX-1, p.p.18-36, 50-58, 59-72, respectivamente.

8. Cf. Rép., VI, AT, IX-1, p.p.226-228. Retomar-se-á no decurso da presente investigação esta determinação cartesiana da união da alma e do corpo como uma unidade de composição (cf., infra, p.p.523-533. A concepção da união da alma e do corpo como unidade de composição aparece implicita em passagens do Discurso do Método e das Meditações pelo uso de formas do verbo composer (e do verbo componere, na versão latina das Meditações, cf., Méd., VI, AT, VII, p.81), para designar a relação aí afirmada entre a alma e o corpo - cf., respectivamente, Disc. Méth., V, AT, VI, p.59 e Méd., VI, AT, IX-1, p.64.

9. "Au moins par la toute puissance de Dieu", Rép., VI, ib., p.228.

10. Cf. nomeadamente Tr. Hom., AT, XI, p.p.119-202 e Pass., ib., p.p.327-497.

11. Cf., entre outros testemunhos cartesianos: Tr. Hom., AT, XI, p.176 e seg.; Pass.(nomeadamente I, 34, AT, XI, p.p.354-355.

12. Cf. Méd., VI, AT, IX-1, p.69, (sublinhado por nós). São exemplos das frequentes invocações cartesianas da experiência interna do homem em geral, como meio para identificar globalmente as diversificações do contributo da alma na sua relação de integração funcional/operatória com o corpo: "le mouvement [...] donnera occasion à l'âme [...] d'avoir le sentiment de la douleur" (Tr. Hom, AT, XI, p.144); "un mouvement [...] donnera occasion à l'âme de sentir une certaine volupté corporelle,

qu'on nomme chatouillement" (id.); "s'il [les petits fillets qui composent la moële des nerfs qui ouvrent les entrés des pores qui sont en la superficie du cerveau] ne sont qu'ébranlés quelque peu séparément l'un de l'autre [...], l'âme n'en aura aucun sentiment [...] son augmentation fera avoir à l'âme le sentiment de la chaleur, et sa diminution celui de la froideur (id.).

13. Cf. Pass., I, 41, AT, XI, p.360 (sublinhadas por nós).

14. Cf. ib., I, 36, AT, XI, p.37 (sublinhadas por nós).

15. Cf. a Descartes (de Isabel), 6/16 de Maio de 1643, AM, V, p.287 (sublinhados por nós). Esta dificuldade aparece assinalada pela princesa Isabel simultaneamente com a que lhe põe a relação funcional/operatória da alma e do corpo, realizada no sentido inverso, isto é a determinação causal da alma pelo corpo: "j'avoue qu'il me serait plus facile de concéder la matière et l'extension à l'âme, que la capacité de mouvoir un corps et d'en être mu, à un être immatériel". (a Descartes (de Isabel)), 10/20 de Junho de 1643, AM, V, p.316.

16. Cf. a Descartes (de Isabel), 6/16 de Maio de 1643, ib., p.288. Na sequência desta correspondência com Descartes, a princesa Isabel volta a considerar a representação cartesiana da alma como a causa da sua dificuldade em conceber a relação funcional/operatória da alma e do corpo - cf., a Descartes (de Isabel) 10/20 de Junho de 1643, ib, 316 e a Descartes (de Isabel), 1/7/1643, ib., VI, 1-2. Nesta última carta, Isabel chega mesmo a afirmar: "je pense qu'il y a des propriétés de l'âme qui nous sont inconnues, qui pourront peut-être renverser ce que vos Méditations Métaphysiques m'ont persuadée, par de si bonnes raisons, de l'inextension de l'âme" (ib., p.1).

17. Cf. a Elisabeth, 21/5/1643, ib., V, p.290.

18. Cf. a Elisabeth, 21/5/1643, ib., p.291. Esta mesma posição de Descartes reaparece em carta a Arnauld - cf. a Arnauld, 29/7/1648, ib., VIII, p.p.76-77.

19. Cf. a Élisabeth, 21/5/1643, ib., V, p.291.

20. Cf. a Élisabeth, 28/6/1643, ib., p.323.

21. Cf. ib., p.p.322-323.

22. Cf. id. Mais adiante Descartes escreve: "ne me semblant pas que l'esprit humain soit capable de concevoir bien distinctement, et en même temps, la distinction entre l'âme et le corps, et leur union; à cause qu'il faut, pour cela, les concevoir comme une seule chose, et ensemble les concevoir comme deux, ce qui se contrarie" (ib., p.324).

23. Cf. ib., p.p.324-325.

24. Cf. a Descartes (de Isabel), 1/7/1643, ib., VI, p.1 (sublinhado por nós).

25. A afirmação de Descartes de que "elles [les choses qui appartiennent à l'union de l'âme et du corps] se connaissent très clairement par les sens" (a Élisabeth, 28/6/1643, ib., V, p.323) não supera a insuficiência

radical de determinação, assinalada a propósito da representação desta união, porque, segundo Descartes a garantia da validade gnosiológica dos conhecimentos provenientes dos testemunhos dos sentidos depende da constatação de um acordo entre estes testemunhos e os resultados da actividade do entendimento relativamente aos mesmos objectos (cf., Méd., VI, AT, IX-1, p.p.71-72). Ora no caso do conhecimento da união da alma e do corpo, este acordo torna-se impossível porque é justamente na constituição do conhecimento da união da alma e do corpo pelo entendimento que se verifica a insuficiência radical de determinação assinalada - aliás insuficiência esta declarada por Descartes em passagem imediatamente anterior àquela que se acabou de transcrever da sua carta a Isabel de 18/6/1643.

26. A admissão desta insuficiência radical de determinação da representação cartesiana da união da alma e do corpo pela violação que ela implica de um princípio metodológico da constituição do pensamento filosófico de Descartes - produz (no mínimo) a violação do princípio da unidade dedutiva, ou da universalidade da consistência gnosiológica (estabelecido por Descartes desde as Regras - cf., Règles, III, VII, VIII, Éd.Alquié, I, p.p.85-90, 108-114, 114-123, respectivamente) em todas as séries dedutivas onde esta representação se insira (o que Descartes não reconhece), a não ser que algum artifício metodológico isole a insuficiência constituinte desta representação.

27. Cf. Disc. Méth., V, AT, VI, p.59.

28. Cf. Méd., VI, AT, IX-1, p.64.

29 Cf. a Descartes (de Isabel), 1/7/1643, AM, VI, p.1 (passagem transcrita supra, p.p. 36). A princesa Isabel põe aí a claro que as dificuldades levantadas pela representação cartesiana da união da alma e do corpo provêm simultaneamente das representações teóricas cartesianas de cada um dos componentes desta união (nomeadamente da representação da alma), do tipo de união admitida entre a alma e o corpo e das condições epistemológicas/metedológicas, admitidas por Descartes, para a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido.

*
* *

I PARTE

OPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

E

METODOLÓGICAS

1. CONSTITUIÇÃO GERAL E LIMITES DO OBJECTO OPERATÓRIO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO (1)

1.1. Hipótese de uma determinação geral da constituição do pensamento filosófico de Descartes por um princípio geral constituinte.

Tendo em conta, na sequência do que se estabeleceu no decurso da INTRODUÇÃO à presente exposição:

- a natureza do problema da presente investigação (2), donde se destaca que se reconheceu ser uma condição necessária da representabilidade do "objecto" daquele problema a admissão de um princípio que determine em geral a totalidade da constituição do pensamento filosófico de Descartes, princípio este que, inclusivé, determine em geral o uso dos princípios e regras metodológicas fundamentais daquela constituição (3);

- alguns dados de uma observação reflectida do "objecto" do problema da presente investigação (isto é a representação cartesiana da união da alma e do corpo), donde se destaca: uma posição constituinte capital daquele "objecto" no conjunto teórico onde ele se dá (o pensamento filosófico de Descartes); as pretenções de rigor metodológico e sistemático de Descartes; a aparente presença de um princípio geral constituinte da totalidade do pensamento filosófico de Descartes, não coincidente com os princípios e as regras metodológicas fundamentais explicitamente postas por Descartes, para a constituição do seu pensamento filosófico,

faz-se a opção metodológica de admitir - como hipótese nesta fase de investigação - que o pensamento filosófico de Descartes constitui um todo

funcionalmente unificado, cuja unidade funcional se exprima/constitua em função de um princípio geral constituinte, princípio este que inclusivé determine em geral o uso dos princípios e regras metodológicas fundamentais postas por Descartes para a realização do seu pensamento filosófico, isto é um princípio que determine em geral a natureza dos componentes do pensamento filosófico de Descartes e as suas relações constituintes, no interior deste pensamento filosófico, enquanto um todo e, relativamente ao qual (princípio), estas relações constituintes possam ser concebidas com necessidade.

Além das razões acima aduzidas, a admissão desta opção metodológica é também condicionada pelos dois pressupostos seguintes (o primeiro dos quais diz respeito à natureza da constituição de uma obra cultural e o segundo é um simples pressuposto metodológico):

a) admite-se que a constituição de qualquer obra cultural (e particularmente a constituição de uma obra filosófica) é objectivamente determinada por um princípio geral, em função do qual se estabelece a identidade desta obra e a sua unidade, ou coerência funcional, enquanto obra cultural. Este princípio representa a forma mais geral da relação constituinte total de uma obra cultural com a realidade (exterior a ela) que imediatamente a determina na sua identidade (realidade esta que se admite ser a actividade do autor da obra cultural, enquanto um homem sócio-historicamente integrado/determinado, como mais adiante se exporá com algum detalhe). Um princípio constituinte assim concebido não coincide com os princípios e regras metodológicas da constituição da obra cultural. Pois, enquanto aquele princípio constituinte sintetiza (ou determina em geral) a totalidade da realidade da obra cultural a que corresponde - desde a delimitação em geral do seu conteúdo até à forma mais geral da sua realização - os princípios e regras metodológicas são formas gerais e particulares da actividade operatória que realiza a obra cultural;

b) recusa-se admitir definitivamente como incoerente qualquer elemento constituinte do conteúdo de uma obra cultural enquanto se oferece uma via possível para lhe desvelar coerência, relativamente à totalidade da constituição dessa mesma obra. E a possibilidade de uma tal via permanece até que seja suficientemente provada uma violação do princípio geral constituinte da obra cultural em causa pela natureza, ou pela constituição daquele elemento.

Assim, nas condições postas pela hipótese acabada de enunciar, a não-conformidade constituinte de representação cartesiana da união da alma e do corpo aos princípios e regras metodológicas fundamentais, admitidas para (e por) a constituição do pensamento filosófico de Descartes, deixará de aparecer necessariamente como uma contradição absoluta, ou violação do princípio constituinte primordial e universal do conjunto teórico onde aquela representação cartesiana se dá (o pensamento filosófico de Descartes). Por conseguinte, aquela não-conformidade deixará de aparecer como uma contradição insuperável no interior deste conjunto teórico, por falta de um princípio que a determine/justifique (por falta de uma "razão suficiente").

1.2. A delimitação do objecto operatório.

O uso da hipótese acabada de enunciar como princípio metodológico geral da organização da presente investigação põe, como primeira consequência, uma nova delimitação geral do objecto desta investigação, tornando-o muito mais vasto do que a sua delimitação inicial (a não-conformidade da representação cartesiana da união da alma e do corpo aos princípios e regras metodológicas fundamentais do conjunto teórico onde esta representação se dá). Pois, dado que aquela hipótese faz depender a resolução do problema em causa da determinação constituinte do seu "objecto" por um princípio geral constituinte do pensamento filosófico de Descartes, e não sendo nem este princípio, nem as determinações constituintes que ele põe, conhecidas à

partida desta investigação, aquela mesma hipótese torna metodologicamente necessária a inclusão, no âmbito desta investigação, da identificação de um princípio e das relações constituintes (pelo menos algumas) que ele põe/fundamenta com necessidade.

Esta identificação é metodologicamente necessária porque, para passar do nível teórico de mera hipótese de coerência dum objecto, em função de um princípio geral constituinte possível, para o de garantia desta coerência, é metodologicamente necessário identificar as relações constituintes, coerentes em função de tal princípio, estabelecidas na constituição desse objecto. Isto põe a necessidade do conhecimento da identidade dos elementos, ou membros destas relações, da identidade destas mesmas relações e da determinação constituinte geral de tais relações por aquele princípio geral, o que implica, por sua vez, o conhecimento da identidade daquele mesmo princípio.

O objecto operatório da presente investigação torna-se assim a totalidade da constituição formal do pensamento filosófico de Descartes e esta constituição não é conhecida, enquanto tal, neste momento da presente investigação, nem sequer é metodologicamente fecundo que o seu conhecimento seja admitido, pois que tal não poderia garantir gnosiologicamente a identidade desta constituição, nem a do seu princípio constituinte. O máximo que se poderá admitir relativamente a esta identidade é que ela é um conjunto de entidades teóricas, unificado segundo um princípio geral constituinte. Se o conhecimento imediato do pensamento filosófico de Descartes permite conhecer muitos dos componentes deste pensamento, que são os "seres concretos" a que tal representação abstrata e hipotética (a constituição em causa) se reporta, este conhecimento imediato não os pode fazer conhecer enquanto comopnentes daquele conjunto, porque, por um lado, nem este conjunto está ainda identificado (a sua "lei" constituinte não está ainda identificada

e só a sua existência é admitida), nem a integração representativa de um conjunto unificado de entidades teóricas com "seres concretos" dados é um conhecimento imediato destes "seres concretos", antes é um conhecimento destes "seres" mediado pela representação teórica que é aquele conjunto de entidades teóricas.

N O T A S

1. Entende-se por objecto operatório de uma investigação o conteúdo de real sobre o qual esta incide para a resolução do problema que a põe. Assim - de acordo com as determinações conceptuais/terminológicas estabelecidas na INTRODUÇÃO à presente exposição - o objecto operatório de uma investigação não se confina normalmente ao "objecto" do "problema" que dá origem a essa investigação, pois enquanto esta é um conteúdo de real que oferece (provisoriamente) resistência à realização da natureza operatória de um sujeito de conhecimento, o objecto operatório é um conjunto de todos os componentes do real operatóriamente necessários à neutralização daquela resistência.

2. Cf. supra, Introd., 1.3., p.p.39-45.

3. Cf. id., (nomeadamente as alíneas c), d), e), p.p.44-45.

*

* *

2. UMA TEORIA GERAL INTEGRADORA DO OBJECTO OPERATÓRIO

DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO

2.1. A necessidade metodológica de uma teoria geral integradora do objecto operatório da presente investigação.

Segundo a opção metodológica acabada de enunciar, torna-se necessário estabelecer uma representação do objecto operatório da presente investigação (a constituição do pensamento filosófico de Descartes considerado no seu todo), concebido este objecto operatório como um todo funcionalmente unificado e constituído segundo um princípio constituinte geral, isto é concebido como um conjunto funcionalmente unificado de relações (constituintes), estabelecidas entre os seus componentes e fundamentadas neste mesmo princípio. Uma tal representação é, assim, um conhecimento teórico, ou uma teoria específica do objecto operatório em causa.

Uma tal representação é suficiente para resolver as necessidades metodológicas imediatas, postas pelo problema da presente investigação, no entanto ela deixa questões em aberto, que resultam fundamentalmente da natureza do sujeito constituinte da presente investigação. Assim, toda a necessidade estabelecida na constituição desta representação, ou "teoria específica" radica, em última instância, no princípio geral constituinte admitido relativamente à constituição do objecto operatório em causa, mas este princípio aparece sem qualquer fundamento teórico, por conseguinte contingente, em relação tanto ao seu conteúdo mesmo, como à função constituinte que lhe é atribuída. Por sua vez, o objecto operatório aparece, nesta situação, posto por aquela mesma representação como um ser isolado do resto do real, visto que nenhuma relação é posta entre si e qualquer outro componente do real. Esta situação além de pôr uma representação daquele objecto que não tem em conta dados da experiência (contraria-os mesmo, visto

que na experiência, os objectos aparecem em inter-relação e, nomeadamente, o objecto operatório em causa), ainda contraria as determinações operatórias/constituintes do sujeito constituinte da presente investigação, que determinam que as representações dos objectos se estabeleçam por relações explicativas e/ou compreensivas, fundadas em conhecimentos gerais (princípios) relativos à natureza específica dos objectos respectivos.

Se estas condições permanecessem, o instrumento teórico/constituinte (o princípio geral constituinte admitido) que cria as condições teóricas para a resolução do problema em causa, não só seria arbitrário em si mesmo, como também poria a representação que permite constituir (e o objecto respectivo) numa posição de isolamento, relativamente aos restantes seres da sua espécie. Por conseguinte, uma tal situação constituinte poria aquela representação (e o objecto respectivo) numa posição de indeterminação relativamente àqueles seres e de impossibilidade de ela ser um determinante gnosiologicamente consistente relativamente aos mesmos seres.

Esta posição de isolamento e de contingência supera-se, se o conhecimento teórico assim constituído do objecto operatório em causa for integrado num conhecimento teórico das condições gerais constituintes de uma região do real que integra este objecto operatório, isto é numa teoria geral que tenha por objecto esta região do real.

Assim, se as condições constituintes particulares do objecto operatório - expressas/determinadas pelo seu princípio geral constituinte - forem integradas pelas condições gerais constituintes da região do real que integra este objecto operatório - e postas pela teoria geral acabada de mencionar - , por um lado, o conteúdo e a função constituinte daquele princípio geral passam a ter uma fundamentação teórica suficiente para serem concebidas com uma determinação necessária e, por outro lado, o objecto operatório em causa aparece representável através da sua integração (ou determinação)

numa teia de relações constituintes, o que permite a sua determinação relativamente a outros componentes do real. Por conseguinte, ficam criadas assim as condições teóricas para serem superadas a situação inicial de contingência do princípio geral constituinte admitido e a situação de isolamento da representação (e respectivo objecto) cuja fundamentação teórica radicava somente naquele princípio. Além disto, a integração do conhecimento do objecto operatório em causa, enquanto objecto particular, naquela teia de relações, contribui para a unificação do conhecimento (que é uma condição constituinte posta pela natureza do sujeito de conhecimento constituinte da presente investigação).

2.2. Opções metodológicas preliminares à admissão/constituição de uma teoria geral que integre o objecto operatório da presente investigação.

A opção metodológica respeitante à identidade da teoria geral a empregar, para fundamentar o conhecimento teórico (particular) do objecto operatório da presente investigação, pressupõe duas outras opções metodológicas preliminares, que, pela sua importância, convém explicitar. A primeira diz respeito à determinação da região do real à qual se reportará aquele objecto operatório, para aí radicar, em geral, as suas condições constituintes particulares. Esta determinação equivale a identificar o objecto daquela teoria geral. A segunda destas opções preliminares diz respeito à proveniência da teoria geral em causa: ou construir-se-á originalmente uma teoria geral adequada às condições metodológicas em causa, ou admitir-se-á uma já construída que responda a estas condições.

Quanto à região do real à qual será reportado o objecto operatório da presente investigação, fez-se a opção de ela consistir na constituição da obra cultural em geral, concebida esta constituição como uma determinação específica da actividade humana em geral isto é a actividade humana

constituinte da obra cultural em geral. Para uma melhor apreensão da identidade desta região do real, a que se reporta o objecto operatório da presente investigação esclarece-se que se admite que a actividade humana constituinte de uma obra cultural pode ser concebida em graus diferentes de generalização (ou de concretização), desde a sua representação como o conjunto das condições mais gerais da determinação da actividade humana constituinte da obra cultural (em geral), até à representação da actividade humana de um homem concreto, o autor de uma obra cultural.

Fez-se esta opção, em primeiro lugar, porque o objecto para o qual se busca uma integração constituinte/teórica é a constituição do pensamento filosófico pensado por Descartes e expresso nos seus escritos, isto é uma obra filosófica; em segundo lugar, porque se considera que as condições constituintes mais gerais da identidade de uma obra filosófica são comuns às condições constituintes mais gerais da identidade das restantes espécies de obras culturais, enquanto tais (esta comunidade de condições constituintes gerais aparece implicitamente reconhecida ao admitir-se correntemente que uma obra filosófica é uma obra cultural situável numa cultura individualizada, apesar dos seus componentes - alguns pelo menos - terem objectivamente significados mais extensos); em terceiro lugar, porque se admite ser o constituinte imediato da realidade de uma obra cultural uma unidade determinada de actividade humana, ou uma determinação específica da actividade humana em geral, isto é um conteúdo de actividade humana qualitativa e quantitativamente determinado e funcionalmente unificado (a actividade humana desenvolvida pelo autor de uma obra cultural, na realização desta obra); em quarto lugar, porque, admitindo-se - como adiante se exporá com mais detalhe (1) - que as condições constituintes mais gerais que determinam (em geral) a identidade de uma obra filosófica são também constituintes de uma região do real mais extensa que aquela que é própria da obra filosófica em geral, se se confinasse a busca de identidade daquelas

condições constituintes somente ao âmbito da produção ou criação filosófica, produzir-se-ia um corte arbitrário numa totalidade homogénea do real, com eventuais consequências negativas para a identificação procurada. Além destas razões, reportar tais condições constituintes somente ao âmbito da produção ou criação filosófica, depois de se lhes admitir uma extensão mais vasta, seria teoricamente ilegítimo; em quinto lugar, porque um corte arbitrário na região do real que integra a constituição da obra filosófica (do género do corte acabado de referir) reduz o poder explicativo do conhecimento teórico (referido) desta região do real, relativamente à constituição da obra filosófica, pois que tal corte tornaria a região que ele delimitasse num ser arbitrário e, por conseguinte, sem relações teoricamente legítimas com outros componentes do real que o determinassem.

Além da legitimidade teórica de referenciar as condições constituintes mais gerais que determinaram a identidade da obra filosófica às condições gerais da constituição da obra cultural (em geral), pode considerar-se também a sua conveniência metodológica, pois tal comunidade de determinantes fundamentais permite, nomeadamente fazer aproximações, quer formais, quer de conteúdos, entre uma obra filosófica dada e outras obras culturais, como mais adiante se mostrará.

Quanto à proveniência da teoria geral a empregar para fundamentar o conhecimento teórico (particular) do objecto operatório da presente investigação, a opção feita consiste em admitir o conteúdo fundamental de uma teoria geral já construída, porque, por um lado, as condições em que se dá esta investigação não impõem como metodologicamente necessário o uso de uma teoria original (2) e, por outro lado, encontra-se na obra de Lucien Goldmann um conjunto de posições teóricas sobre a constituição da obra cultural em geral que consideramos, na sua globalidade, teoricamente consistentes, adequadas à função metodológica para a qual se busca uma teoria geral e conformes com o que admitimos ser a natureza dos fenómenos (humanos) aí abordados.

Neste conjunto de posições teóricas de Lucien Goldmann destacamos, por um lado, as que dizem respeito às condições gerais da realização da actividade humana em geral (incluindo nestas a auto-determinação ordenada da actividade humana, através do conteúdo e da identidade dos seus próprios produtos) e, por outro lado, as que dizem respeito à constituição da obra cultural em geral, enquanto resultante de uma unidade determinada de actividade humana.

Lucien Goldmann radica, por sua vez, explicitamente estas suas posições numa corrente de pensamento cujos principais representantes por ele citadas são Lukacs, Marx e Hegel, a eles reportando o que de fundamental sustenta sobre a natureza da produção cultural e da constituição da actividade humana e sobre as condições gerais da realização desta actividade em sociedade. Goldmann aponta também com alguma insistência a presença, na sua herança teórica, da valorização da categoria da totalidade feita por um pensador com um lugar destacado no horizonte das suas preocupações de historiador da cultura: Pascal (3).

A teoria geral a empregar pela presente investigação na constituição do conhecimento teórico do seu objecto operatório apresenta uma acentuada dependência das posições teóricas sustentadas por Lucien Goldmann sobre a constituição da obra cultural em geral (e, por conseguinte, apresentará também uma igual dependência dos fundamentos teóricos por ele aduzidos a estas mesmas posições); no entanto, esta teoria geral não é uma reprodução fiel e integral daquelas posições teóricas de Lucien Goldmann: é antes o resultado de uma reflexão sobre aquelas mesmas posições teóricas (e sobre os seus objectos respectivos), tendente à sua simplificação e à sua unificação possíveis, sem perda de consistência teórica e sem desviar do essencial do percurso teórico de Lucien Goldmann, apesar de alguns reordenamentos (4).

2.3. As condições gerais constituintes da obra cultural: exposição sumária de uma teoria geral.

2.3.1. Uma representação teórica da obra cultural e da obra filosófica em geral, estabelecidas na perspectiva das suas condições gerais constituintes.

A. Admite-se que, considerada em geral e do ponto de vista da sua constituição, a obra cultural é a resultante da elaboração e da expressão (ou somente da expressão), efectuada por um sujeito (o seu autor), de um alto grau de coerência funcional (5) - tendencialmente uma coerência funcional total relativamente ao conteúdo de uma representação geral do mundo, originariamente produzida por um sujeito colectivo (cujos componentes individuais são os sujeitos constituintes de uma cultura) (6). Admite-se ainda que é também uma obra cultural a resultante da elaboração e da expressão da representação de um ou mais objectos particulares, desde que integrada numa representação geral do mundo, constituída esta nas duas condições acima mencionadas: "a obra cultural caracteriza-se pelo facto de que ela realiza num plano particular [...] um universo quase coerente, correspondente a uma visão do mundo cujos fundamentos são elaborados por um grupo social priveligiado. [...], o escritor não reflecte a consciência colectiva, como durante muito tempo o admitiu uma sociologia positivista e mecanicista, mas, pelo contrário, eleva a um grau de coerência muito avançada as estruturas que esta elaborou não só de modo relativo, mas também rudimentar" (7).

Admite-se também que, por sua vez, a obra filosófica, considerada em geral e do ponto de vista da sua constituição, é uma obra cultural realizada exclusivamente no plano conceptual: "o critério que permite distinguir um pensamento verdadeiramente filosófico de um outro que o não é, decorre da natureza mesma deste pensamento. A filosofia é uma tentativa de resposta conceptual aos problemas humanos fundamentais, tal como eles se põem numa certa época e numa dada sociedade" (8).

B. O constituinte imediato de uma obra cultural é, assim, uma unidade operatória determinada de actividade humana, ou uma determinação da actividade humana em geral, isto é a actividade humana qualitativa e quantitativamente determinada, que o autor de uma obra cultural desenvolve para a realização desta obra.

C. As condições gerais da constituição de uma obra cultural enquanto tal, são, portanto, as condições gerais da determinação, ou diferenciação específica da unidade operatória determinada da actividade humana operatoriamente suficiente (adequada) para a realização de uma obra cultural enquanto tal.

D. As condições gerais da determinação ou diferenciação específica da unidade operatória determinada da actividade humana, operatoriamente suficiente (adequada) para a realização de uma obra cultural enquanto tal, são a resultante da integração de um conjunto de condições constituintes específicas, postas imediatamente pela natureza da obra cultural enquanto tal (e que se manifestam através dos caracteres gerais fundamentais da obra cultural, assumindo a forma de objectivos a realizar por aquela unidade operatória da actividade humana) e de um conjunto de condições gerais da determinabilidade da actividade humana em geral, postas estas pela natureza geral desta actividade.

A inclusão deste último conjunto de condições gerais, na constituição de uma representação das condições gerais constituintes da unidade operatória da actividade humana em causa, resulta de não se poder admitir que um sujeito constituinte da actividade humana determine a sua própria actividade, em ordem à realização de objectivos particulares dados, independentemente das condições gerais de determinabilidade da sua própria actividade (a actividade humana em geral), ou dito de outro modo, independentemente da natureza mesma da actividade humana enquanto tal (9).

E. Segundo a noção geral de obra cultural admitida na presente investigação, o conjunto das condições constituintes específicas, referido no parágrafo anterior e que funciona como determinante da identidade da unidade operatória determinada da actividade humana operatoriamente suficiente para a realização da obra cultural enquanto tal, apresenta a seguinte composição:

a) Condições constituintes essenciais (postas pela primeira parte da referida noção da obra cultural), ou objectivos-elementos a realizar de modo integrado na constituição de uma obra cultural:

- elaborar (constituir) e/ou exprimir (de modo não determinado em geral) - é a determinação mais geral da qualidade da unidade operatória da actividade humana em causa;

- uma representação - é a primeira determinação específica da qualidade da unidade operatória da actividade humana em causa, efectuada através da identificação da natureza específica da resultante desta unidade operatória de actividade humana;

- em alto grau de coerência funcional - é a segunda determinação específica da qualidade daquela mesma unidade operatória de actividade humana, efectuada através da determinação da natureza específica, já estabelecida, da resultante desta unidade operatória de actividade humana;

- do conteúdo de uma representação geral do mundo dado (e originariamente produzida por um sujeito colectivo) - é uma terceira determinação específica da qualidade da mesma unidade operatória de actividade humana, efectuada através de uma nova determinação da resultante desta unidade operatória de actividade humana: estabelece as condições gerais da determinação do conteúdo desta resultante, enquanto representação, isto é põe as condições gerais de determinação do objecto daquela

b) Condições constituintes acidentais (postas pela segunda parte da noção de obra cultural admitida na presente investigação), ou objectivos-elementos a realizar de modo integrado na constituição de uma obra cultural;

- elaborar (constituir) e exprimir (de modo não determinado em geral) - esta condição constituinte tem os mesmos efeitos que a sua homóloga referida na alínea anterior;

- uma representação - esta condição constituinte tem os mesmos efeitos que a sua homóloga referida na alínea anterior;

- de um ou mais objectos particulares - é uma segunda determinação específica da qualidade da unidade operatória da actividade humana em causa, efectuada através de segunda determinação da resultante desta unidade: estabelece as condições gerais da determinação do conteúdo desta resultante, enquanto representação, através da identificação da natureza específica do seu objecto;

- integração (daquela representação deste(s) objecto(s)) numa representação geral do mundo, constituída nas duas condições enunciadas no parágrafo anterior - são mais duas determinações específicas da qualidade da unidade operatória de actividade humana em causa postas por duas novas determinações da resultante desta "unidade". Pois, aquelas determinações estabelecem de modo integrado dois conjuntos de condições constituintes desta resultante, correspondendo um ao conteúdo da representação geral do mundo em causa, o outro ao grau de coerênica funcional a realizar por esta representação.

Assim, as condições constituintes específicas, próprias da natureza da obra cultural e acabadas de enunciar, participam na determinação da unidade de actividade humana operatoriamente suficiente a realização da

obra cultural enquanto tal, através de duas ordens de factores: uns, operando como causas finais - os que configuram a resultante desta unidade de actividade humana (que são os que põe os objectivos desta mesma "unidade"); outros, operando como causa eficiente (o conteúdo da representação geral do mundo dado e, eventualmente também, a natureza mesma dos objectos particulares considerados na segunda parte da noção de obra cultural admitida na presente investigação). Este "conteúdo" opera como causa eficiente na determinação da unidade operatória da actividade humana em causa, porque, por si determina, em anterioridade processual, a identidade desta unidade operatória de actividade humana: ou põe o objecto da representação a constituir por tal unidade operatória de actividade humana (no caso deste ser um "mundo" dado), ou põe um conjunto de condições fundamentais da determinação do objecto da representação a constituir (no caso de este ser um, ou mais objectos particulares integrados num "mundo" dado).

F. O conhecimento do conjunto das condições gerais da determinabilidade da actividade humana em geral (postas pela natureza mesma desta actividade) não é nem deduzida da noção geral admitida de obra cultural, nem se oferece como um dado imediato da experiência (a qual não desvela de imediato objectos gerais): o conhecimento daquele conjunto de condições gerais terá de ser, pois, um conhecimento teórico, cuja fundamentação teórica será necessariamente um outro conhecimento - teórico também - da natureza da actividade humana, considerada no seu todo, dado que esta natureza é o fundamento ontológico do objecto de conhecimento que se busca (as condições da determinabilidade da actividade humana em geral). Torna-se assim necessário um conhecimento teórico (uma teoria geral) sobre a natureza da actividade humana em geral, para satisfazer as necessidades metodológicas deste passo da presente investigação.

2.3.2. A natureza da actividade humana: exposição sumária de uma representação teórica.

A. Admite-se por actividade humana o conjunto dos fenómenos imediatamente determinados nas suas realidade e identidade respectivas por um ou mais homens (sujeito).

B. Admite-se que a actividade humana tende predominantemente à coerência em ordem à realização de objectivos (coerência funcional(10)).

a) A actividade humana realiza-se pela sua determinação em unidades operatórias/funcionais, constituídas em ordem à realização de objectivos;

b) Os componentes de cada unidade operatória/funcional de actividade humana constituem tendencialmente estruturas genéticas concretas. Pois dada a tendência geral (admitida) da actividade humana à coerência funcional e dado que se admitiu que a constituição de cada unidade operatória/funcional da actividade humana se efectua em ordem à realização de um objectivo, a constituição dos componentes de cada uma desta "unidades" é determinada por uma regulação interna, posta pela necessidade da sua adequação conjunta à realização do objectivo que lhe corresponde.

C. Admite-se que "o comportamento psicomotor de todo o indivíduo resulta das suas relações com o meio ambiente" (11). Estas relações do homem com o que lhe é exterior decompõe-se - segundo Lucien Goldmann, declaradamente apoiado na obra de Jean Piaget - em dois processos complementares: "assimilação do meio aos esquemas de pensamento e de acção do sujeito, e acomodação destes esquemas à estrutura do mundo ambiente, quando este não se deixa assimilar" (12). Assim:

a) Os esquemas (13) de pensamento/conhecimento de um sujeito de pensamento/conhecimento/acção, num dado momento da sua existência, são função

das relações que este sujeito efectivamente tenha mantido com o seu mundo exterior;

b) Cada uma das unidades operatótrias/funcionais da actividade de um sujeito constituinte de actividade humana - enquanto cada uma destas "unidades" é constituinte de um conjunto de relações entre este sujeito e o seu mundo exterior - integra-se no processo constituinte dos "esquemas" de pensamento/conhecimento do sujeito em causa. Pois, por um lado, o seu conteúdo e natureza são função do estádio de realização anteriormente alcançado por aqueles "esquemas" de pensamento/conhecimento e, por outro lado, a sua própria realização contribui para a alteração do equilíbrio anteriormente alcançado por aqueles mesmos "esquemas", levando-os a uma nova configuração/conteúdo.

D. Admite-se que o conjunto das unidades operatórias/funcionais de actividade humana, realizadas por um sujeito para a conservação e o desenvolvimento do seu ser (conservação e desenvolvimento da sua vida, dado que se trata de um ser-vivo-homem), implica um maior e mais complexo investimento de actividade humana que aquele que é implicado pelo conjunto restante da totalidade das unidades operatórias/funcionais de actividade humana realizadas pelo mesmo sujeito (14).

a) O conjunto das unidades operatórias/funcionais de actividade humana, realizadas por um sujeito para conservar e desenvolver o seu ser, determina de modo mais significativo (do ponto de vista constituinte) a constituição da totalidade da actividade humana realizada por esse sujeito, que o conjunto restante da totalidade das unidades operatórias/funcionais de actividade humana realizadas pelo mesmo sujeito. Esta situação constituinte resulta do que se acabou de expor no § C. (e nas suas alíneas) e no § D. da presente exposição.

E. O conjunto das unidades operatórias/funcionais de actividade humana, realizadas de modo original na sua globalidade por um sujeito para a conservação e o desenvolvimento do seu ser, determina de modo dominante e segundo a sua identidade/originalidade a constituição dos esquemas de pensamento/conhecimento daquele sujeito. Esta situação constituinte torna-se manifesta a partir do que se admitiu nos dois últimos parágrafos da presente exposição e respectivas alíneas.

a) Se se admitir por representação geral do mundo para um sujeito, o conjunto composto pelas categorias mais gerais da constituição da natureza dos seres-objectos para aquele sujeito (segundo a representação que ele se faz destes seres-objectos) e pelas categorias mais gerais da constituição das relações que aquele mesmo sujeito concebe entre estes seres-objectos e entre ele próprio e os mesmos seres-objectos, conclui-se (em função do enunciado do § E.) que o conjunto das unidades operatórias/funcionais de actividade humana, realizadas de modo original na sua globalidade por um sujeito para a conservação e o desenvolvimento do seu ser, determina de modo dominante e segundo a sua identidade/originalidade a constituição da representação geral do mundo para aquele sujeito.

b) A representação geral do mundo para um sujeito (determinada de modo dominante na sua constituição pelo conjunto das unidades operatórias/funcionais de actividade humana realizadas por aquele sujeito para a conservação e o desenvolvimento do seu ser) é um sobredeterminante universal da actividade (de pensamento/conhecimento e acção) realizada por aquele mesmo sujeito. Esta situação constituinte resulta, por um lado, do facto de que uma representação geral do mundo, concebida como acima se admite (na alínea anterior), integra o conjunto das condições gnosiológicas gerais da constituição das representações que o sujeito em causa se faz dos seres-objectos componentes do mundo para este sujeito e das representações

que ele também se faz das relações entre esses seres-objectos e ele próprio e, por outro lado, do facto de que as representações que um sujeito se faz dos seres-objectos do "seu" mundo são factores altamente significativos para o desenvolvimento da acção desse sujeito sobre os componentes do mesmo mundo (assim como esta acção é também um factor da constituição das representações que o mesmo sujeito se faz dos componentes daquele mundo, conforme o que foi admitido no § C.) (15).

F. Admite-se que a determinação de uma organização/estruturação globalmente original da totalidade da actividade humana - e respectivos meios operatórios - , realizada para a conservação e o desenvolvimento do ser do sujeito que a organiza/estrutura, se constitui através do desenvolvimento da actividade humana, efectuada por um sujeito colectivo - um conjunto muito extenso de sujeitos idividuais agindo tendencialmente em unidade operatória/funcional - num tempo longo (normalmente mais do que uma geração), com vista à conservação e desenvolvimento dos seres respectivos daqueles sujeitos individuais. Admite-se ainda que um conjunto de sujeitos individuais assim definido é uma classe social (16).

a) A representação geral do mundo (globalmente original) que se dá através da realização da actividade humana colectiva (constituinte de uma organização/estruturação globalmente original da actividade humana que um sujeito realiza para conservar e desenvolver o seu ser) é comum a cada um dos sujeitos individuais constituintes daquela mesma actividade humana colectiva. Esta situação constituinte resulta, por um lado, do facto de que os sujeitos individuais em causa são os componentes do sujeito colectivo que realiza a actividade humana, pela qual se dá aquela representação geral do mundo (representação geral do mundo que se vai simultaneamente e de modo ordenado constituindo na sua identidade e, pela natureza desta, interferindo na constituição das representações dos componentes do mundo

que é o seu objecto). E, por outro lado, a mesma situação constituinte resulta também do facto de que os sujeitos individuais em causa efectuam as suas respectivas "unidades operatórias/funcionais de actividade humana", realizadas para a conservação e o desenvolvimento dos seus seres, de modo colectivo, ou seja formando tendencialmente, no seu conjunto, uma unidade operatória/funcional.

b) A representação geral do mundo (globalmente original), que se dá através da realização da actividade humana colectiva (constituinte de uma organização/estruturação globalmente original da actividade humana que um sujeito realiza, para conservar e desenvolver o seu ser) é um sobredeterminante universal da actividade humana de cada um dos sujeitos individuais constituintes daquela actividade humana colectiva. Esta situação constituinte resulta, por um lado, do facto de que tal representação geral do mundo é comum a cada um daqueles sujeitos individuais e de que ela se dá (para cada um destes mesmos sujeitos) na realização do conjunto das "unidades operatórias/funcionais" efectuadas por cada um deles para a conservação e o desenvolvimento dos seus respectivos seres (como se estabelece na alínea imediatamente anterior) e, por outro lado, do facto de que uma representação geral do mundo em tais condições é um sobredeterminante universal da actividade humana do sujeito que a constitui/admite (como se estabelece no § E., b)).

2.3.3. As condições gerais constituintes da obra cultural e as opções epistemológicas e metodológicas da presente investigação.

Tal como anteriormente se estabeleceu (17), as condições gerais constituintes da obra cultural são uma resultante da integração de dois conjuntos de condições gerais constituintes, dos quais um põe os caracteres gerais da identidade de um objecto a constituir - a obra cultural enquanto tal - e o outro, as condições gerais da determinabilidade do constituinte fundamental daquele mesmo objecto - a actividade humana.

Considerando os resultados da determinação analítica dos componentes destes dois conjuntos anteriormente efectuada (§§ 2.3.1. e 2.3.2. da presente exposição) e tendo em conta a relação constituinte entre os mesmos conjuntos de condições gerais, acabada de referir, podem tirar-se as seguintes conclusões, directamente reportáveis às opções epistemológicas e metodológicas da presente investigação. Assim:

a) A obra cultural, considerada do ponto de vista das suas condições gerais, é, na sua realidade fundamental, uma representação, em cuja constituição é dominante (do ponto de vista constituinte) um conjunto de elementos provenientes de uma outra representação: uma representação geral do mundo, constituída por um sujeito colectivo/classe social.

b) As condições gerais da determinação da actividade humana que mais directamente interferem na constituição de uma obra cultural são as que directamente se reportam à constituição de representações (em geral) e à constituição de representações gerais do mundo para um sujeito. De entre as primeiras destas condições gerais, destaca-se, por um lado, a dependência (constituinte) de cada determinação (ou realização concreta) da actividade humana constituinte de pensamento/conhecimento, relativamente ao estádio de constituição - no sujeito e no momento processual em causa - da totalidade dos esquemas de pensamento/conhecimento daquele sujeito (18) e, por outro lado, a dependência constituinte daquele estádio relativamente não só ao conteúdo da unidade operatória/funcional, realizada pelo sujeito respectivo para a conservação e desenvolvimento do seu ser, mas também ao conteúdo da actividade humana realizada por um sujeito colectivo/classe social em que aquele sujeito se integre (pelo menos através da representação geral do mundo que um tal sujeito colectivo/classe social constitua) (19). De entre as segundas das condições gerais acima referidas (as que directamente se reportam à constituição de uma representação geral do mundo

para um sujeito) destaca-se, em primeiro lugar, a dependência constituinte de uma representação geral do mundo (original na sua globalidade) relativamente à actividade realizada por um sujeito colectivo/classe social, durante um tempo longo e tendencialmente em unidade operatória/funcional, com vista à conservação e desenvolvimento do ser de cada um dos componentes daquele mesmo sujeito colectivo (20) e, em segundo lugar, a redução (admitida (21)) da realidade de uma tal representação geral do mundo, por um lado, a um conjunto de categorias gerais, relativas à constituição dos componentes do "mundo", objecto desta representação geral, e por outro lado, a um conjunto de categorias gerais constituintes das relações - concebidas pelo sujeito de pensamento/conhecimento da mesma representação geral - entre aqueles componentes do "mundo" em causa e entre estes mesmos componentes e o sujeito de pensamento/conhecimento também em causa.

c) Em conformidade com a representação acabada de referir das condições gerais constituintes de uma obra cultural, a constituição de cada obra cultural individualmente considerada aparece determinada por dois núcleos dominantes de factores: um relativo à constituição do sujeito-indivíduo constituinte desta obra cultural, é formado nomeadamente pela configuração/conteúdo dos "esquemas" de pensamento/conhecimento deste sujeito, no momento da elaboração desta obra; o outro, relativo ao sujeito colectivo/classe social, onde aquele sujeito-indivíduo se insere, é formado nomeadamente pelas categorias gerais constituintes do "mundo" para este sujeito colectivo/classe social.

d) Cada um dos dois núcleos de factores acabados de referir aparece, no contexto teórico em que ambos se dão (segundo a presente investigação), com constituições próprias e dependentes de um modo regulado de realidades que lhes são exteriores - o que os põe em relações não-contingentes com tais realidades. Esta situação constituinte dá àqueles núcleos de factores,

por um lado, uma realidade e uma identidade próprias não-contingentes e, por outro lado, põe, de modo fundamentado, a sua radicação noutros componentes do real: é o caso da radicação ordenada dos esquemas, ou formas operatórias gerais, pelos quais um sujeito individual realiza a sua actividade humana, no conteúdo da actividade humana anterior do mesmo sujeito e no conteúdo da actividade humana anterior do sujeito colectivo/classe social onde aquele mesmo sujeito individual se integre; é o caso da radicação da identidade de uma representação geral do mundo, na identidade da actividade humana de um sujeito colectivo/classe social que realiza a conservação e desenvolvimento do ser de cada um dos seus componentes (e do seu próprio ser, enquanto todo) (22).

e) As relações de determinação constituintes, estabelecidas por cada um destes dois núcleos de factores (referidos nas duas alíneas anteriores) na constituição de uma obra cultural individual, aparecem teoricamente fundamentadas não só pela fundamentação geral das funções constituintes atribuídas àqueles núcleos de factores (no contexto em que eles se dão segundo a presente investigação), mas também pela radicação constituinte fundamentada daqueles mesmos núcleos de factores noutros componentes do real, como se assinalou na alínea imediatamente anterior. Esta radicação constituinte dos núcleos de factores em causa, além de superar a sua própria contigência - e aquela que por eles se viesse a projectar na totalidade do que neles se fundamente, como é o caso da constituição e do conteúdo de uma obra cultural individual - , ainda supera o isolamento da obra cultural neles fundamentada, relativamente aos restantes componentes do real. Pois, permite inclusivé pensar a determinação de outros componentes do real por esta obra cultural (além de permitir pensar a determinação desta por outros componentes do real, como se acabou de mostrar), dada a admissão de interferências constituintes recíprocas ordenadas entre os esquemas ou formas gerais operatórias da realização da actividade humana de um sujeito e

a identidade do conteúdo das unidades operatórias/funcionais que compõem aquela mesma actividade humana (23) - o que se admite tanto em relação a um sujeito individual, como a um sujeito colectivo.

f) A constituição de uma obra cultural individual (a natureza do seus componentes e a natureza das relações que estes estabelecem entre si) aparece, no contexto teórico admitido na presente investigação, sobredeterminada por um (pelo menos) dos núcleos de factores referidos nas alíneas anteriores: - a representação geral do mundo, constituída por um sujeito colectivo/classe social. Esta situação constituinte resulta simultaneamente da natureza de uma representação geral do mundo e da definição geral de obra cultural, admitida na presente investigação (24).

g) Nestas condições ficam simultaneamente satisfeitas duas exigências metodológicas: primeiro, fica teoricamente legitimada a constituição de uma representação do conteúdo de uma obra cultural individual, efectuada segundo um princípio constituinte geral, princípio este que sintetize e exprima o conteúdo do núcleo de factores referido na alínea anterior (dada a coerência (funcional) admitida do conteúdo deste núcleo e a sua função de sobredeterminante da constituição do conteúdo da obra cultural em causa); segundo, fica também estabelecida e fundamentada a objectividade daquele mesmo princípio constituinte geral da obra cultural, tanto no que respeita ao seu conteúdo, como à função que lhe é atribuída (de constituinte geral da obra cultural), uma vez que este conteúdo e esta função se fundamentam na relação que tal princípio tem com o núcleo de factores em causa (uma representação geral do mundo, constituída por um sujeito colectivo/classe social). Pela mesma via, a obra cultural fica, na sua própria realidade, integrada do ponto de vista constituinte nas regiões do real onde aquele núcleo de factores se integre.

N O T A S

1. Cf. infra I, 2.3. p.p. 64-77 (nomeadamente p. 64).

2. A opção metodológica de construir originalmente uma teoria geral ou de admitir uma teoria geral já constituída, para fundamentar um conhecimento teórico de um objecto particular, deverá ser tomada, no decurso de uma investigação, em função das condições particulares em que esta investigação se dê, tais como a natureza do problema a resolver, as disponibilidades teóricas no domínio em causa e as decisões pessoais do investigador, tomadas estas no enquadramento objectivo desta mesma investigação.

3. Cf. L. Goldmann, Le Dieu Caché, p.15.

4. Dado que a teoria geral a empregar na presente investigação, relativamente à constituição da obra cultural, não se apresenta como uma reprodução fiel e integral das posições teóricas de Lucien Goldmann acima referidas, dispensar-nos-emos de reportar, de modo analítico e regular, o conteúdo daquela teoria geral aos textos de L. Goldmann e de assinalar de igual modo eventuais divergências. Referir-nos-emos, no entanto, de modo directo àqueles textos sempre que tal nos pareça útil para esclarecer o pensamento exposto.

   Identificamos de suguida os textos de L. Goldmann que mais significativamente constribuiram para a formulação da teoria geral a empregar neste passo da presente investigação: Le Dieu Caché (nomeadamente o seu primeiro capítulo: "Le Tout et les Parties"; Recherches Dialectiques (nomeadamente a sua primeira parte: "Problèmes de Méthode"; Sciences Humaines et Philsophie; os seguintes artigos de L.Goldmann: "L'Importance du Concept de Conscience Possible pour la Communication" (publicado actualmente em L. Goldmann, La Création Culturelle dans la Société Moderne, p.p.7-24 e originalmente publicado em Le Concept d'Information dans la Science Contemporaine (Cahiers de Royaumont), Paris, Éditions Minuit, 1965); "Épistémologie de la Sociologie" (actualmente publicado em L. Goldmann, Épistémologie et Philosophie Politique, p.p.23-46 e originalmente publicado em Logique et Connaissance Scientifique, col. Encyclopédie de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1967); "Structuralisme Génétique en Sociologie de la Littérature" (publicado em Le Structuralisme Génétique - L'Oeuvre et l'Influence de Lucien Goldmann, p.p.17-38).

   Assinalamos também que as principais simplificações operadas por nós, relativamente às posições teóricas de L. Goldmann, reportam-se à fundamentação e às funções epistemológicas/metodológicas dos seus conceitos de sentido, de estrutura significativa e de consciência possível/visão geral do mundo. Não negamos a utilidade espistemológica e metodológica destes conceitos para a constituição de um conhecimento teórico de produções culturais, nem negamos tão-pouco a sua fundamentação empírica (e também não as excluímos da teoria geral empregue para fundamentar o conhecimento teórico do objecto operatório da presente investigação). Procurámos no entanto libertar aqueles conceitos de uma posição acentuadamente hegemónica dentro do esquema explicativo da obra cultural, em que os colocam, nos escritos de L. Goldmann, as insistentes referências que este lhes faz: integramo-los de modo mais manifesto numa sequência de causalidade eficiente do que nos parece estarem naqueles escritos. Naqueles escritos uma tal integração aparece diluída nas repetidas e insistentes referências às possibilidades teóricas daqueles conceitos para a integração e organização de dados provenientes de objectos empíricos (produtos da actividade humana) e para a consequente compreensão destes objectos.

5. Por coerência funcional entende-se a adequação dos componentes de um todo à realização conjunta de um efeito, ou objectivo. Por conseguinte um conjunto formalmente coerente de elementos não é necessariamente coerente do ponto de vista lógico. Como escreve L. Goldmann, esta coincidência só se dá talvez nas obras de filósofos racionalistas (cf., Le Dieu Caché, p.22, nota 1). Noutro dos seus escritos ele afirma, a propósito destes dois tipos de coerência: "il ne faut pas entendre la cohérence dans un sens logique, et croire que tout ce qui n'est pas immédiatement conforme à la logique, tout ce qui implique contradiction, est incohérent. La cohérence doit être conçue dans le sens de cohérence relative, dans le sens de fonctionnalité" (Lukacs et Heidegger, p.159). Cf., também Structuralisme Génétique, p.p.24-25 (transcrito na nota 10 do presente capítulo).

6. Esta representação geral do mundo é o constituinte e o objecto de referência - situado no mesmo plano do real que a própria obra cultural - da unificação das diversas obras culturais individuais, enquanto integrantes de uma mesma cultura. Diz-se situado no mesmo plano do real que a própria obra cultural, porque se admitem - como mais adiante se expõe - outros constituintes da obra cultural enquanto tal.

7. Cf., "Structuralisme Génétique en Sociologie de la Litterature" (in Structuralisme Génétique, p.p.23-24). É também particularmente elucidativa a seguinte passagem dos escritos de L. Goldmann sobre a sua concepção da obra cultural: "Si, en effet la conscience réelle des groupes n'approche que très rarement leur conscience possible, les grandes oeuvres culturelles, au contraire, nous semblent précisément exprimer sur les différents plans (du concept , de l'imagination verbale, visuelle, etc.) ce maximum à un degré avancé et très proche de la cohérence. C'est ce qui explique le caractère privilégié qu'elles présentent pour les sociétés humaines. Les oeuvres sont ainsi des créations à la fois colectives et individuelles dans la mesure où la vision du monde à laquelle elles correspondent a été élaborée pendant plusieurs années et parfois plusieurs générations par la collectivité, mais où leur auteur est le premier ou tout au moins l'un des premiers a l'exprimer à un niveau de cohérence aussi avancé soit sur le plan de la pensée conceptuelle, soit par la création d'un univers imaginaire de personnages, d'objets et de relations" (Épistémologie et Philosophie Politique, p.p.36-37). Entre outras passagens sobre este tema, pode ver-se: Le Dieu Caché, p.p.26-28 e Sciences Humaines et Philosophie, p.p.131-139 (nomeadamente p.136).

8. Cf. Recherche Dialéctique, p.30. Transcreve-se de seguida o texto de L. Goldmann que é a sequência imediata do fragmento acima traduzido, para uma mais perfeita compreensão deste: "Encore faut-il ajouter que ces problèmes sont en nombre limité et que l'époque et le pays - c'est-à-dire les circonstances sociales - déterminent seulement:

a) ceux d'entre eux qui, à un certain moment de l'histoire, passent au premier plan et prennent une place importante dans les préocupations des penseurs.

b) ceux qui sont, par contre, relegués au second plan ou disparaissent même de la conscience;

c) la forme concrète que ces problèmes fondamentaux et généraux prennent à un certain instant et à certain endroit.

À l'ensemble de ces problèmes, il y a trois sortes de réponses importantes pour la culture humaine:

a) les réponses conceptuelles et abstraites, la philosophie;

b) les réponces sensibles et concrètes, l'art;

c) les réponces pratiques, l'action" (Recherches Dialectiques, p.30). Em nota referida à alínea b) imediatamente anterior, L. Goldamnn acrescenta: "C'est cette communauté de problèmes et parfois de réponses, en termes philosophiques, cette communauté de vision du monde, qui explique la parenté que nous trouvons à chaque époque entre les oeuvres des grands artistes et celles des grands penseurs. (Il suffit de penser aux couples: Descartes-Corneille, Pascal-Racine, Kant-Schiller, Schelling-les romantiques allemands, Hegel-Goethe). Mais il faut aussi le répéter, à côté de la paranté qui unit à chaque époque les pensées et les oeuvres d'art, il y a aussi ce que les sépare: le caractère conceptuel et abstrait des unes, le caractère sensible et concret des autres" (id.). Depois de afirmar que uma nova visão do mundo não aparece por intuição genial, mas que resulta de uma actuação colectiva e por vezes efectuada por várias gerações, L. Goldmann escreve: "le philosophe n'est que le premier homme qui exprime d'une manière à peu près conséquente cette nouvelle vision du monde en face des problèmes fondamentaux qui se posent aux hommes de cette société, le premier à constituer la nouvelle vision du monde en totalité sur le plan de la pensée conceptuelle" (ib., p.31). Sobre as condições gerais constituintes da obra filosófica , cf., ib., p.p.26-44. Em Le Dieu Caché, depois de esclarecer o seu pensamento sobre o seu conceito de visão do mundo, L. Goldmann volta a caracterizar a filosofia em função deste conceito: "si l'individu n'a que rarement une conscience vraiment entière de la signification et de l'orientation de ses aspirations, de ses sentiments, de son comportement, il n'en a pas moins toujours une conscience relative. Rarement, des individus exceptionnels atteignent, ou tout au moins sont près d'atteindre, la cohérence intégrale. Dans la mesure où ils parviennent à l'exprimer, sur le plan conceptuel, ou imaginatif, ce sont des philosophes ou des écrivains et leur oeuvre est d'autant plus importante qu'elle se rapproche plus de la cohérence schématique d'une vision du monde, c'est-à-dire du maximum de conscience possible du groupe social qu'ils expriment"(LeDieu Caché, p.27).

9. Se, por um lado, se admite que a constituição de um sujeito concreto - individual, ou colectivo - de actividade humana se constroi enquanto tal no decurso da realização da sua prórpia actividade, por outro lado, admite-se também que os sujeitos concretos (os homens), no estádio actual da história da humanidade, operam tendencialmente segundo um mesmo conjunto de categorias, as quais servem assim de determinantes tendencialmente universais para a realização destes sujeitos concretos, enquanto tais e definem, ao mesmo tempo, a natureza deles enquanto sujeitos constituintes de actividade humana.

   Estas categorias, encaradas na perspectiva da actividade humana, cuja constituição elas definem/determinam, formam um conjunto de condições gerais constituintes desta mesma actividade.

   Deve acrescentar-se ainda, para dissipar eventuais mal-entendidos, que a admissão deste conjunto universal de categorias (operatórias) não contraria de modo algum admissão de outros conjuntos de categorias (operatórias) gerais, constituintes da actividade humana - por exemplo, um por cada grupo/classe social, sócio-historicamente determinado - categorias que determinem a diferenciação da actividade de cada um destes grupos/classes sociais, sem todavia anularem nesta actividade a sua natureza/qualidade de actividade humana. Estes últimos conjuntos de categorias (operatórias) não são mais do que complementos do conjunto de categorias referido no início desta nota.

A importância metodológica da admissão deste conjunto universal de categorias (operatórias) para a realização de uma investigação do género desta é implicitamente reconhecida por L. Goldmann pela inclusão, na sua teoria explicativa da constituição da obra cultural, de uma teoria geral relativa à actividade humana em geral.

10. "À la base de toute recherche structuraliste génétique dans le domaine de la création culturelle, il y a l'hipothèse qu'il existe une caractéristique universelle valable pour tout comportement humain [...] les comportements humains sont, ou tendent à être, significatifs. Chaque fois qu'un homme agit, il se trouve en face d'une situation qui constitue pour lui une tâche ou un problème à résoudre et il essaye de transformer le monde par son comportement de manière à obtenir une réponse significative au problème posé. De plus l'être humain tend bien qu'il n'y parvienne que très rarement à mettre en accord les différentes réponses qu'il est amené à donner aux différents problèmes qui se posent à lui, c'est-à-dire que tous les hommes tendent à faire de leur pensée, de leur affectivité et de leur comportement une structure significative et cohérente" (L. Goldmann, "Structuralisme Génétique en Sociologie de la Littérature", in Structuralisme Génétique - L'Oeuvre et L'Influence de Lucien Goldmann, p.21 - Sublinhados por nós); "tout comportement humain tend [...] à la sigification et à la racionalité [...] lorque nous parlons de rationalité il ne s'agit pas de raison cartésienne (qui n'est qu'une des multiples formes de comportement rationnel), ni d'une rationalité logique indépendante des données sociologiques et psychologiques: rationalité signifie ici tout simplement le fait que le comportement humain est toujours une réponse aux problèmes que pose à l'homme le milieu ambient et que cette réponse tend à être significative, c'est-à-dire à permettre soit à l'organisme individuel soit au groupe de survivre et de développer de la manière la plus efficace et la plus conforme à ses tendances immanentes" (ib., p.p.24-25). Sobre o pensamento de L. Goldmann relativamente à constituição da actividade humana através de "estruturas significativas", ou "processos de estruturação" tendendo a uma coerência funcional, pode ver-se também o seu artigo "Épistémologie de la Sociologie" (citado supra nota 4 e L. Goldmann, Marxisme et Sciences Humaines (nomeadamente o seu primeiro capítulo: "Génèse et Structure", ib., p.p.17-30). Ainda sobre o conceito de "estrutura significativa" e a sua utilidade metodológica para o conhecimento teórico da obra cultural, cf., L. Goldmann, "Le Concept de Structure Significative en Histoire de la Culture", in L. Goldmann, Recherches Dialectiques, p.p. 106-117.

11. Cf. L. Goldmann, Dieu Caché, p.25.

12. Cf. id., (sublinhados por nós). Para precisar melhor o sentido da apropriação/integração feita por L. Goldmann deste ponto do pensamento de J. Piaget, por um lado, recomenda-se a leitura dos dois artigos seguintes de L. Goldmann - "La Psychologie de Jean Piaget", in L. Goldmann, Recherches Dialectiques, p.p.118-128 e "L'Épistémologie de Jean Piaget", in ib., p.p.129-145 - e, por outro lado, transcreve-se a seguinte passagem deste último artigo de L. Goldmann: "Rappelons tout d'abord l'idée centrale de l'ouvrage [J. Piaget, Introduction à l'Épistémologie Génétique", 3 vols., Paris, PUF, 1950]: tout fait psychique (comme d'ailleurs tout fait biologique) est le résultat d'un processus cyclique d'adaptation que Piaget décompose en deux éléments: assimilation et accommodation. Tout être vivant, animal, homme, groupe social, tend à assimiler le monde ambiant à son organisme et à ses

schèmes d'action ou de pensée. Assimilation physiologique pour le corps, pratique pour l'intelligence animale, sensible, pratique et intellectuelle pour l'homme à ses différents niveaux d'âge.

Cette tendance à l'assimilation est un phénomène à la fois dynamique et conservateur. Dynamique dans la mesure où le sujet tend à étendre sa sphère d'action à une partie de plus en plus vaste du monde ambiant, conservateur dans la mesure où le sujet s'efforce de conserver sa structure intérieure et essaie de l'imposer à ce monde.

Heureusement ou malheureusement, le monde ne se laisse pas toujours assimiler aux activités du sujet. Cela oblige celui-ci à modifier ses schèmes moteurs ou intellectuels pour faire face aux problèmes nouveaux qu'il doit résoudre. Les résistances de l'objet, du monde extérieur sont ainsi un facteur indispensable de tout progrès de la conscience (individuelle dit Piaget, collective disait Marx). Dans l'univers l'homme n'est ni créateur tout-puissant, ni simple spectateur; il est acteur, un être qui agit sur le monde, le transforme et se modifie lui-même sous l'action de ces transformations.

L'homme et l'univers se trouvent toujours dans un équilibre provisoire résultant des processus antérieurs d'assimilation et d'accommodation, équilibre chaque fois rompu par les problèmes nouveaux que pose le monde et chaque fois rétabli à un niveau supérieur par les accommodations (pour la société, Marx disait les révolutions) du sujet". (art.cit., in ib., p.p.129-130).

Sobre os conceitos de "assimilação" e de "acomodação", aqui invocados por L. Goldmann e a sua integração no pensamento teórico de Jean Piaget pode ver-se deste autor: La Naissance de l'Intelligence Chez l'Enfant. Neuchatel, Delachaux et Niestlé, (5ª ed.), 1966; La Construction du Réel Chez l'Enfant. Neuchatel, Delachaux et Niestlé, (4ª ed.), 1967; Biologie et Connaissance. Paris, Gallimard, 1967.

13. Emprega-se aqui o termo esquema com um valor conceptual equivalente ao que lhe é atribuído por Piaget: "Nous appellons schèmes d'actions ce qui, dans une action, est ainsi transposable, généralisable ou différenciable d'une situation à la suivante, autrement dit ce qu'il y a de commun aux diverses répétitions ou applications de la même action" (J. Piaget, Biologie et Connaissance. Paris, Gallimard, 1967, p.23).

14. A importância atribuída por L. Goldmann à actividade humana realizada por um sujeito para a conservação e o desenvolvimento do seu ser, relativamente à constituição da restante actividade do mesmo sujeito, é amplamente testemunhada nos seus escritos e está sempre subjacente aos seus conceitos de "visão do mundo" e de "consciência possível". Um testemunho directo encontra-se em Sciences Humaines et Philosophie, p.p.90-102, donde se extrai a passagem seguinte: "y a-t-il, dans la vie des hommes, nom pas une importance 'unique', 'décisive', etc., mais un privilège quelconque attaché aux facteurs économiques? En droit: NON; en fait, et dans l'histoire telle qu'elle s'est déroulée jusqu'à nos jours: OUI, et cela précisément parce que l'individu humain, aussi bien que la société, sont des faits totaux dans lesquels on ne peut pas découper des couches privilégiées. L'homme est un être vivant et conscient, placé dans le monde ambiant de réalités économiques, sociales, politiques, intellectuelles, religieuses, etc. Il subit l'action globale de ce monde et réagit, à son tour, sur lui. C'est ce que nous appelons une relation dialéctique. Et, précisément parce qu'il n'y a pas, dans la conscience de l'individu - sauf exception assez rare - des

compartiments étanches soustraits aux influences du reste de la personalité, il constituera toujours une unité, plus ou moins cohérente. Cela suffit pour expliquer et confirmer le previlège de l'action des facteurs économiques dans l'histoire passée et contemporaine. Car les hommes sont aussi constitués que, pour aimer, penser ou croire, ils doivent vivre, se nourrir et se vêtir. Ces domaines de l'activité humaine peuvent, sans doute, avoir très peu d'action sur la pensée et les autres activités, mais cela à conditions que la satisfaction des besoins auxquels ils correspondent soit largement assurée et que les hommes y consacrent une partie relativement réduite de leur activité totale. Or, qu'on s'en rejouisse ou non, pour l'enorme majorité des hommes cela n'a encore jamais été le cas" (ib., 91-92).

15. Como anteriormente se esclareceu, procuramos não nos afastarmos do conteúdo fundamental das posições teóricas de L. Goldmann, sem no entanto nos obrigarmos à sua reprodução fiel e integral. Para uma avaliação da conformidade da presente exposição (e opção metodológica) ao conteúdo nuclear destas posições teóricas de L. Goldmann - nomeadamente no que respeita aos § E. e § F. e respectivas alíneas da presente exposição - reenviamos o leitor para o conjunto de textos de L. Goldmann anteriormente referidos na nota 4, donde extraímos as seguintes passagens, pelo seu poder exemplificativo: "les visions du monde [...] [sont] l'expression psychique de la relation entre certains groupes humains et leur milieu social et naturel" (Dieu Caché, p.29); "toute vie psychique est étroitement liée à la praxis; [...] elle se présente en suite sur le plan individuel comme sur le plan collectif, sous la forme de réalités dynamiques orientées vers un équilibre cohérent entre le sujet et le milieu ambiant, c'est-à-dire de processus de structuration; enfin [...] à l'intérieur de ces processus globaux la vie psychique, et à l'intérieur de celle-ci la pensée, constituent elles aussi à leur tour des totalités relatives, des processus de structuration dirigés vers des états d'équilibre significatifs et cohérents".

"Dans le cas priviligié des groupes orientés vers une organisation globale de la société, nous avons appelé ces structurations psychiques, visions du monde". [...]. Or, des visions du monde ne sauraient être des faits purement individuels car, quels que soient le génie et l'imagination créatice d'un individu, il est évident que les limites de sa vie et de son expérience ne sauraient lui permettre, sinon de manière si exceptionnelle qu'elle équivaut à une exclusion pratique, d'élaborer, même partiellement, un pareil ensemble de catégories. Cette élaboration constitue un processus lent et complexe qui s'échelonne le plus souvent sur plusieurs générations et suppose la praxis conjointe d'un nombre considérable d'individus qui constituent un groupe social, et pratiquement lorsqu'il s'agit de l'éboration d'une vision du monde, un groupe social priviligié" (Épistémologie de la Sociologie, in Épistémologie et Philosophie Politique, p.29); "depuis la fin de l'Antiquité et jusqu'à nos jours les classes sociales constituent les infrastructures des visions du monde" (Sciences Humaines et Philosophie, p.109); nas páginas que seguem esta última citação, o seu autor desenvolve o raciocínio e exemplifica-o com factos da história de França. A redução da constituição de uma "visão do mundo" a um conjunto de categorias estruturantes - ou de estruturas categoriais - da consciência de um sujeito é frequentemente testemunhada nos escritos de L. Goldmann. Reportando-se ao seu conceito de "consciência possível" (cujo fundamento imediato é o conceito de "visão do mundo"), L. Goldmann faz indirectamente uma caracterização analítica deste último

conceito em função das categorias que o estruturaram sem no entanto pretender aí esgotar a questão: "le sociologue doit-il toujours se demander lorsqu'il étudie un groupe social, quelles sont les catégories intellectuelles fondamentales, l'aspect spécifique des concepts d'espace, de temps, de bien, de mal, d'histoire, de causalité, etc. qui structurent sa connaissance, dans quelle mesure ces catégories sont liées à son existence, quelles sont les limites du champs de conscience qu'elles engendrent" (L'Importance du Concept de Conscience Possible pour la Communication, in Création Culturelle dans la Société Moderne, p.14). Reportando-se à constituição da obra cultural L. Goldmann refere-se nestes termos ao conjunto de categorias implicadas pelo seu conceito de "visão geral do mundo": "la tendance à un caractère rationnel et significatif par rapport au millieu ambiant, jointe à la recherche de cohérence globale, aboutit à l'élaboration dans certains groupes sociaux priviligiés d'un ensemble de catégories fundamentales de la pensée, de l'affectivité et du comportement. Entre ces catégories le lien n'est pas arbitraire puisqu'il est constitué par leurs tendances à la compatibilité, à la cohérence". (Structuralisme Génétique en Sociologie de la Littérature, in Structuralisme Génétique - L'oeuvre et l'Influence de Lucien Goldmann, p.28). Reportando-se ao modo de intervenção constituinte das categorias ou estruturas categoriais acima referidas, L. Goldmann afirma-o não-consciente: "le non conscient, constitué par les structures intellectuelles, affectives, imaginaires et pratiques des consciences individuelles. Le non conscient est une création des sujets transindividuel et a, sur le plan psychique, un statu analogue aux structures nerveuses ou musculaires, sur le plan physiologique. Il est distinct de l'inconscient freudien, dans la mesure où il n'est pas refoulé et n'a besoin de surmonter aucune résistance pour devenir conscient, mais seulement d'être mis en lumière par une analyse scientifique" (Sciences Humaines et Philosophie, p.153 - a mesma posição teórica aparece igualmente testemunhada in: L. Goldmann, Marxisme et Sciences Humaines, p.p.58-59).

16. Na nota imediatamente anterior encontram-se testemunhos do pensamento de L. Goldamnn sobre esta determinação globalmente original da actividade humana.
Dado o modo segundo o qual se aborda na presente investigação a constituição da actividade humana, não nos parece necessário fazer uma determinação mais completa do conceito de classe social. No entanto esclarece-se que se pressupõe a determinação global deste conceito feita por L. Goldamnn (cf. Sciences Humaines et Philosophie, p.p.102-118).

17. Cf. supra, I, 2.3.1., C. e D., p.66.

18. Cf. ib., I, 2.3.2., C., a) e c), p.p. 69-70.

19. Cf. id. I., (nomeadamente C. , D., E., e F., p.p.69-73.

20. Cf. ib. I, F., p.p. 72-73. . No tocante às condições constituintes de uma representação geral do mundo consideradas em geral e independentemente da identificação do seu sujeito constituinte, cf. ib. E., p.p. 71-72.

21. Cf. ib., I, E., a), p.71.

22. Cf. ib. I, 2.3.2., p.p. 69-77. (nomeadamente C., p.p. 69-70).

23. Cf. ib. I, 2.3.2., p.p. 69-77. nomeadamente C.D. e E.p.p.69-72.

24. Cf. ib. I, 2.3.1., A. e E., p.p.64 e 66-68, respectivamente.

3. ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

São factores capitais da organização da presente investigação, por um lado, as condições em que um "ser" dado (a representação cartesiana da união da alma e do corpo) se torna o "objecto" de um problema (1) e, por outro lado, as consequências metodológicas que daí foram retiradas e já expostas na presente exposição (2), nomeadamente a exigência metodológica (radicada na natureza do "sujeito" do problema a resolver pela presente investigação) que põe a necessidade da integração da representação a contituir do objecto operatório da presente investigação por uma teoria geral, cujo objecto seja uma região do real que, por sua vez, integre aquele objecto operatório (3).

Este conjunto de condições implica uma acentuada participação construtiva do sujeito em causa, na constituição da representação a estabelecer do objecto operatório da investigação. Assim, o primeiro grupo destas condições põe, como então se mostrou, a necessidade metodológica de determinar um princípio geral constituinte daquele objecto operatório (isto é da totalidade do pensamento filosófico de Descartes) e um amplo e complexo conjunto de relações constituintes daquele mesmo objecto operatório, dependentes do ponto de vista constituinte daquele princípio geral. Ora nem um princípio geral constituinte de um objecto, nem qualquer relação constituinte enquanto tal, são objectos de conhecimento dados por simples observação imediata. Pelo contrário, o seu conhecimento implica sempre uma participação construtiva acentuada do sujeito do conhecimento - o qual no caso presente é um sujeito constituído segundo as condições anteriormente expostas (4), por conseguinte, um sujeito-razão, ou um sujeito teórico. Uma participação construtiva deste sujeito é obviamente necessária para a elaboração de uma teoria geral e para a integração de qualquer representação nesta teoria, como ficou estabelecido pelo último

grupo das condições em causa e acima referido.

Uma tal participação construtiva do sujeito teórico implica riscos, no tocante à adequação da resultante da sua actividade à realidade mesma do objecto a que aquela resultante se reporte. Assim, torna-se necessário fazer uma opção metodológica que simultaneamente proporcione ao sujeito teórico as melhores condições possíveis à realização da sua participação construtiva e neutralize (ou reduza a um mínimo possível) os riscos aludidos.

A opção metodológica feita na presente investigação, para responder a estas condições, consiste na realização de uma observação preliminar cuidada do objecto operatório seguida de três unidades processuais, distintas do ponto de vista das suas constituições respectivas, mas processualmente integradas.

A primeira destas unidades processuais consiste na elaboração, efectuada pelo sujeito de conhecimento em causa, de uma construção hipotético-dedutiva, tendente a representar conceptualmente de um modo esquemático o objecto operatório, segundo as condições postas pela natureza do problema (a resolver pela presente investigação) e pelas opções metodológicas já feitas. De entre estas opções destaca-se, por um lado, a admissão de um princípio geral constituinte daquele objecto operatório, (objecto este que, recorda-se, é o pensamento filosófico de Descartes, considerado no seu todo) e a admissão de algumas condições da realização do mesmo princípio; por outro lado, a elaboração da dedução de relações constituintes daquele mesmo objecto operatório e/ou de condições necessárias da realização destas relações. Esta construção hipotético-dedutiva estabelecer-se-á tendo em conta os dados da observação preliminar do objecto operatório, mas, enquanto construção hipotética, sem qualquer compromisso definitivo de acordo com os caracteres da realidade mesma daquele objecto operatório. A resultante desta construção conceptual é uma teoria específica do objecto em causa; dá (ou pelo menos

pretende dar) conceptualmente conta do conteúdo da realidade de tal objecto, mas considerado somente na sua própria constituição interna, sem reportar explicita ou implicitamente aquele conteúdo a qualquer outro componente do real, e sem se fundamentar em qualquer outro conteúdo teórico. A esta representação esquemática conceptual do objecto operatório chamar-se-á objecto modelo, exprimindo assim simultaneamente a limitação da sua extensão e a sua natureza esquemática.

A segunda das unidades processuais em causa consiste na integração explicita da resultante da primeira destas unidades (o objecto modelo) numa teoria geral, cujo objecto seja uma região do real mais vasta que o objecto operatório da presente investigação e onde este se integre (a teoria geral anteriormente admitida sobre a natureza da obra cultural (5)). O conteúdo do objecto modelo - inicialmente confinado na sua fundamentação aos seus pressupostos constituintes, sem apresentar outra garantia de objectividade que não fosse a sua conformação aos princípios gerais do pensamento (enquanto construção hipotético-dedutiva) e reportando-se, enquanto representação, unicamente a um objecto singular (o objecto operatório em causa) - adquire agora um novo tipo de objectividade pela sua integração naquela teoria geral. Pois, torna-se manifesto que a constituição daquela representação individual/objecto modelo não se conforma somente aos princípios gerais do pensamento, mas é também determinada por constantes universais (do comportamento do real), estabelecidas por aquela teoria geral, o que reforça consideravelmente a consistência teórica daquela mesma representação individual/objecto modelo. Além deste reforço de objectividade e de consistência teórica, a integração do objecto modelo numa teoria geral quebra o isolamento não só do próprio objecto modelo, como também o do seu objecto (enquanto representação), isto é o isolamento do objecto operatório: o primeiro aparece como uma determinação particularizada daquela mesma teoria

e o segundo como componente de uma região do real, enquanto tal, conformado à natureza desta. A resultante desta unidade processual designar-se-á por modelo teórico, exprimindo assim simultaneamente a sua natureza conceptual esquemática e a sua consistência teórica (6).

A terceira das unidades processuais em causa consiste numa confrontação analítica e metodicamente organizada entre o conteúdo do modelo teórico (estabelecido nas duas unidades processuais anteriores) e os caracteres do objecto operatório em causa, isto é o pensamento filosófico de Descartes, tal como ele se manifesta nos seus testemunhos, tendo em vista a determinação do grau de identidade dos elementos comparados. Na prática, esta confrontação efectua-se fundamentalmente entre os componentes do objecto modelo (hipotético-dedutivamente estabelecidos) e os componentes constituintes daquele objecto operatório que lhes sejam homólogos. Pois, a diferença entre o objecto modelo e o modelo teórico não reside nos caracteres dos componentes de cada um, mas nas suas fundamentações e significados teóricos respectivos, o que aliás é manifesto pelas condições constituintes de tais objecto modelo e modelo teórico.

A separação metodológica entre as unidades processuais acabadas de referir - nomeadamente entre, por um lado, aquela em que se elabora a representação conceptual do objecto a representar (o objecto operatório) e, por outro lado, aquela em que se faz a "observação preliminar" deste objecto e aquela outra (a terceira) em que procura avaliar o grau de identidade entre o conteúdo da representação conceptual em causa e este mesmo objecto - oferece efectivamente o risco de construção hipotético-dedutiva, constituinte do objecto modelo, resultar desadequada à realidade mesma do objecto a representar. No entanto, aquela mesma separação de unidades processuais pela totalidade da opção metodológica em que ela se insere, oferece também vantagens que compensam aqueles riscos - aliás esta opção metodológica

integra meios eficazes para os neutralizar. Assim:

a) permite a independência operatória do sujeito de conhecimento na realização da sua participação construtiva determinadora do princípio geral constituinte do objecto - o objecto operatório da presente investigação - e das relações constituintes admitidas neste objecto. Pois, embora a construção hipotético-dedutiva daquela participação se efectue tendo em conta dados provenientes da "observação preliminar" deste mesmo objecto, aquela construção hipotético-dedutiva não está subordinada a qualquer compromisso de adequação necessária da sua resultante aos caracteres de tal objecto;

b) esta construção teórica e a sua resultante manifestam-se com transparência gnosiológica completa em todos os seus componentes, pois, enquanto construção hipotético-dedutiva, aquela construção terá manifestos os seus pontos de partida, os seus momentos constituintes e os componentes do seu ponto de chegada (resultante);

c) esta transparência gnosiológica do conteúdo da participação construtiva do sujeito permite a confrontação analítica deste conteúdo com os caracteres do objecto respectivo (ainda que frequentemente esta confrontação se não possa efectuar directamente com os caracteres daquele objecto apreendidos por uma observação imediata, requerendo tal confrontação procedimentos metodológicos complementares);

d) esta mesma transparência gnosiológica do conteúdo da participação construtiva do sujeito (e do conteúdo da resultante desta participação) permite uma distinção e reconhecimento imediatos deste conteúdo e da sua proveniência constituinte, relativamente ao conteúdo da realidade mesma do objecto respectivo e/ou a qualquer outra representação deste objecto;

e) esta distinção e reconhecimento imediatos facilitam a avaliação da qualidade gnosiológica daquela participação construtiva do sujeito,pois permite

observar e refazer o percurso teórico constituinte de tal participação, quantas vezes se quiser, quer pelo seu próprio sujeito constituinte, quer por qualquer outro sujeito.

Quanto à legitimidade teórica da integração da referida participação construtiva do sujeito de conhecimento - isto é da sua construção hipotético-dedutiva do objecto modelo - na representação a efectuar do objecto a conhecer, esta legitimidade radica na representação admitida da constituição geral da natureza deste mesmo objecto: desde que se admita que esta constituição se dá em coerência interna - portanto em homogenidade formal constituinte com os produtos do pensamento teórico - aquela integração manifesta-se possível em geral, por conseguinte teoricamente legítima a este nível (de adequação formal geral). Quanto à legitimidade da atribuição do conteúdo daquela participação construtiva do sujeito ao conteúdo da realidade do objecto em causa, tal legitimidade depende da adequação (ou grau de adequação) daqueles dois conteúdos, o que implica uma apreciação caso a caso, mediada por uma apreensão daquele objecto - efectuada por uma outra via gnosiológica e por uma confrontação dos dados desta apreensão com os caracteres da resultante daquela mesma participação construtiva do sujeito de conhecimento. Assim, em geral, relativamente a esta última legitimidade, só se podem estabelecer as condições metodológicas da sua determinação.

No que respeita à presente investigação, a legitimidade teórica da integração da participação construtiva do seu sujeito constituinte na representação do seu objecto operatório (o pensamento filosófico de Descartes considerado no seu todo) é garantida pela representação admitida da constituição geral da natureza deste objecto operatório, a qual, por sua vez, é posta pela teoria geral admitida, relativamente à natureza da obra cultural em geral e da

obra filosófica em particular. Esta teoria, tal como se mostrou (7), admite uma coerência funcional, no conteúdo da obra cultural, permitindo assim concebê-la em ordem a um princípio geral constituinte de radicação objectiva (8).

A prática explícita da formulação de hipóteses não é corrente na história da filosofia, nomeadamente com a declaração expressa do uso do pensamento hipotético-dedutivo. No entanto, a integração mais ou menos declarada de uma participação construtiva do sujeito constituinte da investigação na história da filosofia é corrente e mesmo operatoriamente necessária, se se não quiser ficar ao nível do relato de simples constatações imediatas, isto é se se quiser ultrapassar o estádio de uma história-relato da filosofia e construir efectivamente uma história-problema da filosofia. Em face da necessidade metodológica desta participação construtiva do sujeito, torna-se conveniente, por um lado, que o sujeito constituinte da história-problema da filosofia assuma sem equívocos o seu contributo constituinte (a sua participação construtiva) na realização desta história - que o efectue com rigor e com transparência gnosiológica, de modo que aquele contributo possa ser facilmente reconhecível enquanto tal (9) - e, por outro lado, que sejam proporcionadas as melhores condições práticas para a realização daquele memso contributo constituinte do sujeito, quer no tocante à sua própria realização, quer no que respeita à confrontação da sua resultante com os caracteres do objecto respectivo, para a validação "factual" desta resultante, como se acaba de mostrar pela descrição da opção metodológica feita para a presente investigação.

Na construção da história em geral occorre algo de equivalente, sempre que se pretende passar da construção de uma história-relato à construção de uma história-problema (10): acentua-se a participação construtiva do sujeito constituinte da investigação histórica (11); a constituição desta participação construtiva dá-se através da elaboração de hipóteses (12); muito

frequentemente - como na história da filosofia - este recurso à elaboração de hipóteses não é explicitado de modo claro, nem a função constituinte destas hipóteses é suficientemente assinalada, como lembra Topolsky: "as hipóteses formulam-se muitas vezes sem serem chamadas desse modo, a par de afirmações, menos numerosas, que são chamadas hipóteses de modo explícito" (13).

A integração da participação construtiva do sujeito na construção de uma história-problema - inclusivé o contributo do pensamento dedutivo e hipotético-dedutivo para esta participação - são testemunhadas quer por trabalhos de metodologia da história (14), quer por trabalhos já realizados segundo aquela opção metodológica, entre os quais se situam os da escola dos Annales: "para mim - escreve Braudel - a investigação deve ser interminavelmente conduzida da realidade social ao modelo, depois deste àquela e assim sucessivamente, por uma série de correcções, de viagens pacientemente renovadas. O modelo é assim, alternadamente. ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do actual, gostaria de o situar de seguinda na realidade, depois fazê-lo recuar no tempo, se possível, até ao seu nascimento" (15).

A legitimidade teórica da "participação construtiva" do sujeito-historiador (implicando a prática do pensamento dedutivo e mesmo do pensamento hipotético-dedutivo) radica, em última instência, na admissão de um pressuposto de inteligibilidade relativamente à natureza geral da actividade humana - como aliás todo o conhecimento científico, relativamente ao seu objecto - e, numa primeira instância, aquela legitimidade radica numa teoria que estabeleça (de modo teoricamente consistente e em adequação aos caracteres empíricos da actividade humana) as condições da realização da inteligibilidade da natureza geral da actividade humana, nomeadamente

na sua forma de realização colectiva: "sem teoria prévia, sem teoria preconcebida, não há trabalho científico possível. Construção do espírito que responda à nossa necessidade de compreender [...]. Toda a teoria é naturalmente fundada no postulado de que a natureza é explicável. E o homem, objecto da história, faz parte da natureza. Ele é para a história aquilo que é a rocha para o mineralogista, o animal para o biologista, a estrela para o astro-físico: algo a explicar. A fazer compreender. Portanto a pensar" (16).

NOTAS

1. Cf. supra, Introd., 1.3., p.p.39-45, nomeadamente p.p.43-45.

2. Cf. ib., I, 1.1. e 1.2., p.p.51-55, nomeadamente p.p.51-52.

3. Cf. ib., I, 2.1., p.p.58-60.
4. Cf. ib., I., 1.1., p.p. 51-53.

5. Cf. ib., I., 2.3.,nomeadamente p.p.64-73.

6. No que respeita, por uma lado, às vantagens metodológicas da constituição das duas unidades processuais que se acabam de caracterizar, e da constituição de uma terceira unidade processual, à qual se fará referência de seguida e, por outro lado, aos termos empregues para designar as resultantes destas unidades, cf., Mario Bunge, Teoria y Ralidad, nomeadamente os seus dois primeiros capítulos (p.p.7-52), inicialmente publicados respectivamente em "L'Âge de la Science", vol. I, 165, 1968 (com os título Les concepts de Modèle) e em Akten des XIV Internationalen Kongresses für Philosophie, Wien, 2-9 September 1968, Universität Wien, 1969, Herder Wien,p.p.208-217 (com o título Models in Theorical Science).

7. Cf. supra, I, 2.3.1. e 2.3.2., p.p.64-73.

8. Cf. ib., I, 2.3.3., p.p.73-77.

9. "Il y a [...] des hypothèses dangereuses; ce sont d'abord, ce sont surtout celles qui sont tacites et inconscientes. Puisque nous les faisons sans le savoir, nous sommes impuissants à les abandonner" (Henri Poincaré, La Science et l'Hypothèse, p.166).

10. Sobre os conceitos de história-relato e de história-problema: François Furet, De l'Histoire-récit à l'Histoire-problème, in id., L'Atelier de l'Histoire, p.p.73-90 (inicialmente publicado in "Diogène", nº 89, janvier-mars 1975.

11. "Établir les faits et puis les mettre en oeuvre... Eh oui, mais prenez garde: n'instituez pas ainsi une division de travail nefaste [...], ici les manoeuvres là les constructeurs: non. L'invention doit être partout pour que rien ne soit perdu du labeur humain. Élaborer un fait, c'est construire. Si l'on veut, c'est à une question fournir une réponse. Et s'il n'y a pas de question, il n'y a que du néant". "Vérités qui trop souvent échappaient à trop d'historiens. Ils élevaient leurs disciplines dans horreur sacrée de l'hipothèse, considerée (par des hommes qui d'ailleurs ne cessaient d'avoir à la bouche les grands mots de méthode et de vérité scientifique) comme le pire des péchés contre ce qu'ils nommaient Science" (Lucien Febvre, Combats pour l'Histoire, p.8 - sublinhados por nós, excepto a palavra Science, que é sublinhada pelo autor).

12. "Avez-vous assez entendu nos aînés répéter: L'historien n'a pas le droit de choisir des faits. De quel droit? Au nom de quels principes? Choisir, en attentant contre la "réalité", donc contre la "vérité". Toujours la même idée; les faits, de petits cubes de mosaïques bien distincts, bien homogènes, bien polits. [...] Ramassons-les tous, ne choisissons pas ... Ils disaient cela, nos maîtres, comme si, du seul fait du hasard qui a détruit tel vestige et protégé tel autre [...] toute histoire n'étant pas un choix [...]. En fait, l'histoire est choix. Arbitraire, non. Préconçu, oui" (id., p.p.116-117). "Il n'y a dans "préconçu" aucun mystère, aucun secret, aucun scandale. L'idée préconçue, c'est l'hypothèse. Et il n'y a aucun savant dans aucune science qui se met au traivail sans hypothèse. Qui parte à la cueillette des faits sans hypothèse. Qui ordonne et clarifie les faits recueillis sans hypothèse" (ib., p.312).
Esta mesma posição é a opção metodológica da construção das ciências em

geral, como já o conhecia Henri Poincaré: "Le savant doit ordonner; on fait la science avec des faits comme une maison avec des pierres; mais une accumulation de faits n'ait pas plus une science qu'un tas de pierre n'est une maison. Et avant tout le savant doit prévoir" (Henri Poincaré La Science et l'Hypothèse, p.158 sublinhado por nós). Curiosamente logo após esta passagem, Poincaré opõe esta forma constituinte do conhecimento científico à forma constituinte do conhecimento histórico que Lucien Febvre combate. Tanto para o historiador em geral, como para o historiador de qualquer espécie de produção cultural (e entre estas a filosofia), oferece-se de grande utilidade uma reflexão sobre o que Poincaré expõe relativamente ao papel da hipótese na constituição do conhecimento científico (cf., ib., nomeadamente capítulo IX - "Les Hypothèses en Physique p.p.157-172).

13. Jerzy Topolsky - Metodologia de la História, p.287.

14. A bibliografia sobre a opção metodológica em questão é muito vasta. Aqui não se fará referência senão a um número muito reduzido de trabalhos, por duas ordens de razões: 1º - a presente investigação não tem por objectivo, nesta passagem, aprofundar o estudo da opção metodológica em causa, mas somente o de assinalá-la, a propósito da sua aproximação em termos de conteúdo e de significado com a opção metodológica empregue nesta investigação; 2º - os três primeiros manuais a seguir citados (sobretudo o de Topolsky) apresentam um grande número de referências bibliográficas relativas ao tema em causa: Jerzy Topolsky, Metodologia de la Historia; Ciro Flamarion S. Cardoso e Héctor Pérez Prignoli - Los Métodos de la História; Ciro Flamarion S. Cardoso - Introducción al Trabajo de la Investigación Historica; Roderick Floud - Métodos Cuantitativos para Historiadores (nomeadamente o seu capítulo 8 - "El Problema de los Datos Imperfectos", p.p.185-214). Não sendo manuais de metodologia da história, são no entanto também testemunhos importantes da opção metodológica em causa: Lucien Febvre - Combats pour l'Histoire, Fernand Braudel - Écrits sur l'Histoire, François Furet, L'Atelier de l'Histoire, Geoffrey Barraclough - Tendances Actuelles de l'Histoire.

15. F. Braudel, Écrits sur l'Histoire, p.72 (sublinhados por nós). Sobre a importância atribuída por Braudel à construção de modelos, como instrumentos de realização da participação construtiva do sujeito-historiador, cf., ib., p.p.62-67; 71-75; 91-93.

16. Lucien Febvre, Combats pour l'Histoire, p.117.

*

* *

II PARTE

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA (hipotética) DO "OBJECTO" DO "PROBLEMA" DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO

0. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Em conformidade com as "opções epistemológicas e metodológicas" estabelecidas na I PARTE da presente exposição - nomeadamente no seu último capítulo, relativo à ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO - a fase da presente investigação que é objecto da II PARTE desta exposição compõe-se de duas unidades processuais de constituição distinta, embora metodologicamente integradas.

Na primeira destas unidades processuais distinguem-se dois momentos processuais. O primeiro destes momentos consiste na admissão de um enunciado, cujo conteúdo conceptual possa ser hipoteticamente considerado como um princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes e, enquanto tal, metodologicamente suficiente para resolver o problema que motivou a realização da presente investigação. O segundo dos momentos processuais em causa consiste, por um lado, na dedução das condições constituintes gerais - hipotéticas - da região do pensamento filosófico de Descartes onde imediatamente se situa o "objecto" do "problema" da presente investigação, isto é a região daquele pensamento filosófico onde imediatamente se situa a representação cartesiana da união da alma e do corpo (região que se considera ser a representação cartesiana do homem) e, por outro lado, na dedução das condições constituintes particulares - hipotéticas - daquele "objecto" (a representação cartesiana da união da alma e do corpo). Dito de outro modo, este segundo momento processual consiste na dedução das condições constituintes particulares - hipotéticas - da representação cartesiana da união da alma e do corpo, integrada na representação cartesiana do homem.

Estas deduções efectuam-se a partir do conteúdo do princípio constituinte geral - hipotético - do pensamento de Descartes, acima referido, e do conteúdo conceptual de um conjunto de enunciados, admitidos hipoteticamente, como condições constituintes próprias daquela "região" do pensamento filosófico de Descartes e da representação cartesiana da união da alma e do corpo.

A segunda das unidades processuais de que se compõe a fase actual da presente investigação consiste, por sua vez, na integração explícita da construção hipotetico-dedutiva, estabelecida pela primeira destas mesmas unidades processuais numa teoria geral que transmita necessidade e universalidade formais a esta construção.

Assim, em conformidade com a terminologia usada na presente exposição, através da primeira das unidades processuais em causa constroi-se um objecto modelo, relativo ao "objecto" do "problema" da presente investigação (e, de algum modo, o esboço de um objecto modelo, relativamente também ao objecto operatório desta mesma investigação, na medida em que, pela admissão de um princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes, se estabelecem as condições constituintes mais gerais - hipotéticas - deste pensamento filosófico); pela segunda das unidades processuais em causa, constroi-se um modelo teórico, relativo ao "objecto" do "problema" acima referido (e relativamente também, ainda que de modo indirecto, àquele objecto operatório, pela legitimidade da extensão do "objecto modelo" àquele mesmo objecto operatório).

1. O OBJECTO MODELO

1.1. Um princípio constituinte geral (hipotético) do pensamento filosófico de Descartes.

Entende-se, para efeitos da presente investigação, por princípio constituinte geral de um ser - inclusivé de uma obra cultural - um enunciado cujo conteúdo conceptual represente/ponha as condições mais gerais da determinação da identidade daquele mesmo ser, através da determinação da identidade de cada um dos seus componentes, enquanto tais, e de cada uma das relações constituintes que estes componentes estabeleçam entre si naquela qualidade.

Um princípio constituinte geral assim concebido é um princípio ontogénico (1), pois que ele representa/põe as condições mais gerais da génese da realidade mesma do ser a que corresponde, pela sua própria realização, qualquer que seja o modo pelo qual aquela realização se dê. Assim, não se deverá confundir aquele princípio com um princípio ontológico, que represente/ponha as condições mais gerais da realidade do ser e/ou de "um ser", considerado independentemente da sua génese (embora, assim concebidos, se reconheça existir uma estreita relação entre o princípio constituinte geral de "um ser" e um princípio ontológico, relativo à totalidade da realidade deste mesmo ser); também não se deverá confundir aquele princípio constituinte geral com um princípio metodológico, que ponha as condições mais gerais a que se devam conformar os procedimentos operatórios de um sujeito humano, agindo consciente e programadamente para a constituição de "um ser".

No caso particular de "um ser" constituído por um sujeito humano, a legitimidade da admissão de dado conteúdo conceptual, como seu princípio constituinte geral, fundamenta-se na possibilidade de pensar a constituição daquele "ser" em função deste conteúdo conceptual, enquanto este representa/põe o conjunto das suas condições constituintes mais gerais, e não no grau de consciência, testemunhada por aquele sujeito, da conformidade da sua acção constituinte com o conteúdo conceptual em causa. Esta situação resulta, por um lado, da natureza mesma (admitida) de um princípio constituinte geral de um ser - que não põe nenhuma exigência de tomada de consciência pelo sujeito constituinte, como ocorre com os princípios metodológicos - e, por outro lado, resulta também da admissão da possibilidade de constantes não-conscientes no comportamento de um sujeito.

Na presente investigação admite-se - hipoteticamente - como princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes a resultante da integração operatória das seguintes determinações constituintes:

a) constituir as representações operatoriamente necessárias à melhor realização possível do processo de conservação e de desenvolvimento do ser (a conservação e desenvolvimento da vida) de um sujeito-prático-total (o homem em geral, mas socio-historicamente situado), que é o sujeito constituinte deste mesmo processo;

b) constituir as representações, referidas na alínea anterior, em conformidade com as determinações constituintes/operatórias formais mais gerais de um sujeito-razão, como:

- constituir as representações (dos objectos) por meio de relações (ou sistemas de relações) internas e/ou externas, conceptualmente estabelecidas;

- constituir representações de todos os elementos constituintes destas relações com clareza, distinção e evidência conceptuais;

- constituir as representações destas relações com necessidade (segundo princípios gerais);

- constituir as representações destas mesmas relações em conformidade com as determinações operatórias/constituintes fundamentais mais gerais do pensamento.

Assim, em conformidade com a primeira destas determinações constituintes, a constituição do pensamento filosófico de Descartes integrar-se-á num outro processo constituinte mais extenso - um processo prático - enquanto meio de realização deste mesmo processo. Por conseguinte, não só o pensamento filosófico de Descartes, enquanto realidade teórica acabada (isto é tal qual ele se transmite pelos textos do seu autor), aparece subordinado às condições constituintes mais gerais daquele processo prático, mas também a sua própria realização processual aparece subordinada às mesmas condições constituintes. Dē entre estas condições constituintes destacam-se (em conformidade com o enunciado daquela primeira determinação constituinte em causa) a delimitação do conteúdo do pensamento filosófico de Descartes e a subordinação da sua realização às condições de tempo daquele mesmo processo prático (ordem de prioridades e urgências).

Por sua vez, a segunda daquelas determinações constituintes (a que estabelece a subordinação da constituição do pensamento filosófico de Descartes às determinações constituintes operatórias de um sujeito-razão) põe a natureza específica deste pensamento filosófico, enquanto conhecimento, visto que ela põe em termos gerais as condições a que a constituição deste mesmo pensamento filosófico se conformará, enquanto conhecimento.

1.2. Condições gerais relativas à constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo, integrada na representação cartesiana do homem - uma determinação hipotética

1.2.1. Condições gerais dadas(2) relativas à constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo, integrada na representação cartesiana do homem - uma determinação hipotética.

A. Constituir uma representação (RH), cujo objecto (H) seja a natureza geral de um conjunto de seres individuais empiricamente dados (os homens);

B. A constituição da representação RH é determinada em geral por um princípio constituinte geral P, de conteúdo conceptual idêntico ao do princípio constituinte geral admitido na presente investigação relativamente à constituição do pensamento filosófico de Descartes em geral;

a) O princípio constituinte geral P acabado de mencionar, enquanto determinante universal da constituição da representação RH, é um princípio determinante da constituição dos componentes conceptuais desta mesma representação (donde se destacam as representações RA e RC, a seguir mencionadas, das duas regiões do conteúdo do objecto da representação RH);

C. O conteúdo do objecto H a representar - a natureza geral do conjunto de seres individuais mencionadas no § A. - é formado por duas regiões com identidades próprias (A e C), mas ontologicamente unificado, enquanto natureza geral de seres individuais;

D. Na realidade mesma de cada um dos seres individuais cuja natureza geral é objecto da representação RH, produzem-se determinações funcionais (funções) dadas, constituídas segundo unidades operatórias formalmente identi-

ticas em todos eles. O conteúdo da representação RH integrará componentes conceptuais correspondentes à natureza geral de tais determinações funcionais;

E. As constituições das representações dos conteúdos das regiões A e C, acima mencionadas, do objecto H dar-se-ão respectivamente segundo os modelos a e c (entende-se aqui por "modelo" o conjunto de determinações constituintes gerais da realidade de um ser);

a) O modelo a põe a região A do objecto H como

uma substância

- una/homogénea
- não-extensa
- fundamento ontológico e operatório de determinações funcionais admitidas no conteúdo do objecto H.

b) O modelo c põe a região C do objecto H como

uma substância

- homogénea
- extensa, isto é determinável pelas três categorias geométricas: comprimento, largura e altura;
- devisível até ao infinito;
- passível das determinações de figura, movimento, grandeza e situação das suas partes;
- um conjunto operatoriamente unificado de determinações de matéria (isto é uma substância cujos atributos fundamentais coincidem com as determinações acabadas de enunciar relativamente à região C do objecto H);
- fundamento ontológico e operatório de determinações funcionais admitidas no conteúdo do objecto H,

1.2.2. Condições gerais **deduzidas** relativas à constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo (ou as consequências da integração das condições gerais **dadas** em relação à constituição desta representação cartesiana) - uma determinação hipotética.

A. A integração do princípio constituinte geral P com os modelos a e c produz respectivamente os conjuntos α e γ de consequências gnosiológicas, na constituição das representações RA e RC (que são as representações da região A e da região C do objecto H).

B. Determinação do conjunto α de consequências gnosiológicas:

a) A unidade/homogenidade, posta pelo modelo a, não permite conceber elementos constituintes diferenciados, no interior da região A do objecto H, que possam ser membros de relações constituintes do conteúdo desta região;

b) A impossibilidade, acabada de assinalar, de conceber elementos diferenciados no conteúdo da região A do objecto H impede de conceber com clareza e distinção variações no(s) contributo(s) desta região para as determinações funcionais que nela se realizem, enquanto fundamento(s) operatório(s) destas determinações, isto é impede de conceber com clareza e distinção variações das relações pelas quais se dá a função de fundamento operatório que esta mesma região do objecto H realiza relativamente às determinações funcionais em causa. Por conseguinte, torna-se impossível conceber com clareza e distinção aquelas mesmas relações.

c) A determinação de não-extensa, estabelecida pelo modelo a relativamente à natureza da região A, não basta para determinar uma representação clara e distinta do conteúdo desta região, dado que ela não a determina senão por um não-ser relativo: o único elemento determinante que ela põe clara e distintamente em relação ao conceito da região A

consiste na exclusão deste conceito da extensão do conceito de "extensão" (e por conseguinte a exclusão do objecto do primeiro destes conceitos do objecto do segundo) - fica-se assim sabendo somente o que aquela região não é.

d) A não-determinabilidade analítica do conteúdo da região A do objecto H, tal como se acaba de mostrar, põe resistência a ser constituída uma representação do conteúdo da região em causa, segundo a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão.

C. Determinação do conjunto γ de consequências gnosiológicas.

a) A admissão da determinabilidade da região C do objecto H pela divisibilidade até ao infinito permite conceber esta região constituída por elementos (o que permite conceber, no conteúdo desta região, eventuais relações que sejam constituintes deste mesmo conteúdo).

b) A admissão da determinabilidade da região C pela extensão - isto é, pelas categorias geométricas de comprimento, largura e altura e por um sistema conceptual formal onde estas mesmas categorias se integram (a geometria euclidiana) - permite:

- conceber relações bem determinadas entre o conteúdo da região C (quer este conteúdo seja considerado no seu todo, quer somente numa das suas partes) e um aparelho conceptual formal bem determinado por relações formalmente necessárias, segundo princípios universais, isto é permite determinar o objecto a representar por aquele aparelho conceptual formal (a geometria euclidiana). Nestas condições torna-se possível representar a região C por meio de relações formalmente necessárias, segundo princípios universais (os princípios constituintes da geometria euclidiana).
- conceber relações bem determinadas (e ordenadas) entre elementos

constituintes admitidos no conteúdo da região C e entre estes elementos (um, vários) e a região C considerada no seu todo, pela mediação das categorias geométricas mencionadas e pela mediação do aparelho conceptual em que estas categorias se dão - este aparelho torna-se assim um mediador universal relativamente à totalidade dos elementos em relação. Deste modo torna-se possível conceber estas relações com necessidade formal, em função dos princípios universais constituintes da geometria euclidiana.

Nestas condições, a admissão da determinabilidade da região C pela extensão (isto é, pelo aparelho conceptual formal acima mencionado) permite representar conceptualmente esta região por relações formalmente necessárias, segundo princípios universais, com clareza e distinção e em conformidade com as leis fundamentais mais gerais do pensamento (que são também constituintes fundamentais daquele aparelho conceptual formal), isto é, em conformiade com a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão.

c) A admissão da determinabilidade da região C pela figura permite conceber analiticamente as relações a estabelecer entre o conteúdo da região C (quer este conteúdo seja considerado no seu todo, quer somente numa das suas partes) e as categorias geométricas mencionadas; uma tal determinação torna-se assim um auxiliar da pensabilidade do objecto a representar (no caso presente a região C) por meio daquelas categorias.

d) A admissão da determinabilidade da região C pelo movimento permite conceber as relações de mudança de posição dos elementos constituintes do conteúdo desta região - uns relativamente aos outros, ou a um ponto exterior ao seu conjunto - num tempo dado (um mesmo tempo, ou tempos diferentes). A admissão de uma tal determinabilidade (pelo movimento) do conteúdo da região C, associada à admissão da determinabilidade desta mesma região pelas categorias geométricas de comprimento, largura e altura e

integrada num sistema conceptual formal de mecânica geral, permite conceber as relações de mudança de posição atrás mencionadas, como relações formalmente necessárias, segundo princípios universais, com clareza e distinção e em conformidade com as leis fundamentais mais gerais do pensamento (dado que estas leis são também constituintes fundamentais de qualquer sistema conceptual formal de mecânica).

e) A admissão da determinabilidade da região C pela grandeza permite reportar à categoria da quantidade todas as relações anteriormente assinaladas (e possíveis por determinação) efectuadas segundo as categorias geométricas de comprimento, largura e altura e por determinações efectuadas em função do movimento). A determinabilidade da região C pela grandeza permite ainda estabelecer relações de mudança quantitativa (de figura e/ou de movimento e/ou de situação) de um mesmo elemento constituinte do conteúdo da região C (ou de um conjunto de tais elementos) relativamente a ele mesmo, em momentos diferentes de tempo.

Esta determinabilidade pela grandeza, associada a um (ou mais) sistema(s) conceptual(ais) de formas (ou leis) universais de relações de quantidade (as matemáticas em geral) permite conceber todas estas relações com necessidade formal, relativamente a princípios universais e em conformidade com as leis fundamentais mais gerais do pensamento.

f) A admissão da determinabilidade da região C pela situação das suas partes (ou elementos constituintes) permite conceber o todo desta região como um (ou vários) conjunto(s) de relações de situação das suas partes (quer umas relativamente às outras, quer alguma(s) relativamente àquele todo).

Esta determinabilidade pela situação das partes, associada às "determinabilidades" anteriormente assinaladas, permite pensar todas estas relações de situação de partes com necessidade formal, relativamente a

princípios universais. Considerando particularmente a determinabilidade pelo movimento, tal como ela foi aqui admitida, torna-se possível conceber o conteúdo da região C - no seu todo ou em alguns dos seus elementos constituintes - como um conjunto de relações de mudança de situação das suas partes (umas em relação às outras e/ou em relações ao seu todo e/ou cada uma em relação a si mesma, em momentos diferentes do tempo).

g) A admissão da determinabilidade da região C, enquanto um conjunto operatoriamente unificado de determinações da matéria, permite conceber as relações constituintes, admitidas entre as suas partes (os seus elementos constituintes) como sendo determinadas por princípios gerais próprios: um universal, que é o princípio constituinte da unidade operatória admitida relativamente a esta região e, eventualmente, outros princípios gerais, determinantes de "unidades operatórias" respeitantes a conjuntos operatoriamente unificadas (que se podem admitir) de determinações da matéria, integradas no conteúdo da região C. Além destes princípios, as relações constituintes do conteúdo da região C são também determinadas, em geral, pelos princípios formais universais anteriormente assinaladas: princípios da geometria, princípios da mecânica e princípios das matemáticas em geral.

h) A admissão da determinabilidade da região C enquanto fundamento ontológico e operatório de determinações funcionais diferenciadas, admitidas no seu conteúdo, permite conceber estas determinações funcionais em conformidade com as condições anteriormente admitidas em relação à determinabilidade do conteúdo da região C: dado que esta região é o fundamento ontológico e operatório de tais determinações funcionais, estas reduzem-se, no tocante à sua constituição, a este conteúdo. Nestas condições, estas mesmas determinações funcionais tornam-se, em geral, pensáveis por relações formalmente necessárias, segundo princípios universais (inclusivé por aqueles que são próprios da constituição do seu fundamento ontológico e operatório,

enquanto este é um ser com identidade formal própria e identificada); em particular, aquelas mesmas determinações, enquanto determinações funcionais, tornam-se concebíveis por relações de mudança de situação de partes e de grandeza, cujos elementos constituintes são também pensáveis por relações necessárias (enquanto que estes são determináveis pelas categorias geométricas de comprimento, largura e altura, pela figura e pela grandeza).

i) A determinabilidade da região C, tal como ela acaba de ser posta, permite constituir uma representação do conteúdo desta região em conformidade com a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão, pois que esta determinabilidade permite, por uma lado, representar elementos constituintes relativamente àquele conteúdo, por conceitos clara e distintamente concebidos segundo relações formalmente necessárias (segundo princípios universais) e, por outro lado, aquela determinabilidade da região C permite também conceber relações constituintes ordenadas e formalmente necessárias, segundo princípios universais (ou, pelo menos, gerais), entre aqueles elementos constituintes.

D. Dados os caracteres dos modelos a e c - constituintes das representações RA e RC, respectivamente das regiões A e C do objecto H - qualquer conjunto de relações, cujos componentes se distribuam simultaneamente por aquelas duas regiões do objecto H, não pode ser concebido como um sistema unificado de relações, pois que os princípios constituintes gerais admitidos na constituição da região C (através do modelo c, constituinte da sua repersentação) são incompatíveis com as determinações constituintes gerais admitidas na constituição da região A (através do modelo a, constituinte da sua representação).

E. Arepresentação RH do objecto H põe uma cisão no conteúdo deste objecto em dois sectores (correspondendo respectivamente aos conteúdos das regiões

A e C, postas pelas condições constituintes gerais da representação do objecto H) independentes um do outro, no que respeita tanto às suas identidades ontológicas, como às relações constituintes que cada um deles integra em si mesmo. Esta cisão resulta da integração representativa das condições constituintes gerais admitidas para a constituição da representação RH, nomeadamente: por um lado, a determinação da substância, posta pelos modelos a e c relativamente aos conteúdos respectivos das regiões A e C do objecto H e, por outro lado, a incompatibilidade dos princípios gerais determinantes das relações constituintes do conteúdo da região C com as determinações constituintes gerais admitidas em relação ao conteúdo da região A (incompatibilidade assinalada no parágrafo imediatamente anterior).

F. A integração representativa da cisão do conteúdo do objecto H em dois sectores, independentes no tocante às suas constituições - posta pela constituição da representação RH referida no parágrafo imediatamente anterior - com as condições constituintes gerais, admitidas relativamente à constituição da representação do objecto H, põe a necessidade teórica de admitir um terceiro componente no conteúdo do objecto H. Assim:

a) A constituição da representação RH põe a cisão do conteúdo do objecto H em dois sectores independentes no que respeita às suas constituições, de tal modo que, por um lado, eles são ontologicamente independentes entre si e, por outro lado, as relações a admitir em cada um destes sectores não podem formar sistemas unificados em que se integrem relações pertencentes às constituições e/ou determinações funcionais próprias dos dois sectores em causa;

b) as condições constituintes gerais da representação do objecto H estabelecem que este objecto seja ontologicamente unificado e que no seu conteúdo se produzam determinações funcionais a realizar por meio de unidades operatórias, o que pressupõe a possibilidade destas determinações funcionais

- e das unidades operatórias respectivas (algumas, pelo menos) - se darem simultaneamente através dos dois sectores admitidos no conteúdo do objecto H, ou, dito de outro modo, uma (ou várias) das unidades operatórias que realizam as determinações funcionais em causa ter(em) simultaneamente, como fundamento ontológico e operatório, os dois sectores admitidos no conteúdo do objecto H;

c) um acordo entre, por um lado, a cisão, acima estabelecida no conteúdo do objecto H e, por outro lado, a determinação constituinte da unidade ontológica deste objecto e a possibilidade da sua unidade funcional/operatória, põe a necessidade teórica de admitir um terceiro componente (U) no conteúdo do objecto H, que seja o seu unificador ontológico e torne possível conceber a realização de determinações funcionais/operatórias unificadas através dos dois sectores admitidos no conteúdo daquele mesmo objecto;

d) este terceiro componente a admitir no conteúdo do objecto H - considerado do ponto de vista ontológico e funcional/operatório - será uma relação (ou um conjunto de relações) de integração ontológica e funcional/operatória dos dois sectores admitidos no conteúdo do objecto H. Pois é necessário aceitar simultaneamente as condições gerais da representação do objecto H e as consequências imediatas da integração destas mesmas condições (no que respeita ao caso em análise: a unidade ontológica e funcional/operatória do objecto H e a cisão do seu conteúdo em dois sectores independentes no que respeita às suas constituições). Considerado aquele terceiro componente do ponto de vista teórico, ele será o conjunto das condições teóricas da possibilidade (teórica) do objecto H (em conformidade com as condições constituintes inicialmente postas relativamente a este objecto).

G. A representação (RU) do terceiro componente (U), admitido no conteúdo

do objecto H, é constituída segundo o modelo u. Segundo este modelo, aquele componente U é uma relação (ou um conjunto de relações) de integração ontológica e funcional/operatória, cujos membros são os dois sectores - independentes no que toca às suas constituições respectivas - estabelecidas no conteúdo do objecto H, no decurso da constituição da representação RH. Dito de outro modo, o componente U do objecto H, é uma relação (ou conjunto de relações) de integração ontológica e funcional/operatória, cujos membros são as regiões A e C admitidas relativamente ao conteúdo do objecto H, representativamente aí mediadas pelas representações que as determinaram enquanto realidades independentes (RA e RC, respectivamente).

H. A integração do princípio constituinte geral P e dos conteúdos (anteriormente estabelecidos) das representações RA e RC, na constituição da representação RU do terceiro componente a admitir no objecto H, estabelecida segundo o modelo u, produz o conjunto *v* de consequências gnosiológicas, a seguir enumeradas:

a) A representação da relação de integração ontológica dos dois sectores admitidos no objecto H (representação que pertence ao conteúdo conceptual da representação RU) apresenta um elemento resistente a ser concebido segundo a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão (a representação do sector do objecto H, que corresponde à região A deste objecto) e um outro elemento concebível em conformidade com aquela forma geral operatória (a representação do sector do objecto H que corresponde à região C deste objecto), tal como anteriormente se mostrou. Assim, esta representação da relação de integração ontológica, considerada no seu todo, é resistente a ser constituída (a ser concebida) em conformidade com aquela forma geral operatória de um sujeito razão;

b) A representação da relação da integração funcional/operatória entre os dois sectores admitidos no objecto H (representação que pertence ao conteúdo

conceptual da representação RU) apresenta um elemento resistente a ser concebido em conformidade com a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão (a representação do contributo do sector do objecto H a que corresponde a região A deste objecto para a relação de integração funcional/operatória em causa) e um outro elemento concebível em conformidade com esta mesma forma (a representação do contributo do sector do objecto H a que corresponde a região C deste objecto para aquela mesma relação de integração funcional/operatória), tal como anteriormente se mostrou. Assim, esta representação da relação de integração funcional/operatória, considerada no seu todo, é resistente a ser constituída (a ser concebida) em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão;

c) A representação RU aparece assim constituída pela integração de duas representações - isto é dois componentes conceptuais - resistentes a ser constituídos (concebidos) em conformidade com a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão;

d) A representação RU, considerada no seu todo, torna-se assim resistente a ser constituída (concebida) em conformidade com a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão, apesar de alguns dos elementos constituintes do seu conteúdo conceptual serem constituídos (concebidos) em conformidade com aquela forma geral operatória.

I. As condições constituintes da representação RU põem a necessidade metotológica da admissão de um artifício que torne possível (em função das condições constituintes/operatórias postas pela natureza do sujeito de conhecimento em causa) esta representação e que torne igualmente possível a representação RH. Assim:

a) as ocorrências de resistência à realização das determinações constituintes, postas pela forma geral operatória (admitida) de um sujeito

razão e pertencentes ao conjunto *v* acabado de enumerar, não permitem a realização imediata da representação RU, em conformidade com o princípio constituinte geral P (isto é em conformidade com o componente gnosiológico deste princípio);

b) a constituição da representação RH - ao conteúdo da qual pertence necessariamente a representação RU - é determinada em geral pelo princípio constituinte geral P (3),o que significa que ela não só é determinada pelo componente gnosiológico deste princípio constituinte, mas também pelo seu componente prático e, consequentemente, pela relação admitida entre estes dois componentes do princípio constituinte geral P: a constituição da representação RH (e implicitamente a constituição da representação RU) aparece assim como operatoriamente necessária à melhor realização possível do processo de conservação e desenvolvimento da vida do homem em geral socio-historicamente situado (e, implicitamente à melhor realização possível do processo de conservação e desenvolvimento da vida do homem-sujeito constituinte desta representação) (4). Por conseguinte, a constituição da representação RH aparece subordinada às condições constituintes mais gerais daquele processo prático, de entre as quais se destacam as condições de tempo (ordem de prioridades e urgências) (5);

c) a necessidade metodológica de superar as dificuldades teóricas acima assinaladas (na alínea a)) é assim posta, em última instância, por uma determinação constituinte prática - bem assim como os meios (metodológicos) para satisfazer aquela necessidade (isto é a admissão de um artifício teórico): a concepção da representação RH manifesta-se, no contexto da totalidade das condições que põem a sua constituição, como um meio e não como um fim em si (o mesmo ocorre no interior do princípio constituinte P, com o seu componente gnosiológico, relativamente ao seu componente prático, apesar das constituições respectivas dos processos imediatamente determinados

por um destes componentes se dar em autonomia operatória relativamente às determinações constituintes postas pelo outro, em consequência do conteúdo determinante de cada um destes componentes (6).

J. Descrição do artifício teórico (AT) admitido para a constituição da representação RU (e consequentemente para a constituição da representação RH).

a) Opção por uma prática sincretizante (7) para efectuar a integração, na constituição de representações (e/ou de regiões do conteúdo de representações), de zonas resistentes à realização da forma geral operatória de um sujeito razão, postas pelas condições constituintes admitidas relativamente à constituição daquelas mesmas representações (e/ou regiões do conteúdo de representações (8);

b) o (consequente) uso de conceitos não claramente e não distintamente determinados, para representar as zonas de resistência à realização da forma geral operatória do sujeito razão, referidas na alínea anterior (conceitos estes elaborados segundo a prática sincretizante acabada de referir);

c) a legitimação gnosiológica das representações constituídas segundo a prática sincretizante acima referida efectuada através da admissão explícita de uma garantia suficiente de validade gnosiológica, relativamente a tais representações (como se de axiomas se tratasse);

d) a presença efectiva - e necessária do ponto de vista constituinte - de irracional, nas representações constituídas segundo a prática sincretizante acima referida (em consequência da não-determinação precisa do conteúdo, ou partes do conteúdo, destas representações).

L. Justificação - ou legitimação - prático-teórica do artifício teórico AT, relativamente ao princípio constituinte geral P.

O uso do artifício teórico AT na constituição do objecto modelo da presente

investigação (e imediatamente como hipótese para pensar/conhecer a constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo) não ficou suficientemente legitimado pela exposição (feita anteriormente no parágrafo I.) da necessidade metodológica do uso de um "artifício teórico" para a realização da representação RU, enquanto componente do conteúdo conceptual da representação RH. Pois, naquela exposição não foi legitimado teoricamente o uso de nenhum artifício teórico, considerado individualmente e, por conseguinte, também não se legitimou o emprego do artifício teórico AT, para realizar as funções metodológicas que lhe são atribuídas. E a sua legitimação teórica torna-se tanto mais necessária quanto este artifício teórico admite, de algum modo, a violação das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio constituinte (o princípio constituinte geral P) da representação para cuja constituição este artifício é admitido.

Dado que se admitiu que este princípio constituinte geral P é o determinante universal imediato da constituição da representação (RU) onde se dá (admite) a interferência do artifício teórico em causa, a legitimidade teórica do seu uso terá de ser determinada em função daquele mesmo princípio constituinte (tendo em conta os seus dois componentes e a relação admitida entre eles). Nesta procura de legitimidade teórica, é preciso ter em conta, além do conteúdo do artifício teórico em causa (nomeadamente os seus componentes enunciados nas alíneas a) e c) da sua descrição), as condições constituintes particulares da representação RU, que tornaram metodologicamente necessário o uso de um artifício teórico para constituir esta representação (nomeadamente as ocorrências de resistência à realização da forma geral operatória de um sujeito razão, que pertencem ao conjunto v de consequências gnosiológicas, descrito no parágrafo H. desta exposição). Assim:

a) O conteúdo do artifício teórico AT permite a realização do componente

prático do princípio constituinte geral P, determinante universal imediato da constituição da representação RH, ao permitir a constituição da representação RU, apesar das dificuldades teóricas que esta representação comporta;

b) O conteúdo do artifício teórico AT põe a menor violação possível do componente gnosiológico do princípio constituinte geral P, na constituição da representação RU, na sequência das condições constituintes admitidas relativamente a esta constituição (nomeadamente as ocorrências de resistência à realização da forma geral operatória de um sujeito razão, pertencentes ao conjunto de consequências gnosiológicas, atrás referidas). Assim:

- os conteúdos conceptuais onde aquelas ocorrências de resistência se dão não são passíveis de exclusão do conteúdo da representação RU, pois que sendo esta a representação de uma (dupla) relação (de integração ontológica e de integração operatória/funcional), aqueles conteúdos conceptuais correspondem a representações de membros daquela (dupla) relação;

- a resistência em causa não é passível de superação ao nível da constituição da representação RU, pois que esta resistência resulta do uso do modelo a, na constituição da representação RA, da região A do objecto H, como se pode ver pelas descrições dos conjuntos α e υ de consequências gnosiológicas (9);

- o artifício teórico AT limita-se a integrar/reproduzir os efeitos gnosiológicos das ocorrências referidas de resistência à realização de forma geral operatória de um sujeito razão, na constituição da representação RU (e consequentemente na constituição da representação RH);

- pelas primeira e terceira disposições metodológicas enumeradas na

descrição do artifício teórico AT, este artifício circunscreve os efeitos gnosiológicos das ocorrências de resistência acabadas de mencionar: em primeiro lugar, pela redução (quantitativa) dos elementos constituintes das representações insuficientemente determinadas e relativas a ocorrências de resistência (através da primeira destas disposições metodológicas); em segundo lugar, pela atribuição de validade gnosiológica, aos conteúdos conceptuais relativos às ocorrências de resistência em causa (através da terceira destas disposições metodológicas);

c) as determinações constituintes estabelecidas pelo princípio constituinte geral P, consideradas no seu conjunto, poêm uma prioridade constituinte do componente prático deste princípio, relativamente ao seu componente gnosiológico. Estes dois componentes, enquanto determinações constituintes, não só regulam relações que lhes são exteriores - relações entre as representações cuja constituição eles determinam, relações entre componentes destas representações e relações entre estas mesmas representações e os componentes de um processo prático - como também regulam relações constituintes que lhes dizem directamente respeito. Pois, por um lado, eles determinam entre si uma relação operatória, que os leva a constituirem, a este nível, uma unidade; por outro lado, determinam uma relação de integração funcional entre o seu conjunto (ou unidade operatória) e aquele processo prático, o qual é, recorda-se, um processo de conservação e desenvolvimento do ser (isto é da vida) do homem em geral, socio-historicamente situado (10). Em conformidade com a relação que estes componentes do princípio constituinte P estabelecem entre si, o componente gnosiológico aparece aí como um meio de realização do componente prático (e, por sua vez, ambos aparecem aí como meios da realização daquele mesmo processo prático). No entanto este componente gnosiológico, enquanto determinante, conserva a sua identidade, a qual aparece (no enunciado do princípio constituinte geral P) claramente

posta como um conjunto de condições constituintes dos seres (teóricos/representações) cuja constituição este componente regula (as representações operatoriamente necessárias à melhor realização possível do processo prático em questão). A subordinação - numa relação de meio a fim - deste componente gnosiológico do princípio constituinte geral P, ao componente prático do mesmo princípio, consiste somente numa determinação de algumas condições fundamentais do desenvolvimento da sua realização, as quais são postas, numa primeira instância, pelo conteúdo mesmo deste componente prático e, numa segunda instância, pelas condições constituintes do processo prático (acima referido) a que o componente prático em causa se reporta. De entre estas últimas condições constituintes destacam-se as que dizem respeito à ordem das prioridades próprias do desenvolvimento deste processo (que agem em relação à definição dos conteúdos da realização do componente gnosiológico em causa) e as que dizem respeito às urgências próprias do mesmo desenvolvimento (que podem intervir no grau de elaboração das resultantes da realização daquele mesmo componente gnosiológico (11);

d) Admitindo simultaneamente, por uma lado, urgência na constituição da representação RH (e, por conseguinte, na constituição da representação RU), em função de condições constituintes do desenvolvimento do processo prático a que se reporta o componente prático do princípio constituinte P e, por outro lado, objectividade (em relação ao sujeito constituinte das representações RH e RU) de um obstáculo, - situado ao nível da região A do objecto H - relativo à realização daquela(s) representação(ões), segundo o componente gnosiológico do princípio constituinte P, aparece legitimado, em função deste mesmo princípio:

- primeiro, a insuficiência gnosiológica manifestada pelo modelo a (constituinte da representação RA daquela região A);

- segundo, as consequências gnosiológicas do uso deste modelo a (dado

que tal uso foi legitimado), pertencentes aos conjuntos α e v de "consequências gnosiológicas", as quais se projectam na constituição da representação RU (e consequentemente na constituição da representação RH);

- terceiro, o uso - nas condições enunciadas nas três alíneas imediatamente anteriores - do artifício teórico AT, para tornar possível a realização das representações RU e RH, com a menor violação possível das determinações constituintes postas pelo princípio constituinte geral P.

N O T A S

1. Usa-se aqui o termo "ontogénico" não na sua ~~opção~~ acepção restrita biológica, mas no sentido de o que engendra o ser (sem qualquer determinação específica deste), apoiando-se este uso na etimologia daquele termo. E, efectivamente, tal como aqui se concebe um "princípio constituinte geral", este é um princípio segundo o qual se engendra o "ser" de "um ser".

2. Consideram-se como dadas as condições constituintes da representação cartesiana da união da alma e do corpo, enumeradas neste parágrafo - apesar de algumas destas condições pressuporem uma elaboração teórica prévia, como é o caso da caracterização das regiões A e C do objecto H, isto é os componentes do "objecto modelo" homólogos da alma e do corpo - , porque tais condições constituintes foram estabelecidas anteriormente ao momento constituinte em que se deu, no pensamento filosófico de Descartes, a representação da união da alma e do corpo. Assim, aquelas condições constiutintes operam como dados relativamente à constiutição desta representação cartesiana. É destas condições (prèviamente admitidas e/ou construídas)que derivam não só os caracteres gnosiológicos da representação cartesiana em causa, como também as suas dificuldades teóricas. E desta situação constituinte muito bem se apercebeu a princesa Isabel (cf. supra, I, 1. notas 15 e 29, p.p. e , respectivamente). Assim, a resolução do problema posto pela representação cartesiana da união da alma e do corpo implica, como complemento da presente investigação, uma outra investigação sobre as condições constituintes da admissão e/ou constituição por Descartes de, pelo menos, a sua representação da alma.

   A escolha das letras pelas quais serão designados os diferentes componentes do "objecto modelo" no decurso do parágrafo a que se refere a presente nota, tem como objectivo auxiliar pela imaginação a concepção deste "objecto modelo", sem no entanto atribuir a estes componentes os termos pelos quais são designados os seus homólogos no "objecto" do "problema" correspondente. Como é claramente manifesto, tais letras correspondem às iniciais daqueles termos.

3. Cf, supra, II, 1.2.1., B., p.105.

4. Cf., ib., II, 1.1., p.103.

5. Cf., ib.,II, p.104.

6. Cf., id.

7. Entende-se aqui por prática sincretizante uma opção metodológica geral que consiste em admitir/pôr, para a constituição de uma representação, um conteúdo conceptual de constituição complexa como um todo unificado e não-determinado de modo preciso no que diz respeito à sua própria constituição interna - aos seus elementos e/ou às relações constituintes estabelecidas por estes - e à sua definição externa.

8. Põe-se aqui a resistência à realização da forma geral operatória de um sujeito razão a depender das condições constituintes admitidas para a constituição de uma representação e não da identidade mesma do objecto a representar, considerado este no seu conteúdo dado, porque se admite, por um lado, que enquanto dado, um objecto é sempre resistente à realização daquela forma geral operatória e, por outro lado, que a reductibilidade de um objecto dado às determinações daquela mesma forma geral operatória resulta de uma interferência constituinte do sujeito

de conhecimento, criando condições metodológocas de apreensão/integração gnosiológica do conteúdo dado segundo aquela forma - transformando-o de dado em construído. Assim, a resistência encontrada como inultrapassável, no decurso da constituição do conhecimento de um objecto dado, deve reportar-se às condições constituintes admitidas para realizar esse conhecimento e não à identidade mesma do objecto em causa: estas condições são a única variável possível (e potencialmente dominável pelo sujeito de conhecimento) naquele encontro operatório/constituinte sujeito-objecto, que é a "produção" de conhecimento. Por conseguinte, é àquelas condições que é teoricamente legítimo e metodologicamente fecundo atribuir àquela resistência inultrapassável para realizar a forma geral operatória (admitida) de um sujeito razão, encontrada na constituição do conhecimento de um objecto dado. No entanto deve reconhecer-se que geneticamente estas condições constituintes admitidas (para a constituição do conhecimento de um objecto dado) muito frequentemente não dependem exclusivamente do sujeito individual do conhecimento em causa, mas são o resultado do encontro constituinte deste sujeito com a identidade do dado (o objecto dado) tal qual ele o apreende nesta instância de conhecimento (enquanto dado) e com os meios teóricos objectivamente disponíveis para esse sujeito (ou meios que historico-social e culturalmente lhe são acessíveis, inclusivé aqueles que, nestas circunstâncias, ele possa produzir).

9. Cf., supra, II, 1.2.2., B. e H., p.p.107-108 e 115-116, respectivamente.

10. Cf., supra, II, 1.1., p.103.

11. Cf., ib., p.p.104.

*

* *

2. O MODELO TEÓRICO

2.0. Considerações metodológicas.

A fase actual da presente investigação é a segunda unidade processual projectada para a realização desta investigação (1), isto é aquela unidade processual para a qual se programou estabelecer a integração explicita da construção hipotético-dedutiva do "objecto" do "problema" desta mesma investigação (ou "objecto modelo") numa teoria geral (cujo objecto seja uma região do real que, por sua vez, integre o "objecto" do "problema" em causa) (2). Trata-se pois da unidade processual da investigação em curso onde se transformará o seu "objecto modelo" (estabelecido na unidade processual imediatamente anterior) em "modelo teórico", segundo a terminologia usada na presente exposição.

A identificação da teoria geral a empregar para aquela integração do objecto modelo foi também anteriormente feita, na presente exposição: uma teoria geral relativa à constituição da obra cultural em geral (e da obra filosófica em particular), enquanto esta obra é resultante de uma unidade determinada de actividade humana e, por conseguinte, necessariamente constituída em conformidade com as condições constituintes gerais da realização da actividade humana, inclusivé da sua realização colectiva (3).

Tal como também anteriormente se mostrou (4), para que a integração do objecto modelo numa teoria geral atinja os objectivos previstos (e metodologicamente necessários) é preciso que ela fundamente teoricamente tanto a função constituinte atribuída ao princípio constituinte geral admitido relativamente à constituição daquele objecto modelo, como o conteúdo deste princípio (dado

que este conteúdo é factor capital da realização daquela função).

A fundamentação teórica da função (constituinte) de um princípio constituinte geral da identidade de um ser individual implica, por sua vez, a fundamentação teórica da forma geral da(s) relação(oẽs) constituinte(s) pela(s) qual(ais) se dá aquela mesma função. É pois necessário tornar manifesto - de modo metodologicamente consistente, segundo as opções feitas na presente investigação - que a(s) relação(oẽs) constituinte(s) se dá(ão) em conformidade (formal) com uma constante universal dada do comportamento do real, própria da região deste onde (se admite que) o ser individual em causa se situe. Poder-se-á dizer que esta fundamentação consiste em tornar manifesto que, atendendo ao conteúdo admitido na constituição do objecto modelo, este objecto modelo é formalmente constituído em conformidade com a forma geral constituinte de uma obra cultural, segundo a teoria geral empregue na presente investigação.

Nestas condições, para que aquela integração do objecto modelo numa teoria geral atinja os objectivos metodológicos visados, terá tal integração de se dar de modo explicito a dois níveis:

a) a nível formal (fundamentação formal do objecto modelo): determinar, segundo a teoria geral empregue:

- a legitimidade teórica da forma geral da função (enquanto uma relação ou conjunto de relações) atribuída ao princípio constituinte geral do objecto modelo (relativamente à constituição do "ser" a que este mesmo "objecto modelo" se reporta);

- a legitimidade teórica da forma geral da relação de determinação constituinte (admitida) do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo (por um outro conteúdo do real);

b) a nível de conteúdo (fundamentação teórica da identidade do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo e, por conseguinte, também a fundamentação teórica de uma parte largamente significativa da identidade do conteúdo deste objecto modelo, dada a função constituinte própria de um princípio constituinte geral de um ser): determinar - segundo a teoria geral empregue - a possibilidade (teórica) da constituição do conteúdo admitido relativamente ao princípio constituinte geral do objecto modelo, através de uma interferência constituinte efectuada por um outro conteúdo do real (a identificar também neste momento da presente investigação). Dito de outro modo, procurar-se-á identificar aqui - embora de modo hipotético, mas teoricamente fundamentado - a génese material do conteúdo admitido relativamente ao princípio constituinte em causa (5).

No que respeita ao primeiro destes dois níveis, a integração do objecto modelo na teoria geral acima referida não necessita de qualquer investigação complementar, dada a caracterização já feita daqueles "objecto" e teoria: bastará explicitar, em ordem aos objectivos da fase actual da presente investigação, as consequências teóricas daquela integração. No que respeita ao segundo daqueles níveis de fundamentação, o estado de desenvolvimento da presente investigação não permite a sua realização imediata, implicando uma unidade processual própria de investigação.

2.1. A integração do objecto modelo na teoria geral admitida relativamente à constituição de uma obra cultural em geral.

2.1.1. A fundamentação formal do objecto modelo.

A. A legitimidade teórica da forma geral da função (enquanto uma relação, ou conjunto de relações) atribuída ao princípio constituinte geral do objecto modelo (relativamente a este mesmo objecto modelo).

Considerada na sua forma geral, a função (constituinte) atribuída ao

princípio constituinte geral do objecto modelo (relativamente à constituição do "ser" a que este mesmo objecto modelo se reporta) consiste em representar/pôr as condições mais gerais da constituição deste mesmo "objecto", isto é "as condições mais gerais da determinação da identidade dos seus componentes e das relações constituintes que estes mesmos componentes estabelecem entre si enquanto tais", como anteriormente se estabeleceu ao determinar em geral o conceito de "princípio constituinte de um ser", na presente investigação (6).

O princípio constituinte geral do objecto modelo é, pois, um conceito operatório integrado no "aparelho metodológico" da presente investigação, o qual se apresenta aí como o unificador do conjunto das determinações constituintes mais gerais do objecto modelo em causa (e indirecta e hipoteticamente do objecto operatório desta mesma investigação, isto é da constituição geral do pensamento filosófico de Descartes) (7). Este princípio constituinte aparce assim naquele "aparelho metodológico" como a condição constituinte universal mais geral da determinação da identidade dos seres (teóricos/representações) a constituir, das relações constituintes que estes seres estabeleçam entre si e das relações de integração que estes mesmos seres estabeleçam com os componentes de um conjunto ordenado mais vasto de seres (os que forem integrados no processo constituinte dos meios operatoriamente necessários à conservação e desenvolvimento do homem em geral, sócio-historicamente situado).

Tendo em conta que se admite que objecto modelo em causa é uma representação conceptual esquemática da constituição de uma obra cultural individual dada (o pensamento filosófico de Descartes), a questão que se põe neste momento da presente investigação é a de saber se, segundo a teoria geral empregue, é formalmente legítima a relação (constituinte) admitida entre o princípio constituinte geral do objecto modelo e este mesmo

"objecto", isto é saber se, nas condições teóricas em causa, é formalmente legítimo que tal princípio seja o princípio cosntituinte geral de uma obra cultural (neste caso uma obra filosófica) individual.

Ora, segundo esta mesma teoria geral, uma tal relação aparece formalmente legítima por duas ordens (convergentes) de razões: primeiro - a constituição de uma obra cultural é concebida em geral (segundo a teoria em causa) como a elaboração e a expressão (ou somente a expressão) de um alto grau de coerência funcional, relativamente ao conteúdo de uma representação geral do mundo, originariamante posta por um sujeito colectivo (8) - nestas condições a constituição de uma obra cultutal individual aparece concebível em função de um conteúdo conceptual que represente/ponha sinteticamente o conteúdo da representação geral do mundo que essa mesma obra elabore/exprima em alto grau de coerência funcional; segundo - admitindo aquela teoria geral, por um lado, que a constituição de uma obra cultural se dá pela realização de uma unidade operatória/funcional determinada de actividade humana (9) e, por outro lado, que a actividade humana de um sujeito indivíduo é sobredeterminada pela representação geral do mundo que se dá através da realização da actividade humana de um sujeito colectivo/classe social, onde este sujeito indivíduo se integre - actividade humana que é efectuada para a conservação e desenvolvimento do ser do sujeito que a efectua (10) - reconhece-se que a constituição de uma obra cultural individual aparece, assim, uma vez mais, concebível em função de um conteúdo conceptual que represente/ponha de modo sintético o conteúdo da representação geral do mundo, constituída nas condições acabadas de mencionar, pelo sujeito colectivo/classe social onde o sujeito indivíduo/autor da obra cultural em causa se integre (representação geral do mundo que sobredetermina, como se acabou de referir, a totalidade da actividade deste último sujeito). Esta mesma legitimidade teórica de representar a constituição de uma obra cultural individual em função de

um princípio constituinte geral, que represente/ponha de modo sintético o conteúdo de uma representação geral do mundo, aparece claramente posta na enumeração anteriormente feita das consequências da teoria geral empregue, relativas à constituição de uma representação teoricamente fundamentada da constituição de uma obra cultural (11).

B. A legitimidade teórica da forma geral da relação de determinação constituinte (admitida) do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo (por um outro conteúdo do real).

Tal como a função constituinte atribuída, na presente investigação, ao princípio constituinte geral do objecto modelo encontra o seu fundamento teórico na representação da constituição da obra cultural em geral, posta pela teoria geral empregue, assim também a relação de determinação constituinte (admitida) do conteúdo daquele mesmo princípio constituinte geral, por um outro conteúdo do real, encontra o seu fundamento teórico naquela mesma representação da constituição da obra cultural em geral.

Assim, tendo em conta - tal como se acabou de referir - que é teoricamente legítimo representar a constituição de uma obra cultural em função de um princípio constituinte geral que represente/ponha sinteticamente o conteúdo de uma representação geral do mundo, originalmente constituída por dado tipo da actividade humana, realizada por um sujeito colectivo social, aparece também como teoricamente legítimo estabelecer uma dupla conexão determinante ordenada entre aquele princípio constituinte e conteúdos (determinados) do real, que lhe sejam exteriores. Assim, numa primeira instância, aparece teoricamente legítimo radicar este princípio constituinte no conteúdo da representação geral do mundo que ele represente/ponha de modo sintético; numa segunda instância, aparece igualmente legítimo radicar o mesmo princípio constituinte na actividade humana constituinte daquela representação geral do mundo, segundo a ordem das conexões constituintes que

a teoria geral empregue estabelece entre o tipo de actividade humana em causa, a representação geral do mundo constituído através desta actividade e a constituição de uma obra cultural, realizada esta por um sujeito individual, integrado no sujeito colectivo/classe social constituinte daquela mesma actividade humana (12).

2.1.2. A fundamentação do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo (pela legitimação teórica de uma determinação constituinte hipotética deste conteúdo).

2.1.2.1. Categorias constituintes do real contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo.

Tendo em conta as relações constituintes postas pela teoria geral, admitida na presente investigação (e referidas no parágrafo anterior) relativamente à constituição da obra cultural em geral e relativamente à natureza geral da actividade humana, torna-se possível (teoricamente legítimo) determinar a dois níveis do real os fundamentos da constituição do conteúdo de um princípio constituinte geral de uma obra cultural (embora na fase actual da presente investigação não se ultrapasse ainda a consistência metodológica de mera hipótese).

Assim manifesta-se como teoricamente legítimo fundamentar, numa primeira instância, a constituição do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo, no conteúdo de uma representação geral do mundo (ainda por identificar nesta fase da presente investigação) e, numa segunda instância, na identidade da unidade operatória/funcional de actividade humana, que tenha determinado a constituição desta representação geral do mundo (unidade operatória/funcional esta que, segundo a teoria geral empregue, é realizada por um sujeito colectivo/classe social de forma original na sua globalidade, para a conservação e desenvolvimento do ser deste sujeito colectivo e do ser

de cada um dos sujeitos individuais que o compõem). Esta dupla fundamentação permite integrar explicitamente - ainda que a este nível de investigação somente de modo hipotético - o conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo, em regiões mais vastas do real e, através das identidades destas regiões, explicar aquele conteúdo com consistência teórica: ele aparece assim como um efeito (ou uma função) de constantes próprias destas regiões do real.

Segundo as mesmas relações constituintes, postas pela teoria geral em causa relativamente à constituição da obra cultural e à natureza da actividade humana, torna-se igualmente possível identificar (num primeiro momento de investigação somente de modo hipotético) a representação do mundo que tenha determinado a constituição do princípio constituinte geral de uma obra cultural, a partir da identidade do conteúdo deste princípio, bem assim como se torna também possível identificar por esta via, a unidade operatória/funcional de actividade humana onde aquela representação geral do mundo se tenha dado.

Esta dupla identificação torna-se teóricamente possível - recorda-se - pelo facto de que a teoria geral empregue na presente investigação estabelece que a identidade de uma obra cultural individual é determinada, em geral, por uma representação geral do mundo e que esta representação geral do mundo é constituída, no seu conteúdo mais geral, por um conjunto de categorias gerais constituintes do "mundo", segundo o sujeito colectivo/classe social, constituinte desta mesma representação (através da constituição de uma unidade operatória/funcional de actividade humana, onde tal representação se dá, como se tem estado a referir). Finalmente recorda-se ainda que aquele conjunto de categorias gerais, que forma o conteúdo mais geral da representação geral do mundo em causa, se divide em dois outros conjuntos de categorias: um, composto pelas categorias gerais

correspondentes à natureza dos componentes daquele "mundo"; outro, composto pelas categorias gerais correspondentes à natureza geral das relações constituintes que tais componentes estabelecem entre si, na constituição daquele mesmo "mundo" (13).

Nestas condições, o princípio constituinte de uma obra cultural, enquanto determinante geral da constituição da identidade dessa mesma obra, terá de conter/pôr aqueles dois sub-conjuntos de categorias gerais, que formam o núcleo capital do conteúdo conceptual da representação geral do mundo que determina em geral a constituição de identidade da obra cultural em causa, conforme o estabelecido pela teoria geral empregue. Caso contrário, aquele princípio constituinte geral não seria suficiente (adequado) para realizar a função própria da sua natureza (a função de princípio constituinte da identidade de um ser, onde tais categorias sejam factores constituintes dominantes).

Assim, pela identificação das categorias mais gerais que o princípio constituinte geral de uma obra cultural contenha/ponha - relativamente à natureza geral dos componentes do real, implicados no conteúdo desta obra, e relativamente à natureza geral das relações constituintes que eles mantenham entre si, na constituição de um todo - poder-se-á desvelar (hipotéticamente numa primeira fase de investigação) os componentes nucleares da representação geral do mundo que tenha determinado em geral a constituição da identidade da obra cultural em causa. E, através do conhecimento da identidade destes componentes nucleares, poder-se-á igualmente desvelar (hipotéticamente também, nesta primeira fase de investigação) a unidade operatória/funcional de actividade humana, realizada por um sujeito colectivo/classe social, onde se tenha dado, de forma original na sua globalidade, aquela mesma representação geral do mundo. Deste modo terminar-se-á a identificação hipotética dos fundamentos constituintes

procurados do princípio constituinte geral do objecto modelo da presente investigação.

Por razões de fecundidade metodológica, a determinação hipotética acabada de referir da unidade operatória/funcional de actividade humana (realizada por um sujeito colectivo/classe social, que tenha determinado em geral a constituição de uma obra cultural individual dada) deverá ser feita tendo-se em conta a possibilidade histórica daquela unidade operatória/funcional ter efectivamente determinado a constituição da obra cultural em causa. Pois caso contrário, uma tal determinação não poderá realizar a função explicativa procurada (a explicação da obra cultural em causa através daquela mesma unidade operatória/funcional de actividade humana). Em tal situação, aquela determinação hipotética não poderia desempenhar a função metodológica de mediadora entre os dois "seres" em causa - que é justamente a sua função metodológica - constribuindo para desvelar relações constituintes entre eles, que imediatamente não se manifestem e para garantir a conformidade formal de tais relações com as determinações constituintes do sujeito da presente investigação.

Evidentemente, para que aquela determinação hipotética possa desempenhar completamente esta função metodológica é necessário que ela seja completada por uma confrontação, metodicamente organizada, entre aqueles dois "seres" (a obra cultural e unidade operatório/funcional em causa), para avaliar a consistência (ou o grau de consistência) da atribuição (hipotética) de uma identidade formal entre estes mesmos "seres". Na presente investigação esta confrontação será efectuada em fase processual posterior.

Dadas as condições teóricas acabadas de referir, a investigação cujo objectivo seja identificar a representação geral do mundo e a unidade operatória/funcional da actividade humana, realizada por um sujeito colectivo/classe social, que possam ter determinado em geral da constituição

do princípio constituinte geral do objecto modelo da presente investigação, terá de partir de uma análise do conteúdo conceptual deste princípio (enquanto enunciado de determinações constituintes). Esta análise será orientada para desvelar o conjunto das categorias mais gerais que este mesmo princípio contenha/ponha relativamente à natureza do objecto cuja constituição ele determine (isto é o objecto modelo e, através deste, hipotéticamente, o objecto operatório da presente investigação).

Assim, se na perspectiva acabada de referir se considerar o conteúdo conceptual do princípio constituinte geral em causa, podem distinguir-se nele duas ordens de determinações constituintes: a primeira põe a constituição de um conjunto de "seres", aí determinados somente pela sua natureza geral - constituir representações (14); a segunda estabelece as condições constituintes específicas, relativas à natureza daqueles mesmos "seres" (teóricos/representações) (15), as quais correspondem não só à natureza específica comum a todos estes "seres" (teóricos/representações), mas também à sua adequação à posição funcional (ou função) que lhes é atribuída num processo prático (cujas condições constituintes determinam a constituição daqueles mesmos "seres", tal como o estabelece o princípio constituinte em causa).

Por sua vez a natureza deste processo prático e a posição funcional aqui atribuída dos "seres" (teóricos/representações) em causa permitirão estabelecer - segundo a teoria geral empregue na presente investigação - uma determinação teórica do significado constituinte das categorias gerais próprias da natureza daqueles mesmos "seres", relativamente à constituição de tal processo prático e à constituição das regiões do real por ele implicadas.

Considerando as duas ordens de determinações constituintes acabadas de referir, sob o ponto de vista das categorias constituintes gerais que

elas contêm/põem, reconhece-se que, no que respeita à primeira, ela se limita ao conceito de representação, como categoria constituinte geral dos "seres" em causa e, no que respeita à segunda, os seus componentes põem várias categorias constituintes gerais destes seres, distribuíveis mesmo por dois grupos:

A. Categorias constituintes gerais relativas à natureza específica dos "seres" em causa (natureza dos componentes destes "seres" e condições formais gerais das relações constituintes a estabelecer por estes componentes).

Segundo o conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo, estas categirias são as categorias constituintes mais gerais próprias da natureza operatória de um sujeito razão (16). De entre essas categorias destacam-se as seguintes, para efeitos deste ponto da presente investigação (17);

a) determinação exacta (dos "seres" a constituir/conceber e dos seus componentes);

b) necessidade e universalidade formais (segundo princípios gerais, relativamente a relações constituintes - internas e/ou externas - admitidas entre os "seres" a constituir);

c) conformidade com as determinações operatórias/constituintes fundamentais mais gerais do pensamento.

B. Categorias constituintes gerais relativas à determinação da identidade dos conteúdos dos "seres" em causa (18).

a) Adequação operatória/funcional (procurada de modo reflectido) às determinações constituintes de um processo prático dado. Tendo em conta que os "seres" (teóricos/representações) em questão são constituídos sob a condição de serem

componentes operatórios de um processo prático dado - um processo constituinte de meios para a conservação e para o desenvolvimento do ser do sujeito constituinte deste mesmo processo - , a constituição de cada um daqueles "seres" será necessariamente (segundo uma necessidade funcional) regulada, em geral, por uma determinação constituinte que ponha a sua adequação operatória à função que lhe é determinada pelas condições constituintes deste mesmo processo prático - que são as condições constituintes gerais deste mesmo processo e as condições constituintes próprias da função correspondente a cada um dos "seres" em causa;

b) conservação e desenvolvimento da vida do homem em geral, socio-historicamente situado. Este conteúdo conceptual opera aqui como uma categoria constituinte geral da determinação da identidade dos "seres" (teóricos/representações) em causa, porque ele põe o objectivo geral, ou limite tendencial do processo prático que determina a constituição daqueles "seres", como suas partes integrantes; logo, o conteúdo destes "seres" será constituído em conformidade com tal objectivo geral;

c) perfeição máxima possível. Este conteúdo conceptual opera igualmente como categoria constituinte do conteúdo dos "seres" (teóricos/representações) em causa, porque ele é uma categoria constituinte geral do processo prático onde aqueles "seres" se integram como parte constituinte.

Dado o conteúdo dos três últimas categorias enumeradas, as suas funções constituintes não se confinam à determinação de identidade do conteúdo dos "seres" (teóricos/representações) em causa, mas compreendem também a determinação das relações constituintes que estes "seres" estabeleçam com os restantes componentes do processo prático em que se inserem, visto que aquelas categorias se reportam à totalidade da constituição deste processo, regulando-o em geral.

2.1.2.2. A representação geral do mundo, pressuposta pelo conjunto de categorias gerais constituintes contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo.

A fase actual da presente investigação tem como objectivo identificar (ainda que somente de modo hipotético) o conteúdo conceptual da representação geral do mundo que tenha determinado a constituição do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo.

Os fundamentos teóricos desta fase da presente investigação situam-se, por um lado, na teoria geral empregue e, por outro lado, nos resultados já obtidos no decurso desta mesma investigação. Assim são fundamentos deste fase de investigação as seguintes posições teóricas (admitidas umas, adquiridas outras):

a) o princípio constituinte de uma obra cultural contém/põe o conjunto de categorias constituintse gerais a que se reduz a representação geral do mundo, que tenha determinado a constituição daquela mesma obra cultural (19);

b) a redutibilidade conceptual de uma representação geral do mundo a um conjunto de categorias constituintes do real (isto é do "mundo" em causa) (20);

c) os resultados da análise do conteúdo conceptual do princípio constituinte geral do objecto modelo anteriormente efectuado (21), onde se põe a claro um conjunto de categorias constituintes do real, contidas/postas por aquele princípio.

Dadas estas condições teóricas, a opção metodológica feita para esta fase da presente investigação consiste em determinar a que representação geral do mundo correspondem as categorias constituintes do real, contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo já identificadas.

Dito de outro modo, esta opção metodológica consiste em determinar qual o conjunto, funcionalmente coerente, de condições constituintes do real, que é prossuposto/posto por aquelas categorias constituintes.

Se se considerar nesta perspectiva o conjunto daquelas mesmas categorias constituintes - nomeadamente aquelas que se reportam às condições constituintes gerais dos "seres" (teóricos/representações) cujas constituições são determinadas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo (22) - torna-se manifesto que este conjunto de categorias pressupõe/põe algumas determinações constituintes muito gerais, relativas a um conjunto de "seres" e respectivas relações, seres estes diferentes dos "seres" (teóricos/representações) acabados de referir.

Assim aparece ali, por um lado, a simples admissão daqueles "seres" (diferentes dos "seres" teóricos/representações mencionadas) - um explicitamente admitido: um sujeito prático (total); outros, implicitamente postos: os componentes operatórios de um processo prático - e, por outro lado, aparece também ali uma dupla determinação constituinte relativa a todos estes "seres" (uma determinação operatória/funcional e uma determinação ontológica), que põe condições constituintes muito gerais da natureza destes mesmos "seres".

A. Uma determinação **operatória/funcional** dos "seres" **pressupostos/postos** pelas categorias constituintes contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo.

As categorias constituintes relativas à determinação da identidade dos "seres" (teóricos/representações), cujas constituições são determinadas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo anteriormente enumeradas (23), ao pressuporem um processo prático e algumas das suas condições constituintes gerais, desvelam algumas condições constituintes muito gerais

respeitantes a relações práticas (operatórias/funcionais), que estabelecem entre si os componentes daquele processo prático.

Assim é aí pressuposto, por um lado, que o sujeito prático acima mencionado é simultâneamente causa eficiente e causa final daquele processo prático e, por outro lado, que o conjunto dos componentes operatórios deste processo (e também acima mencionados) serão determinados enquanto tal, por aquele ser-sujeito prático, em conformidade com a sua dupla função constituinte (de causa eficiente e de causa final).

Se se tiver em conta, por um lado, a identidade mesma destas determinações operatórias/funcionais (do sujeito prático e dos outros componentes do processo prático em causa) e, por outro lado, o facto de que as mesmas determinações funcionais/operatórias são determinantes da constituição da totalidade do real implicado por aquele processo prático, conclui-se que as categorias constituintes gerais contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo pressupõe como condição constituinte universal do real (que elas pressupõem), uma integração operatória/funcional de todos os componentes assim admitidos neste real. Esta integração dá-se através de uma relação operatória/funcional estabelecida entre estes componentes e que é unificada pela ordenação dos mesmos componentes por e para um deles (o sujeito constituinte do processo prático em causa).

Se se tiver ainda em conta que a natureza daquele processo prático (um processo constituinte dos meios operatoriamente necessários para a conservação e o desenvolvimento do ser do seu próprio sujeito constituinte) põe, como limite da extensão do conjunto dos seres implicados como componentes operatórios do mesmo processo prático, a totalidade dos seres possíveis como objectos para o sujeito constituinte de tal processo prático (pelo menos possíveis como objectos de conhecimento) (24), conclui-se que

a condição constituinte universal do real acima enunciada é uma condição constituinte do "mundo" para aquele sujeito, pois que ela não só põe uma ordenação unificante de uma dado conteúdo de real por e para aquele mesmo sujeito, mas também determina que este conteúdo de real coincida com a totalidade do real possível como objecto para tal sujeito.

B. Uma determinação ontológica dos "seres prossupostos/postos pelas categorias constituintes contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo.

Consideradas na sua totalidade, as categorias constituintes contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo manifestam algumas condições constituintes gerais relativas à natureza do real pressuposto através do processo prático acima mencionado. Assim:

a) Condições constituintes gerais, relativas à natureza do ser-sujeito constituinte do processo prático em causa:

- relativas à totalidade da sua realidade: sujeito-prático (total); homem em geral; sócio-historicamente situado (o homem em geral);

- relativas à sua natureza enquanto sujeito de conhecimento: sujeito razão (cuja forma geral operatória foi conjuntamente enunciada com o princípio constituinte geral do objecto modelo (25);

b) Condições constituintes gerais, relativas à natureza dos "seres" componentes-operatórios do processo prático em causa.

As categorias constituintes gerais contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo só determinam de modo indirecto a natureza dos "seres"-componentes-operatórios do processo prático em causa. Esta determinação dá-se através da intervenção constituinte efectuada pelas categorias constituintes gerais contidas/postas pela forma geral operatória

de um sujeito razão, anteriormente enumeradas (26), relativamente à natureza daquele processo prático (nomeadamente através da intervenção constituinte daquelas categorias gerais próprias da forma geral operatória de um sujeito razão relativamente, por um lado, à natureza das diversas operações que compõem aquele mesmo processo prático e, por outro lado, à natureza das representações dos "seres" implicados na realização do mesmo processo prático). Pois, segundo o princípio constituinte geral do objecto modelo, as representações operatoriamente necessárias a melhor realização possível do processo prático em causa serão constituídas em conformidade com as determinações constituintes/operatórias formais mais gerais de um sujeito-razão (27).

Assim, a integração dos "seres" componentes-operatórios do processo em causa dar-se-á pela mediação operatoriamente necessária das suas representações constituídas nas condições acabadas de referir: elas são mediadoras entre o sujeito prático constituinte daquele processo e os "seres"-seus-componentes operatórios (na passagem destes "seres" a objectos para aquele sujeito, tanto na sua dimensão de sujeito de conhecimento, como na de sujeito prático); elas serão mediadoras também entre o sujeito prático e a forma constituinte daquele mesmo processo prático (dado que é pressuposto, pelo enunciado do "componente prático" do princípio cosntituinte geral do objecto modelo, que as representações, cuja constituição aquele "componente prático" põe, sejam também reguladoras da constituição daquele processo prático (28)).

Nestas condições, quer por um, quer por outro destes modos de se efectuar a função atribuída às representações em causa, as categorias constituintes gerais destas representações tornam-se hegemónicas na determinação constituinte da natureza dos objectos-componentes-operatórios do processo prático em causa: estes objectos serão conformados a tais categorias,

enquanto objectos de conhecimento (representados nas/pelas representações em causa); eles serão conformados às mesmas categorias constituintes, enquanto componentes operatórios daquele processo prático (pois, só conformados a elas, eles serão integráveis operatoriamente nesse processo, dado que a forma constituinte desse mesmo processo é, por intermédio das representações em causa, conforme, em geral, àquelas mesmas categorias constituintes).

Assim pela mediação universal daquelas representações (e pela respectiva hegemonia constituinte das suas próprias categorias constituintes), a realidade mesma dos "seres"-componentes-operatórios do processo prático em causa só se dará, para o sujeito constituinte deste processo e para a sua integração nestes processo, na medida em que a "natureza" daquela mediação universal o permitir, isto é enquanto a realidade mesma daqueles "seres"-componentes-operatórios se manifesta conforme as categorias constituintes fundamentais daquelas representações/mediadoras.

Tendo em conta a enumeração destas categorias constituintes fundamentais (29), aqueles "seres" só serão objectos para o sujeito constituinte do processo prático em causa - e, por conseguinte, só serão objectos-componentes-operatórios deste processo - quando se apresentarem com um conteúdo bem determinado, compostos por elementos bem determinados, com relações constituintes formalmente necessárias, segundo princípios gerais e constituídas em conformidade com as determinações operatórias/constituintes fundamentais mais gerais do pensamento.

Deste modo a mediação universal acabada de mencionar prossupõe/põe como condição constituinte do real (implicado no processo prático em causa), por um lado, a reductibilidade da realidade dos "seres"/objecto-componentes-operatórios deste mesmo processo prático a uma natureza comum, definível pela sua constituição/determinação em conformidade

com a forma geral operatória de um sujeito razão e, por outro lado, a conformidade formal das relações constituintes possíveis entre aqueles "seres"/objectos-componentes-operatórios com as determinações constituintes postas por aquela mesma forma geral operatória de um sujeito razão.

Tendo em conta conjuntamente as determinações operatória/funcional e ontológica expostas nos parágrafos A. e B. imediatamente anteriores, conclui-se:

a) as categorias constituintes gerais, contidas/postas pelo princípio constituinte geral do objecto modelo, pressupõem/põem um conjunto de condições muito gerais constituintes do real, onde predomina:

- a ordenação operatória/funcional, de todos os componentes admitidos num conteúdo de real, em ordem a um destes componentes: componente privilegiado (do ponto de vista operatório e constituinte);
- esta ordenação dá-se por interferência constituinte dupla - causa eficiente e causa final - efectuada pelo "componente privilegiado" do conteúdo do real em causa;
- este "componente privilegiado" é identificado com um sujeito prático (total), homem em geral, socio-historicamente situado;
- a totalidade dos restantes componentes no conteúdo de real em causa coincide com a totalidade dos "seres" possíveis enquanto objectos para o "componente privilegiado" deste mesmo conteúdo de real;
- a reductibilidade da realidade do conteúdo de real em causa a uma natureza comum, definível pela sua constituição/determinação em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão;
- a conformidade formal das relações constituintes possíveis, a

estabelecer entre os componentes do mesmo conteúdo de real, com as determinações constituintes postas pela forma geral operatória de um sujeito razão;

b) as condições constituintes muito gerais do real, referidas na alínea anterior, são condições constituintes muito gerais do "mundo", relativamente ao sujeito constituinte do processo prático em causa, isto é o homem em geral, sócio-historicamente situado. Pois, além de porem a totalidade dos "seres" possíveis como objectos para este sujeito, também unificam a dois níveis esta totalidade, em função do mesmo sujeito: em função das suas determinações operatórias/funcionais (unificação operatória/funcional); em função das suas determinações gnosiológicas (unificação ontológica);

c) as condições constituintes muito gerais do mundo, referidas nas duas alíneas anteriores, consideradas enquanto um conteúdo conceptual unificado, constituem uma representação (muito) geral do mundo, ou antes um núcleo conceptual primordial de uma representação geral do mundo.

2.1.2.3. A unidade operatória/funcional de actividade humana, realizada por um sujeito colectivo/classe social, hipoteticamente constituinte da representação geral do mundo pressuposta pelo princípio constituinte geral do objecto modelo.

O objectivo da fase actual da presente investigação consiste na realização da segunda instância de fundamentação teórica do conteúdo do princípio constituinte do objecto modelo (30), isto é consiste em tornar manifesta a legitimidade teórica - em conformidade com a teoria geral empregue - de fundamentar a constituição do conteúdo daquele princípio constituinte geral no conteúdo de uma unidade operatória/funcional bem determinada de actividade humana (a identificar), realizada por um sujeito colectivo/classe social, no decurso de um tempo longo e de forma globalmente original, para

conservação e desenvolvimento do ser daquele sujeito.

A opção metodológica constituinte desta fase de investigação fundamenta-se teoricamente em relações constituintes admitidas pela teoria geral empregue na presente investigação e já referidas (31), donde se destaca:

a) a identidade de uma obra cultural individual é determinada, em geral, pelo conteúdo de uma representação geral do mundo, realizada, na sua produção original, através de uma unidade operatória/funcional de actividade humana, efectuada esta por um sujeito colectivo/classe social, agindo num tempo longo, para a conservação e desenvolvimento do seu ser:

b) a representação geral do mundo acabada de referir reduz-se, na sua forma mais geral, a um conjunto de categorias gerais constituintes da natureza geral do mundo de que ela é representação (da natureza geral dos componentes deste mundo e da natureza geral das relações constituintes que estes componentes enquanto tais, estabeleçam) (32). Dito de outro modo, aquela representação geral do mundo reduz-se a um conjunto de categorias gerais constituintes, umas, relativas à constituição da representação da natureza geral dos objectos implicados pela realização da unidade operatória/funcional de actividade humana onde tal representação geral do mundo se dá; outras, relativas à constituição da representação da natureza geral das relações constituintes que aqueles objectos estabeceçam na realização da unidade operatória/funcional em causa (33). Segundo a teoria geral em causa, as representações acabadas de referir têm, relativamente à realização desta unidade operatória/funcional de actividade humana, a função de mediadoras na integração dos objectos que representam (os objectos que aquela mesma realização implica): funcionam assim, relativamente à realização daquela unidade operatória/funcional de actividade humana, como mediadoras entre o sujeito constituinte daquela unidade e a realidade mesma de tais objectos.

Dado que já se isolou a representação geral do mundo implicada pelo princípio constituinte geral do objecto modelo, através da identificação de um conjunto funcionalmente coerente de categorias gerais constituintes da representação de um "mundo", o que se torna agora metodologicamente necessário para o prosseguimento da presente investigação é identificar, a partir dos resultados já obtidos, qual é a unidade operatória/funcional de actividade humana que satisfaz simultaneamente as condições gerais - postas pela teoria geral em causa - para realizar em originalidade global uma representação geral do mundo e as condições particulares - postas pelo conteúdo da representação geral do mundo implicada pelo princípio constituinte geral do objecto modelo - para que uma unidade operatória/funcional de actividade humana produza esta mesma representação geral do mundo.

As condições gerais acabadas de referir (postas pela teoria geral em causa para que se constitua com originalidade global uma representação geral do mundo) já foram estabelecidas no decurso da presente investigação (34). De entre estas "condições gerais" destacam-se as seguintes, para efeitos da fase actual da presente investigação: o sujeito constituinte daquela representação geral do mundo é um sujeito colectivo/classe social; a constituição daquela mesma representação geral do mundo dá-se através de uma realização globalmente original da actividade de um sujeito daquele género, efectuada em ordem à conservação e desenvolvimento do seu ser; a constituição daquela representação implica um tempo longo (normalmente mais que uma geração), isto é implica que a actividade acabada de referir se realize durante um tempo longo nas mesmas condições gerais e com as mesmas características gerais fundamentais.

As condições particulares acima referidas (postas pelo conteúdo da representação geral do mundo pressuposta/posta pelo princípio constituinte geral do objecto modelo), que a unidade operatória/funcional de actividade humana cuja identidade é procurada nesta fase da presente investigação terá

que satisfazer/manifestar, consistem fundamentalmente nas condições funcionalmente necessárias para que uma unidade operatória/funcional de actividade humana - desenvolvendo-se em conformidade com as condições gerais acabadas de referir - realize, nos seus caracteres individualizantes, aquele mesmo conteúdo da representação geral do mundo em causa.

Dado que tal conteúdo é já conhecido nesta fase de investigação - através da identificação do conjunto de categorias gerais constituintes que ele contém/põe - torna-se possível definir alguns caracteres gerais das resultantes daquela unidade operatória/funcional de actividade humana, e assim isolar alguns caracteres de um critério para a identificação da mesma unidade operatória/funcional de actividade humana.

Assim, se se tiver em conta que as categorias gerais componentes da forma mais geral de uma repersentação geral do mundo são, nesta qualidade, factores constituintes tanto da representação da natureza geral dos objectos implicados pela realização da unidade operatória/funcional de actividade humana onde se tenha produzido originalmente aquela representação geral do mundo, como da representação da natureza geral das relações constituintes que aqueles objectos estabeleçam, conclui-se que a unidade operatória/funcional de actividade humana que satisfaça as condições particulares acima referidas é aquela que manifeste, tanto na constituição da representação da natureza geral dos objectos implicados na sua própria realização, como na constituição da representação da natureza geral das relações constituintes que estes mesmos objectos estabeleçam, o uso de um conjunto de categorias gerais equivalente (pelo menos predominantemente equivalente) do ponto de vista constituinte àquele que foi isolado pela análise do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo.

Na identificação da unidade operatória/funcional de actividade humana procurada, dever-se-á ter ainda em conta que toda esta construção metodológica

visa determinar a explicabilidade de um objecto historicamente situado - o pensamento filosófico de Descartes - e, por conseguinte, por razões de fecundidade metodológica (como atrás se referiu (35)), dever-se-á incluir nas condições particulares, a satisfazer pela unidade operatória/funcional de actividade humana procurada, a possibilidade histórica de ela ter determinado efectivamente a constituição do pensamento filosófico de Descartes.

Em termos de estratégia de investigação, a adição desta última "condição particular" às "condições gerais" acima referidas, aparece como um meio para simplificar a realização da fase actual da presente investigação. Pois a adição desta última "condição particular" reduz, de modo muito significativo, o número de unidades operatórias/funcionais de actividade humana, cujos conjuntos de categorias gerais constituintes das representações da natureza geral dos objectos implicados nas suas respectivas realizações, tenham de ser confrontados com o conjunto de categorias gerais isoladas pela análise do conteúdo do princípio constituinte do objecto modelo, para julgar da possibilidade teórica de tais unidades operatórias/funcionais de actividade humana terem determinado a constituição deste último conjunto de categorias gerais (e, mediatamente, para julgar da possibilidade teórica de tais unidades operatórias/funcionais de actividade humana terem determinado a constituição do objecto modelo e a constituição do pensamento filosófico de Descartes).

Assim, tendo em conta tudo o que acaba de ser exposto neste parágrafo, pode concluir-se que o objectivo da fase actual da presente investigação consiste na determinação teórica da identidade (identificação hipotética) da unidade operatória/funcional de actividade humana, cuja constituição se tenha dado em conformidade cumulativamente com as condições constituintes seguintes:

a) ter sido realizada por um sujeito colectivo/classe social;

que satisfazer/manifestar, consistem fundamentalmente nas condições funcionalmente necessárias para que uma unidade operatória/funcional de actividade humana - desenvolvendo-se em conformidade com as condições gerais acabadas de referir - realize, nos seus caracteres individualizantes, aquele mesmo conteúdo da representação geral do mundo em causa.

Dado que tal conteúdo é já conhecido nesta fase de investigação - através da identificação do conjunto de categorias gerais constituintes que ele contém/põe - torna-se possível definir alguns caracteres gerais das resultantes daquela unidade operatória/funcional de actividade humana, e assim isolar alguns caracteres de um critério para a identificação da mesma unidade operatória/funcional de actividade humana.

Assim, se se tiver em conta que as categorias gerais componentes da forma mais geral de uma repersentação geral do mundo são, nesta qualidade, factores constituintes tanto da representação da natureza geral dos objectos implicados pela realização da unidade operatória/funcional de actividade humana onde se tenha produzido originalmente aquela representação geral do mundo, como da representação da natureza geral das relações constituintes que aqueles objectos estabeleçam, conclui-se que a unidade operatória/funcional de actividade humana que satisfaça as condições particulares acima referidas é aquela que manifeste, tanto na constituição da representação da natureza geral dos objectos implicados na sua própria realização, como na constituição da representação da natureza geral das relações constituintes que estes mesmos objectos estabeleçam, o uso de um conjunto de categorias gerais equivalente (pelo menos predominantemente equivalente) do ponto de vista constituinte àquele que foi isolado pela análise do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo.

Na identificação da unidade operatória/funcional de actividade humana procurada, dever-se-á ter ainda em conta que toda esta construção metodológica

visa determinar a explicabilidade de um objecto historicamente situado - o pensamento filosófico de Descartes - e, por conseguinte, por razões de fecundidade metodológica (como atrás se referiu (35)), dever-se-á incluir nas condições particulares, a satisfazer pela unidade operatória/funcional de actividade humana procurada, a possibilidade histórica de ela ter determinado efectivamente a constituição do pensamento filosófico de Descartes.

Em termos de estratégia de investigação, a adição desta última "condição particular" às "condições gerais" acima referidas, aparece como um meio para simplificar a realização da fase actual da presente investigação. Pois a adição desta última "condição particular" reduz, de modo muito significativo, o número de unidades operatórias/funcionais de actividade humana, cujos conjuntos de categorias gerais constituintes das representações da natureza geral dos objectos implicados nas suas respectivas realizações, tenham de ser confrontados com o conjunto de categorias gerais isoladas pela análise do conteúdo do princípio constituinte do objecto modelo, para julgar da possibilidade teórica de tais unidades operatórias/funcionais de actividade humana terem determinado a constituição deste último conjunto de categorias gerais (e, mediatamente, para julgar da possibilidade teórica de tais unidades operatórias/funcionais de actividade humana terem determinado a constituição do objecto modelo e a constituição do pensamento filosófico de Descartes).

Assim, tendo em conta tudo o que acaba de ser exposto neste parágrafo, pode concluir-se que o objectivo da fase actual da presente investigação consiste na determinação teórica da identidade (identificação hipotética) da unidade operatória/funcional de actividade humana, cuja constituição se tenha dado em conformidade cumulativamente com as condições constituintes seguintes:

a) ter sido realizada por um sujeito colectivo/classe social;

b) ter como objectivo a conservação e o desenvolvimento do ser do seu sujeito constituinte (enquanto sujeito colectivo e enquanto conjunto de sujeitos individuais);

c) ter sido constituída durante um tempo longo;

d) apresentar um conjunto de categorias gerais constituintes tanto da representação da natureza geral dos objectos implicados na sua realização, como representação da natureza geral das relações constituintes a estabelecer por estes objectos, conjunto este de categorias que seja equivalente (pelo menos predominantemente equivalente) ao conjunto de categorias gerais isoladas na análise do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo;

e) dar-se em condições históricas que permitam admitir a possibilidade material de uma interferência constituinte - efectuada pela unidade operatória/funcioanl em causa e segundo o modelo teórico posto pela teoria geral empregue - relativamente à constituição do pensamento filosófico de Descartes.

Dado que na fase actual da presente invsetigação se está somente ao nível metodológico da formulação de uma determinação hipotética da identidade da unidade operatória/funcional de actividade humana que manifeste cumulativamente (na realização da sua cosntituição) as condições constituintes acabadas de enumerar - e, por conseguinte, sem se incluir aqui qualquer verificação empírica -, far-se-á prosseguir a investigação pondo a claro a possibilidade teórica da presença cumulativa daquelas condições constituintes, relativamente à constituição de uma dada unidade operatória/funcional de actividade humana: aquela que a burguesia europeia ascendente estava desenvolvendo na constituição de uma formação sócio-económica desde os finais da Idade Média e que no início do século XVII já tinha atingido um nível de realização considerável em algumas regiões da Europa.

Assim, não será feita, nesta fase de investigação, a enumeração das restantes unidades operatórias/funcionais de actividade humana que satisfaçam simultaneamente as "condições gerais" admitidas como necessárias para a constituição de representações gerais do mundo, originais na sua globalidade e a "condição particular" de possibilidade histórica de interferência constituinte na constituição do pensamento filosófico de Descartes (36). Não será feita também, por conseguinte, a prova de insuficiência de cada uma destas unidades operatórias/funcionais de actividade humana para satisfazer a "condição particular" de usar/por um conjunto de categorias gerais constituintes equivalente àquele que foi isolado pela análise do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo, para constituir a representação da natureza geral dos objectos, que ela implique nas suas realizações respectivas, e a representação da natureza geral das relações constituintes que tais objectos estabeleçam, no interior de cada uma destas realizações.

A hipótese acima formulada, da identificação da unidade operatória/funcional de actividade humana procurada com aquela que a burguesia europeia ascendente estava desenvolvendo no século XVII (e já desde os finais da Idade Média), fundamenta-se no facto de que esta unidade operatória/funcional de actividade humana além de responder, como outras suas contemporâneas, às condições gerais requeridas para a constituição de uma representação geral do mundo e a condição particular de possibilidade histórica atrás assinalada, ela manifesta também, através dos seus caracteres - e isto de um modo diferente das suas constemporâneas - as condições particulares restantes, necessárias para produzir no seu interior a representação geral do mundo aqui procurada, isto é a representação geral do mundo pressuposta pelo princípio constituinte geral do objecto modelo. Assim:

a) o sujeito prático e o sujeito de conhecimento constituintes desta unidade operatória/funcional da actividade humana aparecem com determinações constituintes fundamantais equivalentes do ponto de vista constituinte àquelas que se encontram nos seus homólogos desvelados pela análise do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo: um, é causa eficiente e a causa final do processo que aquela mesma unidade operatória/funcional de actividade humana realiza; o outro, é um sujeito razão, isto é um sujeito que age exclusivamente (pelo menos como limite ideal) em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão;

b) o objectivo prosseguido pelo sujeito prático constituinte da unidade operatória/funcional de actividade humana em causa (a da burguesia europeia ascendente, acima mencionada), através da realização desta mesma unidade de actividade humana e o objectivo prosseguido pelo sujeito prático, posto pelo conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo (e pressuposto na representação geral do mundo em causa), aparecem equivalentes do ponto de vista constituinte, quando estes dois "objectivos" são considerados nos seus significados relativos aos sujeitos práticos respectivos: estes "objectivos" são, em ambos os casos, a conservação e o desenvolvimento do ser desses sujeitos práticos;

c) o sujeito prático e o sujeito de conhecimento constituintes da unidade operatória/funcional de actividade humana, realizada pela burguesia europeia ascendente, acima mencionada, estabelecem entre si uma relação constituinte formalmente equivalente à relação constituinte estabelecida pelos seus homólogos, postos pelo conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo (e pela representação geral do mundo em causa): o segundo daqueles sujeitos produz representações operatoriamente necessárias à melhor realização possível da actividade desenvolvida pelo primeiro; este age em conformidade com estas representações (isto é age pela mediação destas representações);

d) o conjunto composto pelas categorias mais gerais constituintes da representação da natureza geral dos objectos que serão integrados pela realização da unidade operatória/funcional da actividade humana desenvolvida pela burguesia europeia ascendente, acima mencionada e pelas categorias mais gerais constituintes da natureza geral das relações constituintes que aqueles mesmos objectos estabelecem é equivalente (do ponto de vista constituinte) ao conjunto das categorias gerais do seu homólogo, que foi desvelado pela análise do conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo.

Segundo a teoria geral empregue, os caracteres acabados de enumerar relativamente à unidade operatória/funcional de actividade humana efectuada pela burguesia europeia ascendente acima mencionada são explicáveis pela generalização tendencialmente total da realização simultânea e integrada, na constituição daquela unidade operatória/funcional de actividade humana, de duas formas operatórias essenciais: o mercado, enquanto forma geral operatória sobredeterminante da constituição das relações sócio-económicas que compõem aquela mesma unidade operatória/funcional de actividade humana; a forma geral operatória de um sujeito razão, enquanto sobredeterminante da constituição dos modelos operatórios relativos aos diversos momentos processuais da mesma unidade operatória/funcional da actividade humana (inclusivé da constituição dos modelos relativos à construção dos instrumentos materiais auxiliares da realização da actividade humana). Esta generalização de tais "modelos operatórios" dá-se em oposição - assumida reflectidamente - à hegemonia de rotinas (compostas por modelos operatórios de construção não necessariamente racional) na constituição da actividade económica e social (37).

Esta renovação reflectida de modelos dá-se em consequência da constatação da insuficiência dos modelos (e dos instrumentos) herdados

e fixados sob a forma de rotinas para responderem às pressões de produtividade provenientes, por uma lado, da dinâmica da economia de mercado - aumento de produção de mercadorias, baixa de custos de produção, melhoria de condições de circulação e a procura de novas vias, a renovação das técnicas militares - e, por outro lado, da tensão produzida nos homens que formavam a burguesia ascendente em causa pelo horizonte aberto de possibilidades, que a sua conjuntura hitórica lhes oferecia, para melhorarem os meios de conservação e de desenvolvimento das suas vidas: a Europa abrira para si mesma os caminhos do Mediterrâneo, os caminhos do Atlântico e os do Oceano Índico; ela dera a volta ao mundo, descobrira novas regiões, novas gentes; tivera acesso a novas mercadorias; novas relações se estabeleceram entre os homens; os efeitos materiais e os estimúlos teóricos de toda esta situação impunham-se e os seus limites manifestavam-se indeterminâveis.

A intervenção constituinte do uso generalizado de cada uma das duas "formas operatórias essenciais", acabadas de referir, para a constituição de uma representação geral do mundo onde predomina (como sua forma geral) um conjunto de categorias gerais equivalente àquele que é implicado pelo conteúdo do princípio constituinte geral do objecto modelo, resulta - segundo a teoria geral empregue - de dois factores: a natureza mesma de cada uma daquelas "formas operatórias essenciais"; o facto de tais "formas operatórias" se darem num sector provilegiado do ponto de vista constituinte da actividade humana de um sujeito, isto é o sector de actividade humana onde se produzem os meios de conservação e de desenvolvimento do ser deste sujeito. Pois tal como se mostrou (38) este sector de actividade exerce uma interferência constituinte hegemónica relativamente à constituição de todos os outros sectores da mesma actividade e produz, pela sua própria realização, uma representação geral do mundo (39).

No caso de o sujeito constituinte de um tal sector de actividade humana

ser um sujeito colectivo, a representação do mundo, que aí se produza é - segundo a teoria geral em causa - comum a todos os sujeitos individuais que componham aquele sujeito clectivo e exerce nestes sujeitos a função de sobredeterminante universal das unidades operatórias/funcionais da actividade humana que eles realizem. (40).

Segundo aquela mesma teoria geral, o contributo de cada uma das duas "formas operatórias essenciais" acima referidas para a constituição de uma representação geral do mundo, onde predominem as categorias operatórias/constituintes próprias de um sujeito razão, manifesta-se de imediato com graus diferentes de clareza.

Assim, o contributo para a constituição de uma repersentação geral do mundo prestado pela generalização tendencionalmente total do uso de modelos operatórios racionais na actividade económica torna-se claramente manifesto se se tiver somente em conta:

- que a "forma operatória essencial " em causa pressupõe não só a constituição racional de modelos processuais e de instrumentos, mas também a constituição de representações racionais dos objectos - e da sua operatividade respectiva - implicados pela realização da actividade produtiva, efectuada segundo aqueles modelos: caso contrário, não haveria adequação operatória destes objectos à forma constituinte da actividade humana em causa;

- que uma representação geral do mundo - tal como ele é concebida na presente investigação - contém/põe o conjunto formado pelas categorias constituintes mais gerais, da representação da natureza geral dos objectos componentes do "mundo" em causa e pelas categorias constituintes mais gerais da representação da natureza geral das relações que aqueles objectos estabeleçam (41);

- que a constituição de uma representação geral do mundo se dá - segundo a teoria geral empregue - conjuntamente e de modo integrado com a realização da unidade operatória/funcional que um sujeito colectivo/classe social efectua para a conservação e desenvolvimento do seu ser (que é a sua actividade económica).

O contributo da generalização tendencialmente total do mercado como forma geral constituinte das relações económicas e sociais, para a realização de uma representação geral do mundo, constituída em conformiade com a forma geral operatória de um sujeito razão (42) só se torna, por sua vez, manifesto se se tiver em conta:

- que o mercado, enquanto sistema tendencialmente unificado e universal de trocas, é um mediador prático tendencialmente universal entre um sujeito prático, que nele se integre enquanto tal, e os objectos implicados pela realização da unidade operatória/funcional de actividade humana efectuada por este sujeito prático para a conservação e o desenvolvimento do seu ser (quer ele seja considerado enquanto produtor de bens, quer enquanto seu consumidor);

- que a operatividade interna deste mediador prático tendencialmente universal é determinada por modelos constituídos em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão;

- que a constituição deste mesmo mediador prático tendencialmente universal põe a constituição de um mediador teórico, igualmente universal, constituído em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão, entre o sujeito prático, que se integre enquanto tal numa economia de mercado, e a natureza mesma dos objectos acima referidos, isto é os objectos implicados pela realização da unidade operatória/funcional de actividade humana efectuada por aquele

sujeito prático para a conservação e o desenvolvimento do seu ser. Este mediador teórico reduz aqueles objectos a uma natureza comum, a qual torna possível a identificação de cada um deles - dentro do sistema de trocas que é o mercado - através da simples determinação quantitativa da natureza comum que ele integre na sua constituição. Dado que esta determinação se efectua pela quantificação de uma natureza comum, a identidade de cada um daqueles objectos pode ser reduzida - dentro deste sistema de trocas - a uma expressão numérica: o seu valor de troca. Nestas condições, os caracteres sensíveis e os caracteres funcionais individualizantes daqueles objectos são abstraídos e as suas representações são conceitos constituídos em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão; as relações que aqueles mesmos objectos estabelecem entre si, no interior do sistema de troca em causa, são determinadas por modelos igualmente constituídos em conformidade com a forma geral operatória de um sujeito razão;

- que uma constituição da representação geral do mundo realizada por um sujeito se dá (na sequência do que é estabelecido pela teoria geral empregue (43)) conjuntamente e de um modo integrado com a constituição das representações dos objectos implicados pela realização da unidade operatória/funcional de actividade humana que aquele sujeito efectue para a conservação e o desenvolvimento do seu ser.

2.2. A objectividade **teórica** do objecto modelo.

Os resultados até agora obtidos na presente investigação - nomeadamente os que foram obtidos na sua fase imediatamente anterior - constituem uma resposta suficiente à necessidade metodológica anteriormente enunciada (44) de superar a contingência e o isolamento teórico e ontológico

em que inicialmente se encontrava o princípio constituinte do objecto modelo (contingência e isolamento que consequentemente atingiam este objecto). A superação desta contingência e deste isolamento dá-se pelo facto de que aqueles resultados tornam manifestas tanto a fundamentação teórica da função constituinte atribuída àquele princípio (relativamente ao objecto modelo em causa), como a fundamentação teórica da admissão/constituição do conteúdo daquele princípio, a partir de outro conteúdo do real, como anteriormente se mostrou ser metodologicamente necessário (45).

Assim ficou manifesto que são teóricamente legítimas, em função da teoria geral empregue:

- a forma geral da função constituinte atribuída ao princípio constituinte em causa, relativamente ao objecto modelo (46);

- a forma geral da determinação constituinte (admitida) do conteúdo do mesmo princípio constituinte por um outro conteúdo do real (uma representação geral do mundo e a unidade operatória/funcional de actividade humana, constituinte da forma original desta mesma representação) (47);

- a fundamentação da constituição do conteúdo daquele mesmo princípio constituinte na identidade de uma unidade operatória/funcional de actividade humana bem determinada: aquela que a burguesia europeia ascendente estava realizando nos princípios do século XVII, para conservar e desenvolver o seu ser (não só enquanto sujeito colectivo, mas também o ser de cada um dos sujeitos individuais que compõem este sujeito colectivo) (48).

Nestas condições, o objecto modelo aparece investido de objectividade teórica relativamente à teoria geral empregue, visto que, por um lado, a sua constituição formal se dá em conformidade com as determinações

constituintes gerais postas por aquela teoria e, por outro lado, a constituição do seu conteúdo se dá, segundo a mesma teoria, em conformidade com a ordenação constituinte de uma região do real (a unidade operatória/funcional de actividade humana realizada pela burguesia europeia ascendente, acima referida).

Não se pode esquecer que a presente investigação permanece ainda num plano teórico, predominantemente formal: por um lado, o objecto construído não é senão um objecto teórico (um objecto modelo e um modelo teórico, segundo a terminologia usada na presente exposição), por outro lado, as relações constituintes estabelecidas entre tal objecto e uma unidade operatória/funcional de actividade humana, historicamente identificada não são relações empíricas, historicamente verificadas, mas somente relações teoricamente possíveis (segundo um contexto teórico dado): são ainda somente relações hipotéticas.

Nestas condições não se poderá concluir que se tenha produzido uma determinação constituinte do objecto modelo (nem do "objecto" do "problema" respectivo), por aquela unidade operatória/funcional de actividade: não se poderá concluir mais do que a possibilidade teórica daquela determinação constituinte. A fundamentação empírica desta possibilidade teórica será objecto de outra fase da presente investigação.

N O T A S

1. Cf. supra, I, 3.p.p. 88-89 e II, 0., p.100.

2. Sobre a justificação teórica da integração do "objecto modelo" numa teoria geral, cf., ib., I, 2.1., p.p.58-60.

3. Sobre a identificação da teoria geral a empregar nesta unidade processual cf., ib., I, 2.3., nomeadamente p.p.64-73.

4. Cf. ib., I, 2.1., p.58.

5. Recorda-se que segundo a teoria geral empregue, o conteúdo de real a identificar e, em função do qual é constituído/explicado o conteúdo do princípio constituinte geral em causa, é a representação geral do mundo produzida por uma unidade operatória/funcional de actividade humana, que, de modo original na sua globalidade, um sujeito colectivo/classe social realize para a conservação e desenvolvimento do seu ser (e do ser de cada um dos seus componentes).

6. Cf. supra,II, 1.1., p.p.102-103.

7. Cf. ib.,II, p.p.103-104.

8. Cf. ib., I, 2.3.1., A., p.p.64.

9. Cf. ib., I, 2.3.1., B., p.65.

10. Cf. ib., I, 2.3.2., F.(alínea b)), p.73.

11. Cf. ib., I, 2.3.3., p.p.73-77 (nomeadamente as alíneas f) e g)), p.77.

12. Cf. ib., I, 2.3.2., E. e F. p.p.71-73 e ib., I, 2.3.3., p.p.73-77.

13. Cf. ib., I, 2.3.2., E., p.p.71-72.

14. Cf. ib., II, 1.1., p.103.

15. Cf. ib.,II, p.p.103-104.

16. "Constituir as representações [...] em conformidade com as determinações constituintes/operatórias formais mais gerais de um sujeito razão" (ib.,II, 1.1., p.103).

17. Cf.ib., II, 1.1., p.p.103-104.

18. "Constituir as representações operatoriamente necessárias à melhor realização possível do processo de conservação e desenvolvimento do ser (conservação e desenvolvimento da vida) de um sujeito prático total (o homem em geral, mas socio-historicamente situado), sujeito constituinte deste mesmo processo" (ib., II, 1.1., p.103).

19. Cf. supra, II, 2.1.2.1., p.p.135.

20. Cf. ib., I, 2.3.2., p.p. 71 e II, 2.1.2.1., p.p.134-137.

21. Cf. ib., II, 2.1.2.1., p.p.133-140.

22. Cf. ib., II, 2.1.2.1., A. e B., p.p.138-139.

23. Cf. ib., II, 2.1.2.1., B., p.p.138-139.

24. A coincidência (teórica) da extensão do conjunto dos "seres" implicados como componentes operatórios do processo prático que um sujeito (prático) efectua para estabelecer os meios operatoriamente necessários à conservação e o desenvolvimento do seu próprio ser, com a extensão do conjunto composto pela totalidade dos "seres" possíveis como objectos para este sujeito - pelo menos enquanto objectos de pensamento/conhecimento - aparece clara, em consequência da natureza mesma da determinação teleológica do processo em causa. Pois, sendo parte integrante do objectivo deste processo o desenvolvimento do ser do seu sujeito constituinte, tal processo não só não é posto como um limite de realização dado, como pressupõe mesmo uma extensão de realização aberta em ordem ao máximo operatoriamente possível para o seu sujeito constituinte.

    Nestas condições nenhum "ser" pertencente ao conjunto dos "seres" possíveis como objectos para aquele sujeito é a priori excluído da função de meio operatório para a realização do processo prático em causa. A eventual exclusão de alguns destes "seres/objectos" será uma exclusão funcional, isto é resultante de uma relação operatória/funcional de tais "seres/objectos" com o sujeito prático deste processo (onde a componente pensamento/conhecimento relativo a tais "seres/objectos" é um factor essencial, dada a natureza deste sujeito).

    Assim, um tal processo prático implica tendencialmente pela sua realização a totalidade dos "seres" possíveis como objectos (pelo menos de pensamento/conhecimento) para o sujeito em causa, ainda que não seja para uma efectiva integração de cada um deles naquela realização, pelo menos para que seja determinado o seu significado operatório/funcional relativamente àquele mesmo processo prático.

25. Cf.ib.,supra ,II,1.1., p. p.103-104.

26. Cf. ib., II, 2.1.2.1., A., p.138.

27. Cf. ib., II, 1.1., p.103-104.

28. Cf. id.

29. Cf. ib., II, 2.1.2.1, A., p.138.

30. Para uma caracterização mais detalhada desta segunda instância de fundamentação teórica do princípio constituinte em causa e da sua integração metodológica, cf., supra, II, 0., p.p.127-129 e ib.II,2.1.2.1. p.p.133-136.

31. Cf. ib., II, 2.1.2.1,p.p.134-135.

32. Cf. ib., I, 2.3.2., E. (nomeadamente a alínea a), p.p.71-72.

33. Cf. id.

34. Cf. ib., I, 2.3.2., E. e F. p.p.71-73.

35. Cf. ib., II, 2.1.2.1., p.p.136.

36. Sobre a identificação de outras representações gerais do mundo (visões gerais do mundo) globalmente originais, com expressão histórica

e cultural (nomeadamente na literatura e na filosofia), na França de Luis XIV, e dos respectivos sujeitos colectivos/classes sociais constituintes, cf. L. Goldmann, Sciences Humaines et Philosophie, p.p.111-118.

37. O que caracteriza a actividade económica da burguesia ascendente europeia em causa não é a criação original das duas "formas operatórias essenciais" acima referidas, mas uma orientação tendente à universalização daquelas "formas".

38. Cf. supra, I., 2.3.2., D., p.70.

39. Cf. ib., I, 2.3.2, E., p.p.71-72.

40. Cf. ib., I, 2.3.2., F., p.p.72-73.

41. Cf. ib., I, 2.3.2, E., a), p.p.71-72.

42. Sobre os efeitos do mercado como prática económica universal de uma formação sócio-económica, cf. Lucien Goldmann, "La Réification", in id., Recherches Dialectiques, p.p.64-106; Georg Lukacs, Histoire et Conscience de Classe, Paris, Editions de Minuit, 1960 (nomeadamente os seus capítulos "La Réification et la Conscience du Prolétariat" e "Les Antinomies de la Pensée Bourgeoise", p.p.109-188).

43. Cf. supra, I, 2.3.2. (nomeadamente os §§ C., E., e F., p.p.69-73).

44. Cf. ib., I, 2.1., p.p.58-60.

45. Cf. ib, II, 2.0., p.p.127-129.

46. Cf. ib., II, 2.1.1., A., p.p.129-132.

47. Cf., ib., II, 2.1.1., B., p.p.132-133.

48. Cf. ib., II, 2.1.2., p.p.133.159.

*

* *

III PARTE

A OBJECTIVIDADE FACTUAL DO MODELO TEÓRICO, RELATIVA À CONSTITUIÇÃO GERAL DO PENSAMENTO FILOSÓFICO DE DESCARTES

0. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A. O objectivo da presente unidade processual de investigação

O objectivo da presente unidade processual de investigação consiste na realização de uma primeira fase da terceira das "unidades processuais" em que foi dividida a totalidade da presente investigação pela sua "organização geral" (1).

Esta terceira "unidade processual" - recorda-se - consiste na confrontação analítica e metodologicamente organizada da totalidade do conteúdo do modelo teórico da presente investigação com o objecto operatório desta mesma investigação (isto é com o que no conteúdo deste "objecto operatório" for homólogo daquele modelo teórico, segundo a hipótese que este é). Esta confrontação dá-se para avaliar, por um lado, o grau de identidade entre aquele modelo teórico e o que lhe for homólogo neste "objecto operatório" - que é a constituição geral do pensamento filosófico de Descartes e a constituição geral da formação sócio-económica que a burguesia europeia ascendente estava construindo ao tempo de Descartes - e, por outro lado, para avaliar o grau de consistência teórica da constituição geral do pensamento filosófico de Descartes, em função deste mesmo modelo teórico (nomeadamente o grau de consistência teórica da representação cartesiana da união da alma e do corpo integrada na representação cartesiana do homem (2)).

Dada a diversidade qualitativa dos componentes do conteúdo do modelo teórico em causa, podem considerar-se nele três partes, ou componentes para efeitos da sua confrontação/avaliação com o "objecto operatório" da pre-

sente investigação: uma primeira parte ou componente, que consiste na admissão da hipótese de que a constituição geral do pensamento filosófico de Descartes é determinada por um princípio constituinte geral, cujo conteúdo também é hipoteticamente admitido; uma segunda parte ou componente, que consiste na determinação/construção teórica hipotética da constituição da representação cartesiana da união da alma e do corpo (em conformidade com o princípio constituinte geral hipotético, acima referido, do pensamento filosófico de Descartes e com outras condições admitidas/dadas, próprias da constituição desta representação cartesiana); uma terceira parte, ou componente, que consiste na determinação/contrução teórica hipotética da constituição geral do pensamento filosófico de Descartes, em função da constituição da formação sócio-económica que a burguesia europeia ascendente estava construindo ao tempo de Descartes.

Nestas condições, o "objectivo" da presente unidade de investigação - enquanto este é a realização da primeira fase da terceira "unidade processual", acima mencionada, da realização da presente investigação - consiste na avaliação do grau de identidade entre a primeira parte, ou componente, acabada de determinar, do modelo teórico em causa e o que lhe for homólogo na constituição do objecto operatório da presente investigação, isto é a avaliação da consistência (factual) da hipótese de que a constituição do pensamento filosófico de Descartes é determinada por um princípio constituinte geral, cujo conteúdo é também hipoteticamente admitido (3) ou - o que lhe é equivalente do ponto de vista operatório - a avaliação do grau de conformidade da constituição do pensamento filosófico de Descartes com as determinações constituintes postas pelo conteúdo daquele princípio constituinte geral, hipoteticamente admitido em relação a esta constituição.

Se se considerar que o pensamento filosófico de Descartes é uma

realidade, ou fenómeno cultural (sócio-histórico-cultural-filosófico), que se dá não só através da sua fixação/comunicação nos/pelos textos de Descartes, mas também através da sua determinação constituinte pela acção/pensamento de homens contemporâneos e antepassados da sua elaboração e através da sua interferência constituinte no pensamento/acção de homens contemporâneos e posteriores à sua constituição, a avaliação acima referida do grau de identidade, entre o componente do modelo teórico em causa nesta unidade processual de investigação e o que lhe é homólogo na constituição do pensamento filosófico de Descartes, aparece como sendo a avaliação do grau de identidade entre aquele componente do modelo teórico e um componente de um ser, ou fenómeno, cultural (sócio-histórico-cultural-filosófico). Assim esta avaliação aparece igualmente como sendo a verificação (do grau) de uma objectividade factual do componente em causa daquele modelo teórico, do mesmo modo que a avaliação do grau de identidade entre a segunda, ou a terceira partes (ou componentes) acima destacados no conteúdo daquele modelo teórico (4) - ou ainda a totalidade do conteúdo daquele mesmo modelo teórico - e o que lhes for homólogo respectivamente na constituição do pensamento filosófico de Descartes e na constituição da formação sócio-económica que a burguesia europeia ascendente estava construindo ao tempo de Descartes são verificações da objectividade factual destas partes (ou componentes) do modelo teórico em causa, ou do seu todo (5).

B. O objecto da presente unidade processual de investigação.

Dado o "objectivo" atribuído à presente unidade processual de investigação (6), o seu "objecto" - isto é aquilo que através dela se procura conhecer - é o grau de identidade entre o componente do modelo teórico da presente investigação que lhe corresponde (a determinação hipotética da

constituição geral do pensamento filosófico de Descartes por um princípio constituinte geral hipoteticamente estabelecido) e o que no conteúdo desta constituição for homólogo daquele componente, ou - o que é equivalente do ponto de vista constituinte - aquele "objecto" é o grau de conformidade da constituição geral do pensamento filosófico de Descartes com as determinações constituintes postas pelo princípio constituinte geral hipoteticamente admitido (no modelo teórico em causa) relativamente a esta mesma constituição geral.

C. Objecto operatório da presente unidade processual de investigação.

Faz-se a opção metodológica de não conformar a determinação do "objecto operatório" da presente unidade processual de investigação - isto é o conjunto de materiais com os quais esta unidade processual será realizada - somente a factores que decorrem dos conteúdos do seu "objectivo", do seu "objecto" e da natureza dos testemunhos cartesianos, mas de conformar também aquela determinação a um princípio de economia de meios, segundo o qual não se utilizarão na realização desta unidade processual de investigação senão os meios julgados suficientes para realizar o seu "objectivo", isto é não se utilizarão senão os componentes do pensamento filosófico de Descartes que se julgarem suficientes para garantir a consistência gnosiológica de "conhecimentos verdadeiros", aos conhecimentos procurados (as conclusões a atingir).

Assim, segundo o "objectivo" e o objecto da presente unidade de investigação acima determinados (7), o conjunto dos materiais com os quais esta mesma unidade de investigação será realizada é formado, por uma lado, pelo conteúdo do componente do modelo teórico nela directamente implicado - isto é o princípio constituinte geral hipoteticamente admitido

relativamente à constituição do pensamento filosófico de Descartes - e, por outro lado, pelo conteúdo da constituição mesma daquele pensamento filosófico, testemunhado pelos textos de Descartes. Em consequência do princípio de economia de meios acima referido, faz-se, para efeitos de realização da presente unidade de investigação, a seguinte opção metodológica relativa à delimitação do seu "objecto operatório":

- limitar o conteúdo da constituição do pensamento filosófico de Descartes, que será integrado no objecto operatório desta unidade de investigação, à constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento (isto é à determinação teórica cartesiana das condições gerais suficientes da garantia da validade gnosiológica do conhecimento e das condições gerais necessárias para a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido em geral);

- considerar como testemunhos necessários e suficientes da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, por um lado, os propósitos teorizantes de Descartes relativos à constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, testemunhados através das Regras, do Discurso do Método e da Carta-Prefácio à tradução francesa dos Principia Philosophiae e, por outro lado, a constituição mesma daquela teoria cartesiana, segundo a sua formulação nas Meditações;

- efectuar a avaliação do grau de identidade entre o conteúdo do princípio constituinte geral, hipoteticamente admitido em relação à constituição do pensamento filosófico de Descartes, e o que lhe for homólogo no conteúdo dos propósitos teorizantes de Descartes, relativos à constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, testemunhados pelas Regras, pelo Discurso do Método e pela Carta-Prefácio, acabados de referir, não através

de simples confrontações separadas do conteúdo deste princípio hipotético, com o que lhe for homólogo nos conteúdos de cada um destes três testemunhos cartesianos, mas através de uma confrontação deste conteúdo do princípio hipotético acabado de referir com os resultados de uma determinação do grau de conformidade que estes mesmos três testemunhos cartesianos manifestam entre si, no tocante à posição de Descartes relativamente à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia (ou mais precisamente, constituinte da "procura séria da verdade das coisas", nas Regras; da "reconstrução do saber", no Discurso do Método; da "filosofia", na Carta-Prefácio).

São fundamentos destas opções metodológicas as seguintes situações constituintes do pensamento filosófico de Descartes:

a) a teoria cartesiana da actividade do sujeito do conhecimento integra os temas nucleares do pensamento filosófico de Descartes - pelo menos a totalidade dos seus temas metafísicos e a fundamentação teórica das condições tidas por Descartes como necessárias e suficientes para a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido - e esta mesma teoria cartesiana implica, de modo claro, as opções espistemológicas e metodológicas fundamentais feitas por Descartes para a constituição do seu pensamento filosófico;

b) os propósitos teorizantes de Descartes relativos à constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia são testemunhos cartesianos explícitos directos das condições necessárias e suficientes que Descartes estabelece para a constituição do pensamento filosófico e, nesta qualidade, estes propósitos teorizantes são fontes capitais de informação sobre aquelas condições;

c) o conjunto de testemunhos do pensamento filosófico de Descartes formado pelas Regras, pelo Discurso do Método e pela Carta-Prefácio compreende, em termos cronológicos, o período de elaboração/fixação por

escrito do conteúdo fundamental daquele pensamento filosófico;

d) a formulação da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento nas Meditações é a expressão filosoficamente mais elaborada desta teoria cartesiana;

e) o testemunho cartesiano da Carta-Prefácio é um testemunho tardio na cronologia da obra filosófica de Descartes e, por conseguinte, só por si não pode garantir que os propósitos teorizantes nele enunciados tenham sido posições epistemológicas/metodológicas de Descartes contemporâneas da elaboração/fixação por escrito do conteúdo fundamental do seu pensamento filosófico (assim optou-se por completar os dados deste testemunho cartesianao com os dados provenientes das Regras e do Discurso do Método).

D. Opções operatórias gerais, relativas à realização da presente unidade de investigação.

a) O princípio constituinte geral hipoteticamente admitido no modelo teórico desta investigação, relativamente à constituição geral do pensamento filosófico de Descartes, apresenta no seu conteúdo dois componentes claramente distintos: um, que consiste numa determinação constituinte, cujo fundamento é de natureza prática (8); outro, que consiste numa determinação constituinte que se situa completamente no plano gnosiológico (9).

Dada a diferença entre as funções constituintes destes dois componentes do princípio constituinte geral em causa, faz-se a opção operatória de efectuar a avaliação do grau de identidade entre este mesmo princípio e o que na constituição do pensamento filosófico de Descartes lhe for homólogo, avaliando em separado o grau de identidade entre cada um daqueles seus componentes, relativamente ao que lhe for homólogo naquela constituição.

b) Dado que aquilo que, no conteúdo dos propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, é homólogo do princípio constituinte geral hipotético posto pelo modelo teórico da presente investigação, é mais clara e directamente manifesto no testemunho cartesiano da Carta-Prefácio, do que nas Regras, ou no Discurso do Método, faz-se a opção operatória de iniciar a determinação daquele conteúdo dos referidos propósitos teorizantes de Descartes, pela determinação do contributo da Carta-Prefácio para o conhecimento daquele mesmo conteúdo. Em seguida, apoiado nos resultados assim obtidos, procurar-se-á determinar os contributos dos dois outros testemunhos cartesianos para o conhecimento do conteúdo em causa, avaliando simultaneamente o grau de conformidade que manifestam entre si estes três testemunhos cartesianos, relativamente ao que nos seus conteúdos é homólogo do conteúdo do princípio constituinte hipotético em causa (10).

c) O princípio constituinte geral, hipoteticamente admitido no modelo teórico da presente investigação, relativamente à constituição do pensamento filosófico de Descartes, será designado somente por princípio P no restante da presente exposição, para simplificar a sua expressão. Os seus dois componentes acima referidos (na alínea a)) serão, por sua vez, designados, no restante desta mesma exposição, respectivamente por componente prático do princípio P e por componente gnosiológico do princípio P.

N O T A S

1. Cf. supra, I, 3.p.p.85-94 (nomeadamente p.89).

2. Recorda-se que as outras duas "unidades processuais" que foram estabelecidas pela Organização geral da presente investigação consistem na construção teórica respectivamente do objecto modelo e do modelo teórico desta mesma investigação - cf., supra, II, 1., p.p.101-123 e 2., p.p.126-161.

3. No que respeita ao conteúdo deste princípio constituinte geral hipotético, cf., supra, II, 1.1., p.p.102-104.

4. Cf. supra, III, 0., p.168.

5. Assinala-se aqui que a objectividade teórica do modelo teórico em causa já foi objecto da presente investigação (na unidade de investigação que transformou o objecto modelo num modelo teórico (cf., supra, II, 2., p.p. 126-161). Por sua vez a objectividade factual da segunda parte (ou componente) acima referida do modelo teórico será objecto de outra unidade de investigação, a que corresponderá à IV Parte da presente exposição; a objectividade factual da terceira parte (ou componente) destacada no conteúdo deste modelo teórico será objecto de uma outra unidade processual da presente investigação, cuja elaboração e apresentação de resultados não se efectuarão conjuntamente com as das duas unidades processuais de investigação que a precedem - as que correspondem às primeira e segunda partes (ou componentes) destacados no modelo teórico - como já se referiu (cf., supra,ib. Nota Prévia, 4. alínea a)p.13.

6. Cf. ib., III, 0. A., p.p.167-169.

7. Cf. ib., III, 0., A. e B., p.p.167-170.

8. Cf. ib., II, 1.1., p.p.103.

9. Cf. id., (alínea b)).

10. Como se acaba de referir, faz-se a opção de iniciar a análise dos propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento a partir do mais tardio dos três testemunhos cartesianos utilizados neste momento de investigação. Esta opção faz-se por razões meramente operatórias, tendo em consideração a concisão e a transparência da expressão do pensamento de Descartes neste seu escrito, relativamente ao conteúdo dos pressupostos teorizantes em causa.
    Esta opção metodológica exclui qualquer atribuição do conteúdo de um testemunho de dado momento da elaboração/fixação por escrito do pensamento filosófico de Descartes ao conteúdo de outro que lhe seja anterior, ou posterior. Tendo mesmo em conta as possíveis variações no conteúdo do pensamento filosófico cartesiano através da sua elaboração, procurar-se-á fazer uma confrontação entre o conteúdo dos três textos cartesianos aqui em causa, para avaliar o seu grau de conformidade, no que toca aos propósitos teorizantes de Descartes em análise.

*
* *

1. O PRINCÍPIO P E A CONSTITUIÇÃO DA ACTIVIDADE DO SUJEITO DE CONHECIMENTO CONSTITUINTE DA FILOSOFIA, SEGUNDO OS PROPÓSITOS TEORIZANTES DE DESCARTES

1.1. O componente **prático** do princípio P e a constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes.

Tendo em conta:

a) as opções metodológicas anteriormente feitas em relação à constituição da unidade processual geral de investigação, da qual a presente unidade é parte - nomeadamente as que dizem respeito ao seu "objectivo" e ao seu "objecto operatório" - (1);

b) que à presente unidade processual de investigação corresponde - segundo aquelas opções metodológicas - a avaliação do grau de identidade entre o componente prático do princípio P e o que for homólogo deste componente prático no conteúdo dos propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, testemunhados pelas Regras, pelo Discurso do Método e pela Carta-Prefácio, ou - o que é equivalente do ponto de vista operatório - a avaliação do grau de conformidade da constituição da actividade daquele sujeito de conhecimento, segundo os mesmos testemunhos cartesianos, com o componente prático em causa;

c) que o componente prático do princípio P, considerado do ponto de vista operatório, se reduz a uma determinação constituinte delimitadora do objecto (conjunto de objectos) a conhecer, por um sujeito de conhecimento dado, a qual é estabelecida em função da melhor realização possível da conservação

e do desenvolvimento do ser de um sujeito prático-total (o homem em geral e sócio historicamente determinado)(2).

determina-se que a presente unidade processual de investigação consista em:

- verificar se os propósitos teorizantes de Descartes, relativos à constituição da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da filosofia e transmitidos pelos escritos cartesianos acima mencionados, põem alguma determinação constituinte daquela actividade através da delimitação do seu objecto (delimitação do conjunto de objectos a conhecer, ou o conjunto de conhecimentos a constituir);

- verificar se uma tal determinação constituinte delimitadora (no caso de ela se manifestar) é estabelecida em função da melhor realização possível de um processo prático, cuja resultante seja a conservação e o desenvolvimento do ser de um sujeito prático total (o homem em geral e sócio-historicamente determinado), tal como o componente prático do princípio P o estabelece hipoteticamente.

1.1.1. A delimitação do objecto (conjunto de objectos) da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia e a interdeterminação dos desenvolvimentos desta actividade e da actividade de um sujeito prático (total), segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos à primeira destas actividades, na Carta-Prefácio à tradução francesa dos Principia Philosophiae (3).

Segundo a Carta-Prefácio à tradução francesa dos Principia Philosophiae, a filosofia - como é bem conhecido - é "um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber tanto para a conduta da sua vida como para

a conservação da sua saúde e a invenção de todas as artes" (4). Com esta "explicação" do que é a filosofia, Descartes estabelece as condições gerais da delimitação do objecto desta - o objecto da actividade do sujeito constituinte daquilo "que se chama propriamente filosofar" (5) -, ao mesmo tempo que põe a claro a natureza daquela delimitação.

Assim, uma análise do conteúdo deste escrito cartesiano, estabelecida em ordem à realização dos objectivos próprios da presente unidade de investigação, permite concluir:

a) o objecto da filosofia (o conjunto de objectos a conhecer através da constituição da filosofia) aparece neste escrito cartesiano determinado por duas ordens de factores: uns, radicados na natureza operatória do sujeito do conhecimento em causa e são - como esta natureza - função de opções epistemológicas e metodológicas aí enunciadas por Descartes (6) - aquele objecto será composto por todas as coisas que o homem pode saber, segundo um perfeito conhecimento -; outros, radicados na natureza operatória de um sujeito prático, aquele que conduz a sua vida e que age para a conservação da sua saúde e para a invenção (e aplicação) de todas as artes;

b) os factores da primeira destas ordens determinam os limites máximos possíveis da extenção da conjunto dos objectos a conhecer - este conjunto não poderá ultrapassar os limites operatórios do sujeito de conhecimento em causa, agindo enquanto tal em perfeição, isto é produzindo um "perfeito conhecimento"; os factores da segunda daquelas ordens determinam, em geral e em conformidade com aqueles limites máximos, os elementos a integrar efectivamente neste conjunto - as coisas que sendo operatóriamente acessíveis àquele sujeito de conhecimento, agindo em perfeição, são operatoriamente necessárias para a conduta da vida, para a conservação da saúde e para a invenção (e aplicação) de todas as artes;

c) os factores que radicam na natureza operatória do sujeito prático têm, deste modo, um peso altamente significativo na delimitação do conjunto dos objectos a conhecer efectivamente através de um "perfeito conhecimento", isto é na delimitação do objecto da filosofia;

d) o sujeito prático em causa é fundamentalmente um operador e um dador de sentido: ele aperece como um núcleo de real que é o determinante imediato dos procedimentos constituintes das acções acima enunciadas (a conduta da vida, a conservação da saúde e a invenção (e aplicação) de todas as artes) e como o elemento de referência teleológica, em ordem ao qual aquelas acções se constituem (se organizam operatoriamente, se realizam e se tornam mesmo objectos de conhecimento). Estas acções realizam-se por ele e para ele. Enquanto operador, ele é um sujeito prático operatoriamente diversificado: segundo as acções-tipo que lhe são imputadas pelo enunciado cartesiano do que ele é a filosofia, ele é um sujeito prático moral, um sujeito prático biológico (agente de intervenções sobre a sua própria realidade de ser vivo) e sujeito prático técnico (sujeito que age artificialmente sobre os restantes seres do seu meio, para os pôr ao seu serviço).Enquanto dador de sentido constituinte, ele é um sujeito prático unificado: um núcleo de real que se apresenta sem nenhuma diversificação, em ordem ao qual todas as acções enunciadas se realizam, inclusivé a constituição do "perfeito conhecimento". Trata-se pois de um sujeito prático total, que integra numa unidade todas aquelas acções (pela unidade de agente constituinte e de determinante teleológico daquelas mesmas acções). O texto cartesiano em causa identifica-o com o homem, sem nenhuma outra determinação particularizante e sem nenhuma distinção entre o sujeito prático operador e o sujeito prático dador de sentido: é um sujeito prático total;

e) as acções realizadas por este sujeito prático, simultaneamente operador e dador de sentido, são, segundo os seus respectivos enunciados, meios para

este sujeito conservar e desenvolver o seu ser, isto é para conservar e desenvolver a sua vida, visto que se trata de um ser vivo, o homem. Isto torna-se claramente manifesto no que diz respeito à acção de conservar a sua saúde, e claramente implicito no que toca às restantes: conduzir a sua vida e inventar (e aplicar) todas as artes;

f) o conjunto dos objectos a conhecer efectivamente pela constituição da filosofia - enquanto que este conjunto é posto por factores que radicam na natureza operatória do sujeito prático em causa - aparece, por sua vez, determinado como sendo um meio (diversificado) para a realização das acções acima referidas: ele integrará "todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta da sua vida, como para a conservação da sua saúde e a invenção de todas as artes" (7). Este conjunto de objectos aparece assim mediatamente determinado como um meio para aquele sujeito prático conservar o seu ser, isto é conservar e desenvolver a sua vida (a vida do homem), dado o significado constituinte destas acções em relação àquele sujeito;

g) o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa - enquanto que esta actividade é determinada pelos factores que radicam na natureza do sujeito prático (como se acabou de mostrar na alínea b) e seguintes) - aparece igualmente na situação constituinte de meio em relação às acções acima referidas do sujeito prático. Se esta situação constituinte de meio, atribuída ao desenvolvimento da actividade do sujeito do conhecimento, não aparece explicitamente posta, tal como ocorre com a dos objectos a conhecer ("todas as coisas que o homem pode saber tanto para ... como para..."), em relação àquelas mesmas acções, todavia ela não deixa de estar claramente pressuposta na passagem em causa da Carta-Prefácio. Pois a noção de filosofia aí explicada por Descartes põe solidariamente dois objectivos a atingir a realização da perfeição na constituição de um

conhecimento (segundo condições epistemológicas e metodológicas dadas) e o objecto deste conhecimento será um conteúdo de real dado (aquele que lhe é determinado pelos factores acima referidos que radicam na natureza operatória do sujeito prático em causa). Assim, o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa não só é determinado pela natureza operatória (e consequentes acções) daquele sujeito prático, através da determinação do conjunto de objectos a conhecer, mas este desenvolvimento é determinado também por uma determinação relativa à sua própria natureza operatória do sujeito de conhecimento: a actividade daquele sujeito de conhecimento deve produzir-se enquanto tal em perfeição (segundo as condições epistemológicas e metodológicas dadas), isto é ele deverá produzir "um perfeito conhecimento de todas as coisas ... para ...".

Este "perfeito conhecimento" torna-se assim um mediador (teórico, dadas as condições da sua constituição) entre o conteúdo de real que lhe é determinado como objecto e o sujeito prático em causa, enquanto constituinte das acções que, pela sua natureza, lhe correspondem (as que servem para a condução da sua vida, a conservação da sua saúde, a invenção e aplicação de todas as artes, isto é as acções que servem para conservar e desenvolver o seu ser). Nestas condições aquele "perfeito conhecimento" aparece como um mediador operatório intencionalmente constituído para a integração do conteúdo de real que compõe o seu objecto no processo de conservação e desenvolvimento do ser do sujeito prático em causa. Igualmente o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, que se dá intencionalmente para a constituição daquele mesmo "perfeito conhecimento", aparece como um mediador intencionalmente constituído para que aquela integração se efectue;

h) a determinação do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento pelo desenvolvimento da actividade do sujeito prático é uma

sobredeterminacão . Pois, segundo as relações acabadas de expor entre estes dois desenvolvimentos de actividade, a actividade do sujeito de conhecimento é somente determinada no seu todo e a partir do seu exterior pelas necessidades operatórias da natureza do sujeito prático (pelo desenvolvimento da actividade própria deste sujeito) determinando, relativamente à primeira destas actividades, por um lado, o seu objecto (isto é o conteúdo de real para conhecer) e, por outro lado, o nível da sua realização (a perfeição), sem qualquer determinação respeitante aos procedimentos operatórios do sujeito de conhecimento - estes dar-se-ão segundo a natureza operatória deste sujeito.

i) o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento e o desenvolvimento da actividade do sujeito prático estabelecem entre si relações constituintes de sobredeterminação recíproca ordenada, o que se torna manifesto pela conjugação das conclusões expostas nas duas alíneas anteriores. Assim, por um lado, o desenvolvimento da actividade do sujeito prático sobredetermina o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, determinando a constituição do conjunto dos objectos a conhecer teoricamente por aquele sujeito de conhecimento e o nível de realização (perfeição) da sua actividade. Por outro lado, este mesmo sujeito, ao constituir um conhecimento daqueles objectos, produz representações que são meios do desenvolvimento da actividade do sujeito prático, isto é mediadores operatórios para a integração que este último sujeito faz daqueles objectos no processo da sua própria conservação e desenvolvimento. Admitindo-se que o conteúdo das representações assim constituídas pelo sujeito do conhecimento não é uma reprodução exacta da totalidade do conteúdo dos objectos respectivos, nem corresponde à totalidade dos objectos úteis para o desenvolvimento da actividade do sujeito prático, o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento é um factor determinante do desenvolvimento efectivo da actividade do primeiro destes sujeitos.

A sobredeterminação recíproca dos desenvolvimentos das actividades destes dois sujeitos é uma sobredeterminação ordenada, porque, por um lado, na sua totalidade, ela tem um sentido constituinte comum para o desenvolvimento de cada um dos seus momentos processuais e para o desenvolvimento dos seus intervenientes (o sujeito de conhecimento e o sujeito prático) e, por outro lado, o significado constituinte de cada um destes intervenientes, no interior do processo que é esta mesma sobredeterminação, é regulado: segundo o texto da Carta-Prefácio atrás citado e transcrito, o desenvolvimento da actividade do sujeito prático mantém uma posição de prioridade constituinte na determinação das séries de relações constituintes que formam a sobredeterminação em causa, pois o "perfeito conhecimento" é posto como um meio para a realização das funções atribuídas ao sujeito prático e a actividade de um e a de outro dos dois sujeitos em causa realizam-se para a conservação e o desenvolvimento do ser (da vida) do sujeito prático total (o homem).

1.1.2. A delimitação do objecto (o conjunto de objectos) da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas" e a inter-determinação dos desenvolvimentos desta actividade e da actividade de um sujeito prático (total), segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos à primeira destas actividades, nas Regras (8).

"Aquele que quer procurar seriamente a verdade das coisas não deve pois escolher uma ciência particular, porque elas estão todas unidas entre si por um vínculo de dependência recíproca; que ele pense somente em desenvolver a luz natural da sua razão não para resolver esta ou aquela dificuldade de escola, mas para que em cada uma das ocasiões da sua vida o seu entendimento mostre à sua vontade a escolha que deve ser feita" (9).

Segundo a opção metodológica que regula a realização da presente unidade pro

cessual de investigação (10),esta consistirá numa análise da passagem acima transcrita, tendente a avaliar o grau de conformidade das posições aí sustentadas por Descartes relativamente à actividade do sujeito prático e à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, com as suas homólogas testemunhadas pela Carta-Prefácio. Procurar-se-á igualmente determinar diferenças entre aquelas posições cartesianas homólogas, testemunhadas pelos dois escritos de Descartes aqui em causa.

A. A (dupla) determinação constituinte do conjunto dos objectos a conhecer pelo sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo as Regras.

a) A determinação constituinte do conjunto de objectos a conhecer através da "procura séria da verdade das coisas" aparece, no texto cartesiano em causa, formada por duas ordens de factores, tal como a sua homóloga no texto da Carta-Prefácio: uns, teóricos, que radicam na natureza mesma do sujeito de conhecimento - "todas as ciências têm entre si um encadeamento tão cerrado, que se torna muito mais fácil aprendê-las todas em conjunto, do que separar uma só de todas as outras, neste encadeamento" (11); outros, práticos, que radicam, numa primeira instância, na natureza operatória de um sujeito-prático-vontade e, numa segunda instância, na natureza mesma do sujeito-prático-total (o homem que vive todas as ocasiões da sua vida) - "[...] para que em cada uma das ocasiões da sua vida o seu entendimento mostre à sua vontade a escolha que deve ser feita" (12). O objecto da actividade do sujeito de conhecimento fica assim determinado como sendo o seu auto-desenvolvimento - enquanto sujeito de conhecimento: o desenvolvimento da "luz natural da sua razão" -, ordenado em função da realização do sujeito prático total (o homem). Este auto-desenvolvimento dá-se conhecendo determinado objecto, isto é constituindo um conhecimento cujo objecto é a

totalidade dos objectos de todas as ciências, e as condições gerais da constituição destas, condições que radicam na natureza operatória do próprio sujeito de conhecimento (a sua luz natural). O texto das Regras, considerado na sua totalidade, torna claramente manifesta a inclusão das condições gerais da constituição das ciências no conjunto dos objectos a conhecer.

b) Estas duas ordens de factores e a sua integração funcional não são postas tão claramente nas Regras como na Carta-Prefácio. Todavia estas duas ordens de factores e sua integração funcional aparecem ali com a consistência suficiente para serem reconhecidas e significativas do ponto de vista constituinte, o que se torna manifesto se se tiverem em conta as relações funcionais acima assinaladas entre o sujeito do conhecimento e o sujeito prático, isto é o entendimento e a vontade.

c) Cada uma destas duas ordens de factores (teóricos e práticos) não aparece no texto das Regras determinada por um conteúdo idêntico ao da sua homóloga posta pelo texto da Carta-Prefácio. Assim, enquanto que os factores teóricos, tal como se apresentam no texto das Regras, determinam em geral e sem qualquer outra determinação a extensão do conjunto de objectos a conhecer, identificando-o à totalidade dos objectos passíveis de um conhecimento gnosiologicamente válido - isto é o conjunto dos objectos de todas as ciências, pressupondo-se aqui incluída a natureza operatória do próprio sujeito de conhecimento (13) -, no texto da Carta-Prefácio, os factores teóricos que delimitam o objecto do conhecimento (conjunto de objectos) são os limites operatórios do sujeito do conhecimento, operando, enquanto tal, em perfeição (segundo dadas condições epistemológicas e metodológicas): um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber (14). Todavia dado que, segundo o texto das Regras, é claramente manifesto que a natureza operatória do sujeito de conhecimento é um factor determinante do conhecimento gnosiologicamente válido, é igualmente manifesto

que os limites operatórios deste sujeito, relativamente à totalidade dos seres, constituem um factor gnosiológico/teórico da delimitação do conjunto dos objectos a conhecer (15). No que diz respeito aos factores práticos da delimitação do conjunto de objectos a conhecer, eles radicam, segundo o mesmo texto cartesiano, na natureza operatória do sujeito prático-vontade: a realização da actividade da vontade, em cada uma das ocasiões da vida do homem, depende operatoriamente de uma construção efectuada pelo sujeito de conhecimento (entendimento), isto é dependem do conhecimento que ele produza dos objectos implicados pelas opções do sujeito vontade relativas àquelas ocasiões da vida. Uma tal delimitação do conjunto dos objectos a conhecer - os objectos respeitantes às opções do sujeito prático-vontade em cada uma das ocasiões da vida do homem - é mais geral e, por conseguinte, menos precisa, do que a sua homóloga no texto da Carta-Prefácio. Pois, segundo este texto cartesiano, aquela delimitação do conjunto de objectos a conhecer aparece estabelecida em função de três zonas distintas da realização do sujeito prático: a conduta da vida, a conservação da saúde e a invenção (e aplicação) de todas as artes.

d) Apesar das diferenças acabadas de assinalar entre os factores da delimitação do conjunto dos objectos a conhecer, postos pelo texto das Regras, e os seus homólogos postos pelo texto da Carta-Prefácio, estes dois conjuntos de factores apresentam coincidências de conteúdo e, por conseguinte, de significado constituinte. Assim, segundo os testemunhos em causa daqueles dois escritos cartesianos, os factores delimitadores do conjunto de objectos a conhecer dividem-se em factores teóricos e factores práticos, intervindo na delimitação daquele conjunto através de uma inter-ligação funcionalmente equivalente. No entanto, segundo o texto das Regras, os factores teóricos aparecem também investidos com uma função de integração de objectos no conjunto de objectos a conhecer, pois eles põem o conhecimento/constituição de todas as ciências. Esta situação aparentemente não altera a resultante

funcional da conjugação operatória daqueles dois grupos de objectos a conhecer), dada a extensão do conjunto dos objectos a conhecer, posta pelo factor prático em causa: todos os objectos implicados pelas opções de um sujeito prático-vontade, em cada uma das ocasiões da vida do homem. Todavia, deve reconhecer-se que, formalmente, a delimitação do conjunto de objectos a conhecer, posta pelo texto das Regas é - pelo que se acaba de expor - diferente da sua homóloga, posta pelo texto da Carta-Prefácio. Em ocorrências limitadas poderá produzir mesmo efeitos diferentes dos desta (embora, aparentemente, sem incidência constituinte significativa). No que diz respeito às coincidências de conteúdo dos factores de delimitação do conjunto de objectos a conhecer postos pelos textos cartesianos aqui em causa, é ainda de assinalar que, à excepção da diferença acabada de mencionar, os conteúdos dos factores postos pela Carta-Prefácio se integram nas extensões respectivas dos seus homólogos postos pelas Regras. Finalmente assinala-se que o sujeito prático que, em última instância, é o fundamento dos factores práticos delimitadores do conjunto de objectos a conhecer, é, segundo os testemunhos daqueles dois textos cartesianos, o homem que vive, ainda que posto em graus diferentes de generalização em cada um daqueles textos.

B. Um princípio constituinte do desenvolvimento da actividade do sujeito prático com implicações no desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo as Regras.

A determinação constituinte do desenvolvimento da actividade do sujeito prático, com implicações no desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, efectuadas através da delimitação do objecto desta última actividade, apresenta-se no texto das Regras em termos muito gerais e de modo indirecto, não atingindo o nível de definição da sua homóloga posta

pela Carta-Prefácio, quando este último texto cartesiano põe a conduta da vida, a conservação da saúde e a invenção (e a aplicação) de todas as artes, como áreas do desenvolvimento da actividade do sujeito prático.

Todavia, segundo o texto das Regras em causa, o desenvolvimento da actividade do sujeito prático-vontade aparece com uma determinação constituinte suficiente para se lhe reconhecer um sentido: aquele desenvolvimento dá-se para a vida do homem. Pois, as ocasiões em que o sujeito prático-vontade aparece fazendo opções (esclarecidas por resultantes da actividade do sujeito de conhecimento/entendimento) constitui o conjunto formado por cada uma das ocasiões da vida (do homem), consideradas estas na totalidade das suas individualidades concretas respectivas - "in signulis vitae casibus" (16).

Esta determinação constituinte do desenvolvimento da actividade do sujeito prático, apesar da sua formulação em termos muito gerais, aparece em conformidade com a sua homóloga, posta pelo texto da Carta-Prefácio, se esta última for considerada num grau de generalização equivalente ao da primeira. A este nível de formulação e de representação, o desenvolvimento da actividade do sujeito prático dá-se, segundo o texto da Carta-Prefácio, em função da conservação e do desenvolvimento do ser de um sujeito prático-total, o homem que vive, como anteriormente se mostrou (17). No entanto a conformidade acabada de referir entre as duas determinações constituintes em causa não legitima uma atribuição necessária, à que é posta pelo texto das Regras, da totalidade das condições constituintes estabelecidas pela que é posta pela Carta-Prefácio (isto é que a actividade do sujeito prático se dê em função da conduta da vida, da conservação da saúde e da invenção (e aplicação) de todas as artes). Pois, embora os testemunhos cartesianos das Regras não neguem a possibilidade de uma tal atribuição, eles não a fundamentam no que respeita às suas determinações específicas, acabadas de enunciar. A identidade entre os conteúdos das determinações constituintes em causa, postas respectivamente

pelas Regras e pela Carta-Prefácio, situa-se somente ao nível de generalização definido pela concepção/formulação daquela determinação constituinte que é posta pelo texto das Regras: o desenvolvimento da actividade do sujeito prático dá-se em função da realização da vida do homem.

Além desta coincidência na determinação constituinte geral do desenvolvimento da actividade do sujeito prático, encontra-se ainda nos mesmos textos cartesianos um outro factor comum relativo à constituição daquele desenvolvimento: o desenvolvimento da actividade do sujeito prático em causa produzir-se-á pela mediação das resultantes da actividade de um sujeito de conhecimento, e o desenvolvimento desta última actividade efectuar-se-á em condições operatórias de optimização (segundo condições epistemológicas e metodológicas dadas), em ordem à realização desta função de mediação (isto é em ordem à constituição de representações dos objectos implicados pelo desenvolvimento da actividade do sujeito prático em causa).

C. O significado funcional do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo as Regras, relativamente ao desenvolvimento da actividade do sujeito prático.

Dada, por um lado, a relação constituinte acabada de referir, entre as resultantes da actividade do sujeito do conhecimento em causa e o desenvolvimento da actividade do sujeito prático - aquelas resultantes, enquanto representações, são mediadoras entre este sujeito e os objectos da sua actividade - e, por outro lado, dada também a ordenação efectiva (18) do desenvolvimento da actividade daquele sujeito de conhecimento em relação à constituição das representações dos objectos da actividade do sujeito prático - as resultantes acabadas de referir -, ordenação que se dá pela determinação dos objectos da actividade do sujeito de conhecimento (conjunto de objectos

a conhecer) e pela determinação do nível de realização desta actividade (procura séria da verdade, desenvolvimento da luz natural da razão), conclui-se que o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento tem efectivamente um significado funcional de meio operatório em relação ao desenvolvimento da actividade do sujeito prático: "aquele que quer procurar seriamente a verdade das coisas [...] pense somente em desenvolver a luz natural da sua razão, [...] para que em cada uma das ocasiões da sua vida o seu entendimento mostre à sua vontade a escolha que deve ser feita" (19).

A actividade do sujeito do conhecimento aparece assim como um mediador teorizante (teorizante, dada a natureza desta actividade) na relação que o sujeito prático-vontade (homem que vive) estabelece com o real (o conjunto de objectos das suas deliberações/acções).

Assim, considerada a relação constituinte acabada de referir entre o sujeito do conhecimento e o sujeito prático segundo o texto das Regras, o primeiro destes sujeitos aparece aqui numa situação constituinte equivalente à do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, posta pelo texto da Carta-Prefácio, se se considerar a determinação da actividade deste objecto (posta pela Carta-Prefácio) ao mesmo nível de generalização que o da sua homóloga posta pelo texto em causa das Regras.

D. Uma sobredeterminação recíproca ordenada entre o desenvolvimento da actividade do sujeito prático e o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo as Regras.

Tendo em conta os resultados da análise anteriormente feita do texto das Regras (expostas nomeadamente nos §§ B. e C. da presente unidade de exposição), reconhece-se que há uma determinação recíproca entre o desenvolvimento da

actividade do sujeito prático-vontade e o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa. Pois, se o desenvolvimento da primeira destas actividades põe, por um lado, efectivamente a delimitação do conjunto de objectos pelos quais se dará o desenvolvimento da segunda e, por outro lado, a necessidade operatória de optimização das condições da realização deste desenvolvimento, esta (a segunda, isto é a actividade do sujeito de conhecimento em causa) produz os meios de acesso do sujeito constituinte da primeira (o sujeito prático-vontade) aos objectos que ela integra no seu desenvolvimento.

Esta determinação recíproca é, como no caso da sua homóloga posta pelo texto da Carta-Prefácio anteriormente analizado (20), uma sobredeterminação recíproca ordenada. Ela é uma sobredeterminação porque: primeiro - tanto a determinação efectuada pelo desenvolvimento da actividade do sujeito prático-vontade, relativamente ao desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa, como a determinação efectuada por este último desenvolvimento, relativamente ao primeiro, não interferem senão pelo exterior nos processos de cada um daqueles desenvolvimentos, determinando aí respectivamente os meios de acesso aos objectos implicados pela realização da actividade do sujeito prático-vontade e o conjunto dos objectos pelos quais se dará a realização da actividade do sujeito de conhecimento, pondo ainda a necessidade operatória da optimização desta última realização; segundo - aparece pressuposta uma determinação própria do desenvolvimento da actividade de cada um dos sujeitos em causa, embora tais "determinações próprias" não estejam expressas no texto em análise. No que diz respeito à actividade do sujeito de conhecimento, aquela "determinação própria" é o objecto da sequência das Regras, consideradas na totalidade do seu texto conhecido. No que diz respeito à actividade do sujeito prático-vontade é, por um lado, necessário admiti-la como um pressuposto não enunciado por Descartes - caso contrário o desenvolvimento da actividade do sujeito do conhecimento dar-se-ía em função

do arbritário, o que contraria a orientação geral do pensamento cartesiano, exposto neste seu escrito - e, por outro lado, uma determinação própria do desenvolvimento da actividade do sujeito prático-vontade é claramente posta pelo conjunto da obra filosófica de Descartes (21).

Esta sobredeterminação recíproca é ordenada, porque, segundo o testemunho cartesiano em causa, o desenvolvimento da actividade do sujeito prático-vontade aparece com uma prioridade constituinte em relação ao desenvolvimento efectivo da actividade do sujeito do conhecimento: efectivamente é em função do primeiro destes desenvolvimentos que o segundo se constitui com o seu conteúdo próprio.

Comparando esta sobredeterminação recíproca ordenada com a sua homóloga, posta pelo texto da Carta-Prefácio - considerada esta ao mesmo nível de generalização que a primeira - conclui-se que estas duas formulações de uma sobredeterminação-recíproca-ordenada são equivalentes do ponto de vista constituinte, no interior dos propósitos teorizantes que as põem. Todavia deve ter-se em conta que a determinação do conjunto de objectos a conhecer, através do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, aparece no texto das Regras - contrariamente ao que ocorre na Carta-Prefácio, como anteriormente se mostrou (22) - com um componente radicado na própria natureza do sujeito de conhecimento, embora sem consequências aparentemente significativas para a extensão daquele conjunto.

Tendo em conta, por um lado, a presença deste factor de natureza gnosiológica na delimitação do conjunto dos objectos pelos quais se dará o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento e, por outro lado, o grau de generalização que apresenta a formulação/concepção de intervenção da natureza operatória do sujeito prático, enquanto factor da delimitação da extensão daquele mesmo conjunto de objectos, conclui-se que a sobredeterminação do sujeito de conhecimento pela natureza operatória do

sujeito prático (que é uma constante através da obra filosófica de Descartes) apresenta no texto das Regras uma expressão fraca, relativamente às suas expressões noutros escritos cartesianos, nomeadamente no Discurso do Método (como posteriormente se mostrará (23)) e na Carta-Prefácio.

1.1.3. A determinação do objecto (o conjunto de objectos) da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" e a inter-determinação dos desenvolvimentos desta actividade e da actividade do sujeito prático (total), segundo os propósitos teorizantes de Descartes, relativos à primeira destas actividades, no Discurso do Método.

Segundo a opção metodológica que regula a realização da presente unidade de investigação (24), esta, considerada do ponto de vista operatório, consistirá em avaliar o grau de conformidade - e as diferenças significativas do ponto de vista constituinte - das posições sustentadas por Descartes nos seus propósitos teorizantes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "filosofia", segundo a Carta Prefácio (25), com as homólogas daquelas posições, postas pelos propósitos teorizantes relativos à actividade do sujeito do conhecimento, constituinte da "reconstrução do saber", segundo o Discurso do Método. Esta opção metodológica - recorda-se - é um procedimento metodológico admitido para verificar: primeiro - se estes propósitos teorizantes estabelecem relações de determinação constituinte, entre o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento neles implicado e o desenvolvimento da actividade de um sujeito prático que sejam equivalentes do ponto de vista constituinte às suas homólogas estabelecidas pelo modelo teórico da presente investigação; segundo - se aquelas mesmas relações de determinação constituinte (as que são postas pelo Discurso do Método são equivalentes do ponto de vista constituinte às suas homólogas já

postas a claro na presente investigação.

A. A (dupla) determinação constituinte do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito constituinte da "reconstrução do saber", segundo o Discurso do Método.

a) A (dupla) determinação constituinte do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito constituinte da "reconstução do saber", segundo os propósitos teorizantes de Descartes, relativos à constituição de um método e aos fundamentos do conhecimento gnosiológicamente válido, expostos no Discurso do Método. Tal como nos testemunhos cartesianos anteriormente analizados, encontram-se igualmente nos propósitos teorizantes aqui em causa duas ordens de factores determinantes do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito de conhecimento posto por aqueles propósitos teorizantes: uns, teóricos, que radicam na natureza deste sujeito de conhecimento e, outros, práticos, que radicam na natureza de um sujeito prático.

FACTORES TEÓRICOS - O simples facto de Descartes estabelcer o propósito de fazer reflexão teórica sobre o método para constituir um conhecimento gnosiologicamente válido e sobre os fundamentos deste conhecimento constitui um factor da delimitação do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito de conhecimento implicado (neste caso enquanto sujeito e enquanto objecto) na realização daquela reflexão teórica. Este factor radica na natureza deste sujeito de conhecimento, dada a posição nuclear que tal natureza ocupa necessariamente (e de facto, segundo o conteúdo do Discurso do Método) naquela mesma reflexão teórica cartesiana (em consequência do seu objecto).

A determinação da natureza operatória do sujeito de conhecimento constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, produzida pela sua identificação com um sujeito razão - identificação que é sustentada por

Descartes logo no início do Discurso do Método - é um complemento do factor teórico de delimitação do conjunto dos objectos a conhecer que se acaba de assinalar. Um testemunho - entre outros posto pelo Discurso do Método - relativo à opção de Descartes sobre este género de sujeito de conhecimento e da interferência desta opção na delimitação daquele conjunto de objectos, consiste na escolha, feita por Descartes, das práticas operatórias do sujeito de conhecimento constituinte das matemáticas, como objecto operatório imediato da sua investigação, para descobrir as formas gerais operatórias da constituição do conhecimento válido (26).

Nestas condições, o método a conceber e os fundamentos do conhecimento gnosiologicamente válido a encontrar deverão corresponder à natureza operatória de um tal sujeito. Inclusivé a integração de uma fundamentação ontológica, como garantia teórica da validade do conhecimento, é mediatamente posta pela natureza operatória daquele sujeito, enquanto esta faz depender a consistência (ou validade) gnosiológica das suas construções - o conhecimento a constituir/as séries dedutivas a construir - da consistência gnosiológica do seu ponto de partida. Assim, a investigação metafísica feita por Descartes sobre a realidade ontológica de um sujeito que pensa, sobre a natureza de Deus e sobre as relações constituintes entre Deus e aquele sujeito (27) aparecem como meios para o sujeito-razão se assugurar da validade da sua própria actividade.

Não se deve no entanto concluir, a partir desta dependência mediata da investigação metafísica cartesiana em relação à natureza operatória do sujeito constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, que o conteúdo desta investigação, tal qual ela aparece nos testemunhos cartesianos, resulta daquela natureza operatória. Pois o conteúdo da investigação metafísica cartesiana em causa, (inclusivé os seus resultados) depende de diversos factores que não estão em causa neste momento da presente investigação. O que desta

investigação metafísica cartesiana radica na natureza operatória admitida por Descartes em relação ao sujeito constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido é a ordenação desta mesma investigação cartesiana para a determinação de fundamentos suficientes em relação às condições constituintes postas pela natureza operatória daquele sujeito (determinar um, ou mais pontos de partida gnosiologicamente consistentes para as suas construções).

FACTORES PRÁTICOS - os propósitos teorizantes de Descartes relativos à sua própria actividade - enquanto sujeito de conhecimento empenhado na constituição de um método e na determinação dos fundamentos do conhecimento gnosiologicamente válido, em função da "reconstrução do saber" - põem uma determinação prática (um factor prático) do conjunto de objectos a conhecer por um tal sujeito de conhecimento. Alguns exemplos da expressão deste factor prático: "convenci-me firmemente que por este meio [admissão da dúvida universal/reconstrução do saber] eu conseguiria conduzir a minha vida muito melhor, do que se construisse somente sobre velhos fundamentos, e não me apoiasse senão em princípios em relação aos quais eu me deixei persuadir na minha juventude, sem ter nunca examinado se eles eram verdadeiros" (28). Reportando-se a uma expectativa frustada na sua juventude, Descartes exprime indirectamente um factor prático da sua "reconstrução do saber", que simultaneamente é a expressão de um factor prático da delimitação do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito em causa: "porque me persuadiam de que, por intermédio delas [as 'letras' nas quais ele fora formado desde a sua infância], eu podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo aquilo que é útil à vida, eu tinha um desejo extremo de as aprender" (29). Mais adiante volta a exprimir, ainda que de modo indirecto, a sua motivação prática da "reconstrução do saber": "eu tinha um extremo desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro nas minhas acções, e caminhar

com segurança nesta vida" (30). Reportando-se à sua investigação metodológica e gnosiológica, Descartes considera-a "um caminho pelo qual, pensando estar seguro da aquisição de todos os conhecimento, de que eu fosse capaz, eu pensasse estar [igualmente] seguro pelo mesmo meio da [aquisição] de todos os verdadeiros bens que alguma vez pudessem vir a estar em meu poder" (31).

Estes propósitos teorizantes, embora pela forma da sua expressão digam directamente respeito a uma actividade teorizante particular (a que o seu autor se atribui a si mesmo na sua investigação epistemológica e metodológica, produzida em ordem à sua "reconstrução do saber") eles efectivamente têm um significado universal, tanto gnosiológico, como prático. Pois, apesar de estarem inseridos num relato autobiográfico, eles reportam-se a todos os homens possíveis.

O alcance universal destes propósitos teorizantes de Descartes - nomeadamente o seu significado prático - aparece claramente manifesto pela formulação do projecto cartesiano de uma filosofia prática (32) (objecto de análise no parágrafo seguinte da presente exposição), a qual Descartes opõe à "filosofia especulativa que se ensina nas escolas" (33).

b) A (dupla) determinação constituinte do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito constituinte da "reconstrução do saber", segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos ao seu projecto de uma filosofia prática, exposto no Discurso do Método. Os propósitos teorizantes de Descartes, relativos ao seu projecto de uma filosofia prática, manifestam as duas ordens de factores determinantes da delimitação do conjunto de objectos a conhecer (para a realização deste projecto) que já foram encontrados na presente unidade processual de investigação: factores que radicam na natureza do sujeito de conhecimento implicado pela realização deste projecto cartesiano (factores teóricos) e factores que radicam na natureza operatória de um sujeito prático total, o homem que vive (factores práticos).

FACTORES TEÓRICOS - A natureza e os limites operatórios do sujeito do conhecimento, implicado pelo projecto da filosofia prática, aparecem como determinantes da constituição do conjunto dos objectos a conhecer por aquele sujeito na realização deste projecto: a ordenação dos componentes daquele conjunto não se estabelece em função de conexões ontológicas (ou simplesmente fenoménicas), mas de conexões gnosiológicas. Trata-se de uma ordem de razões, visando a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido de objectos determinados (pelas determinações postas pela actividade do sujeito prático, implicado pelo projecto da filosofia prática): " a ordem que eu estabeleci nisto [na reconstrução do saber/projecto da filosofia prática] foi esta: em primeiro lugar, ocupei-me de procurar em geral os princípios ou as primeiras causas de tudo aquilo que está ou que pode estar no mundo, sem considerar para este efeito algo mais do que Deus que o criou, nem tirá-los de outra parte que não fosse de certas sementes de verdade que estão naturalmente nas nossas almas. Depois disto examinei quais eram os primeiros e os mais ordinários efeitos que se podiam deduzir destas causas; [...]. Depois, quando quis descer às [coisas] que eram mais particulares, apresentaram-se-me tantas e diversas, que não acreditei ser possível ao espírito humano distinguir as formas ou espécies dos corpos que existem na terra de uma infinidade de outras que aí poderiam existir [...], a não ser que antecipemos às causas os efeitos e que nos sirvamos de várias expiriências particulares. Em seguida, repassando o meu espírito por todos os objectos que alguma vez se apresentaram aos meus sentidos, ouso efectivamente dizer que não encontrei aí nenhuma coisa que eu não pudesse explicar de modo suficientemente cómodo pelos princípios que tinha encontrado" (34).

FACTORES PRÁTICOS - A delimitação do conjunto de objectos a conhecer através da realização do projecto cartesiano de uma filosofia prática aparece, na apresentação deste projecto, estabelecida em função de uma determinação

prática que radica na natureza de um sujeito prático total (o homem que vive): "para atingir conhecimentos que sejam altamente úteis à vida" (35); "conhecendo a força e as acções do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todas os outros corpos que nos rodeiam (36), [...],podê-los-íamos empregar do mesmo modo [de que nos servimos dos ofícios dos nossos artesãos] em todos os usos para os quais eles são próprios, e assim tornarmo-nos como senhores e possuidores da natureza. O que não é somente de desejar para a invenção de uma infinidade de artifícios que fariam com que se gozasse sem trabalho penoso dos frutos da terra e de todas as comodidades que aí se encontram, mas principalmnete também para a conservação da saúde, a qual é sem dúvida o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida" (37).

A determinação prática mediata da integração da natureza operatória do sujeito do conhecimento gnosiologicamente válido no conjunto dos objectos a conhecer pela realização do projecto cartesiano da filosofia prática - e a correlativa constituição de um método e de uma fundamentação teórica da actividade deste sujeito e dos resultados desta actividade - aparecem, por sua vez, claramente manifestos,se se tiver em conta que Descartes admite os seguintes pressupostos: primeiro - a realização do conhecimento gnosiologicamente válido (e a garantia reflectida de o ter atingido) depende operatoriamente, numa primeira instância, de aplicarmos bem o nosso espírito e, numa segunda instância, da constituição de um conhecimento reflectido da natureza operatória do sujeito constituinte daquele conhecimento (38); segundo - a melhor realização possível da actividade de um sujeito prático total (o homem que vive) é função da constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos implicados por aquela actividade (39).

Em consequência do que se acaba de expor (nas alíneas a) e b) da presente unidade de exposição), aparece claramente manifesto que as determinações cons

tituintes da delimitação do conjunto de objectos a conhecer pelo sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", segundo os propósitos teorizantes de Descartes, expostos no Discurso do Método, em relação à actividade daquele sujeito, são equivalentes do ponto de vista constituinte às suas homólogas relativas à constituição da "filosofia", postas pela Carta-Prefácio. Esta equivalência torna-se particularmente manifesta se se comparar o conteúdo dos factores práticos postos pelo projecto cartesiano de uma filosofia prática, segundo o Discurso do Método, com os seus homólogos relativos à constituição da "filosofia", postos pelo texto da Carta-Prefácio (40): nestes dois testemunhos do pensamento cartesiano encontra-se, por um lado, uma mesma redução constituinte daqueles factores práticos à conservação e ao desenvolvimento da vida (do ser) do sujeito prático em causa - que em ambos os casos é o homem que vive - e, por outro lado, duas enumerações de objectos a conhecer, cujos efeitos gnosiológicos e práticos são muito próximos - o que se torna manifesto se se comparar o conjunto de objectos reportados por Descartes ao tronco e aos ramos da árvore-filosofia da Carta-Prefácio, com o conjunto de objectos implicados pelo projecto cartesiano da "filosofia prática", no Discurso do Método (41). No que diz respeito ao conjunto de objectos a conhecer através da constituição da região da filosofia simbolicamente representada pela raíz daquela árvore (42), se ele não é explicitamente enunciado na enumeração dos objectos implicados pela constituição do projecto de uma "filosofia prática", a implicação daquele conjunto de objectos nesta constituição é claramente pressuposta na apresentação deste mesmo projecto cartesiano (43) e dá-se efectivamente no decurso da investigação cartesiana descrita no Discurso do Método, nomeadamente nas suas II e IV partes.

B. O princípio constituinte do desenvolvimento da actividade do sujeito prático com implicações no desenvolvimento da actividade do sujeito de

conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", segundo o Discurso do Método.

Os propósitos teorizantes de Descartes em causa nesta unidade processual de investigação não manifestam directamente e de modo preciso um princípio constituinte do desenvolvimento da actividade do sujeito prático, enquanto este desenvolvimento de actividade tem implicações no desenvolvimento da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", posto no Discurso do Método. No entanto, reportando-se directamente na expressão daqueles propósitos teorizantes à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", Descartes põe a claro algumas condições constituintes gerais do desenvolvimento da actividade de um sujeito prático, com implicações no desenvolvimento da actividade daquele sujeito de conhecimento. Este desenvolvimento de actividade aparece ali como um meio para: "adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo aquilo que é útil para a vida" (44);"ver claro nas minhas acções, e caminhar com segurança nesta vida" (45); "conduzir a minha vida muito melhor" (46); "a aquisição de todos os verdadeiros bens que alguma vez pudessem vir a estar em meu poder" (47); "alcançar conhecimentos que sejam altamente úteis para a vida" (48); "tornarmo-nos como senhores e possuidores da natureza [...] para a conservação da saúde, que é sem dúvida o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida" (49) (inclusivé os bens do espírito (50)); "libertarmo[-nos] de uma infinidade de doenças, tanto do corpo como do espírito, e mesmo também, talvez, do enfraquecimento da velhice" (51).

Nestas condições, torna-se claramente manifesto: primeiro - que o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento e o desenvolvimento da actividade do sujeito prático em causa são reportados/subordinados a uma mesma determinação constituinte teleológica: a conservação e o

desenvolvimento do ser daquele sujeito prático, que é o homem que vive, considerado na sua totalidade (embora os seus aspectos moral, biológico e de agente modificador da natureza (técnico) sejam ali directamente assinalados): segundo - que estes dois desenvolvimentos de actividade se dão numa interdependência operatória, na qual se destaca a dependência operatória do desenvolvimento da actividade do sujeito prático relativamente à constituição do conhecimento gnosiológicamente válido dos objectos que este desenvolvimento implique.

Assim, torna-se claramente manifesto que o desenvolvimento da actividade do sujeito prático produz uma intervenção relativamente ao desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber/filosofia" prática", determinando o conjunto de objectos pelos quais se dá a realização deste último desenvolvimento de actividade, isto é delimitando o conjunto de objectos a conhecer pela realização do projecto cartesiano da "reconstrução do saber"/"filosofia prática".

Se se comparar o conjunto de condições constituintes gerais dos desenvolvimentos de actividade respectivamente do sujeito prático e do sujeito de conhecimento acabadas de referir, com o conjunto de condições constituintes gerais do seu homólogo, posto pelo texto da Carta-Prefácio (52), reconhece-se que estes dois conjuntos de condições constituintes gerais são equivalentes entre si. Pois ambos determinam do mesmo modo os desenvolvimentos de actividade respectivamente do sujeito prático e do sujeito de conhecimento em causa em função da conservação e do desenvolvimento da vida concreta do homem, considerada igualmente em cada um daqueles dois conjuntos de condições constituintes gerais, não só na sua totalidade, mas também nos seus aspectos moral, biológico e de intervenção modificadora da natureza (técnico).

C. O significado funcional do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" segundo o Discurso do Método, relativamente ao desenvolvimento da actividade de um sujeito prático.

Se se tiver em conta as condições constituintes gerais assinaladas no parágrafo anterior, relativas ao desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" e ao desenvolvimento da actividade do sujeito prático implicado pelo projecto cartesiano daquela mesma "reconstrução do saber", torna-se claramente manifesto que as resultantes do primeiro destes desenvolvimentos de actividade - enquanto representações dos objectos a integrar pelo segundo - são mediadores (teóricos) entre aquele sujeito prático e os objectos implicados operatoriamente pela realização da sua actividade. Nestas condições o próprio desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa aparece como um mediador teorizante entre aquele sujeito prático e os objectos acabados de referir, isto é como um instrumento operatório da construção e do desenvolvimento do ser daquele mesmo sujeito prático, dado o sentido do desenvolvimento da sua actividade, assinalado no parágrafo anterior da presente exposição.

Assim, o significado funcional do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, constituinte da "reconstrução do saber", segundo o Discurso do Método, é, do ponto de vista constituinte, equivalente do significado funcional do homólogo daquele desenvolvimento de actividade, posto pelo projecto cartesiano da constituição de "filosofia", no texto da Carta-Prefácio (53). Pois em ambos os casos, o desenvolvimento da actividade dos sujeitos de conhecimento em causa e as resultantes das suas respectivas actividades são mediadores operatórios entre o sujeito prático constituinte de uma actividade realizada em função da conservação e do

desenvolvimento do ser do homem, que vive a sua vida concreta, e os objectos operatoriamente implicados por esta actividade.

D. Uma sobredeterminação recíproca ordenada entre o desenvolvimento da actividade do sujeito prático e o desenvolvimento da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" segundo o Discurso do Método.

Se se tiverem em conta os resultados da análise anteriormente feita dos propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", segundo o Discurso do Método (resultados apresentados nomeadamente nos §§ B. e C. da presente unidade de exposição), reconhece-se que se dá uma determinação recíproca entre o desenvolvimento da actividade do sujeito prático (o homem que vive) e o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa. Pois, segundo os resultados da análise acima referida, por um lado, o desenvolvimento da actividade daquele sujeito prático determina o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa, através da delimitação do conjunto de objectos que este desenvolvimento integre, (isto é o conjunto de objectos a conhecer por este sujeito de conhecimento, enquanto constituinte da "reconstrução do saber"); por outro lado, o desenvolvimento da actividade deste sujeito de conhecimento determina o desenvolvimento da actividade daquele sujeito prático, através da constituição de mediadores (representações) entre aquele mesmo sujeito prático e os objectos implicados pelo desenvolvimento da sua actividade.

Esta determinação recíproca é ordenada porque o desenvolvimento da actividade do sujeito prático em causa apresenta - tal como nos textos da Carta-Prefácio e das Regras anteriormente analisados - uma prioridade

constituinte em relação ao desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento. Pois, segundo os testemunhos cartesianos do Discurso do Método anteriormente invocados (nomeadamente no § B. da presente unidade de exposição), é em função do desenvolvimento da actividade daquele sujeito prático que se dá o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, reconstruindo o saber.

Esta determinação recíproca ordenada é - tal como no caso das suas homólogas postas pelos textos da Carta-Prefácio e das Regras - uma sobredeterminação recíproca ordenada. Pois, a determinação recíproca ordenada acabada de assinalar (entre os desenvolvimentos das actividades respectivamente dos sujeitos prático e de conhecimento em causa), por um lado, não interfere senão do exterior relativamente aos processos constituintes destes desenvolvimentos de actividade, como as suas homólogas postas pelos testemunhos cartesianos acima referidos e, por outro lado, segundo estes mesmos testemunhos, ela não é a única determinação constituinte que regula aqueles mesmos desenvolvimentos de actividade. A actividade deste sujeito prático e a deste sujeito de conhecimento aparecem ali com determinações constituintes específicas, próprias das naturezas operatórias daqueles mesmos sujeitos. No que respeita à actividade do sujeito do conhecimento, tal determinação constituinte específica é o tema nuclear do Discurso do Método - isto é a sua descoberta reflectida, a sua regulamentação metodológica, os seus fundamentos gnosiológicos e ontológicos -; no que respeita à actividade do sujeito prático, aquela determinação constituinte específica da sua natureza operatória não aparece explícita nos propósitos teorizantes de Descartes, transmitidos pelo Discurso do Método. Todavia este escrito cartesiano contém afirmações que mostram que Descartes admite uma determinação constituinte específica da actividade do sujeito prático (a sua natureza operatória), a qual estabelece, em geral, uma relação operatória entre a actividade deste sujeito prático e a

actividade de um sujeito de conhecimento (entendimento), formalmente equivalente à realização que acima se designou por determinação recíproca ordenada entre o desenvolvimento da actividade do sujeito prático e o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, testemunhada pelos textos analisados da Carta-Prefácio, das Regras e do Discurso do Método: "visto que a nossa vontade não é levada a seguir nem a recusar alguma coisa senão na medida em que o nosso entendimento lhe apresente boa ou má, basta julgar bem para agir bem, e julgar o melhor que se possa para fazer também todo o seu melhor, isto é adquirir todas as virtudes, e conjuntamente todos os outros bens que se possam adquirir" (54).

1.1.4. O componente **prático** do princípio P e a actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso da presente unidade processual de investigação, donde se destaca:

- que o desenvolvimento da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da filosofia (da "filosofia", da "procura séria da verdade das coisas", da "reconstrução do saber") é - segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade - um meio operatoriamente necessário ao desenvolvimento da actividade de um sujeito prático, que se efectua em função da conservação e do desenvolvimento do ser de um sujeito prático-total (o homem que vive) (55);

- que a relação constituinte acabada de referir (entre o desenvolvimento da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da filosofia

e o desenvolvimento da actividade do sujeito prático) aparece integrada numa relação constituinte de sobredeterminação recíproca ordenada, que aqueles dois desenvolvimentos de actividade estabelecem entre si e na qual o desenvolvimento da actividade do sujeito prático em causa tem uma posição de prioridade constituinte (56);

- que o desenvolvimento da actividade do sujeito prático em causa, enquanto se dá em função da conservação e do desenvolvimento do ser de um sujeito prático-total (o homem que vive) e em conformidade com a relação constituinte de sobredeterminação recíproca ordenada, acabada de referir, determina em geral o objecto (conjunto de objectos) respeitantes ao desenvolvimento do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia (isto é o conjunto de objectos a conhecer através da constituição da filosofia) (57)

tendo ainda em conta o conteúdo do componente prático do princípio P (58), conclui-se que, nestas condições, os propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia"; "procura séria da verdade das coisas"; "reconstrução do saber"), transmitidos pelos textos cartesianos analisados no decurso da presente unidade processual de investigação, põem uma relação constituinte, entre o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia e o desenvolvimento da actividade de um sujeito prático, acima referido, equivalente do ponto de vista constituinte à relação constituinte sua homóloga, posta pelo componente prático do princípio P, nomeadamente no que respeita à determinação prática, (acima referida) do desenvolvimento da actividade daquele sujeito de conhecimento, que resulta da delimitação do objecto desta mesma actividade (conjunto de objectos a conhecer).

1.2. O componente **gnosiológico** do princípio P e a constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes, relativos àquela actividade.

Tendo em conta:

a) as opções metodológicas anteriormente feitas em relação à constituição da unidade processual geral de investigação, da qual a presente unidade processual é uma parte - nomeadamente as opções metodológicas que dizem respeito ao seu objectivo e ao seu objecto operatório - (59);

b) que à presente unidade processual de investigação corresponde a avaliação - implicada pelas referidas opções metodológicas - do grau de identidade entre o componente gnosiológico do princípio P e o que for homólogo deste componente gnosiológico no conteúdo dos propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, testemunhados pelas Regras, pelos Discurso do Método e pela Carta-Prefácio, ou - o que é equivalente do ponto de vista operatório - a avaliação do grau de conformidade da constituição da actividade daquele sujeito de conhecimento, segundo os mesmos testemunhos cartesianos, com o componente gnosiológico em causa;

c) que o componente gnosiológico do princípio P estabelece a forma geral da actividade (ou a natureza operatória) do sujeito de conhecimento constituinte de um conteúdo de conhecimentos determinados em geral (aquele cuja constituição é determinada pelo princípio P) (60).

determina-se que a presente unidade processual de investigação consiste em:

- determinar a forma geral constituinte da actividade (ou natureza operatória) do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela

actividade e transmitidos por cada um dos escritos cartesianos acima identificados (pois esta forma geral constituinte, ou natureza operatória não é um dado imediato naqueles escritos de Descartes);

- avaliar o grau de conformidade desta forma geral constituinte, ou natureza operatória com o conteúdo do componente gnosiológico do princípio P.

1.2.1. A forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade, na Carta-Prefácio à tradução francesa dos Principios de Filosofia (61).

A explicação cartesiana do que é a filosofia, apresentada no início da Carta-Prefácio, estabelece as condições gerais necessárias relativas à constituição de "aquilo que se chama propriamente filosofar" (62). Destas condições constituintes gerais, umas dizem respeito à natureza específica da actividade do sujeito de conhecimento enquanto este é o constituinte de um "perfeito conhecimento de ..." (63) - que é a filosofia, considerada do ponto de vista da sua resultante gnosiológica; outras dizem respeito à determinação do objecto desta actividade, enquanto actividade constituinte de conhecimento (conjunto de objectos a conhecer) (64).

Segundo as primeiras destas condições constituintes gerais (65), a actividade do sujeito de conheciemnto constituinte da filosofia efectua-se através de duas fases operatoriamente distintas.

A primeira destas fases consiste na determinação das "primeiras causas", ou "princípios", a partir dos quais será deduzido (na segunda daquelas fases) o perfeito conhecimento, procurado/constituído através de "aquilo que

se chama propriamente filosofar". A forma constituinte da actividade a desenvolver pelo sujeito de conhecimento nesta primeira fase aparece indirectamente determinada por Descartes ao estabelecer as condições gerais da natureza daquelas "primeiras causas", ou "princípios": "estes princípios devem satisfazer duas condições: uma, que eles sejam tão claros e tão evidentes que o espírito humano não possa duvidar da sua veracidade, quando ele se aplica com atenção a considerá-los; a outra, que seja deles que dependa o conhecimento das outras coisas, de tal modo que eles possam ser conhecidos sem elas, mas de modo algum reciprocamente elas sem eles" (66). Posteriormente, neste mesmo escrito, Descartes reafirma a sua posição relativamente a esta fase constituinte da filosofia, procura mostrar que os "princípios" que ele próprio empregou na constituição da sua filosofia correspondem às condições metodológicas acabadas de enunciar e esboça a via praticada (e, por conseguinte, recomendada para encontrar aqueles princípios: "rejeitando todas as coisas nas quais eu pudesse encontrar a mesma ocasião para duvidar; [...] as que não puderam deste modo ser rejeitadas [...] são as mais evidentes e as mais claras que o espírito humano possa conhecer" (67). Em seguida ele enumera os "princípios", ou "primeiras causas" assim encontradas, que são: no que respeita ao conhecimento das coisas imateriais, ou metafísicas, a existência do eu pensante, a existência de um Deus criador universal, a veracidade do conhecimento das coisas em relação às quais o entendimento humano tenha "uma percepção muito clara e muito distinta" (68); no que respeita ao conhecimento das coisas corporais, ou físicas (princípios que são deduzidos dos princípios acabados de enunciar), "que há corpos que têm diversas figuras e se movem de diversos modos" (69), que são, diz Descartes, em suma todos os princípios, dos quais deduzi a verdade das outras coisas" (70). Segundo esta mesma passagem da Carta-Prefácio, só um destes "princípios", ou "primeiras causas" se apresenta em absoluto - quando considerado do ponto de vista das suas

constituição e fundamentação - como um princípio ou primeira causa, Pois só o ser ou existência do próprio sujeito de conhecimento são aí postos como efectivamente iniciais, sem dependência gnosiológica de qualquer outros princípios: "tomei o ser ou a existência deste pensamento [isto é a nossa alma, ou o nosso pensamento] para primeiro princípio, do qual deduzi muito claramente os seguintes" (71) (seguindo-se, na exposição de Descartes, os princípios acima enunciados). Nestas condições, todos os restantes "princípios", ou "primeiras causas" aí enumeradas por Descartes são, do ponto de vista da sua constituição gnosiológica, relativos, embora se possam considerar absolutos quando considerados em relação aos componentes das séries dedutivas que cada um deles fundamente.

A segunda fase da actividade constituinte da filosofia é determinada por Descartes nestes termos: "depois disto [a descoberta das primeiras causas, ou princípios] é preciso ocuparmo-nos em deduzir de tal modo destes princípios o conhecimento das coisas que deles dependem, que não haja nada em toda a série das deduções que aí se faça, que não seja bem manifesto" (72).

Se se conjugar o testemunho da passagem acabada de transcrever da Carta-Prefácio com o daquela outra acima referida onde Descartes descreve sumariamente a sua própria prática de investigação, encontra-se aí não só a unidade constituinte de cada uma das séries dedutivas que participam na constituição da filosofia, mas também a unidade constituinte do conjunto formado por todas as séries dedutivas - apesar deste conjunto ser constituído por séries dedutivas em ramificações diferenciadas (73) -, em consequência da fundamentação primordial de todas estas séries dedutivas num princípio comum (gnosiologicamente) absoluto, através da fundamentação, neste princípio único e absoluto, dos princípios em que se fundamenta cada uma daquelas mesmas séries dedutivas.

Esta determinação constituinte/metodológica cartesiana de uma unidade constituinte relativa ao "perfeito conhecimento" - e, consequentemente, relativa também às relações que estabelecem entre si os elementos que constituem este "perfeito conhecimento" - reporta-se exclusivamente à constituição do conhecimento e, por conseguinte, não corresponde necessariamente à constituição dos seres que aí se encontram na situação de objectos de conhecimento. Pois, o que Descartes determina que necessariamente dependa dos "princípios", ou "primeiras causas", na constituição do "perfeito conhecimento", não são as coisas a conhecer, mas o conhecimento destas coisas (74) e o que ele determina que se deduza de modo bem manifesto daqueles mesmos "princípios", ou "primeiras causas", não são as coisas a conhecer, mas o conhecimento destas coisas, como o testemunha a passagem traduzida da Carta-Prefácio (75).

Esta referência dos elementos e das relações constituintes do "perfeito conhecimento" exclusivamente ao plano gnosiológico torna-se particularmente clara numa ocorrência assinalada por Descartes na descrição sumária que ele faz da sua própria prática de sujeito de conhecimento constituinte da filosofia: a dedução da existência de "um Deus que é o autor de tudo" (76), dedução esta que Descartes fundamenta no conhecimento assegurado da sua própria existência, enquanto sujeito de pensamento/conhecimento.

Nestas condições, conlui-se que a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade na Carta-Prefácio, consiste na integração ordenada destes dois componentes (ou formas gerais de procedimentos operatórios/constituintes de pensamento/conhecimento):

- determinar analiticamente os "princípios", ou "primeiras causas" dos quais se possa deduzir o conhecimento a constituir (o "perfeito conhecimento"), através de uma recusa de (assentimento a) tudo aquilo

em que o sujeito de conhecimento encontre "a menor ocasião para duvidar;

- deduzir o conhecimento a constituir (o "perfeito conhecimento") a partir dos "princípios", ou "primeiras causas", acabadas de referir, através da constituição de séries dedutivas unificadas (mas diversificadas em vários ramos), gnosiologicamente garantidas pela evidência de cada um dos seus componentes (77).

Por conseguinte, segundo a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento em causa, esta actividade dá-se pela realização de duas unidades processuais de actividade (ou duas fases de realização daquela mesma actividade), com formas constituintes próprias, mas ambas constituídas segundo o princípio de validação gnosiológica da evidência, e pela realização de uma integração constituinte ordenada destas duas unidades (ou fases) de actividade.

1.2.2. A forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativamente àquela actividade nas Regras.

Dada a opção metodológica que determina a constituição da presente unidade processual de investigação (78), esta consiste em determinar a forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo os propósitos teorizantes de Descartes nas Regras, relativas àquela actividade, e em avaliar o grau de identidade desta forma geral com a sua homóloga, posta pelo testemunho cartesiano da Carta-Prefácio (objecto da unidade processual da investigação imediatamente anterior).

Do ponto de vista operatório, a presente unidade processual de investigação realizar-se-á pela confrontação do conteúdo dos propósitos teorizantes de Descartes, expressos nas Regras e acima mencionados, com os componentes da forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "filosofia", segundo a Carta-Prefácio e destacados no decurso da unidade processual de investigação anterior (79). Esta confrontação visa determinar simultaneamente:

- o grau de identidade entre esta forma geral e a sua homóloga, posta pelos propósitos teorizantes de Descartes, acima referidos, expressos nas Regras;

- o conteúdo mesmo desta última forma geral, isto é a forma geral da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", segundo as Regras.

A comparação da forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, posta pelo testemunho cartesiano da Carta-Prefácio com a sua homóloga, posta pelas Regras, não se manifesta de imediato como sendo metodologicamente legítima. Pois, apesar das semelhanças entre os conteúdos destes dois textos, eles têm objectos diferentes: enquanto que nas Regras Descartes põe as condições gerais para "procurar seriamente a verdade das coisas" (80) - o que é manifesto desde o título da Regra I e confirmado pela exposição de Descartes através de todo este seu escrito: "o objecto dos estudos deve ser dirigir o espírito até o tornar capaz de enunciar juízos sólidos e verdadeiros sobre tudo que se lhe apresente" (81) - na Carta-Prefácio ele põe as condições gerais para a procura da verdade em relação a um objecto determinado (conjunto de "objectos") - "todas as coisas que o homem pode saber tanto para a conduta da sua vida, como para a conservação da sua saúde e a invenção de todas as artes" (82). O primeiro destes textos cartesianos porá, uma epistemologia e uma metodologia universais

e o segundo porá (pelo menos em princípio) somente uma epistemologia e uma metodologia relativas ao conhecimento de uma dada região da totalidade dos objectos possíveis, em consequência da determinação restritiva (ainda que de uma extensão muito vasta) do objecto a conhecer que aquele texto contém.

Todavia uma comparação entre as formas gerais constituintes da actividade do sujeito de conhecimento, postas respectivamente por cada um destes textos cartesianos, aparece teoricamente legítima, se se tiver em conta que os conteúdos destes textos devem apresentar uma realidade comum (ainda que com particularidades eventualmente diferentes): eles devem conter elementos teóricos com funções comuns na constituição epistemológica e metodológica que apresentam. Esta hipótese de homologia operatória/constituinte fundamenta-se em três ordens de razões:

a) se as condições constituintes de um conhecimento verdadeiro, relativo a um objecto determinado, forem estabelecidas em conformidade com uma teoria geral da constituição do conhecimento gnosiológicamente válido - como é legítimo de admitir em relação ao conteúdo teorizante da Carta-Prefácio, no que respeita à constituição do "perfeito conhecimento de ..." - aquelas condições constituintes integrarão, como seus pressupostos (explícitos, ou não), as condições gerais constituintes do conhecimento gnosiologicamente válido, postas pela teoria geral acima referida.

b) O projecto cartesiano da constituição da filosofia posto na Carta-Prefácio implica um conhecimento gnosiologicamente garantido da natureza operatória do sujeito de conhecimento que participe na sua realização. Pois, segundo aquele projecto cartesiano, a delimitação do conjunto de objectos a conhecer é função não só de factores que radicam na natureza operatória do sujeito prático em causa - o sujeito das acções da conduta da vida, da conservação da saúde, da invenção de todas as artes

-, mas ele é também função de factores que radicam na natureza operatória do sujeito de conhecimento que realize esse projecto, isto é ele é função dos limites operatórios máximos possíveis deste sujeito: o conjunto de objectos implicados pela realização do projecto cartesiano em causa será formado por "todas as coisas que o homem pode saber tanto para [...] como para [...]" (83). Assim, para que, em cada caso concreto da realização de tal projecto cartesiano, se tenha a garantia, por um lado, de que se estão a atingir os limites operatórios máximos possíveis do sujeito em causa, na constituição do conhecimento operatoriamente necessário para aquela realização (isto é se tenha a garantia de que se estão a conhecer todas as coisas que o homem pode saber para ...) e, por outro lado, de que não se estão ultrapassando esses limites - e, por conseguinte, se tenha a garantia de que a resultante da actividade daquele sujeito não venha a ser inconsistente do ponto de vista da sua constituição - é metodologicamente necessário que não só as condições constituintes do conjunto de objectos a conhecer (as condições da delimitação da extensão deste conjunto) impliquem as condições gerais constituintes do conhecimento gnosiologicamente válido em geral (para determinar os limites do conhecimento possível), mas é também metodologicamente necessário que as condições constituintes da actividade do sujeito de conhecimento - enquanto agente da realização do projecto cartesiano em causa - sejam concebidas em conformidade com as condições gerais do conhecimento gnosiologicamente válido (para se ter garantia de que este sujeito está actuando até ao seu limite operatório máximo possível e só até este limite). Assim, é legítimo, do ponto de vista metodológico, admitir que as condições gerais constituintes do conhecimento gnosiologicamente válido em geral estão necessariamente presentes nas condições constituintes da actividade do sujeito de conhecimento que realize o projecto cartesiano da constituição da "filosofia", segundo a Carta-Prefácio.

c) A delimitação prático-gnosiológica acabada de referir do objecto da "filosofia" (conjunto de objectos a conhecer) segundo o testemunho cartesiano da Carta-Prefácio, torna este objecto tão vasto que o aproxima da totalidade dos objectos de conhecimento possível (senão o faz coincidir mesmo com esta totalidade). Pois, segundo aquela determinação prático-gnosiológica, o objecto em causa é determinado como um conjunto de extensão indefinida de objectos de conhecimento, não só pela impossibilidade de efectuar uma enumeração completa das coisas imediatemente úteis à vida do homem (segundo os géneros de necessidades referidas na Carta-Prefácio), mas também porque, segundo este escrito cartesiano, é legítimo considerar que todas as coisas mediatamente úteis (senão mediatamente necessárias) para a vida do homem são também componentes deste conjunto. Ora a totalidade dos componentes deste conjunto de coisas mediatamente úteis é impossível de determinar e enumerar, não só em consequência da sua quantidade, mas sobretudo porque tais coisas podem variar, consoante as opções que o homem for fazendo no decurso da história (inclusivé da história de cada sujeito individual), para constituir a sua vida.

Além das razões acabadas de referir que levam a considerar uma aproximação entre a extensão do conjunto de objectos a conhecer para a realização da "filosofia", segundo a Carta-Prefácio, e a extensão do conjunto formado pela totalidade dos objectos possíveis de conhecimento gnosiologicamente válido, segundo as Regras, encontra-se, no primeiro destes dois textos cartesianos, outras razões para admitir que estas duas extensões são igualmente delimitados pelos limites da totalidade dos seres possivelmente objectos de conhecimento (segundo as determinações epistemológicas e metodológicas de cada um daqueles textos cartesianos).

Esta situação de coincidência torna-se manifesta se se tiver em conta,

por um lado, que o "perfeito conhecimento" é, segundo o texto da Carta-Prefácio, um meio operatoriamente necessário para que a actividade do sujeito prático ali considerado realize as acções que lhe são atribuídas no mesmo texto cartesiano e, por outro lado, que esta função do "perfeito conhecimento" não só é operatoriamente necessária para a integração propriamente dita de um ser no processo de realização das acções acabadas de referir, mas é igualmente necessário para a avaliação do grau de adequação de um ser à sua função de meio para aquela realização. Esta última necessidade operatória (da avaliação do grau de adequação) implica, por sua vez, que sejam considerados como objectos do "perfeito conhecimento" em causa todos os seres possíveis de tal conhecimento. Pois, até que seja efectuada aquela avaliação de adequação, todos os seres se oferecem ao sujeito prático em igual situação, enquanto meios para a realização da sua actividade.

Nestas condições o universo dos seres-objectos do "perfeito conhecimento" terá como limite tendencial a totalidade dos seres gnosiologicamente acessíveis ao sujeito de conhecimento constituinte de conhecimento gnosiologicamente válido (segundo as condições epistemológicas e metodológicas em causa neste escrito cartesiano. E, assim, a extensão do conjunto dos objectos a conhecer através da realização da filosofia , segundo o testemunho da Carta-Prefácio, tende a coincidir com a extensão do conjunto formado por todos os seres gnosiologicamente possíveis, como objectos de um conhecimento gnosiologicamente válido (segundo as condições epistemológicas e metodológicas postas por este escrito cartesiano. Logo, as condições gerais constituintes da actividade do sujeito de conhecimento, constituinte do conhecimento dos objectos que formam o primeiro destes conjuntos (os objectos a conhecer através da realização da filosofia, segundo a Carta-Prefácio) integrará necessariamente as condições gerais do conhecimento gnosiologicamente válido, em geral (segundo este escrito cartesiano).

Deste modo aparece como teoricamente legítimo admitir que o que se encontrou na análise do texto da Carta-Prefácio como forma geral constituinte da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da "filosofia" apresente componentes homólogos (do ponto de vista das suas funções constituintes) de componentes da forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, constituinte da "procura séria da verdade das coisas" (isto é do conhecimento gnosiologicamente válido em geral, segundo as Regras).

Assim aparece teoricamente legítima não só a comparação entre aquelas duas formas gerais constituintes de actividade de sujeitos, mas também a procura do grau de identidade (e registo de eventuais diferenças (84)) entre estas mesmas duas formas gerais constituintes.

A. A determinação analítica dos fundamentos gnosiológicos - princípios, ou primeiras causas - do conhecimento a constituir, em conformidade com o critério de verdade da evidência, segundo o testemunho cartesiano da Carta-Prefácio, e a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade nas Regras.

"Todo o método reside na ordenação e na disposição dos objectos para os quais é preciso dirigir o olhar do espírito (85), para descobrir alguma verdade. E observamos isto fielmente, se reduzirmos por graus as proposições complexas e obscuras a proposições mais simples, e se em seguida, partindo da intuição das mais simples de todas, procurarmos elevar-nos, pelos mesmos graus, até ao conhecimento de todas as outras" (86).

Assim, torna-se imediatamente manifesto que, considerada em geral,

a realização da actividade do sujeito do conhecimento constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido comporta - segundo o testemunho cartesiano das Regras e tal como na Carta-Prefácio - duas fases operatoriamente distintas e cada uma delas, quando considerada na sua natureza e na natureza geral das suas resultantes, manifesta-se equivalente do ponto de vista constituinte da sua homóloga respectiva, posta pela Carta-Prefácio.

Se se considerarem em particular nesta unidade de investigação outros testemunhos cartesianos, postos pelas Regras e relativos à actividade do sujeito de conhecimento para realizar a primeira daquelas duas fases de actividade - isto é a procura da proposição mais simples de todas, pressuposta por uma preposição complexa e obscura que se pretenda transformar num conhecimento seguramente verdadeiro - aparece reforçada a equivalência constituinte acabada de assinalar entre a natureza, ou forma constituinte própria desta primeira fase de actividade do sujeito de conhecimento e a natureza, ou forma constituinte da sua homóloga, posta pela Carta-Prefácio.

De entre as diversas passagens das Regras relativas ao conteúdo em causa da actividade do sujeito de conhecimento, invocar-se-á aqui a definição cartesiana da intuição - que é o procedimento gnosiológico pelo qual a proposição mais simples em causa é apreendida segundo o fragmento das Regras acima traduzido - e a identificação desta proposição com um elemento gnosiologicamente absoluto, dado que estes dois testemunhos do pensamento cartesiano são particularmente elucidativos, em relação à natureza ou forma constituinte do conteúdo de actividade do sujeito de conhecimento em causa.

Assim, no que respeita à intuição esta é, segundo as Regras, "uma representação [constituída pela] inteligência pura e atenta, representação

tão fácil e tão distinta que não subsista nenhuma dúvida sobre aquilo que através dela se compreenda, ou o que é o mesmo, uma representação inacessível à dúvida, representação [constituída pela] inteligência pura e atenta, que nasce somente da luz da razão" (87); "esta evidência e esta certeza da intuição não são requeridas somente para as simples enunciações, mas também para toda a espécie de [construção] discursiva" (88).

No decurso da Regra VI (89), a proposição mais simples de todas à qual de deve reduzir uma proposição complexa e obscura que se pretenda transformar num conhecimento seguramente verdadeiro (segundo a passagem da Regra V acima transcrita) aparece, por sua vez, como um elemento gnosiologicamente absoluto e simples, isto é um elemento gnosiológico que no processo de transformação de uma proposição complexa e obscura, num conhecimento seguramente verdadeiro, tem a função de fundamentar gnosiologicamente todos os outros - todos os outros terão de ser deduzíveis dele (90). Descartes põe muito claramente no decurso da Regra VI que a realidade deste elemento gnosiologicamente simples e absoluto é uma realidade gnosiológica e não ontológica assim como a sua função constituinte na elaboração de um conhecimento seguramente verdadeiro também não é senão uma função constituinte de conhecimento (91).

A apreensão de um elemento gnosiologicamente absoluto que possa realizar uma tal função não se dá, na maior parte dos casos, de um modo imediato, mas resulta de uma actividade analítica do sujeito de conhecimento em causa (92). Todavia, nem nas Regras nem no testemunho cartesiano da Carta-Prefácio, os procedimentos metodológicos da procura destes elementos absolutos, ou naturezas simples são expostos detalhadamente. Nas Regras, a identificação destes procedimentos metodológicos não ultrapassa o nível de determinação estabelecido por estas três posições metodológicas cartesianas: "para distinguir as coisas mais simples das que são complexas

e para prosseguir metodicamente o seu exame, é preciso, em cada série de termos onde nós deduzimos directamente certas verdades umas a partir de outras, identificar aquele que é o mais simples e ver como todos os outros estão mais ou menos, ou igualmente afastados" (93); a intuição é apresentada como um meio gnosiológico para atingir o componente simples, ou absoluto de um conhecimento (94); a invocação de uma espécie de acuidade intelectual e de sagacidade (95), como carcteres operatórios do sujeito de conhecimento, requeridos para a realização da primeira fase da sua actividade constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido. Na Carta-Prefácio, a identificação dos procedimentos metodológicos em causa, resume-se, por um lado, ao enunciado das condições gerais a que devem conformar-se os princípios, ou primeiras causas do "perfeito conhecimento" e, por outro lado, à determinação metodológica do uso do critério de verdade da evidência, na procura destes princípios, ou primeiras causas (96).

Dados os caracteres gerais atribuídos por Descartes na Carta-Prefácio (97) e nas Regras (acabados de referir) relativamente à natureza ou forma constituinte da primeira fase da actividade do sujeito do conhecimento, enquanto constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, conclui-se que as duas determinações assim postas por aqueles testemunhos cartesianos desta primeira fase da actividade do sujeito em causa se apresentam equivalentes entre si, quando considerados ao mesmo nível de concepção/formulação.

B. A constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, segundo o testemunho cartesiano da Carta-Prefácio - a construção de séries dedutivas unificadas, estabelecidas a partir de elementos gnosiologicamente absolutos e totalmente conformadas ao critério de verdade da evidência - e a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento,

segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade nas Regras.

Tal como ocorre com a primeira fase da actividade do sujeito de conhecimento constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, a equivalência constituinte (acima assinalada (98)) entre a natureza, ou forma constituinte da segunda fase (também acima assinalada (99)) da actividade deste sujeito e a natureza, ou forma constituinte do seu homólogo, posta pela Carta-Prefácio, aparece igualmente reforçada, se se considerarem ainda outros testemunhos cartesianos, postos no decurso das Regras, relativos à realização daquela segunda fase da actividade do sujeito de conhecimento.

Assim, considerando, por um lado, o conteúdo da passagem das Regras onde Descartes determina em geral o seu conceito de dedução e, por outro lado, a caracterização desta segunda fase de actividade do sujeito de conhecimento em causa, feita na Regra V (100), conclui-se que aquela passagem onde Descartes determina em geral a dedução é um texto privilegiado para pôr a claro a natureza, ou forma constituinte da segunda fase de actividade em causa e para manifestar a equivalência constituinte acima referida.

Segundo a referida determinação em geral da dedução, Descartes admite, a par da intuição "um outro modo de conhecimento, aquele que se faz por dedução; entendemos por isto tudo aquilo que se conclui necessariamente de algumas outras coisas conhecidas com certeza [...] a maior parte das coisas são objecto de um conhecimento certo, ainda que não sejam por elas mesmas evidentes; basta que elas sejam deduzidas a partir de princípios verdadeiros e já conhecidos, por um movimento contínuo e ininterrupto do pensamento, intuindo cada termo claramente: não é de outro modo que nós sabemos que o último elo de qualquer longa cadeia está ligado ao primeiro,

ainda que não vejamos por um e mesmo golpe de vista o conjunto dos elos intermédios dos quais depende aquela ligação; basta que os tenhamos examinado, um a seguir ao outro, e que nos recordemos que do primeiro ao último cada um deles está ligado aos que lhe estão juntos" (101).

Assim, em conformidade com esta passagem, são duas as condições gerais fundamentais da constituição do "modo de conhecimento" por ela determinado: a apreensão evidente de todos os componentes da constituição de qualquer conhecimento, produzido segundo este "modo"; a unidade gnosiológica desta constituição. A descrição cartesiana da enumeração, feita no decurso da Regra VII, é um testemunho de reforço destas condições gerais, enquanto condições constituintes necessárias da realização deste modo de conhecimento (102).

A unidade gnosiológica assim posta pelas Regras, como condição constituinte necessária do conhecimento dedutivo gnosiologicamente válido - e, por conseguinte, como condição constituinte necessária da segunda fase de actividade do sujeito constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, ou da "procura séria da verdade das coisas" - não é necessariamente a unidade integradora da totalidade do conhecimento gnosiologicamente válido possível, através da fundamentação gnosiológica primordial deste conhecimento no ser, ou existência conhecida da nossa alma, ou do nosso pensamento, posta pela Carta-Prefácio (103) e sustentada por Descartes a partir do Discurso do Método. Nas Regras não se encontram senão condições gerais da constituição do conhecimento válido em geral (a sua unidade gnosiologico-discursiva, o seu critério de verdade, a sua dependência constituinte de um fundamento gnosiologicamente sufiente e diversas determinações metodológicas/operatórias); na Carta-Prefácio (e a partir do Discurso do Método) encontram-se as condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido de um dado objecto

(conjunto de objectos): o objecto da filosofia integra não só uma região (diversificada) do real exterior ao sujeito de conhecimento que constitua a filosofia, mas ele integra também o fundamento teórico da actividade deste sujeito de conhecimento. Por conseguinte, ele integra um componente que, pela sua função, está em relação gnosiológica constituinte com todo o conhecimento gnosiologicamente válido que o sujeito em causa constitua.

A unidade totalizante do saber humano que as Regras põem logo na sua abertura, e que de algum modo reportam à natureza do sujeito do conhecimento (104), não tem a mesma validade e significado teóricos que a unidade constituinte da filosofia, ou do conhecimento gnosiologicamente válido, que é afirmada e fundamentada por Descartes a partir do Discurso do Método, porque as Regras não apresentam de modo bem determinado as condições constituintes suficientes daquela unidade do saber humano.

Se se tiver simultaneamente em conta:

- a forma geral da actividade do sujeito do conhecimento constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, ou da "procura séria da verdade das coisas", posta pelas Regras e acabada de determinar;
- a forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "filosofia", segundo a Carta-Prefácio e anteriormente determinada na presente investigação (105);
- a diferença (já assinalada (106)) entre os dois objectos que são conhecidos respectivamente segundo cada uma das formas gerais de actividade do sujeito de conhecimento acabadas de referir,

conclui-se que a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, posta pelo testemunho cartesiano das Regras, é equivalente, do ponto de vista constituinte, à sua homóloga posta pela Carta-Prefácio,

se nesta última só for considerado o seu significado constituinte em relação à constituição do conhecimento de um objecto, cuja determinação apresente o mesmo grau de generalização que a determinação do objecto a conhecer pela actividade de um sujeito de conhecimento constituída segundo a primeira daquelas formas gerais (a que é posta pelas Regras). Pois a diferença essencial encontrada entre a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, posta pelas Regras, e a sua homóloga posta pela Carta-Prefácio, consiste no facto de que esta última determina uma unidade totalizante do conhecimento-filosofia, através da fundamentação gnosiológica primordial deste conhecimento num mesmo conhecimento (o do ser, ou existência da nossa alma, ou o nosso pensamento), enquanto que nas Regras não se encontra esta determinação metodológica de uma fundamentação primordial unificante. Esta diferença de conteúdo determinante entre as duas formas gerais constituintes em causa de actividade do sujeito de conhecimento corresponde à diferença entre os objectos respectivos das actividades do sujeito de conhecimento que cada uma daquelas duas formas gerais constituintes determina. Enquanto que a primeira daquelas actividades (aquela cuja forma geral constituinte é posta pelas Regras) tem por objecto a totalidade dos seres-objectos de conhecimento gnosiologicamente válido possíveis - logo, a sua forma geral constituinte pressupõe as condições gerais constituintes de todo o conhecimento gnosiologicamente válido possível, segundo a natureza operatória do sujeito de conhecimento -, a segunda daquelas actividades (aquela cuja forma geral constituinte é posta pela Carta-Prefácio) tem como objecto um dado conjunto de seres-objectos, onde se inclui o conhecimento (reflectido) das condições da validade gnosiológica em geral do conhecimento a elaborar por um sujeito de conhecimento (que é o mesmo sujeito que desenvolve toda esta actividade).

Assim, a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento posta pela Carta-Prefácio apresenta-se teoricamente mais elabo-

rada que aquela que é posta pelas Regras. Pois a primeira destas duas formas gerais constituintes não é somente determinada pelas condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido em geral, segundo a natureza operatória (admitida) do sujeito do conhecimento - como ocorre com a sua homóloga posta pelas Regras - mas é também determinada pelas condições gerais constituintes da garantia da validade gnosiológica daquele conhecimento. No entanto, o testemunho cartesiano das Regras sobre as condições constituintes do conhecimento gnosiologicamente válido apresenta uma elaboração muito mais completa que o da Carta-Prefácio, no que respeita às determinações metodológicas para efectuar a melhor realização possível daquele conhecimento.

1.2.3. A forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade no Discurso do Método.

Dada a opção metodológica que determina a constituição da presente unidade processual de invsetigação (107), esta unidade processual de investigação - tal como a anterior - consiste em determinar a forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", segundo os propósitos teorizantes de Descartes postos no Discurso do Método relativos àquela actividade, e em avaliar o grau de identidade desta forma geral com a sua homóloga posta pelo testemunho cartesiano da Carta-Prefácio.

Do ponto de vista operatório a presente unidade processual de investigação efectuar-se-á de modo análogo à que a precede e em ordem a objectivos análogos ao desta - pela confrontação do conteúdo dos propósitos teorizantes de Descartes, expressos no Discurso do Método, relativos à

actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", com os componentes da forma geral da actividade do sujeito de conhecimento, anteriormente destacados pela análise do testemunho cartesiano da Carta-Prefácio (108), visando-se com esta confrontação determinar simultaneamente:

- o grau de conformidade desta forma geral com a sua homóloga, posta no Discurso do Método, pelos propósitos teorizantes de Descartes acima referidos;

- a identidade mesma desta última forma geral de actividade do sujeito de conhecimento.

Limitando-se assim o testemunho cartesiano do Discurso do Método aos propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber", as condições gerais constituintes desta actividade aparecem ali determinadas de modo menos preciso do que na Carta-Prefácio e nas Regras. No entanto, os enunciados dos segundo e terceiro "preceitos" do método, esboçados por Descartes na segunda parte do Discurso do Método (109), estabelecem duas fases, ou momentos processuais claramente diferenciados, em relação ao desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento em causa, legitimando assim a divisão da sua confrontação, com os resultados obtidos na análise do testemunho cartesiano da Carta-Prefácio, em dois momentos processuais distintos de investigação.

A. A determinação analítica dos fundamentos gnosiológicos - "princípios", ou "primeiras causas" - do conhecimento a constituir, em conformidade com o critério de verdade da evidência, segundo o testemunho cartesiano da Carta-Prefácio, e a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, segundo os propósitos teorizantes de Descartes

relativos àquela actividade no Discurso do Método.

Tem de se reconhecer, em primeiro lugar, que os propósitos teorizantes formulados por Descartes no Discurso do Método relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" não delimitam de um modo claro e directo - como o fazem os seus homólogos na Carta-Prefácio e nas Regras - uma primeira fase, ou momento processual no desenvolvimento daquela actividade, que seja uma procura analítica de um elemento gnosiologicamente absoluto e simples, para ser usado como fundamento ou ponto de partida da construção teórica do conhecimento procurado. Pois aqueles propósitos teorizantes ao estabelecerem, através do segundo preceito do método geral, uma fase analítica de actividade do sujeito de conhecimento limitam-se a determinar que esta actividade se desenvolva do complexo para o simples, sem apresentar outras condições constituintes relativas à natureza do ponto de chegada, a não ser que este se situe dentro dos limites do possível para o sujeito de conhecimento em causa e que este mesmo ponto de chegada seja operatoriamente adequado à melhor realização da função gnosiológica que lhe é atribuída (110).

No entanto, se se conjugar esta determinação metodológica constituinte da fase analítica em causa do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, com uma das condições gerais da constituição da segunda fase deste mesmo desenvolvimento de actividade, posta pelo terceiro preceito do método geral - aquela consiste na determinação metodológica de começar a construção dedutiva de um conhecimento pelos objectos (de conhecimento) mais simples e mais fáceis de conhecer (111) - torna-se manifesto que, em todas as ocorrências da construção teórica de um conhecimento em que o objecto mais simples e mais fácil de conhecer acabado de referir não seja um dado imediato, é preciso - para que sejam realizadas as determinações metodológicas postas pelos dois preceitos do método em causa (o segundo e o

terceiro) - que a menor parcela obtida pela divisão a efectuar para melhor resolver a dificuldade em causa (a construção teórica do conhecimento em questão) seja o objecto mais simples e mais fácil de conhecer, entre aqueles que sejam integrados pela resolução daquela dificuldade. Pois, se assim não for, não será realizada a condição constituinte posta pelo terceiro preceito do método geral, acima referida: a que determina que a constituição teórica de um conhecimento se efectue a partir de um objecto (de conhecimento) com as características gnosiológicas acabadas de mencionar (o mais simples e o mais fácil de conhecer do conjunto em causa).

Assim, conclui-se que, apesar de os propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito do conhecimento, apresentados pelo Discurso do Método, não determinarem de modo claro e directo que o limite a atingir necessariamente pelo desenvolvimento daquela actividade no decurso da sua fase analítica seja um elemento gnosiologicamente absoluto e simples (em relação à totalidade do conjunto dos elementos constituintes de um conhecimento dado), todavia um tal limite é claramente pressuposto por aqueles propósitos teorizantes.

Se se tiver finalmente em conta que o primeiro dos preceitos do método geral estabelece, como condição necessária universal da constituição de todo o conhecimento gnosiologicamente válido, que esta constituição se dê em perfeita conformidade com o critério de verdade da evidência (112), conclui-se também que, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos à actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" expostos no Discurso do Método, a realização desta actividade integra uma fase ("primeira fase do seu desenvolvimento), cuja forma geral é equivalente do ponto de vista constituinte às suas homólogas anteriormente postas a claro na presente exposição (113) e testemunhadas pela Carta-Prefácio e pelas Regras, embora no testemunho em causa do

Discurso do Método aquela forma geral seja mais pressuposta do que clara e directamente afirmada.

B. A constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, segundo o testemunho cartesiano da Carta-Prefácio - a construção de séries dedutivas unificadas, estabelecidas a partir de elementos gnosiológicamente absolutos e totalmente conformadas ao critério de verdade da evidência - e a forma geral constituinte da actividade do sujeito de conhecimento, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade no Discurso do Método.

"[...]conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objectos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, gradualmente, até ao conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo ordem entre aqueles que de modo nenhum se precedam naturalmente uns aos outros" (114).

Se se tiver em conta que a determinação metodológica posta por este terceiro preceito do método geral está subordinada à determinação metodológica geral, posta pelo primeiro destes preceitos do método geral - a que estabelece a conformidade de todos os componentes da constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido ao critério de verdade da evidência (115) - conlcui-se que a segunda fase do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento da "reconstrução do saber" (posta pelos propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade no Discurso do Método), apresenta uma forma geral constituinte equivalente do ponto de vista constituinte às formas gerais das suas homólogas, postas na Carta-Prefácio e nas Regras, e anteriormente objectos de análise na presente investigação (116). Pois, aqueles propósitos teorizantes de Descartes testemunhados pelo Discurso do Método determinam que a segunda

fase do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do saber" se dê pela construção de uma série dedutiva ordenada, partindo do componente mais simples e mais fácil de conhecer para o mais complexo, em subordinação integral ao critério de verdade da evidência.

Se a unidade destas séries não é tão directa e insistentemente posta pelos propósitos teorizantes de Descartes no Discurso do Método como nos que ele apresenta na Carta-Prefácio e nas Regras, no entanto ela aparece nos primeiros destes propósitos teorizantes suficientemente testemunhada para se tornar uma condição necessária da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido. Tal torna-se manifesto através das determinações metodológicas postas pelo terceiro e pelo último (117) dos preceitos do método geral e através do modelo usado por Descartes para conceber a forma geral desta segunda fase do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento: os longos encadeados de razões concebidas pelos geómetras para estabelecerem as suas difíceis demonstrações (118).

Esta unidade das séries dedutivas posta pelos propósitos teorizantes de Descartes no Discurso do Método - e tal como ocorre nas Regras (119) - não é uma unidade integradora da totalidade dos conhecimentos gnosiologicamente válidos possíveis, através da sua fundamentação gnosiológica primordial no ser ou existência conhecida da nossa alma ou pensamento, como a que é posta pela Carta-Prefácio (120) e pela construção filosófica efectuada por Descartes a partir da IV parte do Discurso do Método.

Tendo em conta os resultados da presente unidade processual de investigação - nomeadamente os que decorrem da comparação das formas gerais respectivamente da primeira e da segunda fases do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "reconstrução do

saber", segundo os propósitos teorizantes relativos àquela actividade, no Discurso do Método, com as formas gerais suas homólogas, encontradas na análise da Carta-Prefácio (121) - conclui-se que a forma geral da totalidade da actividade daquele sujeito de conhecimento, segundo aqueles mesmos propósitos teorizantes (122), se manifesta equivalente, do ponto de vista constituinte, à sua homóloga posta pela Carta-Prefácio (123), se se considerarem as mesmas condições segundo as quais esta última forma geral foi admitida na presente investigação como equivalente da forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da "procura séria da verdade das coisas", posta pelas Regras (124). Pois, por um lado, a insuficiência da determinação da forma geral da primeira fase do desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, segundo os propósitos teorizantes de Descartes no Discurso do Método não impede que esta forma geral se manifeste equivalente, do ponto de vista constituinte, à sua homóloga posta pela Carta-Prefácio e, por outro lado, a ausência de unidade totalizante do conhecimento gnosiologicamente válido, encontrada pela análise dos propósitos teorizantes de Descartes no Discurso do Método, resulta - tal como nas Regras - do facto de que estes propósitos teorizantes não estabelecem senão condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido em geral (as quais, comparativamente com as que são postas pelas Regras, são muito menos completas).

1.2.4. O componente **gnosiológico** do princípio P e a constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade: c o n c l u s ã o.

Tendo simultaneamente em conta o conteúdo do componente gnosiológico

do princípio P (125) e os resultados obtidos na presente unidade processual de investigação - enquanto esta foi uma procura da forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas", "reconstrução do saber"), segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade - conclui-se, em primeiro lugar, que apesar daquele componente gnosiológico e deste forma geral serem dois conteúdos conceptuais que determinam em geral a constituição de conhecimentos, eles não se encontram a um mesmo nível de determinação constituinte. Assim, enquanto o primeiro estabelece as condições gnosiológicas da constituição de um conhecimento dado (um conjunto dado de conhecimentos), o segundo estabelece as condições (gnosiológicas) gerais da actividade de um sujeito de conhecimento constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido em geral - isto é as condições (gnosiológicas) gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido em geral.

Todavia se se tiver em conta, por um lado, que as condições gnosiológicas da constituição de um conhecimento dado são - independentemente do objecto deste conhecimento - condições gnosiológicas da constituição de conhecimento e, por outro lado, que as condições (gnosiológicas) gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido em geral são - independentemente da extensão do objecto de conhecimento em causa e da qualidade gnosiológica que estas condições gerais determinem relativamente ao conhecimento a constituir - condições gnosiológicas da constituição de conhecimento, torna-se assim manifesto que é metodologicamente legítimo comparar o conteúdo do componente gnosiológico do princípio P com o conteúdo da forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas", "reconstrução do saber"), visando a determinação do seu grau de identidade.

Assim, segundo os resultados da presente unidade processual de investigação, são condições gerais da constituição de conhecimento gnosiologicamente válido, pressupostas pela forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade da coisas", "reconstrução do saber"), segundo os propósitos teorizantes de Descartes analisados no decurso desta unidade processual de investigação:

a) Condições gerais universais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido:

- efectuar, por um espírito puro e atento, a determinação clara e distinta do conteúdo do conhecimento a constituir;

- atingir, por um espírito puro e atento, a evidência da validade gnosiológica do conhecimento a constituir (ou a impossiblidade de um espírito puro recusar o seu assentimento ao conhecimento a constituir, enquanto conhecimento verdadeiro, em consequência da ausência de razões para duvidar da sua validade gnosiológica);

b) uma condição geral específica (e complementar) da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido mediatamente constituído (isto é de constituição complexa): estabelecer uma fundamentação gnosiológica necessária do conhecimento a constituir, a partir de um princípio (isto é um conhecimento anteriormente adquirido/constituído e apresentando uma constituição gnosiológica mais simples e gnosiologicamente válido) através de uma, ou mais relações constituídas segundo as condições universais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido (condições universais acabadas de enumerar).

Nestas condições, a comparação acima mencionada do componente

gnosiológico do princípio P, com a forma geral de actividade do sujeito de conhecimento em causa, constituinte da filosofia, consiste - quando considerada do ponto de vista operatório - numa confrontação das determinações constituintes, postas por aquele componente gnosiológico, com as condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido acima enumeradas, confrontação esta que se estabelece em ordem a determinar o grau de equivalência entre as determinações constituintes e as condições gerais aqui em causa.

Assim, se se tiver em simultaneamente em conta:

- que a determinação com clareza e em distinção - feita por um espírito puro e atento - da constituição e do conteúdo de um conhecimento, implica a determinação, em iguais condições gnosiológicas, de relações que esta constituição e este conteúdo estabelecem com outros conteúdos de conhecimento - e, se este conteúdo e/ou esta constituição são complexas, ela implica também a determinação clara e disitnta dos componentes deste conteúdo e/ou constituição e das suas relações constituintes - para que a constituição e o conteúdo em causa sejam determinados em conformidade com aquelas condições (isto é com clareza e distinção);

- que a evidência da validade gnosiológica de um conhecimento - ou a impossibilidade de um espírito puro e atento recusar o seu assentimento a este conhecimento, por ausência de razões para o pôr em dúvida como verdadeiro - implica a apreensão da totalidade das relações que esse conhecimento integre, inclusivé a relação de acordo entre esse conhecimento (considerado enquanto ele é um conteúdo conceptual) e o seu objecto exterior (se ele se reportar a um objecto desta natureza);

- que a evidência/impossibilidade de um sujeito puro e atento recusar o seu assentimento a um conhecimento, por ausência de razões para pôr em dúvida esse conhecimento, implica que aquele espírito reconheça, de modo reflectido, que a constituição deste mesmo conhecimento é produzida em conformidade com as suas determinações operatórias/constituintes fundamentais mais gerais, enquanto sujeito de conhecimento,

conclui-se:

a) que há uma equivalência constituinte entre as condições gerais da constituição do conhecimento, postas pelo componente gnosiológico em causa neste momento de investigação e as condições gerais universais da constituição do conhecimento válido, pressupostas pela forma geral também em causa neste momento de investigação (isto é a forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, tal como esta foi posta nos testemunhos cartesianos aqui analisados). Pois, todas as condições da constituição do conhecimento, postas por aquele componente gnosiológico, aparecem necessariamente implicadas do ponto de vista operatório pela realização integral das condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, pressupostas por aquela mesma forma geral;

b) que não se manifesta de imediato uma correspondência entre nenhuma das condições gerais da constituição do conhecimento, postas pelo componente gnosiológico em causa, e a condição geral específica da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido mediatamente constituído (isto é de constituição complexa), pressuposto pela forma geral em causa neste momento de investigação (126), que sejam suficientes para fundamentar (de imediato) a afirmação de uma equivalência constituinte entre aquele componente gnosiológico e esta forma geral. No entanto, se se tiver em conta que aquela condição geral específica é uma condição geral constituinte

de relações complexas, determinativas do conteúdo e/ou da validade gnosiológica de um conhecimento, aquela mesma condição geral específica aparece como sendo uma particularização da condição geral da constituição do conhecimento, posta pelo componente gnosiológico em causa, que estabelece que a constituição de um conhecimento se dê por relações constituintes necessárias, segundo princípios gerais (que no caso limite da admissão de um conhecimento inicial absoluto, é o princípio universal da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, o qual determina que este se dê com clareza, distinção e evidência conceptuais). Assim, a ausência de correspondência inicialmente constatada entre os dois conjuntos de condições gerais da constituição de conhecimento que se comparam neste momento de investigação e a consequente não-equivalência constituinte daí concluida, aparecem superadas. Pois manifesta-se, ainda que de modo indirecto, uma conformidade - e, por conseguinte, uma equivalência constituinte - entre aqueles dois conjuntos de condições gerais.

Nestas condições conclui-se finalmente que há uma equivalência constituinte entre o componente gnosiológico do princípio P e a forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas", "reconstrução do saber"), segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade, analisados na presente unidade de investigação.

1.3. O princípio P e a constituição da actividade do sujeito do conhecimento constituinte da filosoia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade: c o n c l u s ã o

Tendo simultaneamente em conta a totalidade do conteúdo do princípio P (127) e os resultados obtidos pela análise acabada de efectuar (e descrita

nos §§ 1.1. e 1.2. da presente exposição) dos propósitos teorizantes de Descartes, relativos à actividade do sujeito do conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas", "reconstrução do saber"), nomeadamente:

- a equivalência constituinte entre as determinações constituintes postas pelo componente prático do princípio P e as determinações constituintes postas pelos propósitos teorizantes de Descartes em causa, relativas a uma inter-relação constituinte entre o desenvolvimento da actividade de um sujeito prático total e o desenvolvimento da actividade de um sujeito de conhecimento constituinte da filosofia (tal como esta é aqui concebida) (128);

- a equivalência constituinte entre as condições gerais da constituição do conhecimento, postas pelo componente gnosiológico do princípio P e as condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, pressupostas pela forma geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia (tal como esta é aqui concebida), segundo os mesmos propósitos teorizantes de Descartes - o que manifesta uma equivalência constituinte entre aquele componente gnosiológico e esta forma geral (129),

conclui-se que há uma equivalência constituinte entre a totalidade do conteúdo do princípio P e as determinações constituintes gerais fundamentais da constituição da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas", "reconstrução do saber"), postas pela teorização cartesiana desta actividade, através dos propósitos teorizantes de Descartes, analisados no decurso da presente investigação. Pois, tal como aquelas determinações constituintes da actividade do sujeito de conhecimento em causa são postas pela teorização cartesiana acabada de referir, esta actividade efectuar-se-á com unidade

constituinte, pela sua realização em função de um princípio constituinte geral, o qual integra um componente prático e um componente gnosiológico, cujos conteúdos e relações constituintes por eles determinadas(entre si e o desenvolvimento de actividade respectivamente de um sujeito prático e de um sujeito de conhecimento que tenham estes componentes prático e gnosiológico como determinantes das suas actividades) são equivalentes, do ponto de vista constituinte, aos conteúdos e relações constituintes seus homólogos, que compõem o princípio P.

Nestas condições, o princípio P aparece, segundo os propósitos teorizantes de Descartes analisados na presente unidade de investigação, adequado à função que lhe foi hipoteticamente atribuída no modelo teórico geral da presente investigação, isto é a função de princípio consittuinte geral do pensamento filosófico de Descartes.

N O T A S

1. Cf. supra, III, 0., p.p. 166-174 (nomeadamente § A.,p.p.166-169 e § C. p. p.170-173.

2. Sobre o conteúdo do componente prático do princípio P, cf. supra, II, 1.1., p.p. 103.

3. No que respeita à opção de iniciar esta unidade de investigação pela análise da Carta-Prefácio, cf. ib, III, 0., D.p.174 (alínea b) e a respectiva nota).

4. Cf. Préf. Princ., AT, IX-2, p.2 (sublinhados por nós).

5. Cf. id.

6. Cf. id. As opções epistemológicas e metodológicas acima referidas serão ainda objecto de análise no decurso da presente investigação - cf. infra, III, 1.2.1., p.p.210-214.

7. Cf.Préf. Princ., AT, IX-2, p.2 (sublinhado por nós).

8. No que respeita à legitimidade metodológica da fazer uma comparação entre a teorização da actividade do sujeito de conhecimento exposta na Carta-Prefácio e a que é testemunhada pelas Regras, cf. infra, III, 1.2.2., p.p. 214-220. No que respeita às opções metodológicas que determinam esta unidade processual de investigação e a seguinte (§ 1.2.3., desta exposição), cf. supra, 0., C.,(p.p.171-172) e D. (p.174).

9. Cf. Règl., I, Éd. Alquié,I,p.79 (sublinhados por nós).
Tal como Alquié assinala em nota à sua tradução da passagem das Regras acima transcrita (cf. ib., p.p.79-80), a totalidade das ocasiões da vida para as quais o desenvolvimento da actividade de um sujeito de conhecimento se deve efectuar, não integra somente questões práticas e casos de consciência, mas também a constituição de juízos teóricos. No entanto não se pode também deixar de ter em conta, por um lado, que a totalidade das ocasiões da vida em que o sujeito-vontade tem de optar integra as questões práticas e os casos de consciência (como aliás Alquié explicitamente reconhece) e, por outro lado, que a inclusão da constituição de juízos teóricos naquela totalidade das ocasiões da vida, sem qualquer referência que as distinga dos restantes componentes daquela mesma totalidade, confere àquela constituição (de juízos teóricos) um estatuto de ocasião da vida, ou seja de ocorrência, ou momento processual do desenvolvimento da actividade do sujeito prático total, (o ser que vive, o homem). Nestas condições, o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento, ao nível mesmo da sua auto-realização enquanto tal (o desenvolvimento da luz natural da razão) aparece ordenado em função do desenvolvimento do sujeito prático total, o homem vivendo. Aliás Descartes, algumas linhas antes da passagem da Regra aqui considerada, põe de modo indirecto a contemplação da verdade como um meio - entre outros - de satisfação de uma necessidade fundamental do sujeito prático total (o homem) que é a felicidade; "[le] plaisir qu'on retire de la contemplation de la vérité, [...] qui en cette vie est presque le seul bonheur qui soit pur et qu'aucune douleur ne trouble" (id., sublinhados por nós).

10 Cf., supra, III, O.,p.p.166-174 (nomeadamente p.p.171-172 e p.174).

11. Cf., Règl.I,Ed. Alquié, I, p.79 (sublinhados por nós).
Diz-se que estes factores teóricos radicam na natureza do sujeito de conhecimento e não na natureza do objecto de conhecimento, porque, por um lado, Descartes fundamenta a prática metodológica exposta nesta passagem das Regras na unidade das ciências e não na unidade dos objectos destas - os quais ele admite claramente como diversificados, em oposição à unidade das ciências - e, por outro lado, porque ele radica a unidade das ciências na natureza do sujeito de conhecimento: "les sciences [...] consistent toutes entières en une connaissance qui appartient à l'ésprit" (ib., p.77); "toutes les sciences ne sont en effet rien d'autre que l'humaine sagesse, qui demeure toujours une et identique à elle-même, quelque differents que soient les objets auxquels elle s'applique, et qui ne reçoit pas d'eux plus de diversité que n'en reçoit la lumière du soleil de la variété des choses qu'elle éclaire" (ob. 78).

12. Cf., ib., p.79 (sublinhados por nós).

13. "Il est bien plus facile de les apprendre [toutes les sciences] toutes ensembles" (id. - sublinhados por nós); "toute science est une connaissance certaine et évidente" (Regl., II, Ed. Alquié, I, p.80). No que respeita à inclusão da natureza operatória do sujeito de conhecimento no conjunto dos objectos a conhecer, cf., supra, III, 1.1.2. A., a), p.p.185-186.

14. Cf., supra, III, 1.1.1., p.p.178-179.

15. Aliás uma delimitação do conjunto de objectos a conhecer, resultante dos limites operatórios do sujeito de conhecimento é claramente testemunhada por Descartes no decurso das Regras. Entre outros exemplos, cf., o título da Regra II: "Il ne faut s'occuper que des objets dont notre esprit paraît pouvoir atteindre una connaissance certaine et indubitable" (Règl., II, (título), Ed. Alquié, I, p.80).

16. Cf., Regulae, I, AT, X, p.361.

17. Cf., supra, III, 1.1.1., p.p.178-184 (nomeadamente p.p.180-181).

18. Diz-se efectiva a ordenação (e/ou a determinação) da actividade do sujeito de conhecimento em função do desenvolvimento da actividade do sujeito prático-vontade, porque, independentemente de uma eventual prioridade de um fim, ou sentido meramente teórico na ordenação da actividade do sujeito de conhecimento - isto é independentemente de se interpretar o texto das Regras em causa de modo a não encontrar nele outra razão para a "procura séria da verdade das coisas" senão o seu conhecimento, separando este conhecimento das necessidades operatórias de um sujeito prático-vontade - efectivamente, segundo a determinação da actividade do sujeito de conhecimento, posta por aquele texto cartesiano, esta actividade desenvolver-se-á em ordem ao esclarecimento da vontade na suas intervenções em todas as ocasiões da vida do homem.

19. Cf., Règl., I, Ed. Alquié, I, p.79 (sublinhados por nós).

20. Cf., supra, III, 1.1.1., p.p.182-184.

21. Cf., infra, III, 2.1.1., p.p. 257-266.

22. Cf., supra, III, 1.1.2., p.p. 187-188.

23. Cf., infra, III, 1.1.3., A., p.p.197-198 e 198-201.

24. Cf., supra, III, 0., p.p.166-174 (nomeadamente p.p.171-172 e p.174).

25. Cf., ib., 1.1.1., p.p. 178-184.

26. Cf., Disc. Méth., II, AT, VI, p.p.19-20.

27. Cf., ib., IV, p.p.31-40.

28. Cf., ib., II, p.14 (sublinhados por nós).

29. Cf., ib., I, p.4 (sublinhados por nós).

30. Cf., ib., I, p.10 (sublinhados por nós).

31. Cf., ib., III, p.28 (sublinhados por nós).

32. Cf., ib., VI, p.p.61-65.

33. Cf., ib., p.61 (sublinhados por nós).

34. Cf., ib., p.p.63-64 (sublinhados por nós).

35. Cf., ib., p.61 (sublinhados por nós).

36. Uma outra enumeração dos objectos implicados pelo projecto cartesiano de uma filosofia prática: cf., ib., p.p.63-64.

37. Cf., ib., p.62 (sublinhados por nós).

38. O Discurso do Método, considerado na sua totalidade, testemunha claramente a convicção de Descartes de que há uma relação funcional entre a constituição de um conhecimento da natureza operatória do sujeito de conhecimento (constituinte de um conhecimento gnosiologicamente válido) e a prática deste conhecimento (cf., nomeadamente, ib., I, p.p.1-2). Aliás as Regras testemunham igualmente esta convicção de Descartes (apesar de Descartes aí considerar que a intuição e a dedução não podem ser ensinadas - cf., Règl., IV. Ed. Alquié, I, p.92).

39. São abundantes os testemunhos cartesianos sobre esta dependência operatória da actividade do sujeito prático em causa relativamente à constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido. Estes testemunhos são frequentemente invocados no decurso da presente exposição; por conseguinte, limitar-nos-emos aqui a recordar a passagem do Discurso do Método traduzida supra, III, 1.1.3., p. 199 e Disc. Méth., III, AT, VI, p.28).

40. Cf., supra, III, 1.1.1., p.p.180-181 (alíneas c), d), e), f)).

41. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.14. A enumeração dos objectos a conhecer pela realização das regiões da árvore-filosofia, designadas por "tronco" e "ramos", segundo este texto cartesiano: "la seconde [partie de la vraie

philosophie] est la physique, en laquelle, après avoir trouvé les vrais principes des choses matérielles, on examine en général comment tout l'univers est composé; puis en particulier quelle est la nature de cette terre et de tous les corps qui se trouvent le plus communément autour d'elle, comme de l'air, de l'eau, du feu, de l'aimant et des autres minéraux. Ensuite de quoi il est besoin aussi d'examiner en particulier la nature des plantes, celle des animaux et surtout celle de l'homme, afin qu'on soit capable par après de trouver les autres sciences qui lui sont utiles. Ainsi, toute la philosophie est comme un arbre, dont [...] le tronc est la physique et les branches [...] sont toutes les autres sciences" (id.- sublinhados por nós).
A enumeração dos objectos a integrar (a conhecer) pela realização do projecto de uma filosofia prática, segundo o Discurso do Método: "la force et les actions du feu, de l'eau, de l'air, des astres, des cieux et de tous les autres corps qui nous environnent" (Disc. Méth., VI, AT, VI, p.62): Se o homem não aparece nesta enumeração como um objecto a conhecer, a integração da saúde (com a correspondente criação de uma medicina nova) como o principal fim prático a atingir pela realização da filosofia prática, pressupõe, do ponto de vista operatório, a necessária integração do homem no conjunto de objectos a conhecer por esta realização. Além deste testemunho indirecto de tal integração, o conteúdo da V parte do Discurso do Método (o qual antecede na ordem da exposição cartesiana a passagem em causa) é um testemunho claro daquela integração (metodologicamente necessária, segundo a opção cartesiana da "reconstrução do saber").

42. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.14.

43. A implicação, pela realização do projecto cartesiano da "filosofia prática", de um conjunto de objectos a conhecer, equivalente ao que é implicado pela constituição da "raiz" da "árvore-filosofia", é testemunhada não só pelo enunciado da ordem da realização daquele projecto cartesiano (cf., Disc., Méth., VI, AT, VI, p.p.63-64), mas também pelo facto de que Descartes apresenta aquele mesmo projecto como uma consequência de um dos "frutos" (aquisição de algumas noções gerais de física) do método de que se serve (cf., ib., p.61).

44. Cf., Disc. Méth., I, AT, VI, p.4 (sublinhados por nós).

45. Cf., ib., I, p.10 (sublinhados por nós).

46. Cf., ib., II, p.14 (sublinhados por nós).

47. Cf., ib., III, p.28 (sublinhados por nós).

48. Cf., ib., VI, p.61 (sublinhados por nós).

49. Cf., ib., VI, p.62 (sublinhados por nós).

50. Cf., id.

51. Cf., id. (sublinhados por nós).

52. Cf., supra, III, 1.1.1., p.p.178-184.

53. Cf., id.

54. Cf. Disc. Méth., III, AT, VI, p.28

55. Cf., supra, III, 1.1.1.,(p.p.180-183);1.1.2.(p.p.190-191);1.1.3.(p.p.204-205).

56. Cf., ib., III, 1.1.1.(p.p.183-184);1.1.2.(p.p.191-194);1.1.3.(p.p.205-207).

57. Cf., ib., III, 1.1.1.(p.179); 1.1.2. (p.p.184-188); 1.1.3. (p.p.195-196).

58. Cf., ib., II, p. 103 . Recorda-se que o significado operatório do componente prático do princípio P foi concebido, para efeitos operatórios da realização da presente unidade de investigação, como sendo "uma determinação constituinte delimitadora do objecto (conjunto de objectos) a conhecer por um sujeito de conhecimento dado, estabelecida em função da melhor realização possível da conservação e do dsenvolvimento do ser de um sujeito prático total (o homem em geral e sócio-historicamente determinado).

59. Cf., supra, III, O. p.p.167-174 (nomeadamente §A.p.p.167-169 e § C.p.p. 170-173).

60. Sobre o conteúdo do componente gnosiológico do princípio P, cf., supra, II, 1.1., p.p.103-104.

61. No que respeita à opção de começar esta unidade processual de investigação pela análise da Carta-Prefácio, cf., supra, III, O., D., (alínea b)),p.p.173-174 e a respectiva nota (10).

62. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.2 .

63. Cf., id.

64. Este conjunto de condições gerais constituintes já foi identificado no decurso da presente investigação - cf., supra, III, 1.1.1.

65. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.2.

66. Cf., id. (sublinhados por nós). No que respeita às condições constituintes do conhecimento gnosiologicamente válido, Descartes afirma na Carta-Prefácio: "la certitude n'est pas dans les sens, mais dans l'entendement seul, lorsqu'il a des perceptions évidentes"(ib., p.7); "on n'en doit rien déduire [des premiers principes] que par des raisonnements très évidents" (ib., p.12); Cf., também a passagem da Carta-Prefácio transcrita infra, III, p. 212 (identificada pela nota 72).

67. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.9 (sublinhados por nós).

68. Cf., ib., p.10.

69. Cf., id.

70. Cf., id.

71. Cf., id. (sublinhados por nós).

72. Cf., ib., p.2 (sublinhados por nós).

73. Esta diversificação da constituição da filosofia é claramente manifesta na ordem "qu'on doit tenir pour s'instruire" (cf., ib., p.13), onde Descartes esboça vários ramos para construir no decurso da constituição da filosofia.

74. "Que ce soit d'eux [les premiers principes] que dépend la connaissance des autres choses" (id., - sublinhados por nós).

75. Cf., a passagem da Carta-Prefácio traduzida supra, III, 1.1.2., p. 212 (identificada pela nota 72). Posteriormente, neste mesmo escrito e reportando-se à função constituinte sistemática atribuída aos princípios em causa, Descartes declara que a leitura dos seus Princípios da Filosofia bastará para provar que, a partir de tais princípios, "on peut déduire la connaissance de toutes les choses qui sont au monde" (Préf. Princ., AT, IX-2, p.p.10-11 - sublinhados por nós) e, no parágrafo anterior, Descartes tinha escrito, empregando uma expressão menos precisa, dado que ela parece reportar-se à constituição das seres/objectos: "on en peut déduire toutes les choses" (ib., p.9 - sublinhados por nós). Uma outra expressão com um significado equivalente aparece na passagem acima referida da Carta-Prefácio (e traduzida na página 212 da presente exposição). Descartes põe aí simultaneamente em dependência dos princípios em causa, o conhecimento a deduzir deles e os objectos implicados por este mesmo conhecimento. Pois, segundo esta passagem, é preciso deduzir de tais princípios, um conhecimento - portanto um conhecimento que, por esta mesma condição constituinte, dependerá daqueles mesmos princípios - cuja identificação é ali feita pelos seus objectos, os quais, por sua vez, são identificados pela suas dependências respectivas relativamente aos mesmos princípios: "il faut [...] déduire [...] de ces principes la connaissance des choses qui en dépend" (ib., p.2 - sublinhados por nós).
No entanto, segundo a totalidade do texto da Carta-Prefácio - e a totalidade da obra de Descartes - é manifesto que se trata aqui de uma sequência unificada de unidades conceptuais, enquanto tais, mas é igualmente manifesto que se trata também de uma consequência da admissão do pressuposto da existência de um paralelismo gnosiológico-ontológico, no que respeita aos conhecimentos que sejam "perfeitos conhecimentos", isto é constituídos segundo a metodologia proposta por Descartes neste seu escrito.
Há todavia indícios na obra de Descartes de possíveis excepções relativas a este paralelismo, sem que tal anule a validade dos conhecimentos em causa, mesmo quando se trate de conclusões de séries dedutivas (pois, no que respeita à série mesma, com a ordem que a constitui, ela dependerá da possibilidade operatória da sua constituição). Cf., Règl., VI, Ed. Alquié, I, p.p.101-102; ib., VII, p.p.113-114; ib., X, p.127; ib., XIV, p.p.178-179.

76. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.10.

77. "On n'en doit rien déduire [des principes, ou premières causes] que par des raisonnements très évidents" (cf., ib., p.12).

78. Cf., supra, III, 1.2., p.p.209-210.

79. Cf., ib., III,1.2.1. , p.p.213-214.

80. Cf., Règl., I, Ed. Alquié, I, p.79 (sublinhados por nós).

81. Cf., ib., p.77 (sublinhados por nós). O próprio desenvolvimento do texto das Regras manifesta claramente que aquilo que o seu autor visa directamente nele são as condições gerais constituintes de todo o conhecimento gnosiologicamente válido possível: ele apresenta nas Regras uma análise das operações elementares fundamentais de todo o sujeito humano

de conhecimento e uma reflexão determinadora de formas operatórias universais para a realização ordenada destas operações, de modo a retirar delas o máximo de proveito gnosiológico possível, isto é ele procura construir uma metodologia universal. Esta intenção é directamente declarada na Regra VI: "quiconque considérera atteintivement ma pensée s'apercevra facilement que je ne songe ici à rien moins qu'à la mathématique ordinaire et que j'expose une autre discipline [...]. Cette science doit en effet contenir les premiers rudiments de la raison humaine, et s'étendre jusqu'à faire surgir des vérités de n'importe quel sujet" (ib., IV, p.94 - sublinhados por nós).

82. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.2 (sublinhados por nós).

83. Cf., ib. (sublinhados por nós).

84. Se se não admitisse a hipótese da diferença entre o conteúdo de cada um destes textos, não teria sentido fazer a sua comparação, apesar de se esperar que ela manifeste a sua semelhança (ou mesmo a sua identidade, pelo menos no plano formal).

85. No texto latino das Regras: "mentis acies" (cf., Regulae, AT, X, p.379).

86. Cf., Règl. V, (título), Ed. Alquié, I, p.100 (sublinhados por nós).

87. Cf., ib., p.89 e Regulae, III, AT, X, p.368 (sublinhados por nós).

88. Cf., ib., p.88 e p.369, respectivamente (sublinhados por nós).

89. Cf., Règle VI, Ed. Alquié, I, p.p.101-108 (nomeadamente p.p.101-105).

90. Cf., ib., p.104.

91. Cf., ib., p.p.101-104. Esta redução integral ao plano gnosiológico tanto da função constituinte, como do carácter simples e absoluto dos elementos fundamentais do conhecimento gnosiologicamente válido, está igualmente presente na Carta-Prefácio, como anteriormente se referiu (cf., supra, III, 1.2.1 ., p.p. 212-213) ainda que neste escrito cartesiano a redução em causa ao plano gnosiológico não seja tão claramente manifesta como nas Regras.

92. "Il n'y a que peu de natures pures et simples, dont on puisse avoir l'intuition immédiatement et par elles-mêmes, independamment d'aucune autre, que ce soit en les experimentant directement ou par quelque lumière en nous située; ce sont celles-là que, disons-nous, il faut repérer soigneusement; car ce sont elles que dans chaque enchainement nous appelons les plus simples" (Règles, VI, Alquié, I, p.104 - sublinhados por nós).

93. Cf., ib., (título), p.101 (sublinhados por nós). "Le secret de toute la méthode est là: en toutes choses, repérer soigneusement ce qui est le plus absolu" (cf., ib., p.103).

94. São frequentes as referências de Descartes à intuição como meio gnosiológico de acesso às naturezas (gnosiológicas) puras e simples, ou às proposições mais simples de todas, que fundamentam o conhecimento gnosiologicamente válido. Três exemplos: Règl., V, (título), cf., ib., p.100; Règl., VI, passagem traduzida supra, III, 1., nota 92, p.248

e ainda a seguinte passagem da Regra III: "on peut dire de ces propositions qui se concluent immédiatement à partir des premiers principes, qu'on les connaît, selon le point de vue auquel on se place, tantôt par intuition, tantôt par la déduction; mais que les premiers principes eux-mêmes ne sont connus que par intuition, tandis que les conclusions éloignées ne sauraient l'être que par la déduction" (ib., III, p.p. 89-90 - sublinhados por nós).

95. "Mais comme il n'est pas facile d'en faire le recensement complet [des natures pures et simples], et comme en outre il me s'agit pas tant de les retenir par coeur que de savoir les discerner par une sorte d'acuité intellectuelle, il faut chercher un moyen de former les esprits à les apercevoir rapidement chaque fois qu'il le faudra; à quoi certes rien n'est plus propre, j'en ai fait l'expérience, que de s'habituer à réfléchir avec un peu de sagacité aux plus insignifiantes même des choses que nous avons déjà aperçues" (Règles, VI, Ed. Alquié, I, p.p.104-105).

96. Cf., Préf.Princ., AT, IX-2, p.p.2 e 9-10.

97. Cf., supra, III,1.2.1 ., p.p.207-212.

98. Cf., ib., III, 1.2.2., p.p.220-221.

99. Cf., id.

100. Cf., Règl., V, (título), Ed. Alquié, I, p.100.

101. Cf., Règl., III, Ed. Alquié, I, p.p.88-89 (sublinhados por nós).

102. "Il arrive en effet que cette déduction [celle des vérités qui ne se déduissent point immédiatement des principes premiers et connus par eux-mêmes] se fasse par un si long enchaînement de conséquences qu'une fois parvenus jusqu'à ces vérités, nous avons peine à nous rappeler de la totalité du chemin qui nous y a menées; aussi disons-nous qu'il faut prêter aux faiblesses de la mémoire le secours d'une sorte de mouvement continu de la pensée [...]. Aussi vais-je les parcourir plusieurs fois [as proporções entre pares de grandezas integrados numa série dedutiva] par un mouvement continu de l'imagination, qui voit chaque terme par intuition en même temps qu'elle passe aux autres, jusqu'à ce que j'aie appris à passer si rapidement de la première proportion à la dernière que je ne laisse presque plus aucun rôle à la mémoire et qu'il me semble avoir une intuition simultanée du tout; [...]. Mais à coup sûr, dès qu'un chaînon, fût-il insignifiant, est oublié, voilà la chaine aussitôt rompue, et toute la certitude de la conclusion s'effondre" (Règl; VII, Éd. Alquié, I, p.p.109-110 - sublinhados por nós).
Deve assinalar-se aqui, como o faz Alquié (cf. ib., p.109, nota 1), a ausência de rigor da parte de Descartes ao atribuir à imaginação (imaginationis motu), no texto latino - Regulae, VII, AT, X, p.388), a função de integrar os componentes da constituição de um conhecimento dedutivo, visto que é uma constante do pensamento cartesiano atribuir esta função ao entendimento. No entanto, apesar de se estar perante uma falta de rigor na expressão cartesiana, qualquer que seja a sua causa, não se deve esquecer também que Descartes atribui à imaginação a função de auxiliar do entendimento na constituição do conhecimento dedutivo (cf. Regra XII), nomeadamente no que toca a objectos redutíveis a grandezas, que é o caso dos objectos implicados pela passagem em causa das Regras (o que se torna manifesto pelos exemplos aí apresentados por Descartes).

103. Cf. Préf. Princ., AT, IX-2, p.10

104. "Toutes les sciences ne sont en effet rien d'autre que l'humaine sagesse, qui demeure toujours une et identique à elle-même, quelque differents que soient les objets auxquels elle s'applique, et qui ne reçoit pas d'eux plus de diversité qu'en reçoit la lumière du soleil de la variété des choses qu'elle éclaire [...]; loin en effet que la connaissance d'une seule vérité, à l'exemple de la pratique d'un seul art, nous empêche d'en découvrir un autre, elle nous y aide bien plutôt" (Règl., I, Alquié, I, p.78 - sublinhados por nós). "Toutes les sciences ont entre elles un enchaînement si étroit, qu'il est bien plus facile de les apprendre toutes ensemble, que d'en séparer une seule de toutes les autres. [...] elles sont toutes unies entre elles par un lien de dépendance réciproque" (ib., sublinhados por nós).

105. Cf. supra, III, 1.2.1., p.p.210-214 (nomeadamente p.p.213-214).

106. Cf. ib., III, 1.2.2., p.215 e 1.2.2., p.225.

107. Cf. ib., III, 1.2., p.p.209-210.

108. Cf. ib., III, 1.2.1., p.213.

109. Cf. Disc. Méth., II, AT, VI, p.p.18-19.

110. "Le second, de divisier chacune des difficultés que j'examinerais en autant de parcelles qu'il se pourrait et qu'il serait requis pour les mieux résoudre" (Disc. Méth., II, AT, VI, p.18 - sublinhados por nós).

111. Cf. ib., p.p.18-19.

112. "Le premier était de ne recevoir jamais aucune chose pour vraie que je ne la connusse évidemment être telle; c'est-à-dire d'éviter soigneusement la précipitation et la prévention; et de ne comprendre rien de plus en mes jugements que ce qui se présenterait si clairement et si distinctement à mon esprit que je n'eusse aucune occasion de le mettre en doute" (ib., p.18 - sublinhados por nós). Posteriormente, esta mesma determinação metodológica será reafirmada e teoricamente fundamentada: "je jugeai que je pouvais prendre pour règle générale que les choses que nous concevons fort clairement et fort distinctement sont, toutes vraies" (ib., IV, p.33 - sublinhados por nós).

113. Cf. supra, III,1.2.1.,p.p.210-214; ib.,III, 1.2.2., p.p.214-228.

114. Cf. Disc. Méth. II, AT, VI, p.p.18-19 (sublinhados por nós).

115. Cf. ib., p.18 (texto transcrito supra, III, 1., nota 112, p.250).

116. Cf. supra, III,1.2.1., p.p.210-214;ib.,III, 1.2.2.,, p.p.214-228.

117. "Le dernier, de faire partout des dénombrements si entiers, et des revues si générales, que je fusse assuré de ne rien omettre" (Disc. Méth., II, AT, VI, p.19).

118. "Ces longues chaînes de raisons, toutes simples et faciles, dont les géomètres ont coutume de se servir pour parvenir à leurs plus difficiles démonstrations, m'avaient donné occasion de m'imaginer que toutes les

choses qui peuvent tomber sous la connaissance des hommes s'entresuivent en même façon, et que, pourvu seulement qu'on s'abstienne d'en recevoir aucune pour vraie qui ne le soit, et qu'on garde toujours l'ordre qu'il faut pour les déduire les unes des autres, il n'y en peut avoir de si éloignées auxquelles enfin on ne parvienne, ni de si cachées qu'on ne découvre". (id., - sublinhados por nós).

119. Cf., supra, III, 1.2.2., p.p.223-226.

120. Cf., Préf. Princ., AT, IX-2, p.10.

121. Cf., supra, III, 1.2.1. p.p.210-214.

122. Entende-se aqui por totalidade da actividade do sujeito de conhecimento em causa, a integração opereratória das duas fases do desenvolvimento da actividade deste mesmo sujeito, destacadas nesta unidade de investigação.

123. Cf. supra, III, 1.2.1., p.p.210-214 (nomeadamente p.p.213-214).

124. Cf. ib., III, 1.2.2., p. p.214-228.

125. Cf. ib., II, 1.1., p.p.103-104.

126. Cf. ib., III, 1.2.4., p. p.234-235.

127. Cf. ib., II, 1.1., p.p.102-105.

128. Cf. ib., III, 1.1., p.p.177-208, nomeadamente 1.1.4., p.p.207-208.

129. Cf. ib., III, 1.2., p.p.209-239, nomeadamente 1.2.4., p.p.234-239.

*
* *

2. O PRINCÍPIO P E A CONSTITUIÇÃO DA TEORIA CARTESIANA DA ACTIVIDADE DO SUJEITO DE CONHECIMENTO

2.1. O componente **prático** do princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento.

Tendo em conta:

a) as opções metodológicas anteriormente feitas em relação à constituição da unidade processual geral de investigação, da qual a presente unidade é parte - nomeadamente as que dizem respeito ao seu objectivo e ao seu objecto operatório - (1);

b) que à presente unidade processual de invsetigação corresponde - segundo aquelas opções metodológicas - à avaliação do grau de identidade entre o componente prático do princípio P e o que for homólogo deste componente prático na constituição mesma da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo a sua formulação nas Meditações, ou - o que é equivalente do ponto de vista operatório - a avaliação do grau de conformidade da constituição daquela teoria cartesiana, segundo as Meditações, com o componente prático em causa;

c) que o componente prático do princípio P, considerado do ponto de vista operatório, se reduz a uma determinação constituinte delimitadora do objecto (conjunto de objectos) a conhecer por um sujeito de conhecimento dado, a qual é estabelecida em função da melhor realização possível da conservação e do desenvolvimento do ser de um sujeito prático total (o homem em geral e sócio-historicamente determinado) (2),

determina-se que a presente unidade processual de investigação consiste em:

- verificar se a constituição mesma da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento (nomeadamente segundo as Meditações) manifesta alguma determinação constituinte que seja delimitadora do objecto desta teoria cartesiana (isto é que seja delimitadora do conjunto de objectos a conhecer, ou o conjunto de conhecimentos a constituir pela realização desta teoria cartesiana);

- verificar se uma tal determinação constituinte delimitadora (no caso de ela se manifestar) é estabelecida em função da melhor realização possível de uma processo prático cuja resultante seja a conservação e o desenvolvimento do ser de um sujeito prático total (o homem em geral e sócio-historicamente determinado), tal como o componente prático do princípio P o estabelece hipoteticamente.

Dada a natureza dos testemunhos cartesianos respeitantes às relações entre o desenvolvimento da actividade do sujeito de conhecimento (Descartes) constituinte da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento e o desenvolvimento do sujeito prático total (o homem em geral e sócio-historicamente determinado), relações que se tornaram parte do objecto da presente unidade processual de investigação, em consequência das condições admitidas - e acabadas de enumerar - relativamente à constituição desta mesma unidade, reconhece-se que é gnosiologicamente mais rentável, por um lado, efectuar esta unidade processual de investigação partindo da teorização cartesiana da natureza operatória do sujeito prático - teorização cujos componentes fundamentais se dão no interior da teorização cartesiana da actividade do sujeito conhecimento (3) - e, por outro lado, procurar as implicações da teorização cartesiana da natureza operatória do sujeito prático na constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito do

conhecimento, dada a relação constituinte que apresentam/aparentam entre si.

Assim faz-se a opção metodológica de admitir como objecto operatório nuclear desta unidade processual de investigação, por um lado, a forma, ou lei geral da actividade natural do sujeito prático-vontade, relativa à melhor realização possível do carácter operatório deste sujeito e, por outro lado, o conceito cartesiano geral de virtude, enquanto princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral.

Esta escolha de um tal objecto operatório restrito para a presente unidade processual de investigação justifica-se por três ordens de razões. Primeira - a forma ou lei geral da actividade natural do sujeito prático-vontade acima referida e o conceito cartesiano geral de virtude, enquanto princípio-constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral, aparecem nos textos cartesianos como determinantes gerais da constituição da actividade de um sujeito prático e, enquanto tais, o que eles determinarem relativamente às relações constituintes entre a actividade de um sujeito prático e a actividade de um sujeito de conhecimento é necessariamente válido em geral. Segunda - aquela mesma forma ou lei geral da actividade natural do sujeito prático-vontade e este mesmo conceito geral de virtude põem,em geral, de um modo imediato, uma relação funcional, operatoriamente necessária, entre a melhor realização possível da actividade de um sujeito prático (inclusivé a do sujeito prático constituinte do processo de conservação e de desenvolvimento da vida, no sentido lato do termo) e a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos implicados pela realização da actividade deste sujeito prático; de um modo mediato, a mesma forma ou lei geral e o mesmo conceito de virtude põem, em geral, uma relação funcional operatoriamente necessária entre a melhor realização possível

da actividade do sujeito prático e a constituição de uma teoria que determine as condições gerais necessárias da validade gnosiológica do conhecimento e as condições gerais suficientes do reconhecimento desta validade - isto é aquela forma ou lei geral e aquele conceito de virtude põem, de um modo mediato, a necessidade operatória da constituição daquela teoria (4). Terceira - não se manifesta como possível no interior dos testemunhos do pensamento filosófico cartesiano, a realização de uma investigação sobre o desenvolvimento efectivo da actividade do sujeito prático, visando a descoberta de determinações delimitadoras do objecto da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento que este desenvolvimento implique. Pois os testemunhos do pensamento filosófico de Descartes, enquanto tais - a sua obra filosófica -, não são um relato deste desenvolvimento (apesar de conterem frequentes referências autobiográficas), mas sim o relato de uma investigação teorizante. Encontra-se neles, com efeito, o enunciado de propósitos teorizantes que manifestam uma intenção de intervenção do sujeito prático na delimitação do objecto da teoria da actividade do sujeito de conhecimento, mas, por um lado, estes propósitos teorizantes/intenções de intervenção já foram objecto de análise na presente investigação (5) e, por outro lado, o que se procura neste momento de investigação são interferências de facto, produzidas pelo desenvolvimento da actividade do sujeito prático, na delimitação do objecto em causa, efectuadas através das interferências de direito nesta mesma delimitação, que radiquem na teoria cartesiana deste desenvolvimento.

Finalmente assinala-se que nesta unidade processual de investigação empregar-se-ão, como fonte do pensamento filosófico de Descartes, outros escritos cartesianos além das Meditações, porque os testemunhos deste escrito cartesiano se manifestam insuficientes em relação ao tema em causa: por um lado, Descartes não aborda ali senão muito brevemente a natureza operatória do sujeito prático (embora aí exponha as suas posições teóricas

nucleares sobre tal) e, por outro lado, noutros dos seus escritos apresenta esclarecimentos complementares importantes sobre este tema.

2.1.1. A lei, ou forma geral da melhor realização **natural** possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade e a sua implicação operatória necessária (da constituição) de um conhecimento gnosiologicamente válido.

A. A lei, ou forma geral da melhor realização **natural** possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade (6).

Segundo o testemunho da IV Meditação (7) - completado pelo de outros textos cartesianos a invocar no decurso da presente investigação - cada uma das unidades processuais da actividade de um sujeito prático-vontade (cada uma das suas deliberações, considerada do ponto de vista da sua elaboração), enquanto constituinte da melhor realização natural possível da natureza operatória deste sujeito é produzida segundo uma constante - lei, ou forma geral. Esta lei, ou forma geral é a resultante da integração dos dois factores, ou condições constituintes gerais que se seguem:

- o sujeito prático-vontade é totalmente independente em relação a quaisquer forças exteriores a ele, ao determinar as suas deliberações;

- a determinação de cada uma das deliberações do sujeito prático-vontade é produzida em função do conhecimento gnosiologicamente válido do significado axiológico do seu objecto, relativamente ao bem e/ou à verdade. Dito de outro modo, o sentido positivo, ou negativo de cada deliberação de um sujeito prático-vontade, operando ao nível da melhor realização natural possível da sua natureza, é função de um duplo conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos implicados

por estas deliberações. Pois o conhecimento do significado axiológico de um objecto em função do bem e/ou da verdade implica não só o conhecimento do conteúdo desse objecto, mas também o da sua relação com o bem e/ou a verdade, o que é, por sua vez, a resultante de diversos outros conhecimentos.

Nestas condições, a melhor realização natural possível do sujeito prático-vontade aparece, segundo a IV Meditação, na dependência operatória da constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido de um conjunto de objectos cuja extensão integra não só a totalidade dos objectos directamente implicados nas deliberações daquele sujeito prático, mas também todos os outros objectos implicados na avaliação axiológica, em relação ao bem e à verdade de cada um dos componentes daquela totalidade de objectos.

A par de uma realização integralmente natural da actividade do sujeito prático-vontade, Descartes considera a possibilidade de uma intervenção sobrenatural (de Deus) que se dê no decurso da constituição das deliberações daquele sujeito, determinando o sentido destas, sem no entanto violar a sua liberdade (8). Não se aprofundará aqui o estudo desta última posição cartesiana relativa à constituição das deliberações do sujeito prático-vontade, porque ela, em rigor, não faz parte do objecto da presente unidade de investigação. Todavia assinala-se que esta posição de Descartes não põe uma forma nova de realização de natureza operatória do sujeito prático-vontade em causa: ela limita-se à admissão da possibilidade de substituir um factor natural (um conhecimento natural) por um factor sobrenatural (uma intervenção divina) - "ou que eu conheça de modo evidente que o bem e a verdade se encontram aí, ou que Deus assim disponha o interior do meu pensamento" (9).

Esta lei, ou forma geral da natureza operatória do sujeito

prático-vontade reaparece pressuposta noutros textos onde Descartes aborda a actividade daquele sujeito. Aparece aí pelo menos o seu conteúdo nuclear, isto é a dependência funcional/operatória das resultantes da actividade daquele mesmo sujeito em relação ao conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos implicados por aquela actividade. Assinalar-se-ão aqui de passagem testemunhos provenientes do Discurso do Método e das Respostas às Objecções contra as Meditações relativos àquela lei, ou forma geral e insistir-se-á nos testemunhos de duas cartas (bem conhecidas) de Descartes ao padre Mesland, dado os detalhes aí postos por Descartes, respeitantes às condições constituintes das relações funcionais/operatórias aqui em causa.

a) O testemunho do Discurso do Método. - "[...] se eu não tivesse seguido um caminho pelo qual, pensando estar seguro da aquisição de todos os conhecimento de que eu fosse capaz, eu o pensasse estar pelo mesmo meio da [aquisição] de todos os verdadeiros bens que alguma vez pudessem vir a estar em meu poder; visto que a nossa vontade não é levada a seguir, nem a recusar alguma coisa senão na medida em que o nosso entendimento lha apresente boa ou má, basta julgar bem para agir bem e julgar o melhor que se possa para fazer também todo o seu melhor, isto é adquirir todas as virtudes e conjuntamente todos os outros bens que se possam adquirir" (10).

O conteúdo de cada uma das deliberações do sujeito prático-vontade - que neste caso é nitidamente um sujeito prático constituinte de uma actividade tendente à conservação e ao desenvolvimento da vida do homem em geral e do homem indivíduo - aparece também no Discurso do Método como uma função do conhecimento dos conteúdos dos objectos que ela implica e do conhecimento dos significados axiológicos destes conteúdos, avaliados em relação ao bem (11). E, por conseguinte, a melhor realização natural possível daquele sujeito prático - julgar o melhor que se possa; fazer todo o seu melhor - depende, do ponto de vista constituinte, da aquisição,

em condições de segurança gnosiológicas, do conhecimento dos objectos implicados naquela realização do sujeito prático em causa.

b) O testemunho da Sextas Respostas às Objecções contra as Meditações. - "[...] o qual [o homem] encontrando já a natureza da bondade e da verdade estabelecida e determinada por Deus e a sua vontade sendo tal que ele não pode dirigir-se senão para o que é bom, é manifesto que ele opta tanto mais voluntariamente, e por conseguinte tanto mais livremente, pelo bom e pelo verdadeiro, quanto ele os conheça do modo mais evidente; e que ele nunca é indiferente senão quando ignora o que é melhor ou mais verdadeiro, ou pelo menos quando isto não lhe aparece tão claramente, que ele não possa de modo algum duvidar" (12).

Uma vez mais aparece assim reafirmada por Descartes a dependência funcional/operatória do conteúdo de cada deliberação do sujeito prático-vontade - quando efectuadas ao nível operatório da melhor realização natural possível da natureza deste sujeito - relativamente ao conhecimento gnosiologicamente válido dos conteúdos dos objectos que ela implica e dos significados axiológicos destes objectos, em relação ao bom e ao verdadeiro.

Os fundamentos ontológicos da forma ou lei geral constituinte desta relação funcional/operatória são claramente aqui postos por Descartes: numa primeira instância, esta forma, ou lei geral radica na natureza respectivamente da bondade, da verdade e da vontade humana; numa última instância, a mesma forma, ou lei geral radica na acção mesma de Deus-criador. É aqui igualmente posta claramente uma necessidade respeitante às relações funcionais/operatórias que aquela mesma forma, ou lei geral constitui/exprime: a vontade humana é tal que ela não pode dirigir-se senão para o que é bom.

Além do mais é de assinalar que Descartes admite aqui claramente que esta forma, ou lei geral constituinte das relações funcionais/operatórias em causa compreende a possibilidade de uma realização gradual, ou parcial da natureza operatória do sujeito prático-vontade, em função do grau de perfeição gnosiológica (grau de evidência) atingido pelo conhecimento do qual dispõe o sujeito prático, em relação aos significados axiológicos (referido ao bem e ao verdadeiro) dos objectos implicados directamente por cada uma das deliberações de tal sujeito.

c) O testemunho da correspondência Descartes/padre Mesland. - As duas cartas (bem conhecidas) de Descartes ao padre Mesland (13) são testemunhos particularmente privilegiados para esclarecer o pensamento de Descartes sobre as relações constituintes que ele admite entre o conteúdo de uma deliberação de um sujeito prático-vontade, operando este ao nível da sua melhor realização natural possível, e o conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos que esta deliberação implique, inclusivé o conhecimento do significado axiológico destes objectos relativamente ao bem e à verdade. Aí, a pressão das objecções dos seus leitores e das circunstâncias próprias da história da filosofia e da teologia da sua época (14), Descartes procura mostrar a compatibilidade da liberdade de um sujeito prático-vontade relativamente a quaisquer forças que lhe sejam exteriores enquanto ele é o constituinte de uma deliberação, com a dependência do conteúdo desta deliberação relativamente ao conhecimento de que aquele sujeito dispõe dos objectos implicados por esta mesma deliberação.

A Carta a Mesland de 2/5/1644. Descartes começa por refutar uma interpretação do seu pensamento que não tem suficientemente em conta a possibilidade que ele admite de uma realização gradual/incompleta das condições estabelecidas pela forma ou lei geral constituinte da melhor realização natural possível da natureza operatória de um sujeito

prático-vontade, no que respeita à relação constituinte entre o conteúdo de uma deliberação e o conteúdo do conhecimento dos objectos que ela implica (15). Em seguida, Descartes procura mostrar a compatibilidade operatória da necessidade constituinte, posta por aquela forma, ou lei geral, com a liberdade do sujeito prático-vontade que a realize (apesar da conexão que ela estabelece entre o conteúdo de uma deliberação deste sujeito e o conteúdo do conhecimento dos objectos que ela implica). Assim, ele mostra como se pode suspender um juízo fundado num conhecimento muito claramente estabelecido, sem violar aquela forma, ou lei geral. Para que isto se torne possível basta admitir alterações na tensão operatória do sujeito prático-vontade, depois de este ter tomado uma deliberação, as quais permitirão, por sua vez, a ocorrência de alterações no conhecimento dos objectos implicados pela constituição de tal deliberação: "é certo, parece-me, que ex magna luce in intellectu sequitur magna propensio in voluntate (16); de tal modo que vendo muito claramente que uma coisa nos convém é muito defícil, e creio-o mesmo, impossível, enquanto se permaneça neste pensamento, de suspender o curso do nosso desejo. Mas, porque a natureza da alma é de não estar senão um momento atenta a uma mesma coisa, logo que a nossa atenção se desvie das razões que nos fazem conhecer que tal coisa nos convém e que retenhamos somente na memória que ela nos apareceu desejável, podemos representar ao nosso espírito alguma outra razão que nos faça duvidar de tal e, assim, suspender o nosso juízo e até talvez formar também um juízo contrário" (17).

Nestas condições, torna-se manifesta uma situação-tipo segundo a qual se realiza efectivamente - e sem produzir qualquer contradição - não só a liberdade do sujeito prático-vontade (relativamente a forças que lhe sejam exteriores) na constituição de uma deliberação, mas também a dependência do conteúdo desta deliberação, relativamente ao conhecimento

gnosiologicamente válido dos objectos que ela implique, tal como o determina a forma, ou lei geral constituinte da melhor realização natural possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade.

Com este argumento/análise do comportamento de um sujeito prático-vontade, Descartes não traz nada de novo no que diz respeito à forma, ou lei geral em causa, tal como ela foi posta nas Meditações. Pois a passagem acima transcrita da Carta a Mesland não apresenta outra novidade senão condições empíricas para a realização daquela mesma forma, ou lei geral, reafirmando a relação constituinte fundamental que ela põe: a partir das Meditações era claramente manifesto que Descartes admitia a possibilidade de alterações intervenção do sujeito prático-vontade em relação a um juízo e/ou acção - dar ou recusar o seu assentimento - em consequência de alterações no conhecimento havido dos objectos implicados por aquele juízo e/ou acção, ou mesmo da simples possibilidade de uma alteração de tal conhecimento. Neste último caso encontra-se compreendida a constituição da dúvida universal. Pois Descartes - enquanto sujeito prático-vontade - retira o seu assentimento a um conjunto de juízos em consequência da simples possibilidade de uma alteração do conhecimento de que dispõe relativamente aos objectos implicados por esses juízos (18). Todavia não se pode considerar inútil o esclarecimento à teoria cartesiana da natureza operatória do sujeito prático-vontade trazido por esta carta ao padre Mesland, pois através dele Descartes integra nesta teoria o dado empírico da inconstância do comportamento do sujeito prático-vontade, apesar da constância de forma ou lei geral da sua natureza operatória. Ao mesmo tempo põe a claro que esta forma, ou lei geral não imobiliza definitivamente aquele sujeito em relação ao resultado de uma deliberação efectuada: ele mesmo poderá tomar a iniciativa de um processo para se desvincular dela.

Posteriormente, numa outra passagem desta mesma carta a Mesland,

Descartes testemunha de modo indirecto, mas com suficiente calareza, a necessidade e a universalidade que admite na relação de dependência constituinte do conteúdo de uma deliberação do sujeito prático-vontade, (operando ao nível da sua melhor realização natural possível) e do conhecimento gnosiologicamente válido do significado axiológico do objecto desta deliberação (o que implica igualmente o conhecimento deste objecto): "se o vissemos claramente [que o que fazemos é mau] ser-nos-ía impossível pecar, durante [todo] o tempo em que o vissemos desse modo; é por isso que se diz que omnis pecans est ignorans (19). E não se deixa de ter mérito ainda que vendo muito claramente o que é necessário fazer, se faça tal infalivelmente e sem nenhuma indiferença" (20). Seguidamente Descartes procura mostrar como, do ponto de vista operatório, o sujeito prático-vontade pode compatibilizar a necessidade constituinte, acima referida e que radica na sua própria natureza operatória, com o exercício de uma certa auto-determinação constituinte da sua actividade (a sua liberdade), na qual se pode fundar a sua responsabilidade moral: "o homem podendo não manter sempre uma perfeita atenção às coisas que deve fazer, é uma boa acção mantê-la e fazer, por este meio, com que a nossa vontade conforme [a sua acção] tão perfeitamente à luz do nosso entendimento, que ela não seja de modo algum indiferente" (21).

A carta a Mesland de 9/2/1645. - Ainda sob a pressão directa das objecções dos seus leitores (e indirecta das circunstâncias da história da filosofia e da teologia da sua época, como anteriormente se assinalou (22), Descartes procura uma vez mais justificar a sua posição teórica relativa à compatibilidade da dependência constituinte acima considerada, das deliberações de um sujeito prático-vontade (a dependência destas deliberações relativamente ao conhecimento dos objectos que elas impliquem) e da auto-determinação constituinte deste mesmo sujeito. Neste caso aquela compatibilidade não se fundamenta em alterações processuais da actividade

daquele sujeito - alterações no seu grau de atenção relativamente a objectos da sua própria actividade -, com as consequentes alterações dos processos constituintes das deliberações respectivas, mas ela fundamenta-se na possibilidade da inclusão, no processo constituinte de uma deliberação respeitante a um dado objecto (ou conjunto de objectos), de um outro objecto de deliberação, acompanhado da respectiva representação do seu significado axiológico, em relação ao bem e/ou à verdade. Nestas condições, o processo inicial constituinte de uma deliberação transforma-se num outro, em consequência de uma alteração que se produz nos seus elementos constituintes e nas relações que eles estabelecem entre si. Pois apesar do facto de a deliberação do sujeito prático-vontade continuar a efectuar-se segundo a forma, ou a lei geral da melhor realização natural possível da natureza operatória deste sujeito, ela transforma-se agora numa (outra) deliberação, que tem como objecto uma situação formada por uma alternativa, onde é preciso fazer uma opção por um dos seus componentes, os quais se apresentam àquele sujeito prático-vontade com significados diferentes, relativamente a uma mesma escala axiológica: "mesmo no caso em que uma razão evidente nos induza a tomar uma decisão, mesmo se, moralmente falando, nós temos então dificuldade em agir em sentido contrário, de um modo absoluto, todavia, nós podêmo-lo. Pois nós somos sempre livres de nos impedirmos de prosseguir um bem que conhecemos claramente, ou de nos impedirmos de admitir uma verdade evidente, desde que consideremos como um bem provar assim o nosso livre arbítrio" (23).

B. A implicação operatória necessária (da constituição) de um conhecimento gnosiologicamente válido, pela forma ou lei geral constituinte da melhor realização **natural** possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade.

Se se tiver em conta:

- que, segundo a forma, ou lei geral constituinte da melhor realização natural possível do sujeito prático-vontade (apresentada no parágrafo anterior da presente exposição) esta mesma realização é necessariamente dependente do conhecimento gnosiologicamente válido do significado axiológico, em relação ao bem e/ou à verdade, dos objectos implicados por aquela realização (isto é os objectos das deliberações do sujeito prático em causa, o que implica operatoriamente o conhecimento gnosiologicamente válido da realidade destes mesmos objectos e, eventualmente, de outros que sejam mediatamente implicados por aquelas deliberações);

- que o conhecimento gnosiologicamente válido de um objecto não é, segundo Descartes, um dado gnosiológico imediato, pois ele implica frequentemente uma construção gnosiológica, mais ou menos complexa, e, em todos os casos, uma apreensão reflectida da sua validade gnosiológica, o que, por sua vez, implica uma reflexão teórica, que fundamenta o instrumento metodológico (e o seu uso) daquela apreensão,

conclui-se que a forma, ou lei geral em causa põe necessariamente, do ponto de vista operatório, a constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos implicados pela realização que ela regule, ou determine (isto é a melhor realização natural possível de um sujeito prático-vontade, através da realização das suas deliberações).

2.1.2. O conceito cartesiano geral de **virtude**, enquanto princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral e a sua implicação operatória necessária (da constituição) de um conhecimento gnosiologicamente válido.

A. O conceito cartesiano geral de **virtude**, enquanto princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral.

Apesar das reservas de Descartes em comunicar o seu pensamento sobre questões éticas, encontram-se várias passagens na sua obra que põem um conceito geral de virtude com funções de determinante universal da constituição de acções moralmente válidas (e também com funções de critério geral de avaliação destas acções). O conteúdo deste conceito aparece assim na obra filosófica de Descartes como um princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral, isto é um sujeito prático cuja actividade se efectua segundo uma determinação ética dominante.

Alguns testemunhos do pensamento de Descartes sobre as condições gerais (24) da validade moral da actividade de um sujeito prático(-moral), onde o conceito cartesiano geral de virtude se manifesta:

a) no Discurso do Método - "dado que a nossa vontade não é levada a seguir nem a recusar coisa alguma senão na medida em que o nosso entendimento lha apresente boa ou má, basta julgar bem para agir bem, e julgar o melhor que se possa para fazer também todo o seu melhor, isto é adquirir todas as virtudes, e conjuntamente todos os outros bens que se possam adquirir" (25);

b) na Dedicatória dos Princípios de Filosofia à princesa Isabel - "aquelas [virtudes] que são tão puras e tão perfeitas que não resultam senão do simples conhecimento do bem, são todas da mesma natureza, e podem ser compreendidas pelo simples nome de sabedoria [sagesse]. Pois quem tem uma vontade firme e constante de usar sempre a razão o melhor que estiver em seu poder e de fazer em todas as suas acções aquilo que julgue ser o melhor é verdadeiramente sábio [sage], tanto quanto a sua natureza permite que ele o seja; e somente por isto ele é justo e corajoso, moderado, e tem todas

as outras virtudes, mas de tal modo unidas entre si que não há aí nenhuma que se manifeste mais do que as outras" (26);

c) na carta à raínha Cristina da Suécia de 20/11/1647 - "não vejo de modo algum que seja possível dispor melhor dela [da vontade] do que se se tiver sempre uma firme e constante resolução de fazer exactamente todas as coisas que se julgar serem as melhores, de empregar todas as forças do seu espírito a conhecê-las bem. É nisto só que consistem todas as virtudes"(27);

d) na carta à princesa Isabel de 18/8/1645 - "seguir a virtude, isto é ter uma vontade firme e constante de executar tudo o que julgamos ser o melhor e de empregar toda a força do nosso entendimento para julgar bem" (28);

e) no Tratado das Paixões da Alma - "que ele [um homem] sinta em si mesmo uma firme e constante resolução de usar bem [a livre disposição das suas vontades], isto é nunca ter falta de vontade para compreender todas as coisas que ele julgar serem as melhores; o que é seguir perfeitamente a virtude" (29);

Assim, torna-se manifesto que, segundo o conceito cartesiano geral de virtude:

- a validade moral de cada uma das unidades processuais que compõem a actividade de um sujeito prático-moral - as suas deliberações/acções individualmente consideradas - é função da realização efectiva da tensão operatória máxima possível deste sujeito para realizar o bem, em cada uma daquelas unidades de actividade: "julgar o melhor que se possa"; "usar sempre a razão o melhor que estiver em seu poder"; "fazer todo o seu melhor". A validade moral da actividade de um sujeito prático (moral) não é, assim, necessariamente função da realização perfeita, nas suas resultantes, do limite

axiológico máximo absoluto, mas função de uma aproximação máxima possível deste limite: o melhor possível, nas condições particulares da realização de cada uma das unidades processuais da actividade daquele sujeito (30);

- nestas condições, torna-se legítima a presença de um intervalo entre o nível axiológico atingido pelas resultantes da actividade de um sujeito prático-moral e o nível axiológico definido pelo limite máximo absoluto, o bem;

- a legitimidade moral, acabada de referir, da presença de um intervalo axiológico, entre o nível atingido pelas resultantes da actividade de um sujeito prático-moral e o nível definido pelo conceito geral de bem, é função da distância operatória objectiva (isto é da distância operatória que se dê independentemente da vontade daquele sujeito) entre a capacidade dos meios operatórios do sujeito prático constituinte desta actividade e as resistências (operatórias) do conteúdo de real implicado pela realização da actividade daquele mesmo sujeito (conteúdo de real a conhecer e a transformar) (31);

- é condição operatoriamente necessária da realização da tensão máxima possível de um sujeito prático-moral para realizar o bem em cada uma das unidades processuais que compõem a sua actividade, por um lado que este sujeito determine o conteúdo destas unidades processuais de actividade em função de um conhecimento dos objectos e das situações que elas impliquem, e, por outro lado, que um tal conhecimento seja constituído segundo as melhores condições possíveis, com vista à sua validade gnosiológica.

B. A implicação operatória necessária (da constituição) de um conhecimento gnosiologicamente válido pelo conceito cartesiano geral de virtude, enquanto princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral.

Tal como no caso da forma ou lei geral constituinte da melhor realização natural possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade, o princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral, posto pelo conceito cartesiano geral de virtude, estabelece a necessidade operatória de um conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos e situações implicados na realização da actividade daquele sujeito prático-moral. Esta situação constituinte torna-se claramente manifesta se se tiver em conta: em primeiro lugar, que aquele princípio constituinte-normativo põe (tal como se mostrou no parágrado anterior), como condição operatória necessária da validade moral da actividade de um sujeito prático, por um lado, que este sujeito determine o conteúdo das suas deliberações, em função de um conhecimento dos objectos e situações que estas impliquem e, por outro lado, que este conhecimento seja constituído nas melhores condições possíveis em ordem à sua validade gnosiológica; em segundo lugar, que um conhecimento assim constituído não é, segundo Descartes, um dado gnosiológico imediato.

A diferença fundamental entre a determinação constituinte de um conhecimento gnosiologicamente válido, implicada pela forma ou lei geral constituinte da melhor realização natural possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade, e a homóloga daquela determinação constituinte, implicada pelo princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral (posta pelo conceito cartesiano de virtude), consiste no facto de que esta última determinação constituinte estabelece, de modo explícito, a possibilidade de um intervalo entre o nível

da realização efectiva da validade gnosiológica do conhecimento cuja constituição ela determina e o nível definido pelo limite ideal da verdade gnosiologicamente assegurada.

Deve no entanto assinalar-se que a admissão da possibilidade deste intervalo não significa que o princípio constituinte-normativo em causa da actividade de um sujeito prático-moral legitime, em geral, quaisquer restrições relativas à determinação de que seja constituído um conhecimento gnosiologicamente válido, como um meio para a realização da actividade deste mesmo sujeito. Aquele princípio limita-se:

- de um modo imediato, a regular/legitimar moralmente a constituição de uma actividade prática, que seja operatoriamente fundamentada num conhecimento cuja validade gnosiológica esteja insuficientemente constituída/garantida, em consequência de obstáculos objectivamente inultrapassáveis pelo sujeito de conhecimento em causa, nas condições particulares em que se produz aquela actividade prática;

- de um modo mediato, a regular/legitimar moralmente a deliberação de um sujeito prático-vontade de dar o seu assentimento a um conhecimento constituído nas condições gnosiológicas que se acabam de assinalar e sob a pressão das condições práticas acima enunciadas. Isto é, aquele princípio determina que, nas condições mencionadas, o conhecimento operatoriamente necessário à actividade em questão do sujeito prático seja gnosiologicamente fundamentado o melhor possível.

Assim, a realização do princípio constituinte-normativo em causa põe, do ponto de vista operatório, necessariamente e em geral, a constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos e das situações implicadas pela realização da actividade de um sujeito prático-moral,

regulando/legitimando no entanto, do ponto de vista moral, a prática de excepções nas condições acabadas de referir.

2.1.3. A implicação operatória necessária mediata (da constituição) de uma teoria relativa às condições gerais da validade gnosiológica do conhecimento e às condições gerais da garantia desta validade, postas pela forma ou lei geral constituinte da melhor realização **natural** possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade e pelo princípio constituinte-normativo universal da actividade de um sujeito prático-moral.

Segundo os resultados obtidos na presente investigação - quando da determinação das implicações gnosiológicas, postas pela forma, ou lei geral da melhor realização natural possível da natureza operatória de um sujeito prático-vontade pelo conceito cartesiano geral de virtude (32) - tanto aquela forma, ou lei geral, como este princípio põem de modo mediato, a necessidade operatória da constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido, como meio da realização respectivamente de um sujeito prático-vontade e de um sujeito prático-moral.

A constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, por sua vez, não é espontaneamente uma prática necessariamente universal de um sujeito de conhecimento no desenvolvimento da sua actividade, como o prova, numa primeira instância crítica, a experiência histórica do erro. Esta situação levou Descartes, como é bem conhecido, à constituição de uma reflexão teórica metodologicamente organizada quer sobre as condições gerais de validade gnosiológica do conhecimento, quer sobre as condições gerais da garantia desta validade, relativamente a um conhecimento dado. Os principais escritos de Descartes - donde se destaca o Discurso do Método e as Meditações - são testemunhos claros desta relação entre a experiência do erro e a prática

cartesiana da reflaxão teórica acabada de referir.

Assim, conclui-se que tanto aquela forma, ou lei geral, como o conceito cartesiano geral de virtude, - enquanto eles põem de um modo mediato a necessidade operatória da constituição de um conhecimento gnosiologicamente válido, para a realização respectivamente da actividade de um sujeito prático-vontade e de um sujeito prático-moral, eles põem, igualmente de modo mediato - e através de um segundo nível de mediação -, a necessidade operatória da constituição de uma teoria, cujo objecto seja formado pelas condições gerais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido e pelas condições gerais da garantia dessa valiadade, isto é uma teoria geral da actividade do sujeito de conhecimento constituinte do conhecimento gnosiologicamente válido, que seja um meio para satisfazer as necessidades operatórias acima referidas relativas aos sujeitos práticos vontade e moral em causa.

2.1.4. O componente **prático** do princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento: c o n c l u s ã o

Se se tiver em conta:

a) que a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento é mediatamente posta pela representação teórica cartesiana da actividade do sujeito prático - sob as suas duas formas de uma representação teórica da natureza operatória de um sujeito prático-vontade e de uma representação teórica da actividade de um sujeito prático-moral - determinando-lhe nomeadamente o seu objecto (que consiste nas condições gerais da validade gnosiológica do conhecimento e da garantia desta validade) (33);

b) que esta determinação constituinte mediata da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento produz-se através da necessidade operatória - reconhecida e posta pela representação teórica cartesiana da actividade do sujeito prático, acima mencionada, relativamente ao desenvolvimento da actividade deste mesmo sujeito prático (sujeito prático-vontade, sujeito prático-moral) - de que cada uma das unidades processuais que compõem a actividade deste sujeito (cada uma das suas deliberações) seja operatoriamente fundamentada no conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos e situações que a realização destas unidades implique (34);

c) que o desenvolvimento da actividade deste mesmo sujeito prático - enquanto factor da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento - se efectua:

- segundo uma determinação imediata e explicita, em função da realização do bem (o que se torna manifesto através da representação teórica da natureza operatória de um sujeito prático-moral) e da felicidade do sujeito prático total, isto é o homem que vive, considerado na sua individualidade e no tempo histórico particularizado da sua vida (o que se torna manifesto pela repersentação teórica cartesiana da actividade de um sujeito prático-moral, nomeadamente pelo conceito cartesiano geral de virtude e pelas relações deste conceito com os conceitos de bem - o bem de cada homem, em particular - e de contentamento/felicidade) (35);

- segundo uma determinação mediata (e implicita) em função da realização do ser do sujeito prático total, efectuada em conformidade com a sua natureza. Pois, por um lado, segundo a representação teórica cartesiana da natureza operatória de um sujeito prático-vontade, a realização do bem, que se efectue através da actividade deste

> sujeito, produz-se pela simples realização da natureza deste mesmo sujeito: este determina-se naturalmente - isto é segundo a sua natureza - no decurso da constituição das suas deliberações, em função do significado axiológico (relativamente ao bem e/ou à verdade) dos objectos destas mesmas deliberações. Por outro lado, a felicidade, segundo a representação teórica cartesiana da actividade de um sujeito prático-moral, é um efeito natural da realização do bem, concebido este em função da natureza do homem em geral e da sua individualidade, reportada esta às condições históricas particulares da vida de cada homem, isto é às condições concretas em que se produz cada uma das suas deliberações. O bem, assim concebido, é o bom uso do nosso livre arbítrio. Ele é um limite ideal, que define/põe em geral a forma de adequação da actividade do homem à sua natureza, tendo em conta os seus limites e a sua condição de um ser que está integrado num tempo pleno (de acontecimentos, que muitas vezes ultrapassam o homem-indivíduo). Assim a felicidade, efeito natural da realização deste bem, é também necessariamente um efeito da realização do ser do homem, segundo a sua natureza geral, no tempo pleno da vida de um homem-indivíduo

conclui-se, finalmente - tendo em conta todas as condições acima mencionadas - que os objectivos, que mediatamente determinam a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, se manifestam equivalentes, do ponto de vista constituinte, aos objectivos postos pelo componente prático do princípio P relativamente à actividade constituinte de conhecimento, a que corresponde o componente gnosiológico deste mesmo princípio P. Pois, tanto os primeiros destes objectivos, como os segundos, põem o desenvolvimento da actividade constituinte de conhecimento que lhes diz respeito (segundo as condições estabelecidas respectivamente por

Descartes e pela hipótese que é o princípio P) em função da realização do ser do homem, segundo a sua natureza geral e a sua individualidade, integrada no tempo.

2.2. O componente **gnosiológico** do princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações.

Tendo em conta:

a) as opções metodológicas anteriormente feitas em relação à constituição da unidade processual geral de investigação da qual a presente unidade de investigação é parte - nomeadamente as que dizem respeito ao seu objectivo e ao seu objecto operatório - (36);

b) que à presente unidade processual de investigação corresponde - segundo aquelas opções metodológicas - a avaliação do grau de identidade entre o componente gnosiológico do princípio P e o que for homólogo deste componente gnosiológico na constituição mesma da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo a sua formulação nas Meditações, ou - o que é equivalente do ponto de vista operatório - a avaliação do grau de conformidade da constituição daquela teoria cartesiana, segundo as Meditações, com o componente gnosiológico em causa;

c) o conteúdo do componente gnosiológico do peincípio P (37);

d) a complexidade constituinte do objecto operatório da presente unidade processual de investigação e a natureza desta mesma unidade (resultante do seu objectivo e do conteúdo do componente gnosiológico acima referido, com o qual aquele objecto operatório será confrontado),

fazem-se as seguintes opções metodológicas complementares, relativas à

realização da presente unidade processual de investigação:

a) efectuar a confrontação - implicada pelo objectivo da presente unidade processual de investigação - entre o componente gnosiológico do princípio P e o objecto operatório desta unidade processual de investigação, através de uma comparação analítica ordenada, para o que se consideram em separado os seguintes componentes fundamentais daquele objecto operatório:

- a fundamentação gnosiológica da dúvida;
- a fundamentação gnosiológica da existência do sujeito do conhecimento;
- a fundamentação gnosiológica da existência de Deus;
- a fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral;
- a fundamentação gnosiológica da existência das coisas materiais (em geral e em particular) e da validade gnosiológica do seu conhecimento;

b) tendo em conta, por um lado, que o componente gnosiológico em causa do princípio P é composto por quatro condições constituintes de conhecimento (38) e, por outro lado,

- que a realização da primeira daquelas condições constituintes é condição necessária da realização das restantes;
- que a realização da segunda das mesmas condições constituintes de conhecimento implica a realização da terceira e da quarta destas condições (sobretudo através da determinação constituinte que ela contém, segundo a qual os elementos que componham os conhecimentos a efectuar terão de ser constituídos com evidência conceptual),

considera-se como metodologicamente suficiente em geral - para efeitos

da realização do objectivo da presente unidade processual de investigação, no que aí respeita à comparação acima referida na alínea a) - confrontar a constituição de cada um dos componentes fundamentais acima assinalados do objecto operatório, com as duas primeiras condições constituintes postas pelo componente gnosiológico em causa;

c) dada a heterogeneidade que imediatamente manifestam os conteúdos a comparar - um conjunto de condições gerais constituintes de conhecimento (o componente gnosiológico em causa) e a constituição de um discurso (a constituição mesma da teoria cartesiana também em causa) - esta constituição será considerada, para efeitos operatórios da presente unidade processual de investigação, somente na sua forma geral (ou condições gerais que a determinam enquanto conjunto de conhecimento).

Esta forma geral não é imediatamente posta no texto cartesiano das Meditações. Assim, a presente unidade processual de investigação terá de incluir, além da comparação acabada de referir, uma investigação suficiente daquela forma geral;

d) dados os caracteres da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações, ter-se-á em conta, na avaliação do grau de conformidade do componente gnosiológico do princípio P com a forma geral da constituição desta teoria cartesiana, não só o que nesta constituição se manifesta efectivamente conforme - ou não-conforme - com as condições constituintes de conhecimento postas por aquele componente gnosiológico, mas também o que, não sendo efectivamente conforme àquelas condições constituintes, se apresenta intencionalmente conforme às mesmas condições constituintes, isto é aquilo que não se apresentando objectivamente conforme a tais condições, Descartes admite-o como lhes sendo conforme;

e) a presente unidade processual de investigação dividir-se-á em cinco

outras unidades processuais de investigação - em consequência da divisão estabelecida no conteúdo do seu objecto operatório acima exposta na alínea a) - correspondendo cada uma destas unidades processuais a um dos componentes fundamentais considerados no conteúdo daquele objecto operatório.

Recorda-se aqui finalmente que a conformidade da constituição de uma teoria (ou de qualquer conteúdo particular de actividade de um sujeito de conhecimento), com as condições constituintes de conhecimento postas pelo componente gnosiológico do princípio P, não é a mesma coisa que a sua conformidade com um conjunto de regras de método. Pois, este componente gnosiológico consiste num conjunto de princípios gerais - ou determinações constituintes - relativas à constituição de um dado género de conhecimento, definindo-lhe a identidade e, nesta qualidade, tais princípios gerais são independentes da natureza específica dos objectos a conhecer; por sua vez, um conjunto de regras de método é um conjunto de determinações operatórias, estabelecidas para a realização de um género dado de conhecimento (isto é, para a realização dos princípios gerais que determinam este género de conhecimento), tendo mesmo frequentemente em conta a natureza dos objectos a conhecer.

2.2.1. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da dúvida, segundo as Meditações.

A. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da dúvida, segundo uma opção metodológica de Descartes nas Meditações.

"[...] era-me necessário [...] desfazer-me de todas as opiniões que tinha recebido até então na minha crença" (39); "aplicar-me-ei seriamente e com liberdade a destruir em geral todas as minhas antigas opiniões. Ora

não será necessário, para atingir este desígnio, provar que elas são todas falsas, do que eu talvez nunca chegasse ao fim; mas, dado que a razão me persuade já que não devo coibir-me menos cuidadosamente de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis, do que àquelas que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo para duvidar que eu aí encontrar, bastará para me fazer rejeitá-las a todas. E para isto, não é necessário que eu as examine cada uma em particular, o que seria um trabalho infinito; mas porque a ruína dos fundamentos arrasta necessariamente consigo o resto do edifício, ocupar-me-ei em primeiro lugar dos princípios, sobre os quais todas as minhas opiniões estavam apoiadas" (40).

A fundamentação gnosiológica da dúvida inicia-se assim nas Meditações pela admissão e justificação de princípios gerais, que são princípios operatórios da prática da dúvida e princípios constituintes da fundamentação gnosiológica desta prática. Assim:

- a prática e a fundamentação da dúvida realizar-se-ão em geral (pela admissão da inconsistência gnosiológica dos fundamentos dos conhecimentos anteriormente adquiridos e construídos pelo sujeito de conhecimento em causa);

- o menor motivo para duvidar é uma razão suficiente para a prática da dúvida;

- o sujeito de conhecimento, que pratica e fundamenta gnosiologicamente a dúvida agirá com necessidade: a determinação de pôr em dúvida um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos será a resultante de uma razão ou de um conjunto de razões, que torne esta determinação necessária. Esta condição constituinte da dúvida não é enunciada na passagem em causa das Meditações, mas ela está ali claramente implicita: de outro modo o sujeito de conhecimento não chegaria nunca

a "estabelecer qualquer coisa de firme e de constante nas ciências" (41).

O conteúdo desta opção metodológica de Descartes aparece ali, por sua vez, discursivamente fundamentada em dados que são admitidos como gnosiologicamente assegurados e na natureza operatória mesma do sujeito de conhecimento que faz aquela opção (a sua razão persuade-o). Assim:

- a generalização - na prática e na fundamentação gnosiológica da dúvida - é deduzida simultaneamente de uma experiência anterior do erro relativamente a dados conhecimentos adquiridos, da função constituinte destes conhecimentos relativamente a outros conhecimentos ℓde um princípio de economia de meios (42);

- a razão suficiente da prática da dúvida é deduzida através de uma equivalência estabelecida entre o conhecimento manifestamente falso e o conhecimento não inteiramente certo e individual, quando considerados em relação à verdade assegurada /conhecimento verdadeiro. Nestas condições os conceitos de verdade assegurada e de conhecimento inteiramente indubitável - que são respectivamente a verdade reflectidamente apreendida enquanto tal em necessidade e a sua atribuição a um conhecimento, como uma qualidade gnosiológica deste conhecimento - aparecem como dois conceitos nuclerares da constituição da prática e da fundamentação gnosiológica da dúvida. Deve reconhecer-se também que estes dois conceitos - em consequência dos seus respectivos conteúdos - aparecem como conceitos nucleares não só em relação a estas funções metodológica e teórica, mas também em relação à prática do sujeito de conhecimento que pretenda constituir um conhecimento gnosiologicamente válido e/ou constituir uma fundamentação teórica desta prática.

> Pois, por um lado, aqueles conceitos põem, através dos seus conteúdos respectivos, um limite ideal universal a atingir na realização do conhecimento gnosiologicamente válido e, por outro lado, eles anularão (pela função que lhes é atribuída relativamente à prática da dúvida) todo o conhecimento - enquanto conhecimento verdadeiro - que não satisfaça a condição geral de ser inteiramente indubitável.

Assim, segundo a opção metodológica feita por Descartes logo no início da constituição da sua teoria da actividade do conhecimento, testemunhada pelas Meditações, a fundamentação gnosiológica da dúvida será uma prática discursiva, constituída com necessidade, segundo princípios gerais e tendente a legitimar em geral a prática da dúvida, segundo dadas condições.

B A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da dúvida, segundo a sua própria constituição, nas Meditações.

A fundamentação gnosiológica da dúvida constitui-se nas Meditações a partir da admissão operatória de um pressuposto relativo à origem do conhecimento (admitido como o conhecimento) gnosiologicamente mais consistente - "tudo aquilo que admiti até ao presente como mais verdadeiro e garantido, recebi-os dos sentidos, ou pelos sentidos" (43). Descartes define assim o objecto operatório do ponto de partida desta fundamentação gnosiológica. Em seguida ele estabelece uma divisão no conteúdo deste objecto operatório e avalia, por um lado, a consistência gnosiológica dos conhecimentos fundamentados nos dados dos sentidos, considerados estes conhecimentos como realidades acabadas e, por outro lado, a consistência gnosiológica dos elementos constituintes daqueles conhecimentos (44).

Com a divisão acima mencionada, Descartes põe condições metodológicas complementares para a realização do objectivo da sua investigação, efectuando

uma nova determinação - em geral e de um modo preciso - do objecto operatório da sua investigação.

a) A forma geral da fundamentação gnosiológica da dúvida em relação aos conhecimentos provenientes dos dados dos sentidos, considerados enquanto realidades acabadas (45). Para mostrar a insuficiência dos fundamentos gnosiológicos espontaneamente admitidos pelo sujeito de conhecimento relativamente aos conhecimentos provenientes dos dados dos sentidos (a sua insuficiência para anular o menor motivo para duvidar), Descartes estabelece uma nova divisão no objecto operatório da sua investigação. Assim, considera no conjunto dos conhecimentos provenientes dos dados dos sentidos, por um lado, os que se reportam a "coisas pouco sensíveis e muito distantes" (46) e, por outro lado, aqueles que se reportam a coisas "das quais não se pode razoavelmente duvidar" (47).

Quanto aos fundamentos gnosiológicos dos conhecimentos que compõem o primeiro destes subconjuntos de conhecimento, Descartes não se detém a provar a sua insuficiência para a anular o menor motivo para pôr em dúvida aqueles conhecimentos (de certo porque tal insuficiência se lhe oferece manifesta).

No que diz respeito aos fundamentos gnosiológicos dos conhecimentos que compõem o segundo destes sub-conjuntos de conhecimento, a prova da sua insuficiência para anular o menor motivo para duvidar daqueles mesmos conhecimentos reduz-se aos seguintes elementos: primeiro - a admissão (de modo não explícito e aparentemente fundamentado na experiência imediata do sujeito de conhecimento em causa) de alguns pressupostos respeitantes à validade gnosiológica e respectivos fundamentos das representações formadas durante a vigília e das representações formadas durante os sonhos; segundo - uma comparação entre estes dois géneros de representações, sob a perspectiva dos fundamentos do assentimento dado à sua validade gnosiológica, donde se conlui a impossibilidade de aí determinar, de modo preciso, dois

géneros distintos de fundamentos; terceiro - uma conclusão (estabelecida a partir deste impossibilidade) que menifesta a insuficiência dos fundamentos gnosiológicos (aceites pelo sujeito de conhecimento em causa) da validade gnosiológica dos conhecimentos provenientes dos sentidos, para anular o menor motivo para duvidar desta validade (48).

Pondo assim a claro a insuficiência dos fundamentos da validade gnosiológica dos conhecimentos provenientes dos dados dos sentidos, Descartes determina um elemento importante para atingir o objecto desta fase da sua investigação - isto é para legitimar teoricamente a recusa do seu assentimento à validade gnosiológica de todos os conhecimentos que ele tivesse anteriormente adquirido/constituído -, visto que ele considera, como acima se referiu, que "tudo aquilo que admiti até ao presente como mais verdadeiro e garantido, recebi-o dos sentidos, ou pelos sentidos" (49).

É de assinalar que, uma vez introduzidos neste discurso cartesiano os pressupostos acima referidos, relativos à validade gnosiológica e respectivos fundamentos das representações formadas durante a vigília e durante o sonho - nomeadamente a determinação confusa destes fundamentos e a consequente indiscernibilidade entre os fundamentos do assentimento dado à validade gnosiológica das primeiras daquelas representações e os seus homólogos das segundas - o restante deste discurso cartesiano fundamentador da dúvida desenvolve-se em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois, para além da referida admissão de pressupostos, o mesmo discurso cartesiano consiste em estabelecer determinações claras e distintas do objecto operatório da investigação cartesiana em causa efectuadas em função da sua integração nesta investigação e em estabelecer relações bem determinadas e evidentes, em ordem ao objectivo visado, entre os componentes daquele objecto operatório.

b) A forma geral da fundamentação gnosiológica da dúvida em relação, por

um lado,aos elementos constituintes dos conhecimentos provenientes dos dados dos sentidos - nomeadamente os objectos das matemáticas - e,por outro lado, aos conhecimentos em geral. Esgotada (pelo menos aparentemente) a fecundidade metodológica dos pressupostos admitdos por Descartes para fundamentar a dúvida em relação aos conhecimentos provenientes dos dados dos sentidos, considerados estes enquanto realidades acabadas, Descartes inicia uma nova fase da sua investigação fundamentadora da recusa de assentimento à totalidade dos conhecimentos anteriormente adquiridos/constituídos.

Num primeiro momento - onde o discurso cartesiano é mais sugestivo do que provativo - Descartes, por analogia com as cores com que um pintor compõe uma obra que "nos representa uma coisa puramente inventada em todos os seus componentes (50) e absolutamente falsa" (51), invoca coisas gerais (tais como olhos, cabeça, mãos) (52) como elementos constituintes das representações formadas durante os sonhos e, sem provar a inconsistência gnosiológica de tais coisas gerais, acede a admiti-las, hipoteticamente e para fins meramente operatórios da sua investigação, como imaginárias.

Num segundo momento, Descartes passa a considerar um outro género de elementos constituintes, agora não só das representações formadas durante os sonhos, mas de todas as representações que um sujeito de conhecimento constitua: "ainda que essas coisas gerais, isto é olhos, uma cabeça, mãos e outros semelhantes, possam ser imaginárias, é preciso todavia reconhecer que há coisas ainda mais simples e mais universais, que são verdadeiras e existentes; da mistura das quais, nem mais nem menos que da de algumas verdadeiras cores, todas estas imagens das coisas que residem no nosso pensamento, sejam verdadeiras e reais, sejam totalmente inventadas e fantásticas, são formadas. De este género de coisas é a natureza corporal em geral e a sua extensão; a figura das coisas extensas, a sua quantidade ou grandeza e o seu número; também o lugar onde elas estão, o tempo que

mede a sua duração e outras semelhantes" (53). É pois um novo pressuposto que Descartes introduz (todas as representações das "coisas que residem no nosso pensamento" reduzem-se àqueles objectos das matemáticas), não provado discursivamente, nem garantido por qualquer critério de verdade. O que, aliás, não seria coerente, uma vez que Descartes, enquanto sujeito constituinte deste discurso, situa-se metodologicamente antes de atingir qualquer garantia quanto aos meios para validar o conhecimento. Deve assinalar-se que, apesar desta situação, Descartes não introduz este pressuposto como uma mera hipótese.

Num terceiro momento desta fase da sua investigação, Descartes introduz novos pressupostos e deduz deles consequências que lhe permitirão avançar significativamente em ordem ao seu objectivo - permitir-lhe-ão nomeadamente neutralizar a sua resistência enquanto sujeito de conhecimento à prática da dúvida, relativamente aos conhecimentos daquelas coisas ainda mais simples e mais universais (54), de que ele admitira serem constituídas as representações das coisas conhecidas pelos sentidos.

Assim, ele admite - somente como hipótese - a existência de um ser absoluto, do qual o seu próprio ser de sujeito de conhecimento depende em tudo aquilo que ele é. Deste modo Descartes põe uma distância ontológica entre ele próprio, enquanto sujeito de conhecimento constituinte da fundamentação gnosiológica da dúvida, e esse ser seu constituinte. Esta distância é aqui posta claramente em termos de diferença quantitativa de poder: "há muito tempo que tenho no meu espírito uma certa opinião, que há um Deus que pode tudo, e por quem fui criado e produzido tal qual sou" (55).

Em seguida deduz uma consequência gnosiológica possível (hipotética) daquele pressuposto ontológico - nomeadamente da distância ontológica admitida entre o sujeito de conhecimento-ser-criado e aquele

ser-todo-poderoso seu criador: "ora, quem me pode ter garantido que esse Deus não tenha mesmo feito com que não haja nenhuma terra, nenhum céu, nenhum corpo extenso, nenhuma figura, nenhuma grandeza, nenhum lugar e que todavia eu tenha os sentimentos de todas essas coisas, e com que tudo não me pareça de modo algum existir de forma diferente daquela como o vejo? E mesmo, como eu julgo por vezes que os outros se enganam, até nas coisas que eles pensam saber com a maior certeza, pode acontecer que ele tenha querido que eu erre todas as vezes que faça a adição de dois mais três, ou que conte os lados de um quadrado, ou que julgue à cerca de alguma coisa ainda mais fácil, se se puder imaginar algo de mais fácil do que isto" (56).

Em complemento dos pressupostos acabados de referir - e como argumento de reforço ao seu uso teórico em ordem à fundamentação da recusa de assentimento aos conhecimentos anteriormente adquiridos/constituídos - Descartes admite a hipótese de uma outra relação de dependência constituinte na origem do sujeito de conhecimento. Assim, partindo implicitamente, por um lado, de uma divisão dicotómica do conjunto de todos os seres, enquanto causas possíveis, em função do não-limite/limite do seu poder constituinte, isto é da sua divisão em causas todas-poderosas (perfeitas) e não-todas-poderosas (imperfeitas) e, por outro lado, da admissão (também implicita) de alguns pressupostos ontológicos - tais como a universalização do princípio da causalidade eficiente na constituição do real e um modelo relativo à realização deste princípio: o grau de perfeição de qualquer efeito não pode ser superior ao grau de perfeição da causa respectiva - Descartes põe a hipótese de que a constituição do sujeito de conhecimento tenha sido efectuada por uma das causas de poder constituinte limitado isto é uma causa imperfeita (57). Nestas condições, ele conclui, em primeiro lugar, que o sujeito de conhecimento (ele mesmo no seu todo) seria um ser imperfeito e em segundo lugar - apoiado num novo pressuposto: errar é uma espécie de imperfeição (58) - ele conclui também que este sujeito de

conhecimento pode errar (e numa situação limite poderá errar sempre, em consequência do grau de imperfeição).

Assim, em conformidade com este conjunto de razões, Descartes retira ao sujeito de conhecimento os meios operatoriamente necessários para se assegurar da veracidade do conhecimento que ele próprio constitua, legitimando teoricamente a sua recusa em geral de dar o seu assentimento à validade gnosiológica dos conhecimentos que anteriormente ele tenha adquirido/constiuído, ou venha a adquirir/constituir (pelo menos enquanto as condições consideradas nesta fundamentação gnosiológica da dúvida não tenham sido alteradas).

É no entanto de assinalar que uma tal fundamentação teórica da impossibilidade geral de um sujeito de conhecimento dar o seu assentimento à validade gnosiológica daqueles conhecimentos não é de modo algum a fundamentação teórica da sua falsidade, isto é da falsidade de todos os conhecimentos possíveis.

No que respeita à conformidade acabada de considerar da constituição do discurso cartesiano constituinte da fundamentação gnosiológica da dúvida com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, reconhece-se, em primeiro lugar, que as relações estabelecidas entre os pressupostos admitidos por Descartes no decurso desta fundamentação (os pressupostos assinalados) e o conteúdo das conclusões que deles retira, se apresentam constituídas em conformidade com aquelas determinações constituintes, excepto naquilo que em tais relações depende do conceito de um ser-causa todo poderoso, em consequência da infinidade do poder atribuído a este ser-causa; em segundo lugar, reconhece-se também que aqueles pressupostos admitidos por Descartes não manifestam uma perfeira conformidade com as determinações constituintes em causa, o que ocorre mesmo com aqueles que de entre tais pressupostos são efectivamente determinantes da conclusão

procurada por Descartes. Assim:

- a admissão de um ser-causa todo-poderoso põe um elemento não clara e distintamente determinado, nem determinável, em consequência da sua infinidade de poder constituinte, e põe igualmente a impossibilidade de pensar relações com clareza e distinção em que ele seja um componente;

- o pressuposto gnosiológico que Descartes fundamenta naquele ser-causa todo-poderoso é afectado, enquanto representação, pelas dificuldades referidas na alínea anterior, dada a dependência constituinte deste pressuposto relativamente àquele ser (ou antes relativamente à representação admitida daquele ser);

- o pressuposto da universalidade do princípio da causalidade eficiente e o pressuposto da subordinação do grau de perfeição de um efeito ao grau de perfeição da sua causa põem relações, por um lado, entre os seus conteúdos e o real e, por outro lado, entre conteúdos de real (os seus objectos), sem apresentarem nenhum fundamento que torne estas relações necessárias.

Deve todavia assinalar-se, em primeiro lugar que Descartes não considera sequer como uma dificuldade teórica esta ausência de conformidade entre a constituição daqueles pressupostos e as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P e, em segundo lugar, que a construção de uma hipótese, cujo conteúdo ponha o poder constituinte do sujeito de conhecimento que a constroi na dependência constituinte total de um ser-causa todo-poderoso e enganador - tal como Descartes faz na sua fundamentação gnosiológica da dúvida - não implica nenhuma contradição. Pois, apesar desta hipótese ser produzida por um sujeito de conhecimento, cujo poder constituinte ela própria - pelo seu conteúdo - priva de

qualquer garantia de eficácia no seu género - isto é ela priva-o do poder de constituir conhecimentos asseguradamente verdadeiros - ela não põe esta privação senão hipoteticamente, em consequência da natureza hipotética do seu fundamento ontológico. Assim, aquele sujeito de conhecimento conserva hipoteticamente um poder de constituir conhecimentos hipotéticos, ou hipoteticamente verdadeiros. E a hipótese em causa - enquanto hipótese - não é nada mais do que um conhecimento hipotético, ou hipoteticamente verdadeiro: "quem me pode ter garantido que esse Deus não tenha mesmo feito com que não haja nenhuma terra, [...], pode acontecer que ele tenha querido que eu erre todas as vezes que [...]" (59).

C. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da dúvida, segundo as Meditações: c o n c l u s ã o

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso da análise acabada de efectuar e apresentados nos dois parágrafos imediatamente anteriores da presente exposição, conclui-se que, por um lado, os propósitos metodológicos formulados por Descartes para a realização da fundamentação gnosiológica da dúvida se manifestam em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P (60) e, por outro lado, que, no que respeita à constituição mesma desta fundamentação gnosiológica, o desenvolvimento do discurso cartesiano manifesta-se em conformidade com aquelas determinações constituintes, mas os pressupostos ontológicos em que este discurso se apoia não se apresentam em completa conformidade com aquelas mesmas determinações constituintes. Descartes, no entanto, não assinala qualquer dificuldade relativamente a esta não-conformidade (61).

Efectivamente, do ponto de vista da constituição do discurso cartesiano fundamentador da validade gnosiológica do conhecimento em geral (e determi-

nante das condições gerais desta validade), as referidas ocorrências de não-conformidade com as determinações constituintes em causa, não produzem qualquer dificuldade teórica. Pois este discurso cartesiano construtivo fundamenta-se num elemento conceptual que não se dá em dependência teórica necessária, relativamente àqueles pressupostos que não manifestam uma completa conformidade com as determinações constituintes em causa. Se este elemento conceptual, em que o discurso cartesiano construtivo se apoia, se dá na sequência de um discurso onde os pressupostos acima referidos têm uma função constituinte efectiva, a sua consistência gnosiológica não é posta em dependência de quaisquer elementos conceptuais: "esta proposição: eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a pronuncio, ou que a concebo no meu espírito" (62).

O discurso cartesiano fundamentador da dúvida e os seus pressupostos, não são mais do que instrumentos operatórios - mas exteriores da fundamentação daquele elemento conceptual-fundamento.

No que respeita à presença daqueles pressupostos no discurso cartesiano fundamentador da dúvida, tem de se reconhecer, em primeiro lugar, que Descartes não podia dispensar a admissão de pressupostos para desenvolver um discurso provativo, tal como era o seu propósito, relativamente à recusa de assentimento a todos os conhecimentos anteriormente adquiridos/constituídos; em segundo lugar, que esses pressupostos tinham que pôr um poder constituinte suficiente para integrar (do ponto de vista constituinte) o poder constituinte até então admitido em relação ao sujeito do conhecimento, enquanto validador do conhecimento a pôr em dúvida; em terceiro lugar, que Descartes, no momento em causa da sua construção teórica não dispõe ainda de qualquer instrumento de validação do conhecimento, para além daqueles cuja validade ele pretendia anular.

2.2.2. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações.

A. Factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações.

O momento nuclear da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito do conhecimento (na II Meditação) é precedido pela declaração de Descartes de que se subordinará à sua opção metodológica de recusar o assentimento a todos os conhecimentos onde encontre o menor motivo para duvidar (na sequência dos fundamentos ontológicos e gnosiológicos da prática da dúvida, apresentados na I Meditação) (63).

Partindo desta situação, interroga-se "se não há mesmo alguma outra coisa diferente daquelas que acabo de julgar como incertas, da qual não se possa ter a menor dúvida" (64).

No decurso da sua procura de resposta para esta questão, Descartes invoca representações para as quais não encontra ainda qualquer garantia de validade gnosiológica e, ao recordar a situação gnosiológica em que a sua opção metodológica o colocou na I Meditação, ele encontra um conhecimento que considera seguramente verdadeiro: "depois de ter pensado bem nisto [cf., passagem transcrita infra, nota 65] e ter cuidadosamente examinado todas as coisas é, por fim, preciso concluir e ter como certo que esta proposição: eu sou, eu existo é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a pronuncio, ou que a concebo no meu espírito" (65).

Segundo as passagens acabadas de referir, são factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento:

a) a opção de recusar como verdadeira toda a representação que apresente, em função dos pressupostos ontológicos e gnosiológicos admitidos (na I Meditação), o menor motivo para a dúvida;

b) a opção metodológica de procurar representações resistentes à prática da dúvida, segundo a opção metodológica referida na alínea anterior;

c) a descoberta gnosiologicamente assegurada, de uma ocorrência de resistência àquela prática da dúvida: a representação que um sujeito de conhecimento se faz da sua própria existência enquanto tal;

d) os determinantes imediatos da descoberta desta ocorrência de resistência à prática da dúvida:

- o conhecimento reflectido, efectuado por Descartes, de que a representação da sua própria existência, enquanto sujeito de conhecimento, não tinha sido efectivamente considerada como componente do conjunto de representações cujas garantias de validade gnosiológica foram por ele tidas por insuficientes: "não me persuadi também, pois, de que eu não existia mesmo? Na verdade não" (66);

- o conhecimento imediatamente efectuado por Descartes da unidade indissolúvel da representação que ele se faz (de modo reflectido) da sua própria actividade enquanto sujeito de conhecimento e da sua própria existência, enquanto sujeito constituinte desta mesma actividade: "eu existia sem dúvida [...] se pensei alguma coisa"; "não há dúvida alguma pois que existo, se ele me engana" (67).

Deste modo manifesta-se a Descartes, enquanto sujeito de conhecimento que procura as condições da validade gnosiológica do conhecimento em geral, por um lado, a não-universalidade da inconsistência gnosiológica do conhecimento por ele constituído e, por outro lado, a insuficiência do

pressuposto ontológico/gnosiológico fundamentador da dúvida universal, relativamente a uma ocorrência de conhecimento: "que ele me engane tanto quanto ele quiser, ele não poderá jamais fazer com que eu seja nada, enquanto eu pensar ser alguma coisa" (68). A repersentação que o sujeito do conhecimento se faz da sua própria existência, enquanto sujeito constituinte desta mesma representação, aparece como necessariamente válida, ou verdadeira-assegurada, isto é as relações constituintes do conteúdo conceptual de tal representação e a relação que ela põe entre este conteúdo conceptual, e o ser que ela tem por objecto (sujeito de conhecimento em causa) são relações necessárias. Pois, aquela mesma representação (com as relações que ela põe) dá-se de modo imediato ao sujeito de conhecimento que a apreende e totalmente resistente ao meio operatório máximo de que este sujeito dispõe para fundamentar a recusa do seu assentimento à validade gnosiológica de um conhecimento: "é, por fim, preciso concluir e ter como certo que esta proposição: eu sou, eu existo é necessariamente verdadeira" (69).

B. A constituição dos factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações e o componente gnosiológico do princípio P (70).

a) A opção metodológica de recusar como verdadeira toda a representação que apresente, em função de pressupostos ontológicos e gnosiológicos admitidos (na I Meditação), o menor motivo para duvidar. Dado o conteúdo desta opção metodológica, o seu uso pleno, ou forte (71) no discurso cartesiano constituinte da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito do conhecimento consiste na introdução neste discurso cartesiano de um componente que, ainda que considerado somente como mera hipótese, retira completamente ao poder constituinte daquele sujeito de conhecimento

a sua legitimidade (portanto a sua eficácia) para validar gnosiologicamente aquele mesmo discurso, enquanto conjunto de conhecimentos. Pois, a opção metodológica em causa fundamenta-se num pressuposto que estabelece que aquele sujeito de conhecimento pode errar todas as vezes que faz uma adição de dois mais três, que conte os lados de um quadrado, ou que julgue "à cerca de alguma coisa ainda mais fácil, se se puder imaginar algo de mais fácil, do que isto" (72). Assim, se o sujeito constituinte deste discurso cartesiano conformar a sua actividade a este pressuposto, ele não poderá atribuir, a nenhum dos elementos que compõem este mesmo discurso (inclusivé, portanto, aos seus resultados) uma validade gnosiológica mais do que hipotética. Esta situação compreende mesmo os casos em que a combinação destes elementos conduza a uma contradição e, por conseguinte, à anulação da possibilidade da sua integração, constituindo uma unidade coerente. Pois, ao admitir a sua falibilidade, o sujeito de conhecimento em causa admite-a de tal modo que não fica excluído dos efeitos desta falibilidade nem um só género da sua actividade pelo qual ele pudesse infirmar a universalidade de tal falibilidade: ela foi levada até às coisas mais fáceis de julgar que se possam imaginar. Nestas condições, qualquer relação que se estabeleça no interior de um discurso que um tal sujeito de conhecimento constitua, em conformidade com estes pressupostos ontológicos/gnosiológicos, será privada de necessidade.

No entanto Descartes não encontra aqui qualquer dificuldade teórica. Ele faz, da opção metodológica em causa e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos, o que se pode chamar (por contraste com o que se designou pelo uso pleno ou forte desta opção e fundamentos (73) um uso fraco. Isto é, Descartes emprega aquela opção metodológica e os seus fundamentos para legitimar teoricamente a sua recusa de assentimento à totalidade dos conhecimentos que até então havia adquirido/constituídos, mas ele não subordina completamente a sua actividade à totalidade das conse-

quências daquela opção metodológica e dos seus fundamentos, ao constituir o discurso que desenvolve para superar a situação de bloqueio gnosiológico que tal opção produz.

Considerando este uso fraco da opção metodológica em causa e dos respectivos fundamentos ontológicos/gnosiológicos do ponto de vista da sua conformidade com o componente gnosiológico do princípio P, reconhece-se que, em rigor, aquele uso é teoricamente ilegítimo. Pois, se um sujeito de conhecimento, enquanto constituinte de uma opção metodológica e dos seus fundamentos, é livre de lhes determinar o uso metodológico e teórico, uma vez integrada essa opção na constituição de um discurso teórico, aquele sujeito terá de ter em conta todas as consequências que dessa mesma opção sejam directamente implicadas pelo desenvolvimento deste discurso. Caso contrário este mesmo discurso integrará conteúdos infundados (por conseguinte integrará relações não-necessárias), ou ficará incompleto, em consequência de uma tal amputação arbitrária, feita pelo sujeito que o produz.

Todavia, dado o conteúdo da opção metodológica feita por Descartes para fundamentar a recusa do seu assentimento aos conhecimentos anteriormente adquiridos/constituídos e o conteúdo dos fundamentos ontológicos/gnosiológicos desta opção, o sujeito de conhecimento que admita uma tal opção metodológica na constituição de um discurso, não poderá jamais validar, nem invalidar os conteúdos desta opção e dos seus fundamentos, enquanto conhecimentos, nem sequer avaliar a consistência gnosiológica das relações que ele estabeleça na constituição deste discurso, inclusivé as que dependam, do ponto de vista constituinte, daqueles fundamentos: aqueles fundamentos e as relações que deles dependam estão privados de necessidade. Por conseguinte, em rigor, o sujeito de conhecimento não fica necessariamente vinculado a consequências teoricamente necessárias da sua opção metodológica e dos respectivos fundamentos ontológicos/gnosiológicos, visto que tudo

ali está privado de necessidade assegurada. Aquele sujeito não está vinculado senão por uma determinação livre de uma vontade, pressuposta como um complemento da sua actividade gnosiológica.

Nestas condições, se o uso fraco, acima referido, da opção metodológica em causa e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos não pode em rigor, ser considerado legítimo, em função do componente gnosiológico do princípio P, como anteriormente se assinalou, também em rigor, aquele uso fraco não pode ser considerado ilegítimo, em função do mesmo componente gnosiológico. Pois, não podendo aquela opção metodológica e os seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos vincular necessariamente o sujeito de conhecimento ao seu conteúdo (nas suas funções normativas quanto à constituição de conhecimentos), nem podendo este sujeito assegurar-se da validade gnosiológica de qualquer representação, não tem qualquer sentido a avaliação do grau de conformidade de qualquer ocorrência particular da actividade constituinte deste sujeito em relação a uma determinação constituinte de conhecimento que estabeleça como norma a realização da necessidade, nem mesmo em relação às determinações constituintes que ponham a clareza e a distinção conceptuais como normas da constituição de conhecimentos, visto que, segundo a opção metodológica em causa e os seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos, aquele sujeito pode enganar-se mesmo quando julga à cerca das coisas mais simples.

b) A opção metodológica de procurar representações resistentes à prática da dúvida (efectuada esta segundo a opção metodológica geral de Descartes de recusar como verdadeira toda a representação que apresente, em função dos pressupostos ontológicos/gnosiológicos admitidos, na I Meditação, o menor motivo para duvidar). Se se considerar o uso forte (referido na alínea anterior) da opção metodológica geral de Descartes acabada de mencionar, que estabelece a dúvida universal e os seus fundamentos

ontológicos/gnosiológicos, a procura de uma, ou mais representações que ofereçam resistência total à prática desta dúvida aparece como uma contradição, não porque esteja fundamentada a impossibilidade de um sujeito de conhecimento constituir um conhecimento verdadeiro, mas porque este sujeito se encontra privado dos meios operatoriamente necessários para se assegurar da verdade de qualquer representação que haja adquirido ou constituído: ele pode errar mesmo quando julga das coisas mais simples que se possam imeginar.

Se se considerar o uso fraco (referido também na alínea anterior) da mesma opção metodológica de Descartes e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos, a contradição acabada de assinalar já não se põe, uma vez que a totalidade das consequências decorrentes desta opção metodológica e dos seus fundamentos não é tida em conta e, por conseguinte, o bloqueio gnosiológico total do sujeito do conhecimento já não se dá necessariamente. Neste caso a dificuldade teórica situa-se ao nível da legitimidade teórica daquele uso fraco.

Assim o grau de conformidade da opção metodológica de Descartes de procurar uma ou mais representações que resistam à prática da dúvida (realizada nas condições em causa), relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, varia consoante se considere o uso forte ou um uso fraco da opção metodológica cartesiana da dúvida universal e dos seus fundamentos. No primeiro destes casos, a procura de representações que resistam à prática da dúvida universal está em oposição com aquelas determinações constituintes. Pois esta procura implica uma contradição, visto que ela se dá pela busca de uma ocorrência onde o poder do sujeito de conhecimento para validar gnosiologicamente conhecimentos se possa efectuar e, segundo as condições admitidas à partida para esta mesma procura, aquele poder está anulado em geral; no segundo caso (o emprego

fraco) pode considerar-se que a procura de representações que resistam à prática da dúvida universal está em conformidade (pelo menos não produz contradição) com aquelas determinações constituintes. Pois, por um lado, aquela procura não implica necessariamente uma contradição com as consequências da opção metodológica geral de Descartes (que põe a dúvida universal) e os seus fundamentos, visto que ela pode ser pensada/realizada sem um vínculo de subordinação constituinte necessária relativamente a todas aquelas consequências - e, nestas condições, uma tal procura pode ser considerada como uma nova opção metodológica de Descartes, que inicie uma nova fase do seu processo constituinte da fundamentação da validade gnosiológica do conhecimento em geral - e, por outro lado, considerada em si mesma, esta nova opção (a procura de representações que resistam a esta dúvida) não apresenta nenhuma contradição, relativamente àquelas mesmas determinações constituintes.

c) A descoberta gnosiologicamente assegurada de uma ocorrência de resistência à prática da dúvida (efectuada esta segundo a opção metodológica posta pela I Meditação): a representação que um sujeito de conhecimento se faz da sua própria existência enquanto tal. A conformidade desta descoberta, enquanto conhecimento, com as determinações constituintes, postas pelo componente gnosiológico do princípio P, depende principalmente dos seus fundamentos, isto é do que se designou pelos seus determinantes imediatos (74).

A simples admissão desta descoberta - considerada em si mesma, isto é independentemente dos seus fundamentos e enquanto conhecimento gnosiologicamente válido - é, ou não conforme com as determinações constituintes acabadas de referir, consoante se considere um uso fraco, ou um uso forte da opção metodológica cartesiana da dúvida universal e dos seus fundamentos, tal como se assinalou na alínea anterior, relativamente à opção de Descartes de procurar uma ou mais representações resistentes àquela dúvida. Pois,

o que está em causa nestes dois casos é a possibilidade de um sujeito de conhecimento adquirir uma garantia de ter constituído, ou vir a constituir um conhecimento gnosiologicamente válido.

d) O facto de Descartes reconhecer que a representação da sua própria existência enquanto sujeito de conhecimento não tinha sido efectivamente considerada como componente do conjunto de representações cujas garantias de validade gnosiológica foram por ele tidas como insuficientes. Efectivamente, Descartes não integra de um modo explicito a representação da sua prórpia existência, enquanto sujeito de conhecimento, naquele conjunto de representações, segundo o seu testemunho nas Meditações.

No entanto, se se considerar o uso forte anteriormente referido da opção metodológica cartesiana da dúvida universal e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos posta pela I Meditação, a representação que o sujeito do conhecimento se faz, ou vier a fazer da sua própria existência, é implicada por aquela opção metodológica e pelos seus fundamentos, dada a natureza do ser-todo-poderoso-enganador e a consequente distância ontológica entre o sujeito do conhecimento e este ser-todo-poderoso.

Se se considerar somente um uso fraco daquela mesma opção metodológica e dos seus fundamentos, torna-se possível admitir que ela não implique a constituição da representação que o sujeito do conhecimento se faz, ou se vier a fazer da sua própria existência e, nestas condições, a constituição desta representação não se apresenta necessariamente em oposição às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P.

A dificuldade teórica posta pela admissão conjunta daquela opção metodológica (incluindo os seus fundamentos) e da validade gnosiológica da representação em causa transfere-se assim para a prática do uso fraco em causa.

e) O conhecimento imediatamente efectuado por Descartes da unidade indissolúvel da representação que ele se faz (de modo reflectido) da sua própria actividade, enquanto sujeito de conhecimento, e da sua própria existência, enquanto sujeito constituinte desta mesma actividade. Esta apreensão imediata da unidade indissolúvel da representação da sua actividade e da sua existência dá, por sua vez, a Descartes acesso imediato a um conhecimento verdadeiro assegurado (o conhecimento da sua própria existência).

Considerando, em primeiro lugar, o grau de conformidade da constituição deste "acesso" a um conhecimento verdadeiro assegurado com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, independentemente das condições (limitações) resultantes da opção metodológica cartesiana da dúvida universal e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos, posta na I Meditação, reconhece-se que aquele "acesso" se dá em conformidade com as referidas determinações constituintes. Pois os componentes conceptuais daquele mesmo "acesso" apresentam-se claros e distintos e as relações que estes componentes estabelecem - nomeadamente a relação entre a representação que o sujeito de conhecimento se faz da sua própria actividade e a sua existência, enquanto sujeito constituinte desta actividade - são também claras, distintas e necessárias: segundo o princípio da não-contradição, o sujeito de conhecimento não se poderá pensar conjuntamente como sendo o constituinte da sua própria actividade, tal como ele se apreende imediatamente, e como não-sendo/não-existindo.

E na constituição do "acesso" em causa não se produz verdadeiramente nenhuma transposição do plano lógico ao plano ontológico, porque o sujeito de conhecimento começa por se aperceber (reflectidamente) de um ser - algo que se lhe impõe como efectivamente irredutível ao não-ser - quando ele apreende (pelo conhecimento) uma actividade de que ele mesmo é o constituinte

e, portanto, ele mesmo se dá ali de modo irredutível ao não-ser. Ele garante-se assim gnosiologicamente (da existência) de um componente do real - uma actividade - e, com ele e por ele, garante-se também gnosiologicamente (da existência) de um outro componente do real: ele mesmo, sujeito de pensamento/conhecimento.

É ainda de ter em conta, para tornar discursivamente manifesta a necessidade com que aquele conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito do conhecimento se apresenta enquanto tal ao sujeito que o constitui (75), que a realidade (irreductibilidade ao não-ser), que se dá na representação que este sujeito se faz da sua própria actividade enquanto tal, não pode ser negada por ele. Pois se ele a negasse, fazê-lo-ía através dela mesma, enquanto meio para efectuar esta negação; ela seria o objecto e o meio operatório de uma negação; pela sua própria realização ela estaria manifestando o ser de um objecto que ela afirma reduzido ao não-ser.

Considerando, em segundo lugar, o grau de conformidade da constituição do mesmo "acesso" com as mesmas determinações constituintes, mas tendo em conta, agora, que aquela constituição se dá em subordinação constituinte às condições (limitações) resultantes da opção metodológica cartesiana da dúvida universal e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos, postos na I Meditação, conclui-se:

- se se admitir o uso forte anteriormente considerado daquela opção metodológica e dos seus fundamentos, a constituição do "acesso" em causa ao conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito de conhecimento aparece em contradição com aquelas determinações constituintes e, por conseguinte, teoricamente ilegítimo em relação a elas. Pois, por um lado, a constituição daquele

acesso é uma ocorrência de constituição de acesso à garantia de uma verdade necessária, enquanto tal, efectuada por um sujeito - "esta proposição: eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira" (76) - e, por outro lado, a referida opção metodológica cartesiana e seus fundamentos põem condições que estabelecem a impossibilidade de acesso a uma tal garantia, em consequência da admissão do ser-todo-poderoso-enganador e da distância ontológica admitida entre este ser e o sujeito de conhecimento. Assim, a constituição daquele "acesso" ao conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito do conhecimento dá-se em contradição com as condições que subordinam em geral a actividade do sujeito de conhecimento, portanto que subordinam esta constituição;

- se se admitir o uso fraco da mesma opção metodológica e de seus fundamentos - que é o uso que Descartes efectivamente faz desta opção e dos seus fundamentos na II Meditação - a constituição do "acesso" em causa ao conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito de conhecimento aparece possivelmente em conformidade com as determinações constituintes, acima referidas, postas pelo componente gnosiológico do princípio P - e assim possivelmente legítimo relativamente a estas determinações constituintes - apesar das condições (limitações) postas por aquela opção metodológica e pelos seus fundamentos, relativamente à actividade do sujeito de conhecimento. Pois, admitindo-se - através do uso fraco daquela mesma opção metodológica e de seus fundamentos - a possibilidade de um sujeito de conhecimento não conformar o desenvolvimento da sua actividade à totalidade das consequências daquela opção e seus fundamentos, que sejam directamente implicadas por este mesmo desenvolvimento, criam-se assim as condições suficientes para que a actividade daquele sujeito não seja

necessariamente subordinada às condições que lhe interditavam radicalmente o acesso a uma garantia relativa à validade gnosiológica de um conhecimento. Por conseguinte, uma ocorrência da realização deste acesso não constituirá necessariamente uma contradição relativamente às determinações constituintes postas pelo princípio P, como no caso do uso forte da opção metodológica em causa e dos seus fundamentos.

Em apoio a uma legitimação do uso fraco daquela opção cartesiana e dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos deve invocar-se a consistência de verdade necessária assegurada com que o conhecimento do ser/existência de um sujeito de conhecimento se apresenta a este mesmo sujeito. Deve no entanto reconhecer-se que, em conformidade com um uso forte daquela opção metodológica cartesiana e de seus fundamentos, aquela consistência de verdade necessária assegurada é afectada pela possibilidade de engano - logo, perde a sua qualidade gnosiológica de assegurada - produzido pelo ser-todo-poderoso-enganador, relativamente ao sujeito de conhecimento, ser limitado e dele dependente.

Uma vez mais a dificuldade teórica posta pela admissão conjunta da opção metodológica em causa, dos seus fundamentos ontológicos/gnosiológicos e do conhecimento verdadeiro do ser/existência do sujeito de conhecimento transfere-se para a prática de um uso fraco daquela mesma opção metodológica e de seus fundamentos.

C. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito do conhecimento, segundo as Meditações: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso da análise efectuada na

presente unidade processual de investigação e expostos nos dois últimos perágrafos desta exposição, conclui-se, no tocante ao grau de conformidade da constituição da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

a) que o grau da conformidade em causa varia significativamente consoante se admita o que na presente exposição se designou por uso forte, ou o que aqui se designou por uso fraco da opção metodológica cartesiana de recusar como verdadeiras todas as representações que apresentam - em função dos pressupostos ontológicos e gnosiológicos admtidos na I Meditação - o menor motivo para duvidar;

b) que, se se admitir o uso forte da opção metodológica cartesiana em causa, a constituição da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito do conhecimento segundo as Meditações, apresenta-se em manifesta contradição com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico em causa. Pois segundo aquele uso forte o poder de um sujeito de conhecimento de validar gnosiologicamente um conhecimento fica completamente bloqueado e, por conseguinte, as suas constatações e construções gnosiológicas ficam definitivamente privadas de necessidade;

c) que, se se admitir o uso fraco da mesma opção metodológica cartesiana, a constituição da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento manifesta-se como possivelmente conforme com as mesmas determinações constituintes. Pois, segundo este uso fraco, o sujeito de conhecimento não se obriga a uma subordinação completa da sua actividade a todas as consequências que decorrem daquela opção metodológica e que sejam implicadas pelo desenvolvimento desta mesma actividade. Assim, aquela opção metodológica cartesiana não é considerada um efectivo elemento constituinte da construção teórica em causa, mas um elemento exterior, propondo somente

o máximo de rigor metodológico possível na admissão dos fundamentos da validação gnosiológica para qualquer conhecimento, em consequência do alto grau de vulnerabilidade operatória de um sujeito de conhecimento. No entanto, se se tiver em conta, por um lado, o facto de que este uso fraco não foi posto por Descartes conjuntamente com a formulação da opção metodológica em causa e, por outro lado, o modo segundo o qual foi feita a formulação desta opção metodológica, reconhece-se que este uso fraco não pode ser considerado formalmente legítimo, desde que se faça um uso rigoroso das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico em causa. Pois, pela formulação daquela opção metodológica cartesiana, o sujeito de conhecimento fica completamente bloqueado no seu poder constituinte (nomeadamente o seu poder para validar gnosiologicamente os conhecimentos) e, por conseguinte impedido de iniciar e efectuar qualquer actividade que valide um conhecimento que, por sua vez, fundamente a validade - ainda que condicionalmente - da sua própria actividade de sujeito de conhecimento. E deve ter-se ainda em conta que a aceitação da validade gnosiológica do conhecimento da existência do sujeito de pensamento/conhecimento, tal como ela se apresenta nas Meditações, põe o uso implícito do princípio da não-contradição e, por conseguinte, põe também a aceitação do seu valor operatório, o que torna mais significativa - relativamente à consistência teórica da construção teórica em causa - a presença de qualquer contradição no seu interior;

d) a prática do uso fraco da opção metodológica cartesiana em causa apresenta uma legitimidade de facto, mas não de direito (em termos de rigor formal) relativamente não só às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico em causa, mas também às condições constituintes postas por esta mesma opção metodológica. Esta legitimidade de facto resulta, por um lado, da infecundidade total do uso forte daquela opção metodológica, em consequência do bloqueio integral e definitivo do poder de validação

gnosiológica de um sujeito de conhecimento e, por outro lado, da consistência gnosiológica - resistência à dúvida - com que se manifesta, a um sujeito de conhecimento, o conhecimento da sua própria existência, quando fundamentado na apreensão imediata da sua própria actividade de sujeito de pensamento/conhecimento;

e) Descartes faz efectivamente um uso fraco da opção metodológica em causa neste momento da sua investigação, sem se manifestar receptivo às dificuldades acabadas de referir que este "uso fraco" põe quanto à sua legitimidade de direito. Esta prática metodológica de Descartes permite concluir que a constituição da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, se apresenta - na perspectiva desta mesma prática metodológica - em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P.

2.2.3. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, segundo as Meditações.

O discurso cartesiano constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus nas Meditações apresenta unidades processuais de investigação bem conhecidas: uma na III Meditação, a outra na V Meditação.

A primeira destas "unidades" é precedida por uma outra, muito breve e igualmente bem conhecida: aquela onde Descartes estabelece provisoriamente um critério de verdade. Esta última unidade processual de investigação não pertence em exclusivo à fundamentação gnosiológica da existência de Deus; no entanto ela aparece na III Meditação como um instrumento metodológico fundamental para a relação desta fundamentação gnosiológica, visto que é por ela que a actividade do sujeito de conhecimento encontra alguma

legitimidade para construir a fundamentação gnosiológica em causa, enquanto a hipótese do ser-todo-enganador não for definitivamente tida como afastada pela garantia gnosiológica da existência de Deus- ser-completamente-perfeito.

Assim uma avaliação do grau de conformidade da forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, deve ter em conta não somente as duas unidades processuais de investigação que formam esta fundamentação gnosiológica na III e V Mditações, mas também aquela que estabelece provisoriamente um critério de verdade na III Meditação. Nestas condições, a avaliação em causa far-se-á por meio de três unidades processuais de investigação, correspondendo cada uma a uma das unidades processuais da investigação cartesiana acabadas de referir.

2.2.3.1. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica de um critério de verdade na III Meditação e o componente gnosiológico do princípio P.

A. Os factores primordiais da fundamentação gnosiológica de um critério de verdade na III Meditação.

a) a identificação (e o enunciado) dos caracteres gnosiológicos de um conhecimento tido como verdadeiro assegurado, que o manifestam enquanto tal: "estou certo de que sou uma coisa que pensa, mas não sei eu também, por conseguinte, o que é requerido para me assegurar de alguma coisa (77)? Neste primeiro conhecimento, não se encontra nada mais do que uma clara e distinta percepção daquilo que eu conheço, a qual na verdade não seria suficinte para me assegurar que ela é verdadeira se pudesse alguma vez acontecer que uma coisa que eu concebesse assim clara e distintamente se apre

sentasse falsa" (78).

b) a generalização hipotética (79) dos caracteres gnosiológicos assim identificados, enquanto sinais da verdade de um conhecimento, a todos os conhecimentos verdadeiros possíveis e a correspondente generalização hipotética do seu uso como um meio para identificar um conhecimento verdadeiro assegurado: "parece-me que já posso estabelecer como regra geral, que todas as coisas que concebemos muito claramente e muito distintamente, são todas verdadeiras"(80).

A constituição/admissão destes dois factores primordiais da fundamentação gnosiológica do critério provisório de verdade é completada pela enumeração de algumas representações anteriormente tidas como conhecimentos verdadeiros, pela avaliação da consistência gnosiológica e pela procura, nestas mesmas representações da presença dos caracteres gnosiológicos considerados como sinais universais da verdade de um conhecimento (81).

B. A constituição dos factores primordiais da fundamentação gnosiológica de um critério de verdade na III Meditação e o componente gnosiológico do princípio P.

Se se considerar a constituição destes factores primordiais da fundamentação gnosiológica do critério provisório de verdade independentemente das condições teóricas postas pelos fundamentos ontológicos/gnosiológicos da opção metodológica cartesiana da dúvida universal, esta constituição aparece em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois, aqueles factores consistem, em primeiro lugar, na identificação e enunciado dos resultados de uma simples constatação de caracteres gnosiológicos bem determinados de um conteúdo conceptual dado, que fora admitido como

verdadeiro assegurado; em segundo lugar, numa generalização hipotética daqueles caracteres gnosiológicos a todos os conhecimentos verdadeiros possíveis; em terceiro lugar, na comparação daqueles mesmos caracteres gnosiológicos com os seus homólogos pertencentes a representações dadas, para verificar a validade daquela generalização relativamente a estas representações.

Todavia a hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-engandor subsiste e afecta a legitimidade da fundamentação gnosiológica do critério provisório de verdade, mesmo que a sua integração na construção teórica em causa não seja considerada senão segundo o seu uso fraco - o que Descartes fez até este momento desta contrução teórica. Pois esta fundamentação gnosiológica ultrapassa o mero conhecimento da validade gnosiológica do conhecimento do ser/existência do sujeito de conhecimento, visto que ela implica a atribuição da validade gnosiológica a uma construção do sujeito do conhecimento (àquela que apreende os caracteres gnosiológicos do conhecimento do ser/existência do sujeito em causa e que generaliza a presença destes caracteres a todos os conhecimentos gnosiologicamente válidos, somente com restrições postas por eventuais contradições fundamentadas em factos gnosiológicos).

Assim, esta fundamentação gnosiológica dá-se sem ter em conta as limitações - de direito/teóricas - decorrentes da admissão daquela hipótese de existência de um ser-todo-poderoso-enganador, e admitindo somente limitações de facto. Nestas condições este discurso cartesiano efectua-se em contradição com as limitações de direito/teóricas decorrentes daquela hipótese e, por conseguinte, efectua-se também em contradição com as determinações constituintes postas pelo princípio P. Pois, na fundamentação gnosiológica em causa, dá-se uma violação do princípio da não-contradição, ao admitir simultaneamente que o sujeito de conhecimento não tenha e tenha

acesso à garantia da validade gnosiológica dos resultados da sua actividade (dado que o momento do discurso cartesiano, em que se admite que o sujeito de conhecimento tem acesso a esta garantia, não é precedido pela anulação suficiente do obstáculo admitido relativamente à realização deste mesmo acesso. Assim, as relações que constituem esta fundamentação gnosiológica são privadas de necessidade. Descartes liberta-se desta dificuldade conduzindo a sua construção teórica como se a hipótese do ser-todo-poderoso-enganador e o consequente bloqueio do poder constituinte do sujeito do conhecimento se situassem completamente no exterior desta construção teórica, e sem produzir uma interferência legítima e necessária sobre a validade gnosiológica do discurso constituinte desta mesma construção teórica. Assim:

a) a identificação dos caracteres do critério de verdade e a sua generalização hipotética são feitas, tal como acima se referiu, a partir do conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito de conhecimento e sem qualquer dependência constituinte da hipótese da existência do ser-todo-poderoso-enganador e, por sua vez, as restrições (provisórias) admitidas à validade universal deste critério de verdade são postas somente a partir de eventuais ocorrências factuais, como também já se referiu;

b) a referência à hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e às suas consequências gnosiológicas imediatas, relativas ao poder constituinte de um sujeito de conhecimento, não aparecem senão no decurso da procura cartesiana de eventuais ocorrências factuais que se oponham à universalidade do critério de verdade em causa. E esta hipótese e as suas consequências gnosiológicas permanecem exteriores ao núcleo fundamental do encadeado conceptual constituinte da construção teórica em causa, como acima se referiu: "se julguei depois [da admissão da hipótese

da existência do ser-todo-poderoso-enganador e do reconhecimento das suas consequências gnosiológicas] que se pudesse duvidar destas coisas [as coisas muito simples e muito fáceis, relativas à aritemética e à geometria] não foi de modo algum por outra razão senão porque me vinha ao espírito que talvez algum Deus [...]" (82). Mais adiante Descartes continua a invocar a sua hipótese em termos que a colocam num plano secundário do ponto de vista constituinte: "todas as vezes que esta opinião [...] se apresenta ao meu pensamento, sou obrigado a confessar que lhe é fácil, se ele o quiser [..]. e pelo contrário, todas as vezes que encaro as coisas (83) que eu penso conceber muito claramente, sou de tal modo persuadido por elas que, por mim mesmo, me deixo levar por estas palavras: engane-me quem puder, se é que alguém poderá alguma vez fazer com que eu não seja nada, enquanto eu puder pensar alguma coisa; ou com que algum dia seja verdade que eu não tenha nunca existido, sendo verdade agora que eu existo, ou então com que dois mais três façam mais ou menos que cinco, ou coisas semelhantes, que eu vejo claramente não poderem ser de modo diferente daquele como as concebo"(84).

Assim, a hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e as suas consequências relativas ao poder constituinte de um sujeito de conhecimento aparecem, por um lado, postas de parte pela força da evidência, em relação ao conhecimento do ser/existência do sujeito de pensamento/conhecimento e, por outro lado, efectivamente insuficientes para radicar no sujeito de conhecimento a insegurança relativamente à verdade do conhecimento das "coisas muito simples de conhecer", tais como a adição de duas quantidades bem determinadas, em consequência da clareza deste conhecimento. Aquela hipótese, e as suas consequências gnosiológicas não são senão uma pequena reserva da parte do sujeito do conhecimento em dar o seu assentimento à verdade do conhecimento daquelas "coisas muito simples de conhecer", reserva que não produz nenhum efeito objectivo, visto que o discurso cartesi

ano prossegue o seu desenvolvimento contrariamente à radicalidade desta hipótese e das suas consequências gnosiológicas. O que se encontra nas passagens acima invocadas das Meditações é mais um argumento que reforça a impossibilidade de admitir a integração do conteúdo conceptual daquela hipótese na construção teórica em causa, do que uma consequência teórica daquela integração, ou simples reconhecimento daquela mesma integração.

c) "E certamente, dado que não tenho nenhuma razão para crer que haja algum Deus que seja enganador, e mesmo que eu não tenha ainda considerado as que provam que há um Deus, a razão para duvidar, que depende somente desta opinião, é muito leve, e por assim dizer metafísica" (85). A hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e as suas consequências gnosiológicas perdem assim acentuadamente significado constituinte. Com efeito, se Descartes considerasse aquela hipótese e as suas consequências gnosiológicas no interior da sua construção teórica, ou argumentos por ele invocados até este momento do seu discurso não bastariam para as enfraquecer até àquele nível. Pois, esta hipótese põe, através do seu conteúdo ontológico, um poder constituinte não-limitado e o que Descartes lhe opôs por meio daqueles argumentos fica compreendido na extensão daquele poder constituinte, portanto neutralizável/neutralizado por ele;

d) a simples continuação da construção teórica cartesiana após a admissão da hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e das suas consequências gnosiológicas - nomeadamente a sua continuação para além da admissão do conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito de pensamento/conhecimento - manifesta que Descartes confere àquela hipótese e às suas consequências gnosiológicas uma posição exterior ao encadeado conceptual constituinte da sua construção teórica, dado o poder destrutivo daquela hipótese, relativamente ao poder constituinte do sujeito do conhecimento em causa. Se esta situação não prova, de modo inquestionável,

aquela posição exterior da hipótese em causa e das suas consequências gnosiológicas - porque se pode sempre tentar interpretá-lo como sendo uma contradição da construção teórica cartesiana - no entanto ela é um facto a assinalar, em consequência da sua conformidade com outros indícios daquela mesma posição exterior, manifestados pela obra de Descartes;

e) a continuação da procura de fundamentos que garantam a validade gnosiológica da actividade do sujeito de conhecimento não aparece, na constituição do discurso cartesiano, somente como consequência da admissão anterior da hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e das suas consequências gnosiológicas, apesar desta hipótese e das suas consequências gnosiológicas serem invocadas neste momento da construção teórica cartesiana como determinantes do momento constituinte seguinte (86). Pois, independentemente das dificuldades teóricas que resultam directamente daquela hipótese e das suas consequências gnosiológicas imediatas, os fundamentos da validade gnosiológica do conhecimento, postos por Descartes até este momento constituintes da sua construção teórica, são claramente insuficientes para garantir aquela validade, - nomeadamente em relação a outros objectos possíveis de conhecimento , para além do ser/existência do sujeito de pensamento/conhecimento - visto que a generalização do critério (provisório) da verdade encontrado não tinha sido garantido senão por um fundamento condicional (cuja validade universal permanecia dependente do facto de tal critério não ser contraditado por ocorrências factuais futuras). A insuficiência acabada de assinalar é tida em conta por Descartes no Discurso do Método, em situação constituinte homóloga e onde não é admitida a hipótese em causa da existência de um ser-todo-poderoso-enganador, como é bem conhecido. Aqui, tal como nas Meditações, a validade universal do critério de verdade e a validade gnosiológica em geral da actividade do sujeito de conhecimento não encontram o seu fundamento suficiente senão no conhecimento assegurado da existência e da essência de Deus (87). Assim,

nestes dois escritos cartesianos, a procura de um conhecimento de Deus aparece igualmente na sequência da descoberta dos caracteres do critério de verdade, apesar de a construção teórica cartesiana diferir neles pela admissão/não-admissão da hipótese de um ser-todo-poderoso enganador, como se acabou de referir.

C. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica de um critério de verdade na III Meditação e o componente gnosiológico do princípio P: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos na análise efectuada na presente unidade processual de investigação e expostos nos dois últimos parágrafos conclui-se, relativamente ao grau de conformidade da constituição da fundamentação gnosiológica de um critério de verdade na III Meditação, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

a) que a prática cartesiana constituinte da fundamentação gnosiológica do critério de verdade na III Meditação se apresenta efectivamente insuficiente para superar as dificuldades teóricas postas pela hipótese do ser-todo-poderoso-enganador, através das suas consequências gnosiológicas - nomeadamente a anulação do poder constituinte do sujeito do conhecimento, em consequência da anulação da credibilidade - perante si mesmo - do seu poder de validar gnosiologicamente as suas próprias constatações e/ou construções, isto é conhecimentos. Pois, esta prática teórica cartesiana não produz uma efectiva refutação daquela hipótese - nem uma anulação efectiva das suas consequências gnosiológicas - mas somente o seu abandono operatório, no decurso da fundamentação gnosiológica do critério de verdade em causa, sob a acção sugestiva da evidência (e diz-se aqui sugestiva, porque esta acção da evidência não aparece fundamentada, mas somente aceite e

afirmada, em oposição às limitações impostas ao poder constituinte do sujeito de conhecimento, nomeadamente em relação ao conhecimento das coisas muito simples e muito fáceis respeitantes à aritmética e à geometria). E a refutação daquela hipótese, - posteriormente feita pela fundamentação gnosiológica da existência de Deus ainda na III Meditação e na V Meditação - é, por sua vez, não só fundamentada no uso do critário de verdade cuja garantia de validade constinuava condicionada pelas consequências daquela mesma hipótese cartesiana, como é bem conhecido, mas também uma tal refutação pressupõe a possibilidade de acesso de um sujeito de conhecimento a conhecimentos verdadeiros assegurados (isto é uma garantia de que estes conhecimentos sejam verdadeiros) contrariamente às consequências gnosiológicas da hipótese cartesiana em causa;

b) que a fundamentação gnosiológica de um critério de verdade na III Meditação se dá efectivamente em oposição às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois, por um lado, as consequências gnosiológicas da hipótese cartesiana do ser-todo-poderoso-enganador põem, tal como anteriormente se mostrou (88), esta fundamentação gnosiológica em contradição com aquelas determinações constituintes, nomeadamente por carência de necessidade nas relações que nela se estabelecem e, de certo modo, por violação do princípio da não-contradição; por outro lado, no decurso desta mesma fundamentação gnosiológica não se dá nem uma efectiva refutação daquela hipótese cartesiana, nem uma anulação efectiva das suas consequências gnosiológicas, como se referiu na alínea anterior destas conclusões;

c) que Descartes entende de modo diferente as consequências gnosiológicas da sua hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador, fazendo delas um uso acentuadamente fraco, isto é invocando-as, mas operando à margem do seu efeito limitador do poder constituinte do sujeito do conhecimento.

Pois admite que a força da evidência com que um conhecimento (privilegiado) se lhe desvela como necessariamente verdadeiro é suficiente para neutralizar aquele efeito limitador;

d) que esta posição de Descartes não resulta de uma renúncia à exigência metodológica/constituinte de necessidade (não-arbitrariedade) nas relações constituintes de um conhecimento gnosiologicamente válido. Ela resulta de Descartes admitir, primeiro, que a "eviência" encontrada no conhecimento reflectidamente apreendido da sua própria existência, enquanto sujeito de pensamento/conhecimento, é uma garantia suficiente da consistência gnosiológica (necessidade/não-arbitrariedade) daquele conhecimento; segundo, que esta mesma "evidência" é um meio gnosiológico suficiente para neutralizar em geral o efeito limitador, acima referido, do poder constituinte do sujeito de conhecimento, que resulta da hipótese da existência do ser todo-poderoso-enganador.

Aliás tem de se reconhecer que,uma vez admitida aquela hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador - e em consequência do seu efeito bloqueante total do poder constituinte de garantir a validade gnosiológica dos conhecimentos que um sujeito de conhecimento constitua/adquira - só resta a este sujeito ou a renúncia a atingir qualquer garantia de constituir, ou adquirir um conhecimento verdadeiro, ou o abandono operatório daquela mesma hipótese, considerando-a, no máximo, como um mero instrumento operatório exterior a qualquer discurso que um sujeito pretenda constituir.

2.2.3.2. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na III Meditação e o componente gnosiológico do princípio P.

A. Factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na III Meditação.

Para efeitos da realização da presente unidade processual de invsetigação destacam-se os seguintes factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, segundo a III Meditação, como os mais significativos para a constituição desta mesma fundamentação gnosiológica:

a) uma divisão em géneros da totalidade dos pensamentos presentes ao sujeito do conhecimento: ideias, vontades ou afecções e juízos (89);

b) uma identificação do género de pensamentos onde o erro é possível e do erro mais frequente (90);

c) uma classificação hipotética das ideias presentes ao sujeito do conhecimento, quanto à sua origem: inatas, provenientes de coisas exteriores, elaboradas pelo sujeito de conhecimento (91);

d) uma procura dos fundamentos dos juízos que põem uma semelhança entre ideias e objectos exteriores ao sujeito de conhecimento. "o que eu tenho aqui principalmente a fazer, é considerar, no tocante àquelas [ideis] que me parecem vir de alguns objectos que estão fora de mim, quais as razões que me levam a crê-las semelhantes a essses objectos" (92);

e) uma identificação dos fundamentos espontâneos - admitidos "por um cego e temerário implulso" (93) - dos juízos que põem uma semelhança entre ideias e os seus objectos respectivos, exteriores ao sujeito: "a primeira destas razões é que me parece que isso me é ensinado pela natureza; e a segunda, que experimento em mim que estas ideias não dependem de modo algum da minha vontade" (94);

f) uma avaliação da consistência gnosiológica dos fundamentos espontâneos referidos na alínea anterior e a consequente conclusão da insuficiência, en-

quanto fundamentos de conhecimentos gnosiológicamente válidos (através de uma comparação destes "fundamentos espontâneos" com os fundamentos dos juízos que se manifestaram falsos e a respectiva conclusão de igualdade das suas naturezas) (95);

g) uma opção metodológica que consiste em procurar uma nova via "para investigar se, entre as coisas das quais tenho em mim as ideias, há algumas que existam fora de mim" (96): considerar estas ideias não enquanto modos de pensar, mas enquanto imagens de coisas e, consequentemente, enquanto diferem entre si pela quantidade de "realidade objectiva" (97) que cada uma contenha (98);

h) uma dupla redução metodológica, ou operatória (efectuada por Descartes) da constituição das ideias-imagens a uma relação constituinte da realidade (entre um ser e a sua ideia-imagem) é a uma relação de quantidade de realidade (entre a quantidade de realidade daquele ser e a quantidade de realidade da sua ideia-imagem). Assim:

- a realidade (objectiva) de uma ideia-imagem é um efeito da realidade (formal) do ser que ela representa (do qual ela é uma imagem). Esta constante da constituição das ideias-imagens é uma determinação de um princípio geral, admitido por Descartes relativamente à constituição do real em geral: "donde é que o efeito pode tirar a sua realidade, senão da sua causa? E como é que esta causa lha poderia comunicar, se ela não a tivesse em si mesma?" (99);

- a quantidade da realidade (objectiva) de uma ideia-imagem é função da quantidade da realidade (formal) do ser que ela representa (do qual ela é uma imagem): "é uma coisa manifesta pela luz natural, que deve haver pelo menos tanta realidade na causa eficiente e total, como no seu efeito" (100): "e daqui segue-se [...] que aquilo que

é mais perfeito, isto é que contém em si mais realidade, não pode ser uma sequência, nem depender do menos perfeito. E esta verdade não é somente clara e evidente em relação aos efeitos que tem aquela realidade que os filósofos chamam actual ou formal, mas também em relação às ideias, onde se considera somente a realidade a que eles chamam objectiva [...]". "[...] a ideia do calor, ou da pedra, não pode estar em mim se ela não for aí posta por alguma causa, que contenha em si pelo menos tanta realidade como concebo no calor, ou na pedra. Pois ainda que aquela causa não transmita para a minha ideia coisa alguma da sua realidade actual ou formal, não se deve por isso imaginar que esta causa deva ser menos real" (101);

- a causa da realidade objectiva de uma ideia-imagem não pode ter somente uma realidade objectiva, mas tem de ter necessariamente uma realidade formal: "não devo [...] duvidar que não seja necessário que a realidade esteja formalmente nas causas das minhas ideias, embora a realidade que considero nestas ideias seja somente objectiva, nem pensar que basta que esta realidade se encontre objectivamente nas suas causas; pois assim precisamente como esta maneira de ser objectivamente pertence às ideias, pela sua própria natureza, assim também a maneira, ou modo de ser formalmente pertence às causas destas ideias (pelo menos às primeiras e principais) pela sua própria natureza"(102);

i) uma comparação entre a quantidade de realidade objectiva da ideia de Deus e a quantidade de realidade formal que o sujeito de conhecimento encontra em si mesmo; a dedução da necessária existência de Deus (103). Estas quantidades manifestam-se ao sujeito do conhecimento como infinita e finita respectivamente; em conformidade com os pressupostos já admitidos por Descartes (e acabados de referir na presente exposição), Descartes

conclui que ele, enquanto sujeito de conhecimento, não pode ser a causa da ideia de Deus, que ele encontra em si mesmo: só Deus pode sê-lo, porque só Deus possui a quantidade de realidade formal necessária para ser a causa de uma ideia cuja realidade objectiva seja infinita: "pela palavra Deus eu entendo uma substância infinita eterna, imutável, independente, que conhece tudo, toda-poderosa e pela qual eu próprio e todas as outras coisas que existem (se é verdade que haja coisas que existam) foram criadas e produzidas. Ora estas vantagens são tão grandes e tão eminentes, que quanto mais atentamente eu as considero, menos me persuado de que a ideia que tenho dela possa ter a sua origem em mim só. E por conseguinte tem de se concluir necessariamente de tudo aquilo que disse anteriormente, que Deus existe; pois ainda que a ideia de substância esteja em mim, precisamente por eu ser uma substência (104), eu não teria todavia a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido posta em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita" (105);

j) diversos argumentos de reforço à fundamentação gnosiológica da existência de Deus, ou a resolução de eventuais dificuldades residuais relativas a esta fundamentação gnosiológica (106);

j^1) uma prova da impossibilidade da ideia de infinito ser constituída a partir da ideia de finito: "eu vejo manifestamente que se encontra mais realidade na substância infinita que na substância finita e, por conseguinte, que tenho de algum modo primeiramente em mim a noção de infinito que do finito, isto é de Deus, que de mim mesmo" (107);

j^2) uma prova da impossibilidade da ideia de Deus ser materialmente falsa: "esta ideia sendo muito clara e muito distinta, e contendo em si mais realidade objectiva que nenhuma outra, não há mesmo nenhuma ideia que seja por si mais verdadeira, nem que possa ser menos suspeita de erro ou de falsidade [...]. Esta mesma ideia é também muito clara e muito distinta,

pois tudo o que o meu espírito concebe claramente e distintamente de real e de verdadeiro, e que contém em si alguma perfeição, está contido e completamente compreendido no seu todo nesta ideia" (108);

j^3) uma prova da inferioridade ontológica do sujeito de conhecimento relativamente a Deus. Esta prova é constituída por um conjunto de deduções, estabelecidas a partir de conteúdos conceptuais que o sujeito de conhecimento admite encontrar em si mesmo e predominantemente fundamentadas no pressuposto ontológico anteriormente admitido por aquele sujeito (Descartes) relativamente à realização das relações de causalidade eficiente (109). No entanto há a assinalar para efeitos da presente unidade processual de investigação, que Descartes admite dois pressupostos ontológicos novos: um, relativo à natureza do tempo, outro, relativo à conservação dos seres no tempo. Estes dois pressupostos aparecem a Descartes suficientemente garantidos do ponto de vista gnosiológico pela sua evidência: "a totalidade do tempo da minha vida pode ser dividida numa infinidade de partes, cada uma das quais não depende de modo algum das outras; e assim, do facto de que um pouco antes eu tenha existido, não se segue que eu deva agora existir, a não ser que neste momento alguma causa me produza e me crie, por assim dizer, de novo, isto é me conserve.

Com efeito é uma coisa muito clara e muito evidente (a todos aqueles que considerarem com atenção a natureza do tempo) que uma substância, para ser conservada em todos os momentos em que ela dure, ela precisa do mesmo poder e da mesma acção que seria necessária para a produzir e a criar completamente de novo, como se ela ainda não existisse de modo algum. Deste modo a luz natural faz-nos ver claramente, que a conservação e a criação não diferem senão relativamente ao nosso modo de pensar, e de modo algum efectivamente" (110).

B. A constituição dos factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na III Meditação e o componente gnosiológico do princípio P.

Para efeitos da avaliação do grau de conformidade dos factores primordiais acabados de destacar na fundamentação gnosiológica da existência de Deus, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, dada a natureza de cada um daqueles factores primordiais, considera-se que o seu conjunto é divisível em dois sub-conjuntos: o primeiro, composto pelos factores primordiais acima enumerados da alínea a) à alínea g), inclusivé; o segundo, composto pelos factores primordiais enumerados nas restantes alíneas.

Dada a semelhança dos componentes do primeiro destes sub-conjuntos de factores primordiais (quando considerados do ponto de vista das suas constituições respectivas) a sua avaliação será efectuada conjuntamente. A avaliação dos componentes do segundo dos mesmos sub-conjuntos será efectuada considerando cada um dos seus componentes separadamente dadas as diferenças entre as suas respectivas constituições.

a) O primeiro sub-conjunto (acima assinalado) de factores primordiais em causa. A constituição dos seus componentes dá-se através de apreensões analíticas da composição e da natureza/constituição de materiais admitidos como imediatamente presentes ao sujeito de conhecimento em causa - os seus pensamentos -, através de deduções, efectuadas por comparação dos conhecimentos assim adquiridos com conceitos admitidos por aquele sujeito de conhecimento (tais como ideia, vontade, afecção juízo, erro/falsidade) e com dados provenientes da própria experiência anterior do sujeito (tais como ocorrências de erro moral e gnosiológico, fundamentadas em inclinações) e através da admissão de uma hipótese relativa à origem das ideias (sem signi

ficado constituinte imediato para este discurso cartesiano) e de uma opção metodológica.

Nestas condições - e se se aceitar o abandono operatório da hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e das suas consequências gnosiológicas, tal como o faz Descartes e se assinalou no parágrafo anterior da presente exposição (111) - as constituições dos factores primordiais, que compõem o primeiro dos sub-conjuntos acima referidos, não apresentam nenhuma violação significativa das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois, por um lado, o sujeito de conhecimento constituinte da fundamentação gnosiológica em causa operou sobre materiais que admite como dados de validade gnosiológica inquestionável (o conteúdo e a natureza/constituição dos seus pensamentos enquanto tais, independentemente da sua validade gnosiológica) e, por outro lado, as relações que este sujeito de conhecimento estabelece na constituição dos factores primordiais em causa aparecem fundamentadas na identidade dos seus membros (os resultados da apreensão analítica acima referida da composição e da natureza/constituição dos seus pensamentos e os "conceitos admitidos" também acima referidos) e - aparentemente pelo menos - no princípio da não-contradição. Todavia deve reconhecer-se que os termos e os conceitos empregues por Descartes, para organizar a sua apreensão analítica da composição e da natureza/constituição dos seus pensamentos, põem de um modo implícito uma representação do real e a existência de relações entre os sujeitos de conhecimento. Pois estes termos e estes conceitos, tal como são invocados, pressupõem o conhecimento anteriormente feito dos seus respectivos conteúdos e objectos, o seu uso por outros sujeitos de pensamento/conhecimento e a comunicação entre estes sujeitos. Este conhecimento/realidade implicito no uso daqueles termos e conceitos não aparece fundamentado no discurso dedutivo que Descartes está efectuando na passagem aqui em causa das Meditações, nem a sua admissão é ali declarada como uma "admissão de pressupostos".

Deve igualmente reconhecer-se que Descartes não considera esta situação como uma dificuldade, prosseguindo a sua investigação como se estes componentes do seu discurso estivessem efectivamente em perfeita conformidade com as condições que ele tinha estabelecido para esta investigação (nomeadamente a determinação metodológica de não admitir como verdadeiro senão o que não manifeste nenhum motivo para duvidar);

b) A dupla redução metodológica, ou operatória (efectuada por Descartes) da constituição das ideias-imagens a uma relação constituinte de realidade (entre um ser e a sua ideia-imagem) e a uma relação de quantidade de realidade (entre a quantidade de realidade daquele ser e a quantidade de realidade da sua ideia-imagem) (112). Segundo a caracterização anteriormente feita deste factor primordial da fundamentação gnosiológica da existência de Deus (113), a sua constituição dá-se, por um lado, pela admissão de alguns pressupostos relativos à forma da constituição do real em geral e à forma da constituição das ideias-imagens de componentes deste real e, por outro lado, pela prática de deduções predominantemente fundamentadas no conteúdo daqueles pressupostos e reguladas implicitamente pelos princípios da não-contradição e da razão suficiente (que também aparece ali implicitamente admitido como um princípio constituinte do real, conjuntamente com a admissão do princípio de causalidade eficiente).

Dado, por um lado, que estas deduções, consideradas nas suas constituições respectivas não apresentam violações significativas das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P e, por outro lado, que a constituição deste momento do discurso cartesiano depende fundamentalmente dos pressupostos ontológicos aqui admitidos por Descartes e acima referidos, considera-se, para efeitos da presente unidade processual de investigação e por uma razão de economia de meios, que aquelas deduções se dão em conformidade com as determinações constituintes, postas

pelo componente gnosiológico acabado de referir. Assim, avalia-se aqui somente o grau de conformidade da admissão daqueles pressupostos ontológicos com aquelas mesmas determinações constituintes, isto é o grau de legitimidade da admissão daqueles pressupostos relativamente a estas determinações constituintes.

A admissão dos pressupostos ontológicos em causa dá-se, por um lado, através da justificação ou fundamentação teórica que Descartes apresenta para a admissão daqueles pressupostos ontológicos - a invocação da sua clareza, distinção e evidência, por conseguinte a sua validade enquanto conhecimento, garantida pelo critério de verdade da evidência - e, por outro lado, através de um uso fraco (ou mesmo abandono operatório) que Descartes já está fazendo neste momento da sua construção teórica da hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador.

Se se tiverem em conta estas condições da admissão dos pressupostos ontológicos em causa, conclui-se que esta admissão não produz nenhuma violação das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois, pela clareza, distinção e evidência admitidas por Desacrtes relativamente a estes pressupostos enquanto conhecimentos, ele põe relativamente aos seus conteúdos e às relações que eles integram uma delimitação e necessidade (não-arbitrariedade) suficientes, para os tornar conformes àquelas determinações constituintes (embora o(s) fundamento(s) de necessidade das relações admitidas não seja(m) suficientemente explicitado(s), nomeadamente no que respeita ao conteúdo nuclear destes pressupostos, isto é a admissão da constituição do real em conformidade com o princípio da causalidade eficiente).

Todavia, se se tiver em conta a insuficiência de fundamentação teórica do uso universal do critério de verdade da evidência anteriormente assinalada

(114), reconhece-se que a constituição do factor primordial em causa não se produz efectivamente em conformidade completa - ou legitimidade teórica perfeita - com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, visto que é através do uso daquele critério de verdade, como se acabou de assinalar, que os conteúdos dos pressupostos ontológicos em causa (e nomeadamente as relações que eles põem) se tornam conformes, enquanto conhecimentos, àquelas determinações constituintes.

Se é assim manifesto que a constituição do factor primordial em causa nesta unidade processual da presente investigação apresenta efectivamente uma contradição com aquelas mesmas determinações constituintes é igualmente manifesto que Descartes considera que esta mesma constituição se dá em conformidade com aquelas determinações constituintes, dado que ele admite que a consistência operatória atribuída ao critério de verdade da evidência é suficiente para a função que este critério realiza na construção teórica cartesiana em causa.

c) A comparação entre a quantidade de realidade objectiva da ideia de Deus e a quantidade da realidade formal que o sujeito de conhecimento encontra em si mesmo; a dedução da necessária existência de Deus (115). Segundo a caracterização anteriormente feita deste factor principal da fundamentação gnosiológica da existência de Deus (116), a sua constituição dá-se por uma dedução fundamentada no conteúdo dos pressupostos ontológicos anteriormente admitidos e no conteúdo de um dado que o sujeito de conhecimento (Descartes) admite encontrar em si mesmo de modo evidente (a ideia de Deus, isto é de uma substância infinita e constituinte de tudo o que existe); do ponto de vista operatório esta dedução efectua-se por uma comparação, ordenada segundo o conteúdo daqueles pressupostos ontológicos entre a realidade do sujeito de conhecimento e a realidade da substância infinita acabada de referir.

Nestas condições - e se se aceitar o uso fraco/abandono operatório da hipótese da existência do ser-todo-poderoso-enganador, com as suas consequências gnosiológicas, tal como o faz Descartes neste momento da sua construção teórica - a constituição do factor primordial em causa da fundamentação gnosiológica da existência de Deus não produz contradições significativas relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P (embora o uso do conceito de uma substância infinita ponha dificuldade para a sua determinação clara e distinta pelo sujeito de conhecimento, dificuldade que Descartes, aliás, não considera como obstáculo à validade gnosiológica do seu uso neste momento da sua construção teórica (117)).

No entanto, deve reconhecer-se que a validade gnosiológica dos fundamentos teóricos desta dedução (a dedução da existência necessária de Deus) foi garantida, na construção teórica em causa, pelo uso do critério de verdade da evidência, cuja consistência operatória não fora até então suficientemente fundamentada, como já se assinalou na presente investigação (118). Assim, a constituição do factor primordial em causa da fundamentação gnosiológica da existência de Deus aparece, em última instância, privada de necessidade, nomeadamente no que respeita às relações de conformidade que admite e estabelece entre conteúdos conceptuais e conteúdos ontológicos. Por conseguinte, esta constituição aparece efectivamente em contradição com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P e, assim, a sua resultante - o conhecimento verdadeiro assegurado da existência de Deus - aparece também em última instância privado de consistência, enquanto conhecimento gnosiologicamente válido.

Esta situação constituinte é particularmente consequente no que respeita à constituição gnosiológica da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, não somente por causa da insuficiência da fundamentação

gnosiológica de um dos componentes desta teoria (o conhecimento da existência de Deus), mas também por causa do uso teórico que Descartes faz deste componente, no decurso da construção daquela mesma teoria.

Tal como se assinalou relativamente à constituição do factor primordial da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, considerada na alínea anterior da presente exposição, a contradição efectiva (e as suas consequências teóricas) acabada de assinalar não é tida em conta por Descartes, visto que ele admite, em relação ao critério de verdade da evidência, uma consistência operatória suficiente para a função que lhe atribui neste momento da sua construção teórica.

d) A prova da impossibilidade da ideia de infinito ser constituída a partir da ideia de finito (119) e a prova da impossibilidade da ideia de Deus ser materialmente falsa (120). A constituição respectiva de cada um destes dois factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus encontra-se nas mesmas condições constituintes acabadas de assinalar relativamente ao factor primordial desta mesma fundamentação gnosiológica, considerado na alínea anterior da presente exposição (121). Por conseguinte, a sua conformidade/não-conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P dá-se nas mesmas condições assinaladas em relação à constituição deste último factor.

e) A prova da inferioridade ontológica do sujeito de conhecimento relativamente a Deus (122). A constituição deste factor primordial da fundamentação gnosiológica da existência de Deus encontra-se em geral nas mesmas condições constituintes assinaladas em relação aos três factores primordiais desta mesma fundamentação gnosiológica, considerados nas duas últimas alíneas da presente exposição. Por conseguinte, a sua conformidade/não-conformidade com as determinções constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P dá-se em geral nas mesmas condições que foram assinaladas em relação às constituições daqueles três factores.

No entanto, a constituição do factor primordial em causa neste momento da presente unidade processual de investigação integra dois novos pressupostos ontológicos: um, relativo à natureza do tempo; outro, relativo à conservação dos seres no tempo. A sua admissão aparece na construção teórica cartesiana em causa somente fundamentada pelo uso do critério de verdade da evidência. Assim esta admissão apresenta-se efectivamente privada de necessidade dada a insuficiente fundamentação já referida deste critério de verdade - com as consequências teóricas aqui também anteriormente assinaladas, em relação a situações constituintes análogas. Descartes não reconhece também neste caso, qualquer dificuldade teórica, ou metodológica, dada a consistência operatória que atribui àquele critério de verdade.

C. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na III Meditação e o componente gnosiológico do princípio P: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados da análise efectuada na presente unidade processual de inestigação e expostos nos dois últimos parágrafos conclui-se,

relativamente ao grau de conformidade da constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, na III Meditação, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio constituinte (hipotético) P:

a) que a opção que Descartes fez pelo que se designou na presente exposição por uso fraco/abandono/operatório da sua hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-engandor e das suas consequências gnosiológicas, põe uma condição que se tornou metodologicamente imprescindível - na sequência da admissão daquela hipótese - para que a constituição de qualquer construção teórica se possa realizar em conformidade com as determinações constituintes decorrentes do componente gnosiológico do princípio P: esta opção de Descartes põe, contrariamente ao carácter radical daquela hipótese, a possibilidade de um sujeito de conhecimneto aceder à garantia da validade gnosiológica da sua actividade e dos resultados desta actividade (os conhecimentos que ele constitue/adquire). Todavia, para julgar de modo rigoroso a legitimidade ("de direito") da construção teórica cartesiana que é a fundamentação da existência de Deus na III Meditação, é preciso ter em conta (tal como foi anteriormente assinalado (123) que a prática metodológica de Descartes de um uso fraco/abandono operatório da sua hipótese em causa neste momento de investigação não tem uma efectiva legitimidade de direito, relativamente às determinações constituintes postas por aquele componente gnosiológico, mas somente uma legitimidade de facto, o que afecta a consistência da legitimidade de direito de qualquer construção teórica que, directa ou indirectamente, se der numa sequência constituinte desta opção cartesiana;

b) que a validação gnosiológica efectivamente praticada por Descartes dos pressupostos ontológicos que ele admite no decurso da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, na III Meditação - nomeadamente os

pressupostos relativos à constituição do real em geral, à constituição de ideias-imagens de componentes do real, à natureza do tempo e à conservação dos seres no tempo - manifesta-se, efectivamente insuficiente para garantir necessidade às relações que tais pressupostos põem (nomeadamente as relações que eles põem entre o plano lógico e o plano ontológico, isto é entre o pensamento do sujeito de pensamento/conhecimento, onde se dão aquelas ideias-imagens, e os objectos respectivos). Pois, a não-arbitrariedade sustentada/pressuposta por Descartes relativamente a estas relações não aparece gnosiologicamente garantida senão pela sua evidência; e o critério de verdade da evidência permanece efectivamente insuficientemente fundamentado para este uso gnosiológico, como se referiu no decurso da presente unidade processual de investigação;

c) que a constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, na III Meditação, apresenta efectivamente contradições com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, em consequência da carência de necessidade na constituição de relações capitais do conteúdo desta mesma fundamentação gnosiológica, como se referiu na alínea anterior destas conclusões;

d) que Descartes não tem em conta nenhuma das dificuldades teóricas acabadas de assinalar, não porque ele tenha renunciado à exigência metodológica/constituinte da necessidade para a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido, mas sim por admitir que estão suficientemente legitimados, por uma lado, o uso fraco/abandono operatório que efectivamente faz da sua hipótese da existência de um ser todo-poderoso-enganador e, por outro lado, o uso teórico/constituinte que ele igualmente faz do critério de verdade da evidência na fundamentação gnosiológica em causa, nomeadamente em relação à validação gnosiológica dos pressupostos ontológicos acima referidos. Nestas condições, a fundamentação gnosiológica em causa aparece

- segundo a perspectiva constituinte do seu autor - em conformidade com as determinações constituintes postas pelo princípio P.

2.2.3.3. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação e o componente gnosiológico do princípio P.

A. Factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação.

Para efeitos da realização da presente unidade processual de investigação destacam-se os seguintes factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação, como os mais significativos para a constituição desta mesma fundamentação gnosiológica:

a) "encontro em mim uma infinidade de ideias de certas coisas, que não podem ser tidas por um puro nada, embora elas talvez não tenham nenhuma existência fora do meu pensamento, e que não são forjadas por mim, se bem que eu seja livre de as pensar, ou não pensar; mas elas têm as suas naturezas verdadeiras e imutáveis. Como, por exemplo, quando eu imagino um triângulo" (124);

b) "somente do facto de que posso tirar do meu pensamento a ideia de alguma coisa, segue-se que tudo aquilo que eu reconheço clara e distintamente pertencer a essa coisa, pertence-lhe efectivamente" (125);

c) "é indubitável (126) que não encontro menos, em mim, a sua ideia [de Deus], isto é a ideia de um ser soberanamente perfeito, que a de qualquer figura, ou de qualquer número" (127);

d) "e não conheço menos clara e distintamente que uma actual e eterna existência pertence à sua natureza [de um ser soberanamente perfeito], do que conheço que tudo o que posso demonstrar de alguma figura, ou de algum número, pertence verdadeiramente à natureza dessa figura, ou desse número" (128);

e) diversos argumentos de reforço à fundamentação gnosiológica da existência de Deus, ou a resolução de eventuais objecções residuais relativas a esta fundamentação gnosiológica:

e^1) "quando penso nisso [na relação de separação/não separação da essência e da existência de Deus] com mais atenção, aparece-me de modo manifesto que a existência não pode ser separada da essência de Deus, mais do que [ser separada] da essência de um triângulo rectângulo, a grandeza dos seus três ângulos iguais a dois rectos, ou, então, da ideia de uma montanha, a ideia de um vale" (129);

e^2) "a necessidade da própria coisa, isto é da existência de Deus, determina o meu pensamento a concebê-lo deste modo [existindo verdadeiramente]" (130);

e^3) a ideia de Deus é uma ideia inata e o seu objecto uma natureza verdadeira e imutável: "as verdadeiras ideias que nasceram comigo, de entre as quais a primeira e a principal é a de Deus" (131); "todas as vezes que me acontece pensar num ser primeiro e soberano, e de tirar, por assim dizer, a sua ideia do tesouro do meu espírito, é necessário que lhe atribua todas as espécies de perfeições" (132); "reconheço de várias maneiras que esta ideia não é de modo algum uma coisa forjada ou inventada, dependendo somente do meu pensamento, mas que ela é a imagem de uma verdadeira e imutável natureza" (133);

B. A constituição dos factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação e o componente gnosiológico do princípio P.

a) A admissão da presença no sujeito do conhecimento de uma infinidade de ideias que não são um puro nada (134). A constituição deste factor primordial dá-se por duas deduções e pela admissão de um pressuposto: estas deduções fundamentam-se, por um lado, em dados adquiridos por apreensão imediata e evidente, efectuada pelo sujeito de conhecimento em si mesmo - certos conteúdos conceptuais e a resistência destes conteúdos ao poder constituinte (vontade) do sujeito que conhece - e, por outro lado, na validade operatória universal do critério de verdade da evidência (135). A admissão daquele pressuposto é igualmente garantida por este critério de verdade - "é muito evidente que tudo aquilo que é verdadeiro é alguma coisa" (136) - o que é deduzido da consistência de real com a qual se apresentam ao sujeito de conhecimento as suas concepções claras e distintas (e os objectos destas) - elas são alguma coisa de real e de positivo - e a sua verdade (não-falsidade) é garantida pela veracidade divina, enquanto Deus é considerado como o constituinte universal (137).

Nestas condições - e se se aceitar a validade operatória universal do critério de verdade da evidência, como o faz Descartes nesta passagem da sua construção teórica (138) - a constituição do factor primordial em causa dá-se em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, nomeadamente se nesta constituição não se considerar senão o que aí é significativo para a construção teórica cartesiana em causa. Pois, por um lado, os seus fundamentos apresentam-se explicitamente garantidos pelo critério de verdade da evidência (e a validade operatória deste critério é aqui reafirmada e considerada como suficientemente garantida, tal como se assinalou na nota

anterior da presente exposição) e, por outro lado, a dedução da consistência de realidade/não-puro-nada, relativamente aos conteúdos conceptuais encontrados pelo sujeito de conhecimento em si mesmo, é igualmente garantida de modo explícito pelo mesmo critério de verdade. E, por sua vez, a dedução da independência constituinte dos conteúdos conceptuais acabados de referir, relativamente ao poder constituinte do sujeito, se ela não é explicitamente garantida por aquele mesmo critério de verdade, ela é-o claramente de modo implícito. Pois, tal como Descartes se exprime relativamente a esta situação constituinte, ela parece antes uma simples intuição, radicada na experiência interior do sujeito do conhecimento. No entanto, a afirmação cartesiana de que aqueles conteúdos conceptuais não são forjados, nem inventados pelo sujeito de conhecimento contém algo mais do que o enunciado de uma simples constatação da resistência que eles oferecem à vontade de um sujeito: esta afirmação põe a integração desta constatação numa representação muito geral do real, onde há constituintes e constituídos e onde se pressupõe o princípio da razão suficiente e o princípio da causalidade eficiente, como princípios constituintes dominantes, embora não sejam aí explicitamente afirmados.

Assim, os elementos constituintes do factor primordial em causa neste momento da presente investigação, e as relações que eles estabelecem entre si e com o sujeito que os conhece são apresentados por Descartes como suficientemente determinados com clareza e distinção e com necessidade para serem considerados gnosiologicamente válidos em conformidade com o critério de verdade da evidência.

Todavia em conformidade com um uso forte do componente gnosiológico do princípio P, a determinação quantitativa - uma infinidade - efectuada por Descartes relativamente às ideias com consistência de realidade/não-puro-nada que ele encontra em si, enquanto sujeito de conhecimento, põe uma dificuldade: infinidade (infinito) é um conceito que

não se pode determinar de modo claro e distinto, embora as razões invocadas por Descartes possam fundamentar uma tal determinação quantitativa, pois a série dos polignos possíveis não é finita (e Descartes exemplifica aquelas ideias com a ideia de um poligno e suas propriedades, generalizando). Mas como não apoia a sua construção teórica nesta determinação quantitativa, esta dificuldade não é, portanto, consequente para aquela construção. É sem dúvida mais consequente para a consistência teórica daquela mesma construção cartesiana o uso implicito de uma representação geral da constituição do real - quando da interpretação cartesiana da resistência dos conteúdos conceptuais encontrados no sujeito do conhecimento, relativamente ao poder constituinte do sujeito - sem a fundamentar ou simplesmente a declarar como um pressuposto livremente admitido.

Deve no entanto reconhecer-se que Descartes não considera sequer a presença desta dificuldade na sua construção teórica, visto que admite a suficiência operatória do critério de verdade da evidência para garantir a necessidade às relações que ele põe e pressupõe no momento em causa daquela construção teórica.

b) A validade gnosiológica do conhecimento analítico do conteúdo dos objectos das ideias que um sujeito do conhecimento pode tirar do seu pensamento (139). Considerado do ponto de vista do seu conteúdo, este factor primordial da fundamentação gnosiológica da existência de Deus aparece formado por dois componentes:

- a constituição de um conhecimento de um objecto: aquilo que reconheço clara e distintamente pertencer a uma coisa (a qual posso tirar do meu pensamento;
- a constituição de um conhecimento (reflectido) da validade gnosiológica do conhecimento (acabado de mencionar): aquilo (que eu reconheço clara e distintamente pertencer a uma coisa) pertence-lhe com efeito;

A primeira destas duas constituições de conhecimentos integra ainda dois outros componentes: a determinação gnosiológica de um conteúdo (aquilo que se reconhece pertencer a uma coisa) e a determinação gnosiológica de uma relação de pertença deste conteúdo (aquilo) a um outro conteúdo (a uma coisa cuja ideia eu posso tirar do meu pensamento).

Ora estas duas determinações gnosiológicas, tal como as apresenta Descartes, aparecem garantidas pelo critério de verdade da evidência, pois é condição constituinte de ambas que elas sejam clara e distintamente estabelecidas. Esta situação pressupõe que não só os elementos que compõem estas duas determinações gnosiológicas e a relação (de pertença), que estes elementos estabelecem entre si, são clara e distintamente concebidos, mas pressupõe também que esta relação apareça como uma relação necessária, em função, por um lado, da clareza-distinção-evidência da sua apreensão pelo sujeito de conhecimento e, por outro lado, em função da não-contradição, que aí aparece pressuposta. Pois se se reconhece de um modo claro-distinto-evidente que uma coisa pertença a uma outra, o facto de pensar que a primeira destas coisas não pertence à segunda, sem que se admitir que alguma alteração ocorreu nas condições constituintes inicialmente aceites, produz uma violação do princípio de não-contradição. Portanto, reconhece-se seguramente que a primeira destas coisas pertence à segunda.

No que respeita à legitimidade teórica do acesso do sujeito de conhecimento ao conteúdo de uma coisa (que tenha os caracteres gnosiológicos admitidos por Descartes) estava já garantida neste discurso cartesiano (e foi já objecto da presente investigação - cf. a alínea anterior desta exposição).

O segundo dos componentes acima assinalados do factor primordial aqui em causa consiste numa dedução/sintese das garantias gnosiológicas parcelares, obtidas no decurso da construção do conhecimento posto pelo

primeiro dos dois componentes acima assinalados daquele factor primordial.

Nestas condições, a constituição deste factor primordial aparece em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, desde que se continue admitindo - como o faz Descartes - uma efectiva validade operatória universal em relação ao critério de verdade da evidência.

Deve assinalar-se que a admissão desta validade do critério de verdade da evidência não pôs ainda dificuldades particularmente significativas para a consistência gnosiológica da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação, visto que até este momento a constituição desta fundamentação gnosiológica não efectuou uma verdadeira transição do plano das realidades conceptuais ao plano ontológico, ou simplesmente das realidades exteriores ao sujeito do conhecimento. Todavia a admissão da independência, em relação ao sujeito do conhecimento, da constituição e dos conteúdos das ideias (de coisas) encontradas neste e (por este) sujeito de conhecimento, e a consequente admissão da verdade destas ideias, puseram já efectivamente esta transição, embora de um modo fraco. Mas o mais significativo para a consistência gnosiológica da sequência desta construção teórica cartesiana é o facto de que Descartes estabelece, através do factor primordial aqui em causa, um princípio constituinte de conhecimento com validade universal (pois ele formula-se sem qualquer limitação relativa à sua extensão operatória) em manifesta dependência da validade operatória do critério de verdade da evidência. Nestas condições, as transições do plano lógico ao plano ontológico (ou simplesmente a qualquer realidade exterior ao sujeito de conhecimento) que se dêem na constituição de conhecimentos e se fundamentem naquele princípio, não terão mais consistência gnosiológica do que a que efectivamente tenha o critério de verdade da evidência, enquanto instrumento universal de garantia da verdade de um conhecimento.

c) A presença indubitável da ideia de um ser soberanamente perfeito no sujeito de conhecimento, nas mesmas condições (no mínimo) segundo as quais se encontram nele as de figuras geométricas e de quaisquer números. (140). Ainda que Descartes não explicite que o conhecimento da presença da ideia de um ser soberanamente perfeito se dá nele em conformidade com as condições postas pelo critério de verdade da evidência é manifesto que Descartes admite de modo implicito tal conformidade, pois aquela presença é posta como indubitável ("il est certain"/"certe")(141).

Assim a constituição do factor primordial em causa neste momento da presente unidade processual de investigação - se esta constituição for considerada na perspectiva em que Descartes a apresenta (e considera) - ela aparece em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois o conteúdo conceptual que ela põe é admitido como suficientemente determinado para se tornar indubitável e as relações que são admitidas entre este mesmo conteúdo conceptual e o sujeito de conhecimento - relações de presença e de autonomia constituinte - são igualmente admitidas como suficientemente determinadas para serem indubitáveis e, por conseguinte, necessárias (não-arbritariamente postas, não-dependentes da vontade do sujeito em causa).

Aliás se se considerar o uso teórico universal (ontológico) que Descartes faz do princípio da razão suficiente (ainda que não o enuncie), do princípio da causalidade eficiente e do modelo segundo o qual ele admite que este último princípio se realiza (142), reconhece-se que efectivamente a ideia de um ser cuja realidade possa, segundo aquele uso dos princípios mencionados, determinar a constituição de todos os restantes seres que existam - isto é a ideia de um ser cuja realidade supere (ou no mínimo iguale) a realidade daquela totalidade de seres e os preceda e determine do ponto de vista constituinte - está necessariamente presente no pensamento

de qualquer sujeito de conhecimento que opere nas condições acima mencionadas, independentemente da sua vontade, como um pressuposto gnosiológico necessário da sua actividade enquanto tal.

A ideia de um tal ser aparece assim em relação à vontade de Descartes - e em relação à vontade de qualquer sujeito que opere nas condições em causa - numa situação análoga à das propriedades das figuras geométricas e dos números, desde que se admitam os princípios onde tais propriedades se fundamentam. Deve no entanto assinalar-se que a situação constituinte destas propriedades, relativamente aos princípios de que derivam, e a situação constituinte daquela ideia de um ser soberanamente perfeito, relativamente ao uso teórico universal dos princípios da razão suficiente e da causalidade eficiente, não são perfeitamente coincidentes do ponto de vista constituinte. Pois, enquanto aquelas propriedades das figuras e dos números derivam de princípios (das matemáticas) e demais pressupostos , através de uma elaboração conceptual efectuada com necessidade - e, por conseguinte tais propriedades são posteriores do ponto de vista constituinte àqueles princípios -, a ideia de um ser soberanamente perfeito é um pressuposto teórico necessário da possibilidade do uso (teórico) universal dos princípios da razão suficiente e da causalidade eficiente.

d) O conhecimento claro e distinto (evidente) da actual e eterna existência de Deus (143). Se se admitirem os mesmos pressupostos constituintes que Descartes, em relação à constituição deste factor primordial da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, esta constituição aparece em conformidade com o componente gnosiológico do princípio P. Pois, se se admitir - como o faz Descartes (144) - que a existência é uma perfeição, a constituição em causa consiste somente em explicitar um atributo do conteúdo de um ser, através da análise do conteúdo da sua essência e na constatação da presença deste atributo entre os componentes

desta essência. Por sua vez, o conteúdo desta essência, e a consistência gnosiológica da ideia respectiva (a ideia de Deus) tinham sido anteriormente garantidos.

As dificuldades que efectivamente a constituição do factor primordial em causa, em relação ao componente gnosiológico do princípio P, não são consideradas por Descartes. Elas derivam nomeadamente, por um lado, da insuficiente fundamentação da validade operatória universal do critério de verdade da evidência e da sua consequente insuficiência para legitimar a prática da transição gnosiológica do plano lógico ao plano do real (exterior ao sujeito do conhecimento) e, por outro lado, de uma insuficiente determinação das condições constituintes da presença da ideia de um ser soberanamente perfeito no pensamento do sujeito de conhecimento. A indiferença de Descartes à presença de tais dificuldades no discurso que ele desenvolve não pode ser considerada como uma divergência assumida por ele, relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, mas somente como uma insuficiência na realização destas mesmas determinações constituintes, dada a validade operatória universal que ele confere ao seu critério de verdade da evidência.

e) A inseparabilidade da existência de Deus relativamente à sua essência (145). Se se admitir - como o faz Descartes e se referiu na alínea anterior da presente exposição - que um dado ser tem como essência a soberana perfeição, ou o conjunto de todas as perfeições possíveis, e que a existência é uma perfeição, a constituição do factor da fundamentação gnosiológica da existência de Deus aqui em causa reduz-se, por um lado, a uma simples determinação analítica de um elemento enquanto componente de um conjunto dado (a essência de um ser) e, por outro lado, a reconhecer (deduzir) a necessidade de atribuir a este elemento a qualidade de componente daquele conjunto, isto é a reconhecer (deduzir) a necessidade de atribuir àquele

conjunto a inclusão do elemento em causa entre os seus componentes. Pois se alguma destas duas atribuições fosse negada, na sequência dos resultados da determinação analítica anteriormente feita do elemento em causa como componente da essência do ser dado, seria admitir simultaneamente que este elemento era e não era componente de um mesmo conjunto, o que violaria o princípio da não-contradição. Nestas condições, a constituição do factor primordial em causa, considerada somente em si mesma, aparece em conformidade com o componente gnosiológico do princípio P. Pois, se se abstrair a dificuldade que consiste em conceber um ser soberanamente perfeito, isto é infinito no seu todo e em cada um dos atributos da sua essência, ou natureza - visto que tal dificuldade não é exclusiva da constituição aqui em causa, mas antes é comum à totalidade dos componentes da constituição teórica cartesiana fundamentadora da existência de Deus - aquela mesma constituição dá-se por relações necessárias e bem determinadas.

f) A necessidade de se atribuir a existência a Deus radica na impossibilidade de se admitir a não-existência em relação a Deus (146). Segundo o discurso cartesiano onde se dá este factor da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, a necessidade de atribuir a Deus a existência radica, em úmtima instância, numa constatação admitida por Descartes de que não foi ele, enquanto sujeito de conhecimento, que livremente admitiu o conteúdo da essência da sua ideia de Deus, concebido como um ser soberanamente perfeito, mas sim, este conteúdo apresentou-se-lhe como um dado, cuja consistência enquanto conhecimento gnosiologicamente válido é, por sua vez, garantida, em última instância, pelo critério de verdade da evidência (147). E deve reconhecer-se efectivamente que a ideia de Deus/ser soberanamente perfeito - quando considerada ao nível constituinte em que Descartes a considera neste momento da sua investigação - ela apresenta-se como um dado, independentemente da vontade do sujeito humano que a conhece. Pois este não é livre de fazer um uso ontológico universal, como Descartes faz (e

acima se referiu (148)), dos princípios da razão suficiente e da causalidade eficiente, sem fazer uso gnosiológico (implícito pelo menos) da ideia de um ser constituinte primeiro, soberanamente perfeito. Por conseguinte, aquela ideia de Deus/ser soberanamente perfeito é necessariamente presente no pensamento de um sujeito de conhecimento que opere nas mesmas condições em que Descartes se propõe operar (e em que opera de facto na constituição desta fundamentação gnosiológica da existência de Deus). Mas, visto que Descartes não desenvolve a sua investigação determinadora das condições gerais primordiais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido até a este nível constituinte, o carácter condicional, ou hipotético, acabado de referir da necessidade da presença daquela ideia de Deus/ser soberanamente perfeito não se desvela e ela aparece simplesmente necessária.

Assim, se não se tiver em conta a possibilidade de desenvolver a investigação determinadora das condições gerais primordiais da constituição do conhecimento gnosiologicamente válido para além do nível a que Descartes a levou, e se admitir, como Descartes o faz, que o critério de verdade da evidência valida efectivamente o dado-ideia de Deus/ser soberanamente perfeito, enquanto um conhecimento verdadeiro, reconhece-se que a constituição do factor primordial, em causa neste momento da presente investigação, se dá em conformidade com o componente gnosiológico do princípio P. Pois, uma vez admitida a validação gnosiológica suficiente daquele "dado" pelo critério de verdade da evidência, esta constituição realiza-se pelos mesmos procedimentos constituintes que foram assinalados na alínea anterior desta exposição, relativamente à constituição do factor primordial da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, aí considerado.

g) A ideia de Deus é uma ideia inata e o seu objecto uma natureza verdadeira e imutável (149). A constituição deste factor da fundamentação

gnosiológica da existência de Deus aparece como um conjunto de deduções implicitamente fundamentadas numa determinação analítica do conteúdo da ideia de Deus/ser soberanamente perfeito e, em última instância, gnosiologicamente garantidas pela validade operatória universal do critério de verdade da evidência: "de qualquer prova e argumento de que me sirva [para provar que Deus existe verdadeiramente] é sempre preciso remontar a isto, que não há senão as coisas que eu conheço clara e distintamente, que tenham a força de me persuadir completamente" (150).

O uso cartesiano do critério de verdade da evidência, como garantia da consistência gnosiológica dos argumentos/deduções constituintes do factor da fundamentação gnosiológica da existência de Deus aqui em causa, torna a constituição deste factor necessariamente conforme com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, visto que aquele uso pressupõe uma clara e distinta determinação dos componentes da constituição em causa e uma não-arbitrariedade nas relações que estes componentes estabeleçam.

Todavia o argumento de Descartes de que ele, enquanto sujeito de conhecimento, não pode conceber outra coisa, além de Deus, cuja essência integre necessariamente a existência, não legitima a conclusão de que a ideia de Deus não foi criada por ele (151), pois o facto de ele não poder criar outras ideias em conformidade com aquela condição, não prova que ele não tenha criado esta. E mesmo, segundo a construção teórica cartesiana aqui em causa, o que impossibilita ao sujeito de conhecimento (Descartes) de criar outras ideias, em conformidade com aquela condição é, por um lado, o facto de que o fundamento mesmo de inclusão da existência na essência da ideia em causa (a ideia de Deus) é o conteúdo da essência desta ideia (conjuntamente com a apreensão da sua verdade) e, por outro lado, o facto de este conteúdo - enquanto que ele põe o ser-objecto desta ideia como

primeiro e soberano, relativamente à totalidade do real (152) (isto é soberanamente perfeito/completamente perfeito) - conferir a esta ideia e ao ser que é o seu objecto uma situação constituinte singular, relativamente à totalidade do real possível. Assim, aquele conteúdo (da ideia de Deus) exclui a possibilidade de uma outra ideia (e de um outro ser) com uma tal essência. Nestas condições, torna-se igualmente impossível conceber, segundo a via teórica escolhida por Descartes, uma outra ideia cuja essência inclua necessariamente a sua existência, visto que o fundamento desta inclusão necessária é a nota de primeiro/soberano, no sentido de soberanamente perfeito, admitida na essência do ser em causa (Deus).

Deve no entanto reconhecer-se que na perspectiva teórica de Descartes esta infecundidade do argumento em causa não põe verdadeiramente uma dificuldade teórica, visto que a inclusão necessária da existência na essência, tanto da ideia em causa, como na do ser-objecto desta ideia, radica em última instância - e de modo tido por Descartes como suficiente - numa determinação original do sujeito de conhecimento e no critério de verdade da evidência.

Assim o que efectivamente garante ao sujeito do conhecimento não ter forjado ou inventado a ideia de Deus não é o facto de não poder criar outras ideias onde a existência pertença necessariamente às suas respectivas essências, mas sim o facto de ele não poder criar nenhuma (segundo os pressupostos relativos à constituição do real que ele admite). Pois a única, que concebe assim, aparece-lhe como um dado e com o poder lógico/ontológico de excluir todas as outras que tivessem nas suas essências respectivas a nota capital que a determina (primeiro, soberano, ou soberanamente perfeito).

C. A forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, na V Meditação e o componente gnosiológico do princípio P: c o n l u s ã o.

Tendo em conta os resultados da análise efectuada na presente unidade de investigação e expostos nos dois últimos parágrafos, conclui-se, relativamente ao grau de conformidade da constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, na V Meditação com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

a) que a constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação apresenta-se predominantemente em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, desde que se admita - como o faz Descartes - que o critério de verdade da evidência tem uma validade operatória suficiente para garantir a validade gnosiológica de conhecimentos relativos a objectos exteriores ao pensamento do sujeito de um conhecimento, isto é suficiente para garantir a validade gnosiológica da transição (gnosiológica) do plano lógico ao plano do ser, legitimando (gnosiologicamente) assim representações relativas à constituição (total e/ou parcial) do real;

b) que independentemente da fundamentação teórica cartesiana do critério de verdade da evidência e da regulamentação metodológica do uso deste critério de verdade continuarem efectivamente insuficientes para garantirem a validade operatória deste mesmo critério para validar conhecimentos relativos a objectos exteriores ao pensamento de um sujeito de conhecimento, a análise acabada de efectuar da constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação manifesta, nesta constituição, ocorrências de contradição com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, no que respeita a elementos capitais daquele fundamentação, nomeadamente:

- na admissão não-explicitamente fundamentada de uma representação muito geral da constituição do real - onde há constituintes e constituídos e onde se pressupõem, de modo implicito, os princípios da razão suficiente e da causalidade eficiente, como princípios constituintes dominantes - representação esta que é pressuposta pela argumentação de Descartes tendente a mostrar a independência constituinte de certas ideias relativamente a ele mesmo, enquanto sujeito de conhecimento (153);

- na suspensão da análise determinadora das condições constituintes do conhecimento gnosiologicamente válido ao nível da constatação da presença, no pensamento do sujeito de conhecimento, da ideia de um ser soberanamente perfeito, sem pôr a claro a correlação constituinte necessária desta presença com o uso universal dos princípios da razão suficiente e da causalidade eficiente e do modelo segundo o qual se dá a realização deste último princípio (154);

c) que Descartes, sem renunciar às exigências metodológicas/constituintes de necessidade, de clareza e distinção na constituição de conhecimentos gnosiologicamente válidos, não considera as dificuldades teóricas acabadas de assinalar. Pois ele admite como suficientes, em função do seu critério de verdade da evidência, os níveis de constituição e de consistência gnosiológica atingidos por todos os componentes da fundamentação gnosiológica da existência de Deus na V Meditação. Nestas condições - isto é na perspectiva de Descartes - a fundamentação gnosiológica em causa dá-se em conformidade com as determinações constituintes do componente gnosiológico do princípio P.

2.2.3.4. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, segundo as Meditações: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos na análise acabada de efectuar da constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, segundo as Meditações (155), conclui-se relativamente ao grau de conformidade daquela constituição com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

a) considerada no seu todo, a constituição da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, nas Meditações, manifesta uma conformidade quantitativamente dominante em relação às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, isto é a maioria dos componentes desta fundamentação gnosiológica dá-se em efectiva conformidade com aquelas determinações constituintes;

b) a constituição da fundamentação gnosiológica em causa manifesta no entanto, em componentes capitais, algumas ocorrências de contradição com as determinações constituintes acabadas de referir. De entre estas ocorrências de contradição, as mais significativas do ponto de vista constituinte resultam de dois factores:

- a presença (e o conteúdo) da hipótese cartesiana da existência de um ser-todo-poderoso-enganador na construção teórica que é aquela fundamentação gnosiológica;
- a insuficiente fundamentação teórica (e de regulamentação metodológica) do critério de verdade da evidência para conferir a garantia de validade gnosiológica a conhecimentos relativos a objectos exteriores ao pensamento de um sujeito de conhecimento (nomeadamente a conhecimentos relativos à constituição do real);

c) o significado constituinte efectivo das ocorrências de contradição radicadas no primeiro dos factores mencionados na alínea anterior varia consoante se faça, na determinação deste significado, um uso forte, ou um uso fraco (156) da hipótese cartesiana da existência de um ser-todo-poderoso-enganador e das suas consequências gnosiológicas. Assim:

- no caso de um uso forte daquela hipótese cartesiana: a totalidade da construção teórica na qual consiste a fundamentação gnosiológica em causa encontra-se não só em contradição com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, como também completamente desprovida de consistência teórica, enquanto conjunto de conhecimentos, dado o bloqueio operatório (resultante daquela hipótese cartesiana) do poder de um sujeito de conhecimento se auto-garantir em relação à validade gnosiológica dos resultados da sua actividade;

- no caso de um uso fraco daquela mesma hipótese cartesiana (que é a opção de Descartes): as ocorrências de contradição em causa reduzem-se, por um lado - e fundamentalmente - a uma insuficiência de identificação da posição/significado constituinte, efectivamente atribuído pelo sujeito de conhecimento àquela hipótese cartesiana, em relação à construção teórica onde tal hipótese se dá e, por outro lado, à consequente carência de legitimidade teórica, tanto de um uso fraco daquela hipótese e das suas consequências gnosiológicas, como da construção teórica que é a fundamentação gnosiológica em causa. Pois, o conteúdo daquela mesma hipótese cartesiana apresenta, pela sua formulação, um poder ilimitado enquanto determinante do bloqueio operatório do poder constituinte de qualquer sujeito de conhecimento e, na construção teórica em que esta hipótese se dá, não se encontra nem a sua refutação teórica suficiente (aliás

impossível, dado o bloqueio do sujeito de conhecimento que ela gera), nem uma regulamentação do seu uso, que legitimem teoricamente o seu uso fraco, isto é que legitimem teoricamente a redução do seu poder ilimitado de bloquear operatoriamente o sujeito de conhecimento. Assim este uso fraco da hipótese cartesiana em causa e a totalidade da construção teórica cartesiana em que ele se dá, manifestam somente uma legitimidade de facto, que resulta da situação de facto de abandono efectivo daquela mesma hipótese cartesiana pelo sujeito de conhecimento que a constitui. Esta opção (de Descartes) tem a apoiá-la (de facto) a infecundidade total do uso forte da hipótese cartesiana em causa, em consequência do bloqueio total e definitivo que ela produz no poder constituinte de todos os sujeitos de conhecimento que a admitam;

d) as ocorrências de contradição radicadas no segundo dos factores acima referidos na alínea b) (a insuficiência de fundamentação teórica e da regulamentação metodológica do uso do critério de verdade da evidência) produzem-se nomeadamente através da carência de necessidade nas relações admitidas entre os elementos constituintes desta construção teórica cartesiana, cuja validade gnosiológica não é fundamentada senão na sua conformidade (enquanto representações) com o critério de verdade da evidência. Deve no entanto ter-se presente que estas ocorrências de carência de necessidade constituinte e a consequente violação das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P não se dão sequer, segundo a perspectiva de Descartes, visto que ele não admite a insuficiência de consistência teórica e operatória do critério de verdade da evidência, que aqui se considera como o factor determinante de tais ocorrências de carência de necessidade constituinte;

e) Descartes considera que a fundamentação gnosiológica em causa se dá em conformidade com determinações constituintes identicas às que são postas pelo componente gnosiológico do princípio P - nomeadamente as que

determinam que os componentes de conhecimento gnosiologicamente válido sejam representadas em clareza e em distinção e as relações que eles estabelecem entre si sejam necessárias. Pois nos casos acima assinalados de violação das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, Descartes entende o contrário, apoiando-se, por um lado, num uso fraco da sua hipótese da existência de um ser-todo-poderoso-enganador (o que ele legitima pela força gnosiológica da evidência) e, por outro lado, na admissão da suficiência operatória/constituinte do critério de verdade da evidência, para garantir a consistência gnosiológica dos conhecimentos compreendidos por aqueles casos de violação das referidas determinações constituintes (nomeadamente para garantir a necessidade das relações admitidas entre ideias encontradas no seu pensamento e objectos exteriores a este mesmo pensamento).

Nestas condições, as ocorrências acima assinaladas de insuficiência de clareza e de distinção relativamente às representações de alguns componentes da fundamentação gnosiológica da existência de Deus nas Meditações e as ocorrências de insuficiência de necessidade constituinte nas relações estabelecidas por alguns daqueles componentes, não podem ser consideradas como uma renúncia, ou indiferença de Descartes a tais condições metodológicas/constituintes, mas sim como insuficiências operatórias na realização da construção cartesiana em causa.

2.2.4. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento **em geral**, segundo as Meditações.

A. Factores primordiais da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento **em geral**, segundo as Meditações.

A ideia "do espírito humano, enquanto ele é uma coisa que pensa, e não extensa em comprimento, largura e profundidade" (157) e o conhecimento da sua existência enquanto tal, a ideia de Deus, enquanto "um ser completo independente" (158) e a sua existência enquanto tal; a inteira dependência do sujeito de conhecimento, enquanto ser incompleto, relativamente a Deus em todos os momentos da sua vida (159) são conteúdos conceptuais que manifestamente aparecem com a função de factores primordiais da fundamentação gnosiológica cartesiana de validade (gnosiológica) do conhecimento em geral (o que Descartes recorda na passagem acabada de referir do início da IV Meditação). No entanto, o grau de conformidade da constituição destes factores primordiais, relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, não será objecto da presente unidade processual de investigação, porque este grau de conformidade já foi objecto das unidades processuais de investigação precedentes (160). Assim, para efeitos da presente unidade processual de investigação destacam-se os seguintes factores primordiais da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral, segundo as Meditações:

a) a impossibilidade de um sujeito de conhecimento ser enganado por Deus: "reconheço que é impossível que alguma vez ele [Deus/ser completo] me engane, visto que em toda a fraude e engano se encontra alguma espécie de imperfeição. E ainda que pareça que poder enganar é sinal de subtileza, ou de poder, todavia querer enganar testemunha sem dúvida fraqueza, ou maldade. E, portanto, isto não pode encontrar-se em Deus" (161);

b) a constatação imediata, efectuada pelo sujeito de conhecimento, da presença em si mesmo de uma faculdade de julgar e a dedução da origem divina desta faculdade: "experimento em mim mesmo uma certa faculdade de julgar (162), a qual sem dúvida recebi de Deus, tal como todas as restantes coisas que possuo" (163);

c) a necessária validade operatória da forma geral (operatória) da faculdade de julgar (encontrada pelo sujeito de conhecimento em si mesmo): "e como ele [Deus] não queria enganar-me, é certo que ele não ma deu [a faculdade de julgar] tal que eu possa alguma vez errar, quando usar dela como deve ser" (164);

d) a ausência de contradição entre a necessária validade operatória da forma geral (operatória) da faculdade de julgar e a ocorrência do erro: "se me vem de Deus tudo o que possuo e se de modo nenhum ele me deu uma faculdade para errar [...] a experiência leva-me a conhecer que, no entanto, eu estou sujeito a uma infinidade de erros" (165). O conhecimento da necessária validade operatória da forma geral (operatória) da faculdade de julgar e o conhecimento da ocorrência de erros no uso desta faculdade, pelo sujeito de conhecimento, aparecem, por um lado, como conhecimentos verdadeiros assegurados e, por outro lado, numa aparente contradição entre si. A investigação teórica cartesiana prossegue, procurando determinar as condições da compatibilidade daqueles conhecimentos (isto é a compatibilidade dos seus objectos). Aliás esta compatibilidade não se apresenta, em princípio, impossível, desde que se atente no conteúdo do primeiro dos conhecimentos em causa, pois, a necessária validade operatória que ele põe, relativamente à faculdade de julgar, não se reporta à totalidade da extensão funcional possível desta faculdade, mas somente a uma região desta extensão, aquela que se realize em conformidade com a forma geral (operatória) desta mesma faculdade: quando o sujeito de conhecimento usar desta faculdade como deve ser. A investigação cartesiana das condições da compatibilidade dos conhecimentos aqui em causa dá-se pela determinação das causas possíveis (e conhecíveis de modo assegurado) do erro e pela avaliação da compatibilidade destas causas com o fundamento ontológico da validade operatória da forma geral (operatória) da faculdade de julgar (Deus, tal como Descartes o concebe) e com esta mesma validade.

Assim:

d^1) uma causa ontológica do erro: a finitude do sujeito (humano) de conhecimento

- "acontece que eu erro, [em consequência] de que a faculdade que Deus me deu para discernir o verdadeiro do falso, não é em mim infinita" (166);

d^2) a ausência de contradição entre a causa ontológica do erro - a finitude do sujeito (humano) de conhecimento - e a ideia de Deus (ser imenso, incompreensível, infinito, Criador de todas as coisas, inclusivé do sujeito (humano) de conhecimento (167): "não se deve considerar só uma criatura em separado, quando se procura saber se as obras de Deus são perfeitas, mas sim geralmente todas as criaturas em conjunto. Pois, uma mesma coisa que poderia talvez, com alguma razão parecer muitíssimo imperfeita, se ela existisse completamente só, aparece muito perfeita na sua natureza, se ela for encarada como parte de todo este Universo" (168);

d^3) uma causa operatória do erro: a constituição operatória da faculdade de julgar do sujeito (humano) de conhecimento - "descubro que eles [os meus erros] dependem do concurso de duas causas, a saber da faculdade de conhecer que existe em mim e da faculdade de escolher (169), ou antes do meu livre-arbítrio: isto é do meu entendimento e conjuntamente da minha vontade" (170); "donde é pois que provém os meus erros? É, a saber, somente disto, que a vontade sendo muito mais ampla e extensa que o entendimento, eu não à contenho nos mesmos limites, mas estendo-a também às coisas que não entendo, às quais sendo ela por si indiferente, afasta-se muito facilmente do bom caminho e escolhe o mal pelo bem e o falso pelo verdadeiro. O que faz com que eu me engane e que peque" (171): "a luz natural ensina-nos

que o conhecimento do entendimento deve sempre preceder a determinação da vontade" (172);

d^4) a ausência de contradição entre a causa operatória do erro - a constituição da faculdade de julgar do sujeito (humano) de conhecimento - e a ideia de Deus, ser completo/perfeito e criador daquela faculdade: "é neste mau uso do livre arbítrio [não fazer preceder as determinações da vontade pelo conhecimento claro e distinto efectuado pelo entendimento dos objectos daquelas determinações], que se encontra a privação que constitui a forma do erro. A privação, digo eu, encontra-se na operação, enquanto ela procede de mim; mas ela não se encontra na faculdade que recebi de Deus, nem mesmo na operação, enquanto ela depende dele" (173); "no que respeita à privação, na qual consiste somente a razão formal do erro e do pecado, ela não tem necessidade de nenhum concurso de Deus, visto que isso não é uma coisa ou um ser, e que, se a reportarmos a Deus como sua causa, ela não deve ser dita privação, mas somente negação, em conformidade com o significado que se dá a estas palavras na Escola" (174);

e) as condições da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral: "todas as vezes que eu retenho a minha vontade dentro dos limites do meu conhecimento de tal modo que ela não efectue menhum juízo, senão relativamente às coisas que lhe são clara e distintamente representadas pelo entendimento, não pode acontecer que eu me engane" (175); "eu hoje não aprendi somente o que devo evitar para nunca mais me enganar, mas também o que devo fazer para alcançar o conhecimento da verdade. Porque certamente alcançá-la-ei se retiver a minha atenção em todas as coisas que eu conhecer perfeitamente, e se as fizer separar das outras que eu não compreendo senão confusa e obscuramente" (176).

B. A constituição dos factores primordiais da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral, segundo as Meditações e o componente gnosiológico do princípio P.

a) A impossibilidade de que um sujeito de conhecimento seja enganado por Deus (177). A constituição deste factor primordial, considerada em si mesma, reduz-se a uma dedução estabelecida através de uma simples comparação (implicita) entre a essência da ideia de Deus, concebido como um ser completo, ou totalmente-perfeito e alguns pressupostos constituintes da aceção de enganar (em geral); "é bastante evidente que ele [Deus] não pode ser enganador, visto que a luz natural nos ensina que enganar depende necessariamente de algum defeito" (178).

Considerada nesta perspectiva, a constituição do factor primordial em causa apresenta somente uma dificuldade teórica, relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P: a que resulta da infinidade de Deus. E mesmo esta dificuldade não é reconhecida enquanto tal por Descartes, em consequência da suficiência operatória que ele admite em relação ao critério de verdade da evidência para garantir a validade gnosiológica dos conhecimentos relativos a Deus (179).

No entanto, se se considerar esta mesma constituição do factor primordial em causa na perspectiva da consistência gnosiológica dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos que ela integra - nomeadamente a validade operatória universal do critério de verdade da evidência, os princípios gerais constituintes do real, inclusivé a própria criação por Deus - e avaliada esta consistência gnosiológica em função de um uso forte das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, reconhecem-se naquela constituição as mesmas dificuldades teóricas já

assinaladas na presente exposição, a propósito da fundamentação gnosiológica do critério de verdade da evidência e da existência de Deus (180). Estas dificuldades teóricas podem reduzir-se à carência de necessidade nas relações de adequação admitidas entre conteúdos conceptuais, encontrados no pensamento do sujeito de conhecimento, e os objectos a que esses conteúdos são reportados (nomeadamente a ideia de Deus e a forma constituinte geral do real, isto é o conjunto dos princípios gerais fundamentais admitidos por Descartes na constituição do real). Todavia não se deve esquecer que estas dificuldades não se põem sequer na perspectiva de Descartes, pois ele considera o critério de verdade da evidência - tal como ele o emprega - como sendo suficiente para garantir a consistência gnosiológica daquelas relações e, por conseguinte, a dos conhecimentos que lhes correspondem, enquanto conhecimentos verdadeiros.

b) A constatação imediata, efectuada pelo sujeito de conhecimento, da presença em si mesmo de uma faculdade de julgar e a dedução da origem divina desta faculdade (181). A constituição deste factor primordial dá-se por uma constatação imediata - uma intuição - da pertença de uma faculdade de julgar ao próprio sujeito de conhecimento e por uma dedução fundamentada no conhecimento posto por aquela intuição e no conhecimento (anteriormente adquirido) da dependência/criação (e manutenção) do sujeito do conhecimento por Deus.

A relação de conformidade/não-conformidade entre a constituição em causa e as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P é equivalente à sua homóloga analisada na alínea imediatamente anterior da presente exosição. Pois, considerada em si mesma, aquela constituição também não apresenta qualquer violação das determinações constituintes acabadas de referir, dado que, por um lado, os conhecimentos em que ela se fundamenta são considerados por Descartes como se se dessem em

conformidade com o critério de verdade de evidência (ainda que esta conformidade não seja senão implicitamente posta em relação ao conhecimento de posse de uma faculdade de julgar pelo sujeito de conhecimento) e, por outro lado, a dedução que a constituição em causa integra dá-se com necessidade, em função dos conteúdos conceptuais dos conhecimentos acabados de referir e do princípio da não-contradição: se tudo o que pertence à essência do sujeito do conhecimento foi criado por Deus, a faculdade de julgar, enquanto um componente desta essência, ela foi também necessariamente criada por Deus.

Mas considerada aquela mesma constituição na perspectiva da consistência gnosiológica dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos que ela integra - nomeadamente a validade operatória universal do critério de verdade, os conhecimentos verdadeiros assegurados da existência e essência de Deus e da sua relação constituinte com os restantes seres em geral, e com o sujeito do conhecimento em particular (relação Criador/criatura) - e avaliada a consistência gnosiológica acabada de referir em função de um uso forte das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, reconhecem-se na constituição em causa as mesmas dificuldades teóricas assinaladas na alínea anterior, a propósito da constituição do factor primordial aí objecto de análise.

c) A necessária validade operatória da forma geral (operatória) da faculdade de julgar, encontrada pelo sujeito de conhecimento em si mesmo (182). A constituição deste factor primordial dá-se por uma dedução fundamentada em três conhecimentos, admitidos como gnosiologicamente válidos em momentos discursivos anteriores da mesma contrução teórica cartesiana (cada um destes conhecimentos é também considerado, na presente unidade processual de investigação, como um factor primordial de fundamentação gnosiológica da validade do conhecimento em geral, segundo as Meditações):

a veracidade divina, ou a impossibilidade de um sujeito de conhecimento ser enganado por Deus; a presença/integração de uma faculdade de julgar no sujeito de conhecimento, isto é de uma faculdade "para discernir o verdadeiro do falso" (183), ainda que o seu conteúdo operatório não seja analiticamente determinado nesta passagem da construção cartesiana em causa; a origem e atribuição divinas desta faculdade de julgar ao sujeito de conhecimento (por criação).

Considerada em si mesma, a constituição do factor primordial em causa nesta unidade processual de investigação apresenta-se em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, pois ele dá-se por relações bem determinadas e necessárias, em função dos conteúdos conceptuais dos conhecimentos (acima enunciados) em que ela se fundamenta e do princípio de não-contradição.

Considerada a constituição aqui em causa na perspectiva de consistência gnosiológica dos pressupostos gnosiológicos que ela integra e avaliada esta consistência em função de um uso forte daquelas determinações constituintes, reconhece-se, uma vez mais, que esta mesma constituição se encontra numa situação constituinte equivalente àquela que foi assinalada nas duas alíneas imediatamente anteriores da presente exposição, relativamente à constituição dos factores primordiais aí objecto de análise.

d) Uma causa ontológica do erro: a finitude do sujeito (humano) de conhecimento (184). Esta determinação da causa ontológica do erro (185) dá-se pela invocação de: primeiro - alguns conteúdos conceptuais, anteriormente admitidos nesta construção teórica cartesiana como conhecimentos gnosiologicamente válidos (nomeadamente o conhecimneto da existência do sujeito de conhecimento, concebido como uma coisa que pensa e um ser incompleto/imperfeito; o conhecimento de ocorrência de erro na realização da actividade do sujeito de conhecimento; o conhecimento da

essência da existência de Deus, concebido como um ser completo/perfeito, criador de todos os restantes seres inclusivé, por conseguinte, do sujeito de conhecimento); segundo - a ideia negativa do nada, encontrada no pensamento do sujeito de conhecimento (concebido como "o que é infinitamente afastado de toda a espécie de perfeição" (185), isto é concebido pela negação do conteúdo essencial do ser completo/perfeito); terceiro - a admissão/invocação implicita da determinação universal da constituição do real pelos princípios da razão suficiente e de causalidade final; quarto - a construção de uma série dedutiva, fundamentada nos conteúdos conceptuais acabadas de enumerar (187). Assim:

- dos conteúdos conceptuais (acima enumerados) das representações do sujeito de conhecimento, de Deus e do nada, Descartes deduz a situação ontológica do sujeito (humano) de conhecimento entre Deus-ser completo/perfeito e o nada: "eu sou como um meio entre Deus e o nada" (188). Dado que as representações de Deus e do nada aqui admitidas põem os dois limites ideais de uma escala de gradações da consistência ontológica possível de todos os seres e dado que a representação em causa do sujeito de conhecimento põe este sujeito como simultaneamente participante do ser e do não-ser (189), esta dedução reduz-se a explicitar, por um lado, a necessária inclusão daquele sujeito na extensão da referida escala de gradações de consistência ontológica e, por outro lado, a equidistância deste sujeito em relação aos dois limites da mesma escala. Pois, se estes limites estão infinitamente afastados, qualquer ponto da escala em causa está infinitamente afastado de ambos. Nestas condições, e considerada esta dedução em si mesma, a única dificuldade que a sua constituição levanta, relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, é a que consiste em representar de modo claro e distinto o infinito (Deus e o nada - este

último reporta-se ao infinito, enquanto ele é concebido pela sua distância infinita de Deus). Mas, como é sabido, esta dificuldade não é admitida, enquanto tal, por Descartes (190);

- da participação do não-ser na constituição do sujeito (humano) de conhecimento (isto é da sua finitude), Descartes deduz: primeiro - a possibilidade deste sujeito ser afectado por uma infinidade de carências; segundo a possibilidade de o mesmo sujeito errar (pressuposto que o erro é um defeito, ou privação) (191); terceiro - a não-necessidade operatória de uma faculdade específica para que o sujeito do conhecimento erre (o que Descartes deduz apoiando-se directamente na conclusão imediatamente anterior desta enumeração); quarto - a causa do erro e a finitude da faculdade de julgar (192). A transição da possibilidade de errar (em consequência da participação do não-ser na constituição do sujeito humano de conhecimento) à conclusão de que a causa do erro é a finitude da faculdade de julgar (ou de distinguir o verdadeiro do falso), dada por Deus àquele sujeito, não aparece muito clara na passagem em causa das Meditações. No entanto, se se considerar, por um lado, o conjunto dos elementos enumerados por Descartes na sua busca da causa do erro e, por outro lado, as exclusões por ele efectuadas em relação a estes mesmos elementos, reconhece-se que, no interior das condições assim postas, a conclusão em causa aparece estabelecida com necessidade (do mesmo modo que as relações/deduções, acima referidas, que precedem e fundamentam esta conclusão).

Nestas condições reconhece-se igualmente, por um lado, que a construção teórica cartesiana determinadora da causa ontológica do erro, quando considerada no interior dos pressupostos em que ela se dá, manifesta-se em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente

gnosiológico do princípio P e, por outro lado, que os pressupostos gnosiológicos e ontológicos, assinalados nas alíneas imediatamente anteriores da presente exposição como insuficientemente fundamentados, segundo aquelas determinações constituintes, continuam na mesma situação. Por conseguinte, aqueles pressupostos gnosiológicos e ontológicos projectam, na construção teórica cartesiana que determina as causas do erro, as consequências teóricas já assinaladas nesta exposição. O significado constituinte daqueles mesmos pressupostos para esta construção teórica cartesiana aparece claramente manifesto, se se tiver em conta que o discurso cartesiano determinador dos factores ontológicos possíveis do erro - de entre os quais será encontrada a causa ontológica do erro - se fundamenta na ideia cartesiana de criação e, por conseguinte, também nos pressupostos constituintes/ontológicos desta (193). Assinala-se uma vez mais que Descartes não reconhece estas dificuldades teóricas, em consequência da validade operatória universal que ele admite do critério de verdade da evidência.

e) a ausência de contradição entre a causa ontológica do erro e a ideia de Deus (194). Podem considerar-se dois momentos constituintes distintos na fundamentação gnosiológica cartesiana da ausência de contradição entre a causa ontológica do erro e a ideia de Deus: a determinação da inconsistência gnosiológica da representação-sentimento de que o erro "é uma privação de algum conhecimento que parece que eu deveria possuir" (195); a determinação da legitimidade ontológica da finitude do sujeito de conhecimento (isto é da finitude da sua faculdade de julgar).

A constituição da determinação cartesiana da inconsistência gnosiológica da representação-sentimento de que o erro "é uma privação de algum conhecimento que parece que eu deveria possuir"(196). Esta constituição dá-se:

- pela invocação do conteúdo conceptual da ideia de Deus, ser

completo/totalmente perfeito, criador de tudo o que existe, inclusivé do sujeito de conhecimento (pressupondo-se a consistência gnosiológica desta ideia como um conhecimneto asseguradamente verdadeiro);

- pela introdução da noção - não directamente determinada, mas claramente manifesta pelo seu uso teórico - de direito por natureza/criação à posse/participação de algo, por um ser criado ;

- pela redução do fundamento deste "direito" à determinação constituinte, efectuada por Deus, da identidade do género de um ser (isto é a redução daquele fundamento ao conteúdo da vontade determinada de Deus relativamente à essência do género do ser em causa);

- pela dedução, fundamentada na ideia de Deus acima referida, da necessária qualidade axiológica de o melhor, relativamente à identidade do género de qualquer ser criado (isto é a impossibilidade de Deus determinar por criação a constituição de um ser com uma perfeição ontológica inferior ao melhor);

- pela dedução (implicita) da inconsistência gnosiológica da representação-sentimento acima mencionada - a qual se fundamenta na impossibilidade de admitir (pensar) que o género da faculdade de julgar de um sujeito de conhecimneto criado deva ter mais perfeição do que aquela com que ela foi efectivamente criada por Deus.

Assim, se se tiver em conta, por um lado, a representação geral cartesiana da constituição do real por criação, em que se fundamentam as deduções acabadas de referir e, por outro lado, o conteúdo e o fundamento do conceito de "direito" por natureza/criação" (integrado naquela representação da constituição do real) reconhece-se que a constituição da determinação cartesiana da inconsistência gnosiológica da representação-sentimento em causa não apresenta quaisquer dificuldades teóricas

relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, quando considerada no interior dos pressupostos gnosiológicos, ontológicos em que ela se fundamenta (nomeadamente as condições gerais da constituição do real por Criação, segundo Descartes). Pois, os efeitos de um ser-constituinte-totalmente-perfeito são necessariamente os melhores - isto é perfeitos no interior das condições da sua constituição - em função da natureza daquele ser e do princípio da não-contradição: por sua vez, a representação-sentimento de que a ocorrência do erro é uma violação de um direito por natureza/criação (o direito de um sujeito de conhecimento criado a nunca se enganar) necessariamente não tem a consistência gnosiológica própria de um conhecimento verdadeiro, em consequência da carência de fundamento de um tal direito.

Considerada agora esta mesma construção teórica cartesiana na perspectiva da consistência gnosiológica dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos acima referidos - e avaliada esta consistência gnosiológica relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P - encontram-se, por um lado, as mesmas dificuldades teóricas já mais que uma vez assinaladas na presente unidade processual de investigação (197) relativamente a situações constituintes análogas e, por outro lado, a mesma posição de Descartes de não considerar aquelas dificuldades enquanto tais.

A constituição da determinação cartesiana da legitimidade ontológica da finitude do sujeito de conhecimento. Esta constituição dá-se:

- pela dedução bem conhecida da incognoscibilidade (relativamente ao sujeito humano de conhecimento) das causas de inumeráveis coisas constituídas por Deus, nomeadamente as causas finais: "a minha natureza é extremamente fraca e limitada e pelo contrário [...] a

de Deus é imensa, incompreensível, e infinita, não tenho nenhuma dificuldade em reconhecer que há uma infinidade de coisas em seu poder, cujas causas ultrapassam o alcance do meu espírito" (198);

- pela admissão (condicional) deste pressuposto ontológico-constituinte complexo: Deus criou outros seres para além do sujeito de conhecimento em causa (o que só em momento discursivo posterior Descartes fundamentará) e estes seres-criaturas formam um todo unificado (do qual o sujeito de conhecimento é parte) (199);

- pela dedução (fundamentada nas condições acabadas de referir) da possibilidade de que a identidade de cada componente da criação (a sua natureza própria) seja determinada em função da sua situação constituinte de parte de um todo unificado (o Universo das criaturas) (200);

- pela dedução (implicita) da inclusão da constituição do sujeito de conhecimento (nomeadamente a sua faculdade de julgar) na extensão da condição constituinte geral da Criação, acabada de referir (201).

As relações estabelecidas nas constituições das deduções acabadas de enumerar não apresentam, quando consideradas no interior dos pressupostos em que elas se fundamentam, qualquer outra dificuldade relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, além da que consiste em representar de modo claro e distinto um ser infinito (Deus). No entanto, apesar das relações em causa se apresentarem constituídas com necessidade, as conclusões a que conduzem continuam a ter de ser consideradas condicionais, ou hipotéticas. Pois, além das insuficiências de fundamentação teórica, anteriormente assinaladas, relativamente aos pressupostos gnosiológicos e ontológicos comuns a quase todos os momentos constituintes da construção teórica cartesiana em causa

- com as respectivas consequências já assinaladas (202) daquelas insuficiências teóricas, no tocante à consistência gnosiológica das conclusões que se fundamentem em tais pressupostos ontológicos e gnosiológicos - há ainda a ter em conta que a unidade constituinte da Criação, sob a forma de um Universo, permanece como uma hipótese, apesar de Descartes parecer admiti-la como irrefutável: ele não chega sequer a garanti-la explicitamente pelo critério de verdade da evidência (203). Aliás Descartes não parece querer atribuir às conclusões deste passo da sua construção teórica a consistência gnosiológica de conhecimento verdadeiro, mas somente a de uma hipótese teórica, de construção gnosiologicamente consistente enquanto tal e em conformidade com os dados da experiência (e mesmo com a representação dominante do mundo).

f) Uma causa operatória do erro: a constituição operatória da faculdade de julgar do sujeito (humano) de conhecimento (204). A constituição da determinação teórica desta causa operatória do erro dá-se:

- pela admissão/aquisição do conhecimento da participação simultânea da faculdade de conhecer (de entender, de conceber (205) e da faculdade de escolher (livre-arbítrio, vontade) na constituição operatória do erro (206);

- pela admissão/aquisição de conhecimento relativos à natureza e extensão operatórias daquelas faculdades (de conhecer e de escolher) (207);

- pela dedução da impossibilidade de qualquer uma daquelas duas faculdades ser, por si só, causa do erro (dedução fundamentada na natureza operatória daquelas mesmas faculdades e num conceito de erro (que Descartes não define de modo directo e explicito, mas que aparece claramente manifesto através de toda a IV Meditação: escolher

"o mal pelo bem e o falso pelo verdadeiro" (208));

- pela dedução da causa operatória do erro, a partir dos conhecimentos acima mencionados: uns, admitidos/adquiridos (nomeadamente o conhecimento da diferença de extensão operatória entre as duas faculdades em causa e o da natureza operatória de uma delas, isto é da forma geral operatória da vontade); outro, deduzido (209);

Assim, se se tiver em conta:

- que os conhecimentos acima referidos (relativos à participação simultânea da faculdade de conhecer e da faculdade de escolher e à natureza e extensão operatória destas faculdades) se apresentam ao sujeito de conhecimento como conhecimentos que este sujeito encontra imediatamente em si mesmo (210) de modo evidente (pelo menos pressupõe-se, pois Descartes apresenta-os e usa-os teoricamente sem referir qualquer restrição às suas validades gnosiológicas);

- que a dedução da impossibilidade de qualquer das referidas faculdades ser, por si só, causa do erro se dá de modo claro e distinto e com necessidade, em função dos conteúdos conceptuais em que esta dedução se fundamenta (a natureza operatória das faculdades em causa e a veracidade divina, para, por sua vez, fundamentar a necessária adequação da forma operatória da faculdade de conhecer à função de constituir conhecimentos verdadeiros);

- que a dedução/conclusão da causa operatória do erro (isto é a determinação da relação operatória daquelas mesmas faculdades, em função das suas naturezas e extensões operatórias) aparece igualmente constituída de modo claro e distinto e com necessidade, em função dos conteúdos conceptuais em que ela se fundamenta: a redução das

> causas do erro a três factores - a faculdade de conhecer, a faculdade de escolher, consideradas isoladamente, e a relação operatória entre estas faculdades, determinada pelas suas naturezas e extensões operatórias respectivas - e a impossibilidade de dois destes três factores serem, por si sós causa do erro

conclui-se que a constituição da determinação da causa operatória do erro, segundo as Meditações, considerada no interior dos pressupostos em que se fundamenta, se dá em conformidade com as determinações constituídas pelo componente gnosiológico do princípio P.

g) a ausência de contradição entre a causa operatória do erro e a ideia de Deus ser completo/perfeito e criador da faculdade de julgar do sujeito (humano) de conhecimento (211). Podem considerar-se dois momentos constituintes distintos na fundamentação gnosiológica cartesiana desta ausência de contradição entre a causa operatória do erro e a ideia de Deus: a determinção analítica (efectuada em termos operatórios) do conteúdo da forma, ou razão formal do erro; a exclusão de Deus da função de causa directa da forma, ou razão formal do erro (212).

A determinação analítica (efectuada em termos operatórios) do conteúdo da forma, ou razão formal do erro. Esta determinação analítica da forma do erro dá-se por uma dedução (não directamente explicitada enquanto tal), que se efectua através de uma comparação dos conteúdos dos componentes da constituição operatória do erro com o conteúdo do conceito de privação (a forma do erro estava sendo identificada em termos gerais com este conceito, quase desde o início da IV Meditação (213)). É uma comparação metodologicamente orientada no sentido de determinar qual (ou quais) dos componentes da constituição operatória do erro se integra(m), em função das condições da(s) sua(s) própria(s) constituição(ões), na extensão do conceito de privação.

O componente da constituição operatória do erro (encontrado por Descartes) que, segundo as condições da sua própria constituição, se integra na extensão do conceito de privação é um (mau) uso feito por um sujeito (humano) da sua faculdade de escolher, ou do seu livre-arbítrio. Este (mau) uso consiste em não fazer preceder as suas deliberações pelo conhecimento claro, distinto e efectuado pelo entendimento dos objectos implicados por estas mesmas deliberações (214). Este componente da constituição operatória do erro é a privação de um uso - o bom uso - da faculdade de escolher, ou livre-arbítrio (do sujeito (humano que pratica o erro) que seja conforme com a forma geral operatória (natural por Criação) daquela faculdade (livre-arbítrio, vontade), forma geral que é gnosiologicamente revelada pela luz natural: "a luz natural ensina-nos que o conhecimento do entendimento deve sempre preceder a determinação da vontade" (215); "é no mau uso do livre-arbítrio que se encontra a privação que constitui a forma do erro" (216).

Nestas condições, a determinação analítica em causa do conteúdo da forma ou "razão formal" do erro - quando considerada no interior dos pressupostos estabelecidos pela determinação cartesiana da constituição operatória do erro - não apresenta qualquer dificuldade teórica relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiologico do princípio P. Pois, tendo em conta aqueles pressupostos, as relações estabelecidas na constituição da determinação analítica em causa aparecem constituídas com clareza, distinção e necessidade, em função dos conteúdos dos seus componentes e do princípio da não-contradição.

A exclusão de Deus da função de causa directa da forma, ou "razão formal" do erro. A fundamentação gnosiológica desta exclusão de Deus da função de causa directa do erro apresenta-se algo difusa, mas o seu conteúdo teórico fundamental centra-se em dois grandes argumentos:

- a ausência de qualquer direito - pela parte de um sujeito criado que erra - de possuir, por criação, um entendimento e/ou uma vontade diferentes daqueles que possui, no tocante às naturezas e extensões operatórias destas faculdades (217);

- o erro - cuja forma é uma privação - "não é uma coisa ou um ser" (218), assim o erro "não tem necessidade de nenhum concurso de Deus" (219), nem Deus poderia ser a sua causa - "Deus [...], sendo soberanamente perfeito, não pode ser causa de nenhum erro" (220).

O primeiro destes argumentos fundamenta-se directamente na representação admitida por Descartes relativamente às condições primordiais mais gerais da constituição de todos os seres (excepto Deus): a criação por vontade livre de Deus. Segundo esta representação, a determinação da vontade de Deus relativa à constituição e à existência de um qualquer ser criado é, simultaneamente, o fundamento ontológico primordial da identidade desse ser e o fundamento do direito desse mesmo ser a esta identidade (dada a liberdade de Deus-criador). Descartes invoca ainda de novo a hipótese da unidade constituinte da Criação - e a consequente hipótese de o sujeito que erra ser constituído sob a condição de parte de um todo unificado -, como fundamento das imperfeições/limitações encontradas neste sujeito.

Esta argumentação, considerada no interior dos pressupostos em que se fundamenta, não põe qualquer dificuldade teórica relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, embora os pressupostos gnosiológicos e ontológicos em que se fundamenta - nomeadamente a consistência gnosiológica, enquanto conhecimento verdadeiro, da representação acima referida das condições do real - apresentem insuficiência de fundamentação, como já foi referido mais do que uma vez na presente exposição (221).

Quanto ao segundo dos argumentos em causa, ele constitui-se através de deduções fundamentadas nos conceitos (admitidos por Descartes) de Deus, do erro e de causa (eficiente) e que são compostas por relações clara e distintamente concebíveis e necessárias, em função dos conteúdos daqueles mesmos conceitos. Nestas condições a constituição deste argumento, considerada em si mesmo, não apresenta qualquer dificuldade teórica relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. No entanto, esta constituição apresenta as dificuldades teóricas decorrentes da insuficiência da fundamentação (teórica) já assinalada dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos em que se fundamenta - nomeadamente a validade operatória universal do critério de verdade da evidência e a representação de Deus, enquanto um conhecimento verdadeiro assegurado.

h) As condições da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral (222). Considerada no seu conteúdo imediato (223), a constituição deste factor primordial da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral, segundo as Meditações, reduz-se a uma série de deduções fundamentadas, por um lado, no conteúdo de um conhecimento admitido como indubitável/evidente, logo seguramente verdadeiro - a irreductibilidade de qualquer concepção clara e distinta a um puro não-ser: ela é um ser, isto é não é uma simples ficção de um sujeito de conhecimento - e, por outro lado, fundamentadas também no conteúdo da ideia de Deus, concebido como um ser completo/totalmente perfeito e criador universal (compreendendo-se nesta função de Deus-criador universal as condições mais gerais da constituição do real, por criação, segundo Descartes).

Assim, considerada enquanto um ser, uma concepção clara e distinta não pode ter a sua origem no nada e é mesmo necessário que radique, em última instância, a sua origem em Deus; uma concepção clara e distinta, apresenta-se, pela sua própria natureza como um conhecimento verdadeiro (de um objecto);Deus,

pela sua natureza de ser totalmente perfeito não pode criar um ser que, por sua natureza, se apresente como um conhecimento verdadeiro (de um objecto) sem que efectivamente o seja (seria criar um erro, ser enganador) (224).

Nestas condições, a constituição do factor primordial em causa neste momento de investigação, quando considerada somente no interior dos pressupostos em que se fundamenta, não apresenta qualquer dificuldade teórica relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Pois, as relações que formam aquela constituição dão-se de modo bem determinado e com necessidade, em função dos conteúdos daqueles pressupostos. Todavia, encontram-se aqui de novo as mesmas dificuldades teóricas já assinaladas mais que uma vez no decurso da presente exposição (225) e que resultam da insuficiência de fundamentação teórica dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos, nos quais esta mesma constituição se fundamenta (dificuldades teóricas que Descartes não reconhece enquanto tais, como anteriormente também já se assinalou).

C. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral, segundo as Meditações: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso da análise efectuada na presente unidade processual de investigação e expostos nos dois últimos parágrafos, conclui-se, no que diz respeito ao grau de conformidade da constituição da fundamentação gnosiológica da validade (gnosiológica) do conhecimento em geral, segundo as Meditações, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

a) se seconsiderar aquela constituição somente no interior dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos em que ela se dá - nomeadamente

a validade operatória universal do critério de verdade da evidência, o uso que Descartes aí faz deste critério e o conhecimento da essência e da existência de Deus, concebido este como um ser completo/totalmente perfeito e criador universal, (compreendendo-se aqui as condições gerais da constituição do real, por criação, segundo Descartes) - a constituição em causa apresenta-se predominantemente em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, sendo mesmo muitas das conexões conceptuais que formam aquela constituição redutíveis a juízos analíticos;

b) se se considerar aquela mesma constituição em relação à consistência teórica dos pressupostos em que ela se fundamenta (referidos na alínea anterior) e avaliada esta consistência teórica em função de um uso forte das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, a constituição em causa manifesta violações destas determinações constituintes, nomeadamente: ausência de necessidade nas relações constituintes de conhecimentos fundamentados no conhecimento da essência e da existência de Deus e no conhecimento das condições gerais da constituição do real, por criação, o que, consequentemente, afecta a consistência gnosiológica da totalidade da construção teórica cartesiana em causa. Mas, como já se assinalou mais do que uma vez no decurso da presente investigação, Descartes reconhece ao critério de verdade da evidência a consistência operatória suficiente para garantir gnosiologicamente os pressupostos teóricos em causa e assim, para ele, estas dificuldades não existem enquanto tais.

2.2.5. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência das coisas materiais (em geral e em particular) e da validade gnosiológica do seu conhecimento, segundo as Meditações (226).

A. Factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência das coisas materiais (em geral e em particular) e da validade gnosiológica do seu conhecimento, segundo as Meditações.

a) A possibilidade da existência das coisas materiais, enquanto objecto da geometria: "já sei que pode haver [coisas materiais], enquanto as considerarmos como objecto das demonstrações de geometria, visto que, deste modo, concebo-as muito clara e muito distintamente. Pois, não há dúvida de que Deus não tenha o poder de produzir todas as coisas que eu sou capaz de conceber com distinção; e nunca julguei que lhe fosse impossível fazer alguma coisa, senão quando eu encontrasse contradição em poder efectivamente concebê-la" (227);

b) a existência hipotética das coisas materiais em geral, pressuposta pela presença da faculdade de imaginar no sujeito de pensamento/conhecimento (228);

c) a existência necessária (teoricamente) das coisas materiais em geral, pressuposta pela presença da faculdade de sentir no sujeito de pensamento: "e portanto [da natureza e de alguns pressupostos ontológicos da faculdade de sentir] é necessário confessar que há coisas corporais que existem" (229);

d) a validade gnosiológica (limites e condições metodológicas) do conhecimento sensorial das coisas materiais, enquanto coisas particulares, ou concebidas de modo não completamente claro e distinto (230): "sabendo que todos os meus sentidos me manifestam (231) mais frequentemente o verdadeiro que o falso no tocante às coisas que dizem respeito às comodidades ou incomodidades do corpo" e podendo quase sempre servir-me de vários deles para examinar uma mesma coisa, e além disso, podendo usar da minha memória para estabelecer relações e juntar os conhecimentos presentes com os passados, e do meu entendimento que já descobriu todas as causas dos meus erros, eu não devo mais recear futuramente que se encontre falsidade nas coisas que mais frequentemente me são representadas pelos meus sentidos" (232).

B. A constituição dos factores primordiais da fundamentação gnosiológica da existência das coisas materiais (em geral e em particular) e da validade gnosiológica do seu conhecimento, segundo as Meditações.

a) A possibilidade da existência das coisas materiais, enquanto objectos da geometria (233). A constituição deste factor primordial dá-se, em primeiro lugar, pela admissão da presença no sujeito de conhecimento de uma infinidade de ideias concebidas com clareza e distinção que não são um puro nada, entre as quais se situam as ideias dos objectos da geometria (234); em segundo lugar, pela invocação do conhecimento anteriormente deduzido (235) da consistência de ser relativamente a todas as concepções claras e distintas.

O grau de conformidade da constituição do primeiro destes momentos da construção teórica cartesiana em causa, com as determinantes constituintes postas pelo princípio P, já foi avaliado no decurso da presente investigação (236). Recorda-se que aí se reconheceu que, se se aceitar como o faz Descartes, a validade operatória universal do critério de verdade da evidência, a constituição deste passo da construção teórica cartesiana não apresenta qualquer dificuldade importante, relativamente àquelas determinações constituintes.

No que respeita ao segundo dos dois momentos acima referidos da construção teórica em causa, a sua constituição também não põe dificuldades teóricas significativas relativamente àquelas mesmas determinações constituintes, desde que se aceite, além da validade operatória universal do critério de verdade da evidência, a representação cartesiana de Deus, ser totalmente perfeito (nomeadamente não enganador) e criador universal. Pois, por um lado, a irreductibilidade das concepções claras e distintas ao não-ser aparece suficientemente fundamentada, segundo as determinações constituintes em causa, em função daquele critério de verdade e daquela representação de Deus (tal como

anteriormente se mostrou e acima se referiu (237) e, por outro lado, um ser totalmente perfeito (Deus) tem necessariamente poder para realizar todo o possível (neste caso todas as concepções que possam ser constituídas com clareza e com distinção). E as concepções que impliquem contradição não se apresentam ao sujeito de conhecimento com consistência de ser (pelo contrário apresentam-se como não-ser). Assinala-se no entanto que se se não aceitar uma completa consistência teórica relativamente à fundamentação da referida representação de Deus e à validade operatória universal do critério de verdade da evidência, reencontram-se aqui as mesmas dificuldades teóricas já mais que uma vez assinaladas no decurso da presente investigação (nomeadamente carência de necessidade nas relações pertencentes à constituição do factor primordial em causa).

b) A existência hipotética das coisas materiais em geral, pressuposta pela presença da faculdade de imaginar no sujeito de pensamento (238). A constituição deste factor primordial dá-se:

- pela invocação da presença de uma faculdade de imaginar no sujeito de pensamento;

- pela determinação analítica da natureza da faculdade de imaginar: "ela não é outra coisa senão uma certa aplicação da faculdade de conhecer, ao corpo que lhe está intimamente presente" (239);

- pela dedução da natureza acidental da faculdade de imaginar (relativamente à natureza, ou essência do sujeito de pensamento/conhecimento (240)), dedução que Descartes efectua pela comparação do conteúdo das ideias que ele admite da natureza da faculdade de imaginar (acima referida) com a natureza ou essência do sujeito de pensamento/conhecimento (concebido como faculdade de conceber);

- pela dedução da dependência constituinte da faculdade de imaginar relativamente a algo cuja natureza seja diferente da natureza ou essência do sujeito de pensamento/conhecimento (241), dedução que é fundamentada nos resultados da dedução acabada de referir e em pressupostos relativos à forma geral da constituição do real (princípios da razão suficiente, e da causalidade eficiente e o modelo segundo o qual Descartes admite que este último princípio se realiza);

- pela admissão da (dupla) hipótese da existência de um corpo, ao qual o espírito do sujeito de pensamento/conhecimento esteja intimamente unido (242);

- pela dedução hipotética da dependência constituinte da faculdade de imaginar relativamente à realidade de um corpo que esteja unido ao sujeito de pensamento/conhecimento, dedução esta que Descartes fundamenta, por um lado, nos resultados da última dedução referida (isto é na dependência constituinte desta faculdade em relação a algo diferente do sujeito de conhecimento/faculdade de conceber) e, por outro lado, no conteúdo da (dupla) hipótese também acima mencionada.

Nestas condições, a constituição do factor primordial em causa neste momento de investigação não apresenta qualquer dificuldade teórica importante relativamente às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, desde que se admita - como o faz Descartes - a validade operatória universal do critério de verdade da evidência, inclusivé, como é obvio, a suficiência deste critério para garantir a consistência gnosiológica de conhecimento verdadeiro, relativamente aos pressupostos ontológicos que a constituição em causa integra. Pois, em primeiro lugar, os conteúdos respectivamente da faculdade de imaginar e do sujeito de conhecimento são aí postos por conhecimentos evidentes, os quais o sujeito de conhecimento adquire/admite a partir do que ele encontra em si mesmo (243),

embora a representação do conteúdo da faculdade de imaginar inclua um componente não seguramente conhecido, mas que Descartes expressamente põe como hipótese (o corpo ao qual o sujeito de conhecimento está intimamente unido); em segundo lugar, esta hipótese, enquanto tal, não põe qualquer dificuldade em relação às determinações constituintes em causa, visto que ela não apresenta incoerências no seu conteúdo, nem produz contradições com o conjunto da construção teórica em que se integra; em terceiro lugar, as deduções efectuadas por Descartes (e acima enumeradas) dão-se por relações bem determinadas e com necessidade, em função dos conteúdos dos seus fundamentos (acima identificados) e do princípio da não-contradição. Inclusivé o carácter hipotético da última das deduções acima enumeradas é necessário, em consequência, por um lado, de ela se fundamentar numa hipótese e, por outro lado, da insuficiente determinação do conjunto dos factores constituintes possíveis da faculdade de imaginar (pois, para determinar este conjunto, Descartes não estabelece senão a impossibilidade de que um ser dado pertença à sua extensão: o espírito-sujeito de pensamento/conhecimento (244).

c) A existência (teoricamente) necessária das coisas materiais em geral, pressuposta pela presença da faculdade de sentir no sujeito de pensamento/conhecimento (245). Descartes inclui, na constituição deste factor primordial da fundamentação gnosiológica da validade do conhecimento das coisas materiais, a fundamentação gnosiológica do conhecimento de uma relação que o sujeito de conhecimento não-corpo estabelece com um corpo. Até aqui Descartes adquirira intuitivamente o conhecimento verdadeiro assegurado da natureza do sujeito de conhecimento (uma substância cuja essência integra a nota de não-corpo); agora, que o conhecimento do corpo se tornou directamente o objecto da construção teórica de Descartes, a relação do corpo com o sujeito de pensamento/conhecimento não-corpo põe-se-lhe directamente como um objecto a conhecer teoricamente. Assim, no decurso da VI Meditação,

ele vai construir um conhecimento teoricamente fundamentado de dois caracteres da relação de um corpo com o ser (já conhecido) do sujeito de pensamento/conhecimento não-corpo: a sua separação total do ponto de vista das suas naturezas e a sua união estreita. É a construção de um conhecimento teórico do primeiro destes dois caracteres da relação corpo-espírito que Descartes inclui na constituição do factor primordial aqui em causa.

Para efeitos da presente unidade processual de investigação, consideram-se os seguintes componentes da constituição deste factor primordial:

- a invocação da experiência imediata do sujeito de conhecimento de sentir qualidades e de crer sentir coisas inteiramente diferentes de si (246);

- a admissão hipotética da existência no sujeito de pensamento/conhecimento de uma faculdade que produza as ideias das coisas (diferentes do sujeito de pensamento/conhecimento) dadas pela experiência acima referida (247);

- a dedução da exclusão da pertença ao conteúdo da essência, ou natureza do sujeito de pensamento/conhecimento de tudo aquilo que não seja pensar. Esta dedução fundamenta-se, por um lado, no conhecimento evidente da reductibilidade do sujeito de pensamento/conhecimento a uma substância, cuja essência consiste unicamente em pensar (248) e, por outro lado, na consistência ontológica dos objectos de ideias clara e distintamente concebidas (249);

- a admissão hipotética de uma relação estreita entre o sujeito de pensamento/ conhecimento e um corpo;

- a dedução da necessária separação dos dois seres implicados pela hipótese acabada de referir. Esta dedução fundamenta-se nas

representações das naturezas daqueles seres e no resultado da dedução acima referida, que estabelece a exclusão de tudo o que não seja pensar do conteúdo da essência, ou natureza do sujeito de pensamento/conhecimento;

- a invocação do conhecimento imediato da presença e da natureza da faculdade de imaginar e da faculdade de sentir no sujeito de pensamento/ conhecimento;

- a dedução da relação de independência constituinte do sujeito de pensamento/conhecimento relativamente às faculdades acima refridas e da relação de dependência constituinte destas mesmas faculdades relativamente àquele sujeito. Esta dupla dedução fundamenta-se nas representações admitidas da natureza de cada uma das referidas faculdades e da natureza do sujeito de pensamento/conhecimento (250);

- a análise da faculdade de sentir e a distinção, no exercício desta faculdade, de uma faculdade passiva de sentir e de uma faculdade activa de sentir (251);

- a dedução da independência substancial da referida faculdade activa de sentir, relativamente ao sujeito de conhecimento/coisa que pensa. Esta dedução fundamenta-se principalmente nos conteúdos das representações (admitidas) da natureza da faculdade activa de sentir e da natureza do sujeito de conhecimento/coisa que pensa e no modelo geral (também admitido por Descartes) da realização do princípio da causalidade eficiente (252);

- a dedução e a enumeração dos seres possíveis - em função da representação da natureza daquela faculdade activa de sentir - nos quais aquela mesma faculdade se possa radicar (253);

- a dedução dos componentes da enumeração mencionada na alínea anterior a

um único ser (em que a faculdade activa de sentir se possa radicar). Esta redução opera-se por dedução fundamentada na representação de Deus (considerado nomeadamente enquanto não-enganador) e na presença de uma grande inclinação no sujeito de conhecimento (254);

- a dedução da existência das coisas materiais em geral, efectuada através da determinação (acabada de assinalar) da natureza da substância da faculdade activa de sentir, (segundo a qual esta faculdade radica necessariamente, enquanto ser, em coisas materiais ou corporais).

Nestas condições - e considerando a constituição do factor primordial em causa neste momento de investigação somente no interior dos pressupostos em que cada um dos seus componentes se fundamenta - reconhece-se que esta constituição não apresenta dificuldades teóricas significativas relativamente às determinações constituintes postas pelo princípio P. Pois, por um lado, os conhecimentos em que se fundamentam os componentes da constituição em causa são garantidos (pelo menos implicitamente) enquanto conhecimentos verdadeiros, pelo critério de verdade da evidência e, por outro lado, as relações que formam as deduções que constituem aqueles componentes (e, por conseguinte, que constituem também o factor primordial em causa) dão-se de modo bem determinado e com necessidade em função dos conteúdos conceptuais em que se fundamentam. No entanto assinala-se uma vez mais que esta consistência gnosiológica se altera, se a consistência gnosiológica dos pressupostos ontológicos e gnosiológicos em que se fundamenta a constituição do factor primordial em causa for avaliada em função de um uso forte das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P (o que Descartes manifestamente não faz, nomeadamente no que respeita à consistência gnosiológica da validade operatória universal do critério de verdade da evidência e do conhecimento da essência e da existência de Deus).

d) A validade gnosiológica (limites e condições metodológicas) do conhecimento sensorial das coisas materiais, enquanto coisas particulares, ou concebidas de modo não completamente claro e distinto (255). A constituição deste factor primordial integra a fundamentação gnosiológica do conhecimento do segundo dos dois caracteres - referidos na alínea anterior da presente exposição (256) - da relação que o sujeito de pensamento/conhecimento não-corpo estabelece com um corpo: a estreita união destes dois seres. Para efeitos da presente investigação, consideram-se os seguintes componentes da constituição do factor primordial em causa neste momento de investigação:

- a invocação da possibilidade de erro no conhecimento sensorial das coisas particulares, ou concebidas de modo não completamente claro e distinto (257);

- a dedução da necessidade (teórica/ontológica) da existência, no sujeito de conhecimento, de uma faculdade capaz de corrigir os erros ocorridos no conhecimento sensorial das coisas acima referidas (258). Esta dedução fundamenta-se na constatação da ocorrência daqueles erros e na ideia de Deus, ser totalmente perfeito (concebido nomeadamente enquanto criador universal e não-enganador);

- a constatação/invocação de uma função cognitiva da natureza/Deus-criador e a dedução da necessária validade operatória desta função cognitiva, em consequência da representação (admitida) da essência de Deus (259);

- a determinação - por constatação com consistência gnosiológica de verdade e por enumeração de ocorrências - da extensão operatória daquela função cognitiva da natureza. Através desta função cognitiva, a natureza/Deus criador ensina ao sujeito de conhecimento não-corpo nomeadamente: que tem um corpo; que ele não está somente alojado neste corpo como um piloto no seu navio, mas que ele está estreitamente

unido a esse corpo; que há outros corpos diversificados; que ele deve fugir das coisas que lhe causam dor e procurar as que lhe dão algum prazer (260);

- a constatação/invocação de ocorrências de erro na realização da função cognitiva da natureza (nomeadamente em relação ao último elemento da enumeração acima referida dos componentes da extensão operatória desta função cognitiva) (261);

- a redução das ocorrências de erro na realização da função cognitiva da natureza/Deus a anomalias, através de:

    - a invocação de conhecimentos relativos às naturezas ontológicas do espírito e do corpo (respectivamente indivisibilidade e divisibilidade) (262);

    - a admissão de uma representação complexa, não teoricamente fundamentada, relativa à constituição geral anatómica e fisiológica do corpo humano (263);

    - a redução das causas destes erros a anomalias mecânicas (264).

- a admissão (por dedução implicita) de uma mais elevada frequência de ocorrências de conhecimentos verdadeiros que de ocorrências de erro, na realização da função cognitiva da natureza/Deus (265).

Nestas condições pode concluir-se, no que respeita ao grau de conformidade da constituição do factor primordial aqui em causa com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

- que aquela constituição pode dividir-se em duas partes, em função da natureza gnosiológica do seu contúdo: a primeira, composta pelo que deste conteúdo foi acima descrito até à constatação/invocação

de ocorrências de erro na realização da função congnitiva da natureza/Deus-criador (266) (isto é composta pela invocação da possibilidade de erro no conhecimento sensorial das coisas particulares, pela constatação/invocação de uma função cognitiva da natureza/Deus-criador, pela determinação da extensão operatória desta função cognitiva e pela constatação/invocação de ocorrências de erro na realização desta mesma função); a segunda, composta pela redução explicativa destas ocorrências a anomalias (mecânicas) (267);

- que o conteúdo da primeira destas partes não apresenta dificuldades teóricas significativas, relativamente às referidas determinações constituintes, desde que se admitam os pressupostos gnosiológicos e ontológicos gerais em que a construção teórica cartesiana em causa se fundamenta (nomeadamente a validade operatória universal do critério de verdade da evidência e a ideia de Deus, ser totalmente perfeito-criador universal). Pois, por um lado, as deduções efectuadas dão-se de modo bem determinado e com necessidade, segundo os conteúdos conceptuais em que se fundamentam e, por outro lado, a validade gnosiológica dos conhecimentos admitidos (e integrados na construção teórica cartesiana em causa) aparece garantida pelo critério de verdade da evidência (pelo menos de modo implicito);

- que o conteúdo da segunda parte inclui na sua constituição representações sem uma fundamentação teórica suficiente para lhes garantir a qualidade (gnosiológica) de conhecimentos necessariamente verdadeiros, ou indubitáveis (é o caso das representações admitidas por Descartes da constituição anatómica e da constituição fisiológica do corpo humano). Esta situação de insuficiência de fundamentação teórica e o consequente carácter condicional da admissão destas mesmas representações são claramente manifestos pelas suas expressões

cartesianas (268). Assim, a resultante desta segunda parte da constituição do factor primordial em causa nesta unidade processual de investigação carece de necessidade, nomeadamente ao nível da explicação das ocorrências de erro em causa. Esta situação não se pode considerar efectivamente uma anomalia metodológica, pois a expressão de Descartes manifesta claramente que ele ultrapassou neste ponto o âmbito dos conhecimentos necessariamente verdadeiros (269).

C. O componente gnosiológico do princípio P e a forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência das coisas materiais (em greal e em particular) e da validade gnosiológica do seu conhecimento, segundo as Meditações: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso da análise efectuada na presente unidade processual de investigação e expostos nos dois últimos parágrafos, conclui-se, relativamente ao grau de conformidade da constituição da fundamentação gnosiológica da existência das coisas materiais (em geral e em particular) e da validade gnosiológica do seu conhecimento, segundo as Meditações, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P:

a) que o conteúdo da constituição da fundamentação gnosiológica em causa nesta unidade processual de investigação se divide em duas regiões, em função da sua natureza gnosiológica: a primeira é composta por todos os elementos que formam aquele conteúdo até à admissão (exclusivé) feita por Descartes das representações da constituição anatómica e da constituição fisiológica do corpo humano (270); a segunda é composta pelo restante daquele conteúdo (isto é pela admissão das representações acabadas de referir e pela explicação cartesiana de ocorrências de erro na realização da função cognitiva da

natureza/Deus-criador por anomalias (mecânicas) (271);

b) se se considerar a primeira região (acima referida, na alínea a)) do conteúdo da constituição da fundamentação gnosiológica em causa somente no interior dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos em que ela se dá - nomeadamente a validade operatória universal do critério de verdade da evidência, o uso que Descartes aí faz deste critério e o conhecimento da essência e da existência de Deus, ser totalmente perfeito e criador universal - esta primeira região do conteúdo da constituição em causa apresenta-se em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P;

c) que se se considerar a mesma primeira região (acima determinada, na alínea a)) do conteúdo da constituição da fundamentação gnosiológica em causa, relativamente à consistência teórica dos pressupostos em que ela se fundamenta (referidos na alínea anterior) e se se avaliar esta consistência teórica em função de um uso forte das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, aquela primeira região do conteúdo da constituição em causa manifesta violações relativamente a estas determinações constituintes: nomeadamente ausência de necessidade nas relações constituintes fundamentadas no conhecimento da essência e da existência de Deus (criador universal), o que consequentemente, afecta a totalidade da consistência gnosiológica da construção teórica cartesiana em causa. Como já se assinalou mais que uma vez no decurso da presente investigação, Descartes não reconhece estas situações como dificuldades teóricas, pois reconhece ao critério de verdade da evidência a consistência operatória suficiente para garantir gnosiologicamente os pressupostos ontológicos em que se fundamenta esta passagem da sua construção teórica;

d) que a segunda região (acima assinalada, na alínea a)) do conteúdo da constituição da fundamentação gnosiológica em causa apresenta elementos

constituintes privados da qualidade gnosiológica de conhecimento necessariamente verdadeiro, ou indubitável. Pois, tanto as representações admitidas por Descartes da construção anatómica e da constituição fisiológica do corpo humano, como a explicação cartesiana das ocorrências de erro, fundamentada nestas representações, não apresentam uma fundamentação teórica suficiente para atingir a consistência gnosiológica de conhecimentos necessariamente verdadeiros. No entanto, não se podendo, assim, considerar esta segunda região do conteúdo da constituição em causa realizada efectivamente em conformidade com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, também não se pode considerar que ela se dê em efectiva violação destas determinações constituintes. Pois, por um lado, esta passagem do discurso cartesiano apresenta-se constituída com clareza e distinção e sem contradições e, por outro lado, Descartes confere a esta mesma passagem um caracter condicional/hipotético, como anteriormente se mostrou (272).

2.2.6. O componente gnosiológico do princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos no decurso da presente investigação, pela confrontação analítica dos caracteres gnosiológicos da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P (273) - resultados estes que se encontram directamente enunciados nas c o n c l u s õ e s das várias unidades processuais de investigação que compõem esta confrontação analítica (274) - conclui-se, no que respeita ao grau de conformidade da constituição daquela teoria cartesiana com as determinações constituintes

acabadas de referir:

a) que se se considerar a perspectiva, ou interpretação operatória seguida por Descartes relativamente às opções metodológicas que ele fez na constituição da sua teoria da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações, manifesta-se nesta constituição:

- uma procura constante, efectuada por Descartes, de conformar esta constituição a determinações constituintes equivalentes às que são postas pelo componente gnosiológico do princípio P;

- uma conformidade dominante - senão mesmo completa - da realização dos diversos componentes desta constituição e do seu todo, relativamente às determinações constituintes acabadas de referir. Pois, aquela perspectiva, ou interpretação, operatória de Descartes das suas opções metodológicas aqui em causa põe: por um lado, um uso fraco/abandono operatório da hipótese da existência de um ser todo poderoso enganador e da sua consequência gnosiológica capital, isto é o bloqueio operatório do poder de um sujeito de conhecimento se auto-garantir da validade gnosiológica de qualquer conhecimento que ele constitua/adquira; por outro lado, a suficiência operatória do critério cartesiano de verdade da evidência (e da intuição) para garantir a consistência gnosiológica de conhecimentos verdadeiros aos conteúdos conceptuais/conhecimentos, que são integrados por Descartes na constituição da sua teoria da actividade do sujeito de conhecimento. E num caso em que os conteúdos conceptuais/conhecimentos parece não satisfazerem completamente as condições deste critério de verdade, Descartes conserva um carácter condicional/hipotético ao seu discurso: as representações da constituição anatómica e da constituição fisiológica do corpo humano e a explicação cartesiana das ocorrências de erro na realização da

função cognitiva da natureza/Deus-criador (275);

b) que, se na avaliação do grau de conformidade da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, se fizer um uso forte das opções metodológicas estabelecidas por Descartes para a realização desta sua teoria - o que, aliás, numa posição de rigor formal se manifesta legítimo, em função da formulação cartesiana daquelas mesmas opções metodológicas - manifesta-se nesta constituição:

- a ocorrência de situações de não conformidade com aquelas determinações constituintes postas pelo princípio P, que se dão em componentes capitais da constituição em causa, nomeadamente na fundamentação gnosiológica da validade operatória universal do critério de verdade da evidência (particularmente no tocante à sua aplicação à validação do conhecimento de seres exteriores ao sujeito de conhecimento (276)), na fundamentação gnosiológica do conhecimento da essência e da existência de Deus e na admissão de condições gerais fundamentais da constituição do real (277);

- uma (consequente) generalização da insuficiência de consistência teórica na constituição em causa da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, avaliada esta insuficiência de consistência teórica em relação não só às opções metotológicas mesmas que regulam estas constituições (segundo Descartes), mas também em relação às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Esta generalização da insuficiência de consistência teórica resulta não só da presença na constituição em causa de componentes afectados por uma insuficiência de consistência teórica (as situações de não-conformidade com aquelas determinações constituintes acabadas de referir), mas também da reprodu-

ção da insuficiência de consistência teórica de tais componentes na constituição da teoria cartesiana em causa, através das funções constituintes que Descartes lhes confere nesta constituição. São exemplos desta "reprodução" da insuficiência de consistência teórica algumas das ocorrências de emprego do critério de verdade da evidência/intuição e da ideia de Deus-criador universal, assinaladas no decurso da presente exposição;

- a não-receptividade de Descartes relativamente a estas dificuldades teóricas, a qual resulta, por um lado, da sua perspectiva, ou interpretação operatória das opções metotológicas que estabelece para efectuar a constituição em causa (da teoria da actividade do sujeito de conhecimento) e, por outro lado, da suficiência operatória que ele admite em relação à intuição e ao critério de verdade da evidência para constituir e validar os conhecimentos que correspondem aos componentes daquela constituição, onde se manifestou, no decurso da presente investigação, insuficiência de fundamentação e de consistência teórica.

c) que o uso fraco/abandono operatório feito por Descartes das suas opções metodológicas acima referido (alínea a)) apresenta somente uma legitimidade de facto e não uma legitimidade de direito, ou teórica - quer esta legitimidade de direito, ou teórica seja avaliada em função do conteúdo destas mesmas opções metodológicas (enquanto elas põem determinações constituintes), quer ela seja avaliada em função do conteúdo das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P. Esta carência de legitimidade de direito, ou teórica é acentuada pela formulação daquelas opções metotológicas, pois esta não põe qualquer condição limitadora da totalidade da normal extensão operatória (uso forte) de tais opções metotológicas (278);

d) que a ausência efectiva de uma fundamentação gnosiológica indubitavelmente suficiente da validade operatória do critério de verdade da evidência e da intuição - relativamente ao uso que Descartes faz deste critério de verdade - e deste género de conhecimenro - para constituir e validar nomeadamente o conhecimento da essência e da existência de Deus e o conhecimento das condições gerais fundamentais da constituição do real, produz efectivamente violações não só das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, mas também das determinações constituintes postas pelo conteúdo conceptual/operatório do critério de verdade da evidência e pelo conceito cartesiano de intuição (279). Pois aquela ausência efectiva de uma fundamentação gnosiológica indubitavelmente suficiente do critério de verdade da evidência e da função constituinte atribuída por Descartes à intuição, legítima a admissão de dúvidas relativamente aos conteúdos conceptuais/conhecimentos e às práticas metodológicas fundamentadas naquele critério e naquela função constituinte;

e) que numa perspectiva de avaliação objectiva do grau de conformidade da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P - isto é tendo em conta nesta avaliação somente os conteúdos conceptuais em causa e não considerando portanto a interpretação operatória que deles faz Descartes - prevalece a situação acima caracterizada na alínea b) (caracterização completada pelas alíneas c) e d)); numa perspectiva da avaliação daquele grau de conformidade, em que se considere a interpretação operatória que Descartes faz dos conteúdos conceptuais implicados por esta mesma avaliação, prevalece a situação acima caracterizada na alínea a);

f) assim, por um lado, o processo constituinte da teoria cartesiana de actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, aparece

efectuado por Descartes em conformidade com um conjunto de condições constituintes equivalentes, do ponto de vista constituinte, às condições constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P e, por outro lado, a constituição desta mesma teoria cartesiana, concebida como uma realidade acabada e considerada na perspectiva do seu autor (a que acima se designou na alínea a) por perspectiva, ou interpretação operatória de Descartes, relativamente aos componentes desta constituição que põem dificuldades teóricas) aparece igualmente determinada pelo mesmo conjunto de condições constituintes acabado de referir;

g) que nestas condições, o componente gnosiológico do princípio P aparece, portanto - no que respeita à teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações - adequado à função que lhe foi hipoteticamente atribuída no modelo teórico geral da presente investigação, isto é a função de princípio gnosiológico constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes.

Conclui-se ainda - a partir da análise acabada de efectuar à constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações - que a não-conformidade completa efectiva desta constituição com o conjunto de determinações constituintes (gnosiológicas), estabelecidas e admitidas para a sua própria realização, pelo sujeito de conhecimento que a produz (Descartes), põe um problema complexo para resolver (que implica meios metodológicos próprios).

2.3. O princípio P e a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento: c o n c l u s ã o.

Tendo em conta os resultados obtidos através das duas unidades processuais da presente investigação a que correspondem o § 2.1. e o § 2.2. da presente

exposição (280), os quais se encontram resumidos nas c o n c l u s õ e s daqueles parágrafos (281) - donde se destaca:

- a equivalência constituinte dos objectivos em função dos quais a teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento aparece constituída, aos objectivos postos pelo componente prático do princípio P, relativamente à actividade constituinte de conhecimento implicada pelo componente gnosiológico deste mesmo princípio P - isto é tanto aquela teoria cartesiana, como esta actividade constituinte de conhecimento (implicada pelo componente gnosiológico acabado de referir) aparecem igualmente constituídas em função da realização do ser do homem, segundo a sua natureza geral e a sua individualidade integrada no tempo (282);

- a procura efectuada por Descartes - e a sua convicção de êxito - enquanto sujeito constituinte da teoria da actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, de conformar a constituição desta teoria a um conjunto de determinações constituintes equivalentes, do ponto de vista constituinte, às determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P (283) (apesar de, numa perspectiva de avaliação objectiva do grau de conformidade da constituição desta teoria cartesiana com aquelas determinações constituintes se reconhecer a ocorrência de algumas violações destas mesmas determinações constituintes, em componentes capitais daquela constituição, violações que, na perspectiva operatória de Descartes não se produzem (284))

conclui-se, no que diz respeito ao grau de equivalência (constituinte) da totalidade das determinações constituintes postas pelo princípio P (através do seu componente prático e do seu componente gnosiológico) às determinações constituintes da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento,

segundo as Meditações, desveladas pela análise efectuada na presente investigação:

a) que considerada na perspectiva operatória em que Descartes a elabora, a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, segundo as Meditações, aparece predominantemente (senão mesmo completamente) em conformidade com a totalidade das determinações constituintes postas pelo princípio P. Pois, apesar das violações que se encontram naquela constituição das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, Descartes procurou - e admitiu ter tido êxito - constituir a sua actividade do sujeito de conhecimento em conformidade com estas determinações constituintes;

b) que considerada na perspectiva de uma avaliação objectiva - isto é tendo somente em conta os conteúdos conceptuais implicados nesta avaliação - a constituição da teoria cartesiana aqui em causa aparece em conformidade tendencial forte com as determinações constituintes postas pelo princípio P, não sendo mesmo reconhecidos por Descartes os intervalos que subsistem entre os níveis atingidos pela realização (efectuada) das determinações constituintes postas nomeadamente pelo componente gnosiológico deste princípio e os níveis de realização definidos - limites ideais - por estas mesmas determinações constituintes. Pois, nos casos em que se dão, as violações destas determinações constituintes na constituição daquela teoria cartesiana, Descartes - tal como várias vezes se assinalou no decurso da presente investigação - não reconhece nestas violações quaisquer dificuldades teóricas. Pelo contrário ele integra teoricamente os conteúdos conceptuais/conhecimentos onde ocorrem estas violações, pelo uso da intuição e do critério de verdade da evidência, que são meios gnosiológicos operatórios/constituintes gerais da actividade de um sujeito de conhecimento, enquanto constituinte de conhecimento gnosiologicamente válido, segundo as

opções metodológicas que regulam a construção teórica em causa. Assim, Descartes confere a estes conteúdos conceptuais/conhecimentos, onde ocorrem as violações em causa, uma equivalência operatória/constituinte a elementos teóricos constituídos em conformidade com as determinações constituintes, postas pelo componente gnosiológico do princípio P (as quais são equivalentes, do ponto de vista operatório/constituinte, a determinações constituintes que resultam das opções metodológicas cartesianas acabadas de referir);

c) que o princípio P aparece, assim, no que respeita à constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações, adequado à função que lhe foi atribuída pelo modelo teórico em geral da presente investigação, isto é à função de princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes.

A natureza tendencial forte da conformidade da constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento com as determinações constituintes postas pelo princípio P (nomeadamente as que são postas pelo seu componente gnosiológico) tornar-se-á ainda mais manifesta se se considerar:

- que os casos em que ocorrem as violações acima referidas correspondem a conteúdos conceptuais/conhecimentos, que Descartes pretende elaborar através do uso de modelos constituintes de conhecimentos que, pelos seus conteúdos respectivos, são necessariamente resistentes - por conseguinte insuperavelmente resistentes - a uma apreensão gnosiológica perfeitamente conforme com as determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P (e postas igualmente pelas opções metodológicas gerais fundamentais, estabelecidas e admitidas por Descartes para constituir não só a sua teoria da actividade do sujeito de conhecimento, mas também o conhecimento gnosiologicamente válido em geral) (285);

- que Descartes procura - e admite ter tido êxito - integrar os conteúdos conceptuais/conhecimentos afectados pelas violações acima referidas, no conjunto dos conhecimentos tidos como gnosiologicamente válidos segundo as suas opções epistemológicas e metotológicas fundamentais, através de práticas gnosiológicas (intuição/critério de verdade da evidência) que são - segundo as referidas opções epistemológicas e metodológicas - meios operatórios constituintes gerais da actividade de um sujeito de conhecimento constituinte de connhecimento gnosiológicamente válido (embora se deva reconhecer que objectivamente estas práticas gnosiológicas não se conformam de modo perfeito às opções epistemológicas e metotológicas cartesianas acima referidas).

Em rigor, a constatação desta dependência constituinte das violações em causa em relação ao conteúdo dos modelos usados por Descartes para constituir os conteúdos conceptuais/conhecimentos onde elas ocorrem, não pode fazer parte da presente Conclusão, porque tal dependência constituinte não foi objecto de verificação no decurso da presente unidade de investigação. Ela é aqui assinalada somente como hipótese (ainda que, enquanto tal, se lhe atribua uma forte consistência gnosiológica) e, por conseguinte, como sugestão de uma outra investigação, pela qual se torne manifesto porque é que Descartes recorreu àqueles "modelos", dadas as dificuldades gnosiológicas que eles põem relativamente às determinações constituintes que resultam das suas opções epistemológicas e metodológicas relativas à constituição do conhecimento válido em geral.

O sujeito de conhecimento constituinte de uma tal investigação deverá fugir da tentação de orientar, logo de início, esta investigação para soluções fáceis, tais como explicar o uso cartesiano daqueles "modelos" pelo desejo

de Descartes de evitar conflitos com os detentores do Poder/poderes do seu tempo, ou de, calculadamente, fazer passar a sua mensagem em conteúdos considerados por ele como fundamentais. Pois, sendo reconhecidamente verdade que tais objectivos são tidos em conta por Descartes na expressão do seu pensamento, os conhecimentos disponíveis sobre ele e a sua obra, sobre a sua época e sobre as determinações constituintes mais gerais de qualquer obra cultural legitimam que se admita - numa primeira fase como hipótese - que outros factores tenham significativamente determinado aquele uso teórico feito por Descartes dos referidos modelos constituintes de conhecimento.

N O T A S

1. Cf. supra, III, O.p.p. 167-174 (nomeadamente § A., p.p.167-169 e § C.p.p. 170-173).

2. Sobre o conteúdo do componente prático do princípio P, cf. supra, II, 1.1., p.103.

3. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.p.42-50.

4. Dado que estes dois conjuntos de condições gerais (necessárias e suficientes), acabados de referir, formam em geral o objecto da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, eles formam portanto o objecto em relação ao qual se procuram, através desta unidade processual de investigação, as determinações constituintes de origem prática.

5. Cf. supra, III, 1.1., p.p.177-208.

6. A presente unidade processual de investigação não tem por objectivo atingir uma interpretação/integração dos diferentes testemunhos cartesianos sobre o livre-arbítrio/vontade/liberdade e das condições postas pela teologia da época de Descartes; ela tem somente por objectivo pôr a claro que, segundo estes mesmos testemunhos cartesianos, a melhor realização natural possível da vontade (humana) tem uma lei, ou forma geral que implica (operatoriamente), numa primeira instância, a constituição do conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos abrangidos pelas deliberações de um sujeito-vontade e, numa segunda instância, a constituição de uma teoria da actividade (do sujeito de conhecimento) constituinte de conhecimento gnosiologicamente válido.
No que diz respeito à interpretação/integração dos testemunhos cartesianos aqui em causa e às condições filosóficas e teológicas em que eles se produzem (e às referências bibliográficas sobre este tema), pode ver-se o capítulo segundo (nomeadamente os §§ 14, 15 e 16) de Gabaude, Jean-Marc, Liberté et Raison, tomo I, (Philosophie Réflexive de la Volonté), arts.14, 15,16, p.p.152-197.

7. Trata-se aqui da passagem bem conhecida das Meditações onde Descartes expõe o seu pensamento sobre a vontade, a propósito da sua explicação do erro (cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.45). Dado que esta passagem da obra filosófica de Descartes é uma exposição algo difusa e estabelecida em ordem a esclarecer prioritariamente questões gnosiológicas e não questões práticas, para se pôr a claro os testemunhos suficientes do pensamento de Descartes relativos ao tema em causa, é-se obrigado a transcrever uma passagem muito longa daqueles testemunhos, que mesmo assim não é completa: "elle [la volonté] consiste seulement en ce que nous pouvons faire une chose ou ne la faire pas (c'est-à-dire affirmer, ou nier, poursuivre ou fuir), ou plutôt seulement en ce que, pour affirmer ou nier, poursuivre ou fuir les choses que l'entendement nous propose, nous agissons en telle sorte que nous ne sentons point aucune force extérieure que nous y contraigne. Car, afin que je sois libre il n'est pas nécessaire que je sois indifférent à choisir l'un ou l'autre de deux contraires; mais plutôt, d'autant plus que je penche vers l'un, soit que je connaisse évidemment que le bien et le vrai s'y rencontre, soit que Dieu dispose ainsi l'intérieur de ma pensée, d'autant plus librement j'en fais choix et je l'embrasse. Et certes la grâce divine et la connaissance naturelle, bien loin de diminuer ma liberté, l'augmentent plutôt, et la fortifient. De façon que cette indifférence que je sens, lorsque je ne suis point emporté vers l'un côté plutôt

que vers un autre par le poids d'aucune raison, est le plus bas degré de la liberté, et fait paraître un défaut dans la connaissance qu'une perfection dans la volonté; car si je connaissais toujours clairement ce qui est vrai et ce qui est bon, je ne serais jamais en peine de délibérer quel jugement et quel choix je devrais faire; et ainsi je serais entièrement libre, sans jamais être indifférent" (ib., p.46 - sublinhados por nós). "Et cette indifférence [celle qui se produit lorsque je ne connais encore aucune raison qui me persuade pour choisir plutôt l'un que l'autres de deux contraires] ne s'étend pas seulement aux choses dont l'entendement n'a aucune connaissance, mais généralement aussi à toutes celles qu'il ne découvre pas avec une parfaite clarté, au moment que la volonté en délibère; car, pour probables que soient les conjectures qui me rendent enclin à juger quelque chose, la seule connaissance que j'ai que ce ne sont que des conjectures et non des raisons certaines et indubitables, suffit pour me donner occasion de juger le contraire" (ib., p.47 - sublinhados por nós). "La lumière naturelle nous enseigne que la connaissance de l'entendement doit toujours précéder la déterminaiton de la volonté" (id.,- sublinhados por nós).

8. Cf. ib., p.46 (passagem tarnscrita na nota anterior).

9. Cf. id. (sublinhados por nós). A admissão da possibilidade de uma intervenção sobrenatural na constituição das deliberações de um sujeito-vontade (na constituição do juízo) é também testemunhada pelas Regras (cf. Règl., XII, Éd. Alquié, I, p.150). Sobre o poder determinante da graça, cf., também a Mesland, 2/5/1644, AM, VI, p.p.45-46.

10. Cf. Disc. Méth., III, AT, VI, p.28 (sublinhados por nós). A relação funcional ali afirmada, entre o conteúdo da deliberação e o conteúdo do conhecimento do objecto desta deliberação, aparece reafirmada numa carta a Mersenne, a propósito desta passagem do Discurso do Método, apoiando-se Descartes no pensamento da Escola: "vous rejettez ce que j'ai dit, qu'il suffit de bien juger pour bien faire; et toutefois, il me semble que la doctrine ordinaire de l'École est que voluntas non fertur in malum, nisi quatenus ei sub aliqua ratione boni repraesentatur ab intellectu, d'où vient ce mot: omnis peccans est ignorans; en sorte que si jamais l'entendement ne représente rien à la volonté comme bien, qui ne le fût, elle ne pourrait manquer en son élection" (a Mersenne, 27/4/1637, AM, I, p.351).

11. A ausência, nesta passagem do Discurso do Método, de uma alusão à verdade como valor de referência na determinação do significado axiológico dos objectos implicados pela actividade do sujeito prático-vontade em causa - contrariamente ao que ocorre nas Meditações, como se acabou de assinalar - é explicável pelo facto de que Descartes neste passo do Discurso do Método se ocupa fundamentalmente da actuação moral daquele sujeito, enquanto que na passagem em causa das Meditações ele se ocupa da actuação em geral daquele mesmo sujeito e com uma particular incidência da sua participação na validação gnosiológica de conhecimentos. Além disto a extensão do conceito-valor de bem em geral integra o conceito-valor de verdade.

12. Cf. Rép., VI, AT, IX-1, p.233 (sublinhados por nós).

13. A Mesland, 2/5/1644 e 9/2/1645, AM, VI, p.p.140-147 e 196-199, respectivamente.

14. Sobre esta relação entre as condições postas pela filosofia e pela teologia dominantes na sua época e o conteúdo da teoria cartesiana do libre-arbítrio/vontade/liberdade, Cf. GABAUDE, Jean-Marc, Liberté et Raison, I Tomo (Philosophie Réflexive de la Volonté), artº16,p.p.161- 197.

15. "Premièrement, je vous souplie de remarquer, que je n'ai point dit que l'homme ne fût indifférent que là où il manque de connaissance, mais bien qu'il est d'autant plus indifférent, qu'il connaît moins de raisons qui le poussent à choisir un parti plutôt que l'autre" (a Mesland, 2/5/1644, AM, VI, p.143 - sublinhados por nós).

16. Em latim, no original francês.

17. A Mesland, 2/5/1644, AM, VI, p.p.143-144 (sublinhados por nós).

18. Na sua Resposta às Quintas Objecções (cf. AT, VII, p.p.376-378) Descartes admite a possibilidade de alterar um decisão já tomada, em consequência da alteração do conhecimento que a tenha determinado.

19. Em latim, no original francês.

20. A Mesland, 2/5/1644, AM, VI, p. 145 (sublinhados por nós, excepto a expressão em latim).

21. Cf. id. (sublinhados por nós).

22. Cf. supra, III, 2. nota 14, p.401.

23. Cf. a Mesland, 9/2/1645, AM, VI, p.197 (sublinhados por nós).

24. Estas condições gerais aparecem nos testemunhos cartesianos predominantemente postas de modo explícito como condições suficientes da validade moral da actividade do sujeito prático. No entanto, pelo seu contexto estas condições gerais são simultaneamente condições necessárias daquela validade. Este seu significado torna-se claramente manifesto se se tiver em conta a forma geral operatória do sujeito prático-vontade, segundo Descartes.

25. Cf. Disc. Méth., III, AT, VI, p.28 (sublinhados por nós). Descartes reporta-se a esta passagem do Disc. Méth. na sua carta a Mersenne do fim de Maio de 1637, AM, I, p.351.

26. Dedicatória dos Princ. à princesa Isabel, AT, IX-2, p.22 (sublinhados por nós). Na sequência desta passagem e ainda no decurso do estabelecimento das condições gerais suficientes da acção moralmente válida, Descartes retoma o enunciado da relação operatória necessária que ele acabava de afirmar entre a actividade do sujeito prático constituinte desta acção e o conhecimento gnosiologicamente válido dos objectos implicados por esta mesma acção:"de deux choses qui sont requises à la sagesse ainsi décrite, à savoir, que l'entendement connaisse tout ce qui est bien et que la volonté soit toujours disposée à le suivre, il n'y a que celle qui consiste en la volonté que tous les hommes puissent également avoir, d'autant que l'entendement de quelques-uns n'est pas si bon que celui des autres. Mais encore que ceux qui n'ont pas le plus d'esprit puissent être aussi parfaitement sages que leur nature le permet, et se rendre très agréables à Dieu par leur vertu, si seulement ils ont toujours une ferme résolution de faire tout le bien qu'ils

sauront, et de n'omettre rien pour apprendre celui qu'ils ignorent; toutefois ceux qui, avec une constante volonté de bien faire et un soin très particulier de s'instruire, ils ont aussi un très excellent esprit, arrivent sans doute à un plus haut degré de sagesse que les autres" (id. - sublinhados por nós).

27. A Christine, 20/11/1647, AM, VII , p.363 (sublinhados por nós). Mais adiante, nesta mesma carta Descartes afirma as mesmas relações constituintes da acção moralmente válida entre a actividade do sujeito prático e a do sujeito de conhecimentos: "car, comme tous les vices ne viennent que de l'incertitude et de la faiblesse qui suit l'ignorance, et qui fait naître les repentirs; ainsi la vertu ne consiste qu'en la résolution et la vigueur avec laquelle on se porte à faire les choses qu'on croit être bonnes, pourvu que cette vigueur ne vienne pas d'opiniâtreté, mais de ce qu'on sait les avoir autant examinées, qu'on en a moralement de pouvoir. Et bien que ce qu'on fait alors puisse être mauvais, on est assuré néanmoins qu'on fait son devoir; au lieu que, si on éxécute quelque action de vertu, et que cependant on pense mal faire, ou bien qu'on néglige de savoir ce qui en est, on n'agit pas en homme vertueux" (id. sublinhados por nós).

28. Cf. a Elisabeth, 18/8/1645, AM, VI, p.289 (sublinhados por nós).

29. Pass., III, 153, AT, XI, p.446 (sublinhados por nós).

30. A passagem dos Principios de Filosofia a seguir transcrita é um testemunho - entre outros que se encontram na obra de Descartes - da admissão por este de um conhecimento imperfeito como instrumento constituinte da actividade de um sujeito prático, em consequência das condições postas pela prática: "il est certain qu'en ce qui regarde la conduite de notre vie nous sommes obligés de suivre bien souvent des opinions qui ne sont que vraisemblable à cause que les occasions d'agir en nos affaires se passeraient presque toujours avant que nous puissions nous délivrer de tous nos doutes; et lorsqu'il s'en rencontre plusieurs de telles sur un même sujet, encore que nous n'apercevions peut-être pas davantage de vraisemblance aux unes qu'aux autres, si l'action ne soufre aucun délai, la raison veut que nous en choisissions une, et qu'après l'avoir chiosie nous la suivions constamment, de même qui si nous l'avions jugée très certaine" (Princ., I, 3, AT, IX-2,p.26 - sublinhados por AT, para marcar afastamentos em relação ao texto latino dos Princ.). Ainda sobre o significado da urgência da acção relativamente à fundamentação gnosiológica da actividade do sujeito prático, cf.a Elisabeth, 6/10/1645, AM, VI, p.p.312-320 (nomeadamente p.p.313-314).

31. Cf. a nota imediatamente anterior.

32. Cf. supra, III, 2.1.1., B., 2.1.2., B., p.p.265-266 e p.p.270-272, respectivamente.

33. Cf. ib., III, 2.1.3, p.p.272-273.

34. Cf. ib., III, 2.1.1.; 2.1.2; 2.1.3.; p.p.257-273.

35. Algumas passagens da correspondência de Descartes que testemunham o seu pensamento em relação aos conceitos de bem (de cada homem em particular) e de contentamento/felicidadae: "il y a de la différence entre la béatitude, le souverain bien et la dernière fin ou le but auquel doivent tendre nos actions: car la béatitude n'est pas le souverain

bien; mais elle le présuppose, et elle est le contentement, ou la satisfaction d'esprit qui vient de ce qu'on la possède. Mais, par la fin de nos actions, on peut entendre l'un et l'autre; car le souverain bien est sans doute la chose que nous devons proposer pour but en toutes nos actions,et le contentement d'esprit qui fait que nous le recherchons,est aussi à bon droit nommé notre fin" (a Elisabeth 18/8/1645, AM, VI, p.p.287-288, sublinhados por nós); "je distingue entre le souverain bien, qui consiste en l'exercice de la vertu, ou (ce qui est le même), en la possession de toutes les biens, dont l'acquisition dépend de notre libre arbitre, et la satisfaction de l'esprit qui suit de cette acquisition. C'est pourquoi, voyant que c'est une plus grande perfection de connaître la vérité, encore même qui elle soit à notre désavantage, que l'ignorer, j'avoue qu'il vaut mieux être moins gai et avoir plus de connaissance. Aussi n'est-ce pas toujours lorsqu'on a le plus de gaieté qu'on a l'esprit plus satisfait; au contraire, les grandes joies sont ordinairement mornes et sérieuses et il n'y a que les médicores et passagères qui soient accompagnées du ris" (a Elisabeth, 6/10/1645, AM, VI, p.313 - sublinhados por nós); "afin que je le puisse déterminer [le souverain bien, c'est-à-dire le principal et le plus grand], je considère que nous ne devons estimer biens, à notre égard, que ceux que nous possédons, ou bien que nous avons pouvoir d'acquérir. [...] celui [le souverain bien] de chacun en particulier [...] ne consiste qu'en une ferme volonté de bien faire, et au contentement qu'elle produit. Dont la raison est que je ne remarque aucun autre bien qui me semble si grand, ni qui soit entièrement au pouvoir d'un chacun (a Christine, 20/11/1647, AM, VII, p.p.362-363 - sublinhados por nós); "je remarque aussi que la grandeur d'un bien, à notre égard, ne doit pas seulement être mesurée par la valeur de la chose, en quoi il consiste, mais principalement aussi par la façon dont il se rapporte à nous; et qu'outre que le libre arbitre est de soi la chose la plus noble qui puisse être en nous, d'autant qu'il nous rend en quelque façon pareils à Dieu et semble nous exempter de lui être sujets, et que, par conséquent, son bon usage est le plus grand de tous nos biens, il est aussi celui qui est le plus proprement notre et qui nous importe le plus, d'où il suit que ce n'est que de lui que nos plus grands contentements peuvent procéder" (ib., p.p.364-365 - sublinhados por nós).

36. Cf. supra, III, O.p.p.167-174(nomeadamente §A.,p.p.167-169 e §C.,p.p.170-173).

37. Cf. supra, II, 1.1.,p.p.103-104.

38. Cf. id.

39. Cf. Méd., I, AT, IX-1, p.13 (sublinhados por nós).

40. Cf. ib., p.p.13-14 (sublinhados por nós).

41. Cf. ib., p.13

42. "Il y a déjà quelque temps que je me suis aperçu que, dès mes premières années, j'avais reçu quantité de fausses opinions pour véritables, et que ce que j'ai depuis fondé sur des principes si mal assurés, ne pouvait être que fort douteux et incertain" (id. - sublinhados por nós).

43. Cf. ib., p.14 (sublinhados por nós).

44. Cf. ib., p.p.14-15.

45. Diz-se que os conhecimentos aqui em causa são considerados "enquanto realidades acabadas" para explicitar claramente a distinção entre o objecto da dúvida, implicado por este momento de investigação e outros objectos da dúvida, a referir mais adiante (na próxima alínea b)), que são os elementos constituintes daqueles mesmos conhecimentos.

46. Cf. ib., p.14.

47. Cf. id.

48. "Combien de fois m'est-il arrivé de songer, la nuit, que j'étais en ce lieu, que j'étais habillé, que j'étais auprès du feu, quoique je fusse tout nu dedans mon lit? Il me semble bien à présent que ce n'est point avec des yeux endormis que je regarde ce papier; que cette tête que je remue n'est point assoupie; que c'est avec dessein et de propos délibré que j'étends cette main, et que je la sens: ce qui arrive dans le sommeil ne semble point si clair ni si distinct que tout ceci. Mais, en y pensant soigneusement, je me ressouviens d'avoir été souvent trompé, lorsque je dormais, par de semblable illusions. Et m'arrêtant sur cette pensée je vois si manifestement qu'il n'y a point d'indices concluant, ni de marques assez certaines par où l'on puisse distinguer nettement la veille d'avec le sommeil, que j'en suis tout étonné; et mon étonnement est tel, qu'il est presque capable de me persuader que je dors" (ib., p.p.14-15 - sublinhados por nós).

49. Cf. ib., p.14 (sublinhados por nós).

50. Traduziu-se "purement feinte" por inventada em todos os seus componentes para exprimir claramente a ideia de não-reprodução de qualquer modelo proveniente da experiência dos sentidos.

51. Cf. Med.I, AT, IX-1, p.15.

52. Cf. id.

53. Cf. id. (sublinhados por nós).

54. Anteriormente à admissão do pressuposto da existência de um ser todo-poderoso-enganador,as coisas mais simples e mais universais aparecem a Descartes resistentes aos fundamentos da dúvida que até então ele admitira: "l'arithmétique, la géometrie, et les autres sciences de cette nature, qui ne traitent que de choses fort simples et fort générales, sans se mettre beaucoup en peine si elles sont dans la nature, ou si elles n'y sont pas, contiennent quelque chose de certain et indubitable. Car, soit que je veuille ou que je dorme, deux et trois joints ensemble formeront toujours le nombre de cinq, et le carré n'aura jamais plus de quatre côtés; et il ne semble pas possible que des vérités si apparentes puissent être soupçonnées d'aucune fausseté ou incertitude" (ib., p.16).

55. Cf. id. (sublinhados por nós).

56. Cf. id. (sublinhados por nós).

57. "De quelque façon qu'ils supposent que je sois parvenu à l'état et à l'être que je possède, soit qu'ils l'attribuent à quelque destin ou fatalité, soit qu'ils le réfèrent au hasard, soit qu'ils veuillent que

ce soit par une continuelle suite et liaison des choses, il est certain que, puisque faillir et se tromper est une espèce d'imperfection, d'autant moins puissant sera l'auteur qu'ils attribueront à mon origine, d'autant plus sera-t-il probable que je suis tellement imparfait que je me trompe toujours" (ib., p.p.16-17).

58. Cf. id. (passagem transcrita na nota anterior).

59. Cf. ib., p.16 (sublinhados por nós).

60. Cf. supra, III, 2.2.1., A., p.p.279-282 (nomeadamente p.282).

61. Cf. ib., III, 2.2.1., B., p.p. 282-290 (nomeadamente p.p.288-290).

62. Cf. Méd.II, AT, IX-1, p.19.

63. "La Méditation que je fis hier m'a rempli l'esprit de tant de doutes [...] suivrai derechef la même voie où j'étais entré hier, en m'éloignant de tout ce en quoi je pourrai imaginer le moindre doute, tout de même que si je connaissais que cela fût absolument faux; et je continuerai toujours dans ce chemin, jusqu'à ce que j'aie rencontré quelque chose de certain, ou du moins, si je ne puis autre chose, jusqu'à ce que j'aie appris certainement, qu'il n'y a rien au monde de certain" (Méd., II, AT, IX-1, p.p.18-19).

64. Cf. ib, p.19 (sublinhados por nós).

65. Cf. id. A passagem das Meditações acima traduzida (e à qual se refere a presente nota) precede imediatamente a passagem que a seguir se transcreve: "je me suis persuadé qu'il n'y avait rien du tout dans le monde, qu'il n'y avait aucun ciel, aucune terre, aucuns esprits, ni aucuns corps; ne me suis-je donc pas aussi persuadé que je n'étais point? Non certes, j'étais sans doute, si je me suis persuadé, ou seulement si j'ai pensé quelque chose. Mais il n'y a un je ne sais quel trompeur très puissant et très rusé, qui emploie toute son industrie à me tromper toujours. Il n'y a donc point de doute que je suis, s'il me trompe; et qu'il me trompe tant qu'il voudra, il ne saurait jamais faire que je ne sois rien, tant que je penserai être quelque chose" (id. - sublinhados por nós).

66. Cf. id.

67. Cf. id.

68. Cf. id.

69. Cf. id. (a palavra "necessariamente" é sublinhada por nós).

70. Cf. supra, III, 2.2.2., A., p.p. 292-293. A determinação do grau de conformidade da forma geral constituinte da fundamentação gnosiológica da existência do sujeito de conhecimento, relativamente ao componente gnosiológico do princípio P, far-se-á pela determinação em separado do grau de conformidade da constituição de cada um dos factores primordiais destacados naquela forma geral constituinte, relativamente ao mesmo componente gnosiológico.

71. Entende-se, para efeitos da presente unidade processual de investigação, por uso pleno, ou forte de uma opção metodológica, de uma hipótese, ou

de um conceito, a aceitação, relativamente ao desenvolvimento do discurso em que estas opção metotológica, hipótese, ou conceito se inserirem, da totalidade das consequências que necessariamente decorram dos seus conteúdos respectivos e que sejam directamente implicadas por este desenvolvimento. Por um uso fraco de uma opção metodológica, de uma hipótese, ou de um conceito, entende-se aqui a aceitação, relativamente ao desenvolvimento do discurso em que estas opção metodológica, hipótese, ou conceito se inserirem,somente uma parte das consequências que resultem necessariamente dos seus conteúdos conceptuais respectivos, e que sejam directamente implicadas pelo desenvolvimento deste discurso (independentemente da justificação, ou ausência de justificação que seja dada, relativamente a tal prática).

72. Cf. Méd. I, AT, IX-1, p.16 (sublinhados por nós).

73. Cf. supra, III, 2. nota 71, p.p.405-406.

74. Cf. ib., III, 2.2.2., A. (alínea d)), p.p.293-294.

75. Apesar de ser legítimo do ponto de vista metodológico invocar razões que discursivamente justifiquem o conhecimento verdadeiro assegurado do ser/existência do sujeito de conhecimento, em conformidade com o conjunto de condições em que ele se dá nas Meditações, deve ter-se presente que Descartes não explicita razões que ponham a nacessidade deste conhecimento: ele apresenta-o como a resultante de uma apreensão imediata.

76. Cf. Méd. II, AT, IX-1, p.19 (palavra "necessariamente" sublinhada por nós).

77. No original da versão francesa das Meditações: "pour me rendre certain de quelque chose".

78. Cf. Méd. III, AT, IX-1, p.27 (sublinhados por nós).

79 Diz-se hipotética esta generalização, porque, tal como ela é posta neste momento da investigação cartesiana a sua universalidade depende ainda da verificação da ausência de ocorrências que a contradigam, como ficou manifesto na passagem acabada de traduzir da III Mditação.

80. Cf. Méd., III, AT, IX-1, p.27 (sublinhados por nós).

81. As representações em causa são de dois géneros. Primeiro: as que são provenientes dos sentidos (a terra, o céu, os astros e todas as outras coisas), onde Descartes destaca a manifestação das ideias destas coisas ao seu próprio espírito e a sua convicção de que havia coisas fora dele, donde procediam estas ideias e às quais elas eram completamente semelhantes. Segundo: as que correspondiam a algo de muito simples e muito fácil, respeitante à aritmética e à geometria, por exemplo que dois mais três fazem cinco e outras coisas semelhantes. (cf. Méd., III, AT, IX-1, p.p.27-28).

82. Cf. Méd., III, AT, IX-1, p.28 (sublinhados por nós).

83. No original da versão francesa das Meditações: "que je me tourne vers les choses".

84. Cf. Méd., III, AT, IX-1, p.28 (sublinhados por nós).

85. Cf. id. (sublinhados por nós).

86. "Mais afin de la pouvoir tout à fait ôter je dois examiner s'il y a un Dieu, sitôt que l'occasion en présentera; et si je trouve qu'il y en ait un, je dois aussi examiner s'il peut être trompeur: car sans la connaissance de ces deux vétités, je ne vois pas que je puisse jamais être certain d'aucune chose" (cf. ib., p.p.28-29).

87. Cf. Disc. Méth., IV, AT, VI, p.p.38-39.

88. Cf. supra, III, 2.2.3.1., B., p.p.310-311.

89. Cf. Méd., III, AT, IX-1, p.29.

90. "Il ne reste plus que les seuls jugements, dans lesquels je dois prendre garde soigneusement de ne me point tromper. Or la principale erreur et la plus ordinaire qui s'y puisse rencontrer, consiste en ce que je juge que les idées qui sont en moi sont semblables, ou conformes à des choses qui sont hors de moi ; car certainement, si je considèrais seulement les idées comme de certains modes ou façons de ma pensée, sans les vouloir rapporter à quelque autre chose d'extérieur, à peine me pourraient-elles donner occasion de faillir" (cf. Méd., III, AT, IX-1, p.29).

91. Cf. id.

92. Cf. ib., p.30.

93. Cf. ib., p.31.

94. Cf. ib., p.30.

95. Cf. id.

96. Cf. ib., p.31 (sublinhados por nós).

97. Dado, por um lado, o papel que Descartes atribui no decurso da III Meditação aos conceitos de realidade formal e de realidade objectiva (e aos modos de ser formalmente, objectivamente e eminentemente) segundo os seus sentidos escolásticos e,por outro lado, a mudança de significado destes termos no seu uso moderno, assinala-se aqui o valor conceptual que eles têm naquele escrito de Descartes: "est formel, ou existe formellement ce qui possède une existance actuelle, effective, par opposition: d'une part à ce qui existe objectivement (ou sens scolastique du mot, c'est-à-dire seulement à titre d'idée), - d'autre part à ce qui existe éminemment, c'est-à-dire dans quelque chose de supérieur qui le contient en puissance et d'une façon implicite - enfin à ce qui existe virtuellement et implicitement sans être expressement énoncé" (A. Lalande, Vocabulaire Thécnique et Critique de la Philosophie, artigo "formel". Nos artigos "éminent" e "objectif" deste "Volabulaire", encontram-se informações complementares, acompanhadas com passagens da obra de Descartes.

98. "Les considérant [mes idées] comme des images, dont les unes représentent une chose et les autres une autre, il est évident qu'elles sont fort différentes les unes des autres. Car, en effet, celles qui ne représentent des substances, sont sans doute quelque chose de plus, et contienent en soi (pour ainsi parler) plus de réalité objective,

c'est-à-dire participent par représentaiton à plus de degrés d'être ou de perfection, qui celles qui me représentent seulement des modes ou accidentes" (ib., p.p.31-32).

99. Cf. ib., p.32. A passagem transcrita faz parte do enunciado bem conhecido do modelo admitido por Descartes no que toca à realização da relação constituinte de causalidade eficiente. No parágrafo seguinte da sua exposição, Descartes reportando-se a uma consequência do uso deste modelo, afirma directamente que ela (e implicitamente aquele modelo também) se estende à constituição das ideias-imagens, tal como fica manifesto pela passagem da III Meditação, a transcrever proximamente na nota 101 da presente exposição.

100. Cf. id.

101. Cf. id. (sublinhados por nós).
A realidade formal de uma ideia-imagem vem-lhe do espírito-sujeito de pensamento/conhecimento e a sua realidade objectiva vem-lhe, em última instância, do ser de que ela é uma imagem: "on doit savoir que toute idée étant une ouvrage de l'esprit, sa nature est telle qu'elle ne demande de soi aucune autre réalité formelle, que celle qu'elle reçoit et emprunte de la pensée ou de l'esprit, dont elle est seulement un mode, c'est-à-dire une manière ou façon de penser. Or, afin qu'une idée contienne une telle réalité objective plutôt qu'une autre, elle doit sans doute avoir cela de quelque cause, dans laquelle il se rencontre pour le moins autant de réalité formelle que cette idée contienne de réalité objective. [...] la lumière naturelle me fait connaître évidemment, que les idées sont en moi comme des tableaux, ou des images, qui peuvent à la vérité facilement déchoir de la perfection des choses dont elles ont été tirées, mais qui ne peuvent jamais rien contenir de plus grand ou de plus parfait" (cf. ib., p.p.32-33 - sublinhados por nós).

102. Cf. ib., p.33.

103. Na sequência imediata da admissão e da exposição dos pressupostos ontológicos acima referidos, Descartes propõe-se fazer uma comparação entre a realidade objectiva das suas ideias-imagens e a sua própria realidade formal, consideradas estas realidades sob o ponto de vista das suas quantidades respectivas: "mais enfin que conclurai-je de tout cela? C'est à savoir que, si la réalité objective de quelqu'une de mes idées est telle, que je connaisse clairement qu'elle n'est point en moi ni formellement, ni éminemment, et que par conséquent je ne puis pas moi-même en être la cause, il suit de là nécessairement que je ne suis pas seul dans le monde, mais qu'il y a encore quelque autre chose qui existe, et qui est la cause de cette idée" (id. - sublinhados por nós).

104. "Celle [l'idée] par laquelle je conçois un Dieu souverain, éternel, infini, immuable, tout connaissant, tout-puissant, et Créateur universel de toutes les choses qui sont hors de lui; celle-là, dis-je, a certainement en soi plus de réalité objective, que celles par qui les substances finies me sont représentées" (ib., p.32 - sublinhados por nós).

105. Cf. ib., p.p.35-36.

106. Os argumentos em causa constituem a parte final da III Meditação (cf. ib., p.p.36-42).

107. Cf. ib., p.36 (sublinhados por nós).

108. Cf. ib., p.36 (sublinhados por nós). Na sequência desta passagem, Descartes escreve: "et ceci ne laisse pas d'être vrai, encore que je ne comprenne pas l'infini, ou même qu'il se rencontre en Dieu une infinité de choses que je ne puis comprendre, ni peut-être aussi atteindre aucunement par la pensée: car il est de la nature de l'infini, que ma nature, qui est finie et bornée, ne le puisse comprendre;et il suffit que je conçoive bien cela, et que je juge que toutes les choses que je conçois clairement et dans lesquelles je sais qu'il y a quelque perfection, et peut-être aussi une infinité d'autres que j'ignore, sont en Dieu formellement ou éminemment, afin que l'idée que j'en ai soit la plus vraie, et la plus claire et la plus distincte de toutes celles qui sont en mon esprit" (ib., p.37 - sublinhados por nós).

109. Sobre a prova em causa da inferioridade ontológica do sujeito de conhecimento cf. ib., p.p.37-40.

110. Cf. ib., p.39 (sublinhados por nós).

111. Cf. supra, III, 2.2.3.1., p.p.310-315.

112. Cf. III, 2.2.3.2., A.,p.p.319-320.

113. Cf. id.

114. Cf. ib., III, 2.2.3.1., C., p.p.308-317,nomeadamente p.p.315-317.

115. Cf. ib., III, 2.2.3.2., A., p.p.320-321 (alínea i).

116. Cf. id.

117. Cf. Méd., III, AT, IX-1, p.37. (passagem transcrita supra, III, 2, nota 108, p.409.

118. Cf. supra, III, 2.2.3.1., C., p.p.308-317, nomeadamente p.p.315-317.

119. Cf. III, 2.2.3.2. A. p.321 (alínea j^1).

120. Cf. id. (alínea j^2).

121. Cf. ib., III, 2.2.3.2., B.,327-329.

122. Cf. ib., III, 2.2.3.2., A., p.322 (alínea j^3).

123. Cf. ib., III, 2.2.2., C.p.p.306-307 (alínea d).

124. Cf. Méd., V, AT, IX-1, p.51 (sublinhados por nós).

125. Cf. ib., p.52 (sublinhados por nós)

126. Na tradução francesa das meditações: "il est certain"; no original latino: "certe", AT, VII, p.65.

127. Cf. Med., V, AT, IX-1, p.52 (sublinhados por nós).

128. Cf. id. (sublinhados por nós).

129. Cf. id. (sublinhados por nós).

130. Cf. ib., p.53 (sublinhados por nós).

131. Cf. ib., p.54 (sublinhados por nós).

132. Cf. ib., p.53 (sublinhados por nós).

133. Cf. ib., p.54 (sublinhados por nós).

134. Cf. supra, III, 2.2.3.3., A. (alínea a)), p.333 (alínea a)).

135. "Encore qu'il n'y en ait peut-être en aucun lieu du monde hors de ma pensée une telle figure [un triangle], et qu'il n'y en ait jamais eu, il ne laisse pas néanmoins d'y avoir une certaine nature, ou forme, ou essence déterminée de cette figure, laquelle est immuable et éternelle, que je n'ai point inventée, et qui ne dépend en aucune façon de mon esprit; comme il paraît de ce que l'on peut démontrer diverses propriétés de ce triangle [...], lesquelles maintenant, soit que je le veuille ou non, je reconnais très clairement et très évidemment être en lui, encore que je n'y aie pensé auparavant en aucune façon, lorsque je me suis imaginé la première fois un triangle; et partant on ne peut pas dire que je les aies feintes et inventées" (Méd., V,AT,IX-1, p.51 - sublinhados por nós).

136. Cf. id.

137. "Toute conception claire et distincte est sans doute quelque chose de réel et de positif, et partant ne peut tirer son origine du néant, mais doit nécessairement avoir Dieu pour son auteur, Dieu dis-je, étant souverainement parfait ne peut être cause d'aucune erreur; et par conséquent il faut conclure qu'une telle conception ou un tel jugement est véritable" (Méd., IV, AT, IX-1, p.p.49-50 - sublinhados por nós).

138. "J'ai déjà amplement démontré ci-dessus que toutes les choses que je connais clairement et distinctement sont vraies" (ib., V, p.p.51-52).

139. Cf. supra, III, 2.2.3.3., A. (alínea b)), p.333.

140. Cf.id., (alínea c)).id., (alínea c)).

141. Cf. ib., III; 2, nota 126, p.409.

142. "C'est une chose manifeste par la lumière naturelle, qu'il doit y avoir pour le moins autant de réalité dans la causa efficiente et totale que dans son effet: car d'où est-ce que l'effet peut tirer sa réalité, sinon de sa cause? et comment cette cause la lui pourrait elle communiquer, si elle ne l'avait en elle-même" (Méd., III; AT, IX-1, p.32).

143. Cf. supra, III, 2.2.3.3., A. (alínea d)), p.334.

144. Uma passagem da fundamentação gnosiológica da existência de Deus, na V Meditação, onde Descartes explicitamente afirma a existência como uma perfeição: "il n'est pas en ma liberté de concevoir un Dieu sans existence (c'est-à-dire un être souverainement parfaitsans une souveraine perfection)" (Méd., V, AT, IX-1, p.53 - sublinhados por nós).

145. Cf. supra, III, 2.2.3.3., A., (alínea e^1)), p. 334.

146. Cf. id., (alínea e^2)).

147. "Il n'est pas en ma liberté de concevoir un Dieu sans existence [...]; on ne doit pas dire ici qu'il est à la vérité nécessaire que j'avoue que Dieu existe, après que j'ai supposé qu'il possède toutes sortes de perfections, puisque l'existence en est une [...]; on ne doit point, dis-je, alléguer cela: car encore qu'il ne soit pas nécessaire que je tombe jamais dans aucune pensée de Dieu, néanmoins, toutes les fois qu'il m'arrive de penser à un être premier et souverain et de tirer, pour ainsi dire, son idée de trésor de mon esprit, il est nécessaire que je lui attribue toutes sortes de perfections [...]. Et cette nécessité est suffisante pour me faire conclure (après que j'ai reconnu que l'existence est une perfection), que cet être premier et souverain existe véritablement [...].
Au reste, de quelque preuve et argument que je me serve, il en faut toujours revenir là, qu'il n'y a que les choses que je conçois clairement et distinctement, qui aient la force de me persuader entièrement" (Méd., V, AT, IX-1, p.p.53-54 - sublinhados por nós).

148. Cf. supra, III, 2.2.3.3., B., p.p.340-341.

149. Cf. ib., III, 2.2.3.3., A., p.334 (alínea e)).

150. Cf. Méd., V, AT, IX-1, p.54 (sublinhados por nós).

151. "Je reconnais en plusieurs façons que cette idée n'est point quelque chose de feint ou inventé, dépandant seulement de ma pensée, mais que c'est l'image d'une vraie et immuable nature. Premièrement, à cause que je ne saurais concevoir autre chose que Dieu seul, à l'essence de laquelle l'existence appartienne avec nécessité. Puis aussi parce qu'il ne m'est pas possible de concevoir deux ou plusieurs Dieux de même façon. Et, posé qu'il y en ait un maintenant qui existe, je vois clairement qu'il est nécessaire qu'il ait été auparavant de toute éternité, et qu'il soit éternellement à l'avenir. Et enfin, parce que je connais une infinité d'autres choses en Dieu, desquelles je ne puis rien diminuer ni changer" (id., sublinhados por nós).

152. O atributo de primeiro e soberano aparece duas vezes no decurso da V Meditação: cf. ib., p.53 (na versão latina: ente primo et summo (AT, VII, p. 67 L.21) e ens primum et summum (ib., L.27-28).

153. Cf. supra, III, 2.2.3.3., B., p.p.335-337.

154. Cf. ib.,III, 2.2.3.3., p.p.340-341(alínea c)); 343-344 (alínea f)).

155. Cf. ib., III, 2.2.3., p.p.307-352(nomeadamente as Conclusões de 2.2.3.1., 2.2.3.2., 2.2.3.3., p.p.315-317; 330-333 e 347-348, reséctivamente.

156. Sobre o que se entende aqui por uso forte e uso fraco de uma hipótese, cf. ib., III, 2., nota 71, p.p.405-406.

157. Cf. Méd., IV, AT, IX-1. p.42 (sublinhados por nós).

158. Cf. id.

159. Cf. id.

160. Cf. supra, III, 2.2.2., e 2.2.3., p.p. 292-307; 307-352.

161. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.p.42-43 (sublinhados por nós).

162. Traduziu-se puissance de juger, da versão francesa das Meditações por "faculdade de julgar" em consequência, por um lado, da imprecisão da sua tradução literal por potência de julgar e, por outro lado, do uso, por Descartes, da expressão judicandi facultatem, na passagem correspondente da versão latina das Meditações (AT, VII, p.53). Recorda-se no entanto que por "faculdade" não se pode aqui entender senão uma diversificação funcional de uma realidade una, que é o sujeito de pensamento - a coisa que pensa . Esta mesma opção de tradução será constante no decurso da presente unidade processual de investigação.

163. Cf. Méd., IV, AT, IX-1. p.43 (sublinhados por nós).

164. Cf. id. (sublinhados por nós).

165. Cf. id.(sublinhados por nós).

166. Cf. id. (sublinhados por nós).

167. No que respeita aos atributos de Deus acabados de enumerar, cf. ib., p.44.

168. Cf. id. (sublinhados por nós).

169. Puissance d'élire, na tradução francesa das Meditações; facultate eligendi, no original latino (cf. AT, VII, p.56).

170. Méd. IV, AT, IX-1, p.45 (sublinhados por nós).

171. Cf. ib., p.46 (sublinhados por nós).

172. Cf. ib., p.47 (sublinhados por nós).

173. Cf. ib., p.p.47-48 (sublinhados por nós). Para uma melhor apreensão do sentido desta passagem das Meditações, transcreve-se o texto cartesiano que a precede imediatamente: "Or si je m'abstiens de donner mon jugement sur une chose, lorsque je ne la conçois pas avec assez de clarté et de distinction, il est évident que j'en use fort bien, et que je ne suis point trompé; mais si je me détermine à la nier, ou assurer, alors je ne me sers plus comme je dois de mon libre arbitre; et si j'assure ce qui n'est pas vrai, il est évident que je me trompe, même aussi, encore que je juge selon la vérité, cela n'arrive que par hasard, et je ne laisse pas de faillir,et d'user mal de mon libre arbitre; car la lumière naturelle nous enseigne que la connaissance de l'entendement doit toujours précéder la détermination de la volonté" (ib., p.47).

174. Cf. ib., p.48 (sublinhados por nós).

175. Cf. ib., p.49 (sublinhados por nós).

176. Cf. ib., p.50 (sublinhados por nós).

177. Cf. supra, III, 2.2.4., A., (alínea a)), p.353.

178. Cf. Méd., III, AT, IX-1, p.41 (sublinhados por nós).

179. "L'idée d'un être complet et indépendant, c'est-à-dire de Dieu, se présente à mon esprit avec tant de distinction et de clarté; et de cela seul que cette idée se retrouve en moi, ou bien que je suis ou existe, moi qui possède cette idée, je conclus si évidemment l'existence de Dieu" (ib., p.42 - sublinhados por nós). Nas Primeiras Respostas às Objecções contra as Meditações, Descartes esclarece com mais detalhe o seu pensamento quanto à possibilidade e limites do sujeito humano de conhecimento de conhecer Deus: "il demande ici, avec beaucoup de raison, si je connais clairement et distinctement l'infini [...] je dirai ici premièrement que l'infini, en tant qu'infini, n'est point à la vérité compris, mais que néanmoins il est entendu; car entendre clairement et distinctement qu'une chose soit telle qu'on ne puisse y rencontrer de limites, c'est clairement entendre qu'elle est infinie. [...] quant à la chose qui est infinie, nous la concevons à la vérité positivement, mais non pas selon toute son étendue, c'est-à-dire que nous ne comprenons pas tout ce qui est intelligible en elle [...] j'avoue avec tous les théologiens, que Dieu ne peut être compris par l'esprit humain, et même qu'il ne peut être distinctement connu par ceux qui tâchent de l'embrasser tout entier et tout à la fois par la pensée [...], ceux qui considère atteintivement chacune de ses perfecitons, et qui appliquent toutes les forces de leur esprit à les contempler, non point à dessein de les comprendre mais plutôt de les admirer, et reconnaître combien elles sont au-delà de toute compréhension, ceux-là dis-je, trouvent en lui incomparablement plus de choses qui peuvent être clairement et distinctement connues, et avec plus de facilité, qu'il ne s'en trouve en aucune des choses créés" (Rép., I, AT, IX-1., p.p.89-90 - sublinhados por nós).

180. Cf. supra, III, 2.2.3., p.p.307-352.

181. Cf. ib., III,2.2.4. A. (alínea b)), p.353.

182. Cf.ib., III, 2.2.4., A. (alínea c)), p.354.

183. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.43.

184. Cf. supra, III, 2.2.4., A. (alínea d^1), p.355.

185. Esta determinação da causa ontológica do erro é aqui considerada, para efeitos da presente unidade de investigação, como um elemento da fundamentação gnosiológica da ausência de contradição entre a necessária validade operatória da forma geral da faculdade de julgar e a ocorrência de erro, enquanto esta ausência de contradição é considerada como um factor primordial da fundamentação gnosiológica da validade do conhecimento em geral (cf. id., (alínea d)) .

186. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.43.

187. "Revenant à moi, l'expérience me fait connaître que je suis néanmoins sujet à une infinité d'erreurs, desquelles recherchant la cause de plus près, je remarque qu'il ne se présente pas seulement à ma pensée une réelle et positive idée de Dieu, ou bien d'un être souverainement parfait, mais aussi, pour ainsi parler, une certaine idée négative du néant, c'est-à-dire de ce qui est infiniment éloigné de toute sorte de perfection" (cf. id.).

188. Cf. id.

189. "Je suis comme un milieu entre Dieu et le néant, c'est-à-dire placé [...] entre le souverain être et le non-être" (id.).

190. No que diz respeito à possibilidade e aos limites do conhecimento do infinito, segundo Descartes, cf. supra, III, 2., nota 179, p.413.

191. "Si je me considère comme participant en quelque façon du néant ou du non-être, c'est-à-dire en tant que je ne suis pas moi-même le souverain être, je me trouve exposé à une infinité de manquements, de façon que je ne me dois pas étonner si je me trompe" (Méd., IV, AT, IX-1, p.43).

192. "Ainsi je connais que l'erreur, en tant que telle, n'est pas quelque chose de réel qui dépende de Dieu, mais que c'est seulement un défaut; et partant, que je n'ai pas besoin pour faillir de quelque puissance qui m'ait été donnée de Dieu particulièrement pour cet effet, mais qu'il arrive que je me trompe, de ce que la puissance que Dieu m'a donnée pour discerner le vrai d'avec le faux, n'est pas en moi infinie" (id.).

193. Cf. ib. nomeadamente p.p.43-44.

194. Cf. supra, III, 2.2.4., A.,(alínea d^2)), p.355. A determinação cartesiana da ausência de contradição entre a causa ontológica do erro e a ideia de Deus é aqui considerada na perspectiva anteriormente assinalada em relação à determinação cartesiana da causa ontológica do erro (cf. ib., III, 2., nota 185, p.413.

195. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.44 (sublinhados por nós).

196. Na sequência da passagem transcrita supra, III, 2, nota 192, p. 414 , Descartes escreve: "cela ne me satisfait pas encore tout à fait; car l'erreur n'est pas une pure négation, c'est-à-dire, n'est pas le simple défaut ou manquement de quelque perfection qui ne m'est point due, mais plutôt est une privation de quelque connaissance qu'il semble que je devrais posséder. Et considérant la nature de Dieu, il ne me semble possible, qu'il m'ait donné quelque faculté qui soit imparfaite en son genre, c'est-à-dire qui manque de quelque perfection qui lui soit due [...]. Et certes il n'y a point de doute que Dieu n'ait pu me créer tel que je ne me pusse jamais tromper, il est certain aussi qu'il veut toujours ce qui est le meilleur: m'est-t-il donc plus avantageux de faillir, que de ne point faillir?" (Méd., IV, AT, IX-1, p.p.43-44 - sublinhados por nós).

197. Cf. entre outras passagens, supra, III, 2.2.4., B., p. 357.

198. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.44 (sublinhados por nós).

199. Cf. a passagem das Meditações transcrita supra, p.355 (identificada pela nota 168).

200. Cf. id.

201. "Je ne saurais nier qu'il [Dieu] n'ait produit beaucoup d'autres choses, ou du moins qu'il n'en puisse produire, en sorte que j'existe et sois placé dans les monde, comme faisant partie de l'universalité de tous les êtres" (Méd., IV, AT, IX-1, p.44 - sublinhados por nós).

202. Cf. entre outras passagens, supra, III, 2.2.4., B., p.357.

203. Se Descartes admitisse explicitamente, ou se de algum modo provasse, que haveria mais perfeição na criação se os seus componentes constituissem um todo unificado do que se fossem uma pluralidade de seres independentes uns dos outros nas suas constituições respectivas, a primeira destas situações poderia encontrar um fundamento na natureza de Deus (ser totalmente perfeito), a qual o põe necessariamente como um constituinte perfeito e, por conseguinte, que "quer sempre o que é melhor" (cf. Méd. IV, AT, IX-1 , p.44). Não se podendo conhecer "os fins impenetráveis de Deus" (cf. id), não seria possível mesmo assim, fundamentar com necessidade - mesmo naquelas condições - que a Criação forme, pela sua própria constituição, um todo unificado.

204. Cf. supra, III, 2.2.4.A., (alínea d^3)), p.p.355-356.

205. Esta designação é de Descartes - cf. as passagens da IV Meditação, uma traduzida supra, p.355 (identificada pela nota 170), outra transcrita infra, III, 2., nota 208, p.415.

206. Cf. a passagem da IV Meditação traduzida supra, p. 355 (identificada pela nota 170).

207. "Par l'entendement seul je n'assure ni ne nie aucune chose, mais je conçois seulement les idées des choses, que je puis assurer ou nier. Or, en le considérant ainsi précisément, on peut dire qu'il ne se trouve jamais en lui aucune erreur, pourvu qu'on prenne le mot d'erreur en sa propre signification (Méd. IV, AT, IX-1, p.45): "elle [la volonté] consiste seulement en ce que nous pouvons faire une chose, ou ne la faire pas (c'est-à-dire affirmer ou nier , poursuivre ou fuir), ou plutôt seulement en ce que, pour affimer ou nier, poursuivre ou fuir les choses que l'entendement nous propose, nous agissons en telle sorte que nous ne sentons point qu'aucune force extérieur nous y contraigne" (ib, 46); "je ne puis pas aussi me plaindre que Dieu ne m'a pas donné un libre arbitre, ou une volonté assez ample et parfaite, puisqu'en effet je l'expérimente si vague et si étendue, qu'elle n'est renfermée dans aucunes bornes" (ib., p.45 - sublinhados por nós); "si je considère la faculté de concevoir qui est en moi, je trouve qu'elle est d'une fort petite étendue, et grandement limitée" (id. - sublinhados por nós).

208. Cf. ib., p.46 (sublinhados por nós).
"Je reconnais que ni la puissance de vouloir, laquelle j'ai reçu de Dieu, n'est point d'elle-même la cause de mes erreurs, car elle est très ample et très parfaite en son espèce; ni aussi la puissance d'entendre ou de concevoir: car ne concevant rien que par le moyen de cette puissance que Dieu m'a donnée pour concevoir, sans doute que tout ce que je conçois, je le conçois comme il faut, et il n'est pas possible qu'en cela je me trompe" (id.).

209. Cf. passagens da IV Meditação transcrita supra, p.p. 355-356, (identificadas pelas notas 171 e 172).

210. "J'expérimente en moi-même une certaine puissance de juger (ib., p.44 - sublinhados por nós); "me regardant de plus près [...], je trouve qu'elles [mes erreurs] dépendent du concours de deux causes" (ib., 45 - sublinhados por nós); "je l'expérimente [une volonté] si vague et si étendue" (id. - sublinhados por nós); "si je considère la faculté de concevoir [...] je la trouve" (id. - sublinhados por nós).

211. Cf. supra, III, 2.2.4.,A.(alínea d^4)), p.356.

212. Cf. as passagens da IV Meditação, traduzidas supra, p.356 (identificada pela nota 173)e a passagem transcrita naquela nota (cf.supra, p.412).

213. Cf. entre outras passagens da IV Meditação, AT, IX-1, p.p.43-44.

214. Cf. as mesmas passagens da IV Meditação identificados supra, III, 2., nota 212, p.416.

215. Cf. Méd., IV, AT, IX-1, p.47.

216. Cf. ib., p.p.47-48 (sublinhados por nós). Esta passagem da IV Meditação foi mais amplamente reproduzida supra, p.356 e na nota que lhe corresponde (III, 2., nota 173 , p.412.

217. Cf. ib., p.p.48-49.

218. Cf. ib., p.48.

219. Cf. id.

220. Cf. ib., p.p.49-50.

221. Cf. entre outras passagens supra, p.p.357-358.

222. Cf. supra, III, 2.2.4., A. (alínea e)), p.356.

223. Isto é, considerada esta constituição enquanto a fundamentação gnosiológica imediata do conteúdo do factor primordial em causa e considerado, por sua vez, este conteúdo enquanto uma condição para não errar e uma condição para alcançar um conhecimento verdadeiro. A fundamentação gnosiológica mediata deste mesmo factor foi já objecto de análise em momentos anteriores da presente unidade processual de investigação (a partir da p.357(alínea a) - desta exposição.

224. "Toute conception claire et distincte est sans doute quelque chose de réel et de positif, et partant ne peut tirer son origine du néant, mais doit nécessairement avoir Dieu pour son auteur, Dieu, dis-je, qui, étant souverainement parfait, ne peut être cause d'aucune erreur et par conséquent il faut conclure qu'une telle conception ou un tel jugement est véritable" (Méd., IV, AT, IX-1, p.p.49-50 - sublinhados por nós); "lesquelles [les idées des propriétés des figures géométriques] certes doivent être toutes vraies, puisque je les conçois clairement. Et partant elles sont quelque chose, et non pas un pur néant; car il est très évident que tout ce qui est vrai est quelque chose, et j'ai déjà amplement démontré ci-dessus que toutes les choses que je connais clairement et distinctement sont vraies" (Méd. V, ib., p.51-52 - sublinhados por nós).

225. Cf., entre outras passagens, supra, p.p.357-358.

226. "Maintenant (après avoir remarqué ce qu'il faut faire ou éviter pour parvenir à la connaissance de la vérité), ce que j'ai principalement à faire, est d'essayer de [...] voir si l'on ne peut rien connaître de certain touchant les choses matérielles" (Méd., V, AT, IX-1, p.50 - sublinhados por nós): "il ne me reste plus maintenant qu'à examiner s'il y a des choses matérielles" (Méd., VI, ib., p.57 - sublinhados por nós).

227. Cf. Méd., VI, AT, IX-1, p.57 - sublinhados por nós).

228. "Et je conçois facilement que, si quelque corps existe, auquel mon esprit soit conjoint et uni de telle sorte, qu'il se puisse appliquer à le considérer quand il lui plait, il se peut faire que par ce moyen il imagine les choses corporelles [...], en imaginant il se tourne vers le corps, et y considère quelque chose de conforme à l'idée qu'il a formée de soi-même, ou qu'il a reçue par les sens. Je conçois, dis-je, aisément que l'imagination se peut faire de cette sorte, s'il y est vrai qu'il y ait des corps; et parce que je ne puis rencontrer aucune autre voie pour expliquer comment elle se fait, je conjecture de là probablement qu'il y en a: mais ce n'est que probablement" (ib., p.58 - sublinhados por nós).

229. Cf. ib., p.63 (sublinhados por nós).

230. "[les] autres choses, lesquelles ou sont seulement particulières, par exemple, que le soleil soit de telle grandeur et de telle figure, etc., ou bien sont conçues moins clairement et moins distinctement, comme la lumière, le son, la douleur, et autres semblables" (ib).

231. Na tradução francesa é usado o verbo signifier e no original latino o verbo indicare (cf. AT, VII, p.89).

232. Cf. Méd., VI, AT, IX-1, p.p.71-72 (sublinhados por nós). Pouco mais adiante Descartes propõe esta prática para atingir a verdade possível aos sentidos: "lorsque j'aperçois des choses que je connais distinctement et le lieu d'où elles viennent, et celui où elles sont, et le temps auquel elles m'apparaissent, et que, sans aucune interruption, je puis lier le sentiment que j'en ai, avec la suite du reste de ma vie, je suis entièrement assuré que je les apperçois en veillant, et non point dans le sommeil. Et je dois en aucune façon douter de la vérité de ces choses-là, si après avoir appelé tous mes sens, ma mémoire, et mon entendement pour les examiner, il ne m'est rien rapporté par aucun d'eux qui ait de la répugnance avec ce qui m'est rapporté par les autres." (id. sublinhados por nós).

233. Cf. supra, III, 2.2.5., A.(alínea a)), p.375.

234. "J'imagine distinctement cette quantité que les philosophes appellent vulgairement la quantité continue, ou bien l'extention en longueur, largeur et profondeur qui est en cette quantité, ou plutôt en la chose à qui on l'attribue. De plus, je puis nombrer en elle plusieurs diverses parties, et attribuer à chacune de ces parties toutes sortes de grandeurs, de figures, de situations, et de mouvements; et enfin, puis assigner à chacun de ces mouvements toutes sortes de durées".
"Et je ne connais pas seulement ces choses avec distinction, lorsque je les considère en général [...] je conçois une infinité de particularités touchant les nombres, les figures, les mouvements, et autres choses semblables" (Méd., V, AT, IX-1, p.p.50-51).

235. Cf. passagem da V Meditação traduzida supra, p. 375 (identificada pela nota 227). Por sua vez a dedução cartesiana da consistência de ser relativamente a toda a concepção clara e distinta já foi objecto de análise na presente investigação - cf. supra, III, 2.2.4., B , p. p.372-373(nomeadamente ib., III, 2., nota 224).

236. Cf. ib., III, 2.2.3.3., A., (alínea a), p.333.

237. Cf. ib., III, 2., nota 235, p.417.

238. Cf. ib., III, 2.2.5., A. (alínea b), p.357.

239. Cf. Méd., VI, AT, IX-1, p.57.

240. "Je remarque [...] que cette vertu d'imaginer qui est en moi, en tant qu'elle diffère de la puissance de concevoir, n'est en aucune sorte nécessaire à ma nature où à mon essence, c'est-à-dire à l'essence de mon esprit; car, encore que je ne l'eusse point, il est sans doute que je demeurerais toujours le même que je suis maintenant: d'où il semble que l'on puisse conclure qu'elle dépend de quelque chose qui diffère de mon esprit" (ib., p.58 - sublinhados por nós).

241. Cf. passagem da VI Meditação transcrita supra, III, 2., nota 228, p.417.

242. Cf. id.

243. "La faculté d'imaginer qui est en moi, et de laquelle je vois par expérience que je me sers lorsque je m'applique à la considération des choses matérielles" (Méd., VI, AT, IX-1, p.57 - sublinhados por nós).

244. Cf. passagem da VI Meditação transcrita - ib., III, 2,nota 240, p.418.

245. Cf. supra, III, 2.2.5., A. (alínea c)), p.375.

246. "Considérant les idées de toutes ces qualités qui se présentaient à ma pensée, et lesquelles seules je sentais proprement et immédiatement, ce n'était pas sans raison que je croyais sentir des choses entièrement différentes de ma pensée, à savoir des corps d'où procédaient ces idées" (Méd., VI, AT, IX-1, p.59 - sublinhados por nós).

247. "Peut-être il se peut rencontrer en moi quelque faculté (bien qu'elle m'ait été jusques ici inconnue), qu'en soit la cause [des idées que je reçois par mes sens], et qui les produise" (ib., p.61).

248. "De cela même que je connais avec certitude que j'existe, et que cependant je ne remarque point qu'il appartienne nécessairement aucune autre chose à ma nature ou à mon essence, sinon que je suis une chose qui pense, je conclus fort bien que mon essence consiste en cela seul, que je suis une chose qui pense, ou une substance dont toute essence ou la nature n'est que de penser" (ib., p.62).

249. "parce que je sais que toutes les choses que je conçois clairement et distinctement, peuvent être produites par Dieu telles que je les conçois, il suffit que je puisse concevoir clairement et distinctement une chose sans une autre, pour être certain que l'une est distincte, ou différente de l'autre, parce qu'elles peuvent être posées séparément au moins par la toute puissance de Dieu" (id.- sublinhados por nós).

250. Cf. id.

251. "Il se rencontre en moi une certaine faculté passive de sentir, c'est-à-dire de recevoir et de connaître les idées des choses sensibles; mais elle me serait inutile, et je m'en pourrais aucunement servir, s'il n'y avait en moi, ou en autrui, une autre faculté active, capable de former et produire ces idées" (ib., p.63).

252. "Or cette faculté active [de sentir] ne peut être en moi en tant que je ne suis qu'une chose qui pense, vu qu'elle ne présuppose point ma pensée, et aussi que ces idées-là me sont souvent représentées sans que j'y contribue en aucune sorte, et même souvent contre mon gré; il faut donc nécessairement qu'elle soit en quelque substance différente de moi, dans laquelle toute la réalité, qui est objectivement dans les idées qui en sont produites, soit contenue formellement ou éminentemment (comme je l'ai remarqué ci-devant"(id.).

253. Cf. id.

254. "Dieu n'étant point trompeur, il est très manifeste qu'il ne m'envoie point ces idées immédiatement par lui-même, ni aussi par l'entremise de quelques créature, dans laquelle leur réalité ne soit pas constenue formellement, mais seulement éminement. Car ne m'ayant donné aucune faculté pour connaître que cela soit, mais au contraire une très grande inclination à croire qu'elles me sont envoyées ou qu'elles partent des choses corporelles, je ne vois pas comment on pourrait l'excuser de tromperie, si en effet ces idées partaient ou étaient produites par d'autres causes que par des choses corporelles. Et partant il faut confesser qu'il y a des choses corporelles qui existent" (id.).

255. Cf. supra, III, 2.2.5., A. (alínea d)), p.375.

256. Cf. ib., III, 2.2.5., B., p.p.379-380.

257. Estas coisas cujo conhecimento sensorial é susceptível de erro encontram-se identificadas através de exemplos na passagem da VI Meditação transcrita supra, III, 2., nota 230, p.417.

258. "De cela seul que Dieu n'est point trompeur et que par conséquent il n'a point permis qu'il pût y avoir aucune fausseté dans mes opinions, qu'il ne m'ait aussi donné quelque faculté de la corriger, je crois pouvoir conclure assurément que j'ai en moi les moyens de les connaître avec certitude" (Méd., VI, AT, IX-1, p.p.63-64).

259. "Il n'y a point de doute que tout ce que la nature m'enseigne contient quelque vérité. Car par la nature, considérée en général, je n'entends maintenant autre chose que Dieu même, ou bien l'ordre et la disposition que Dieu a établie dans les choses créées. Et par ma nature en particulier, je n'entends autre chose que la complexion ou l'assemblage de toutes les choses que Dieu m'a données" (ib., p.64).
"Je prends ici la nature en une signification plus resserée, que lorsque je l'appelle un assemblage ou une complexion de toutes les choses que Dieu m'a données [...] seulement des choses que Dieu m'a données, comme étant composé de l'esprit et du corps" (ib, p.65).

260. Cf. ib., p.p.64-65.

261. "Il se présente seulement encore ici une difficulté touchant les choses que la nature m'enseigne devoir être suivies ou évitées, et aussi touchant les sentiments intérieurs qu'elle a mis en moi; car il me semble y avoir quelquefois remarqué de l'erreur, et ainsi que je suis directement trompé par ma nature" (ib., p.66).
"Nous nous trompons aussi assez souvent, même dans les choses auxquelles nous sommes directement portés par la nature, comme il arrive aux malades, losqu'il désirent de boire ou de manger des choses qui leur peuvent nuire" (ib., p.67).

262. Cf. ib., p.68.

263. "Si je considère le corps de l'homme comme étant une machine tellement bâtie et composé d'os, de nerfs, de muscules, de veines, de sang et de peau, qu'encore bien qu'il n'y eût en lui aucun esprit, il ne laisserait pas de se mouvoir en toutes les mêmes façons qu'il fait à présent, lorsqu'il ne se meut point par la direction de sa volonté, ni par conséquent par l'aide de l'esprit, mais seulement par la disposition de ses organes" (cf. ib., p.67 - sublinhados por nós. Cf. também, ib., p.p.69-70).

264. "Parce que ces nerfs [qui mettent en communication un pied et le cerveau, et sont institués pour faire sentir de la douleur à l'esprit] doivent passer par la jambe, par la cuisse, par les reins, par le dos et par le col, pour s'étendre depuis le pied jusqu'au cerveau, il peut arriver qu'encore bien que leurs extrémites qui sont dans le pied ne soient point remuées, mais seulement quelques-unes de leurs parties qui passent par les reins ou par le col, cela néanmoins excite les mêmes mouvements dans le cerveau, qui pourraient y être excités par une blessure reçues dans le pied, en suite de quoi il sera nécessaire que l'esprit ressente dans le pied la même douleur que s'il y avait reçu une blessure. Et il faut juger le semblable de toutes les autres perceptions de nos sens" (ib., p.69 - sublinhados por nós).
"S'il y a quelque cause qui excite non dans le pied, mais en quelqu'une des parties du nerf qui est tendu depuis le pied jusqu'au cerveau, ou même dans le ceveau, le même mouvement qui se fait ordinairement quand le pied est mal disposé, on sentira de la douleur comme s'elle était dans le pied, et le sens sera naturellement trompé; parce qu'un même mouvement dans le cerveau ne pouvant causer en l'esprit qu'un même sentiment, et ce sentiment étant beaucoup plus souvent excité par une cause qui blesse le pied, que par une autre qui soit ailleurs, il est bien plus raisonnable qu'il porte à l'esprit la douleur du pied que celle d'aucune autre partie" (ib., p.p.70-71 - sublinhados por nós).

265. Cf. passagem da VI Meditação traduzida supra, p. 375 (identificada pela nota 232).

266. Cf. supra, III, 2.2.5., B., (alínea d), p.p.383-384.

267. Cf. ib. III, 2.2.5., B., p.384.

268. É exemplo da expressão deste carácter condicional da admissão das representações da constituição anatómica e da constituição fisiológica do corpo humano, o início da passagem da VI Meditação transcrita supra, III, 2., nota 263, p. 420 "si je considère le corps de l'homme comme étant une machine..." - e as passagens da mesma Meditação incluídas na nota seguinte.

269. São testemunhos do carácter condicional/hipotético da explicação cartesiana das ocorrências de erro na realização da função cognitiva da natureza/Deus-criador:
a) duas expressões contidas nas passagens da VI Meditação transcritas supra, III, 2, nota 264, p. 420: "il peut arriver qu'encore bien que leurs extremités [...] ne soient point remuées [...] cela néanmoins excite [...]"; "[...] il est bien plus raisonnable qu'il porte à l'esprit de douleur que [...]";
b) "je remarque que, puisque de tous les mouvements qui se font dans la partie du cerveau dont l'esprit reçoit immédiatement l'impression, chacun

ne cause qu'un certain sentiment, on ne peut rien en cela souhaiter ni imaginer de mieux, sinon que ce mouvement fasse ressentir à l'esprit, entre tous les sentiments qu'il est capable de causer, celui qui est le plus propre et le plus ordinairement utile à la conservation du corps humain, lorsqu'il est en pleine santé. Or l'expérience nous fait connaître, que tous les sentiments que la nature nous a donnés sont tels que je viens de dire" (Méd., VI, AT, IX-1, p.p.69-70 - sublinhados por nós).

270. Cf. supra, III, 2.2.5., B. (alínea d), p.p.383-384.

271. Cf. ib.,III, 2.2.5., B., p.384.

272. Cf. ib., III, 2.2.5. p.p.385-386 (inclusivé as notas respectivas: 268 e 269, p.p.420-421).

273. Cf. ib.,III, 2.2., p.p.276-388.

274. Cf. ib., 2.2.1., C., p.p.290-291; 2.2.2. C., p.p.304-307; 2.2.3.1., C., p. p.305-317; 2.2.3.2., C., p.p.330-333; 2.2.3.3., C., p.p.347-348; 2.2.3.4.C. p.p.348-352; 2.2.4., C., p.p.373-374; 2.2.5., C., p.p.386-388.

275. Cf.ib.,III 2.2.5., A. e B., p.p.375 e 376-386, respectivamente.

276. Cf. ib., III, 2.2.3.1, p.p.308-317.

277. Cf.ib.,III,2.2.3.4., p.p. 349-352.

278. Cf. ib., III, 2.2.2., B., (alínea a)) e 2.2.3.4., p.p.294-297 e350-351,respectivamente.

279. Sobre o conceito cartesiano de intuição, cf. Règl. III, Éd. Alquié, I, p.87, ou infra,IV, 2., nota 146, p.576.

280. Cf. supra, III, 2.1. e 2.2., p.p. 253-393. Nestas unidades processuais efectuou-se respectivamente a avaliação do grau de conformidade das determinações constituintes postas pelo componente prático do princípio P com a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, e a avaliação do grau de conformidade das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do mesmo princípio com aquela mesma constituição.

281. Cf. ib., III, 2.1.4., e 2.2.6., p.p.273-276 e 388-393, respectivamente.

282. Cf. ib., III, 2.1.4.,p.p.273-276 (nomeadamente o final deste §, p.p.275-276).

283. Cf.ib.,III,2.2.6., p.p.388-393,nomeadamente as suas alíneas a), e), f)).

284. Cf. id. (nomeadamente as suas alíneas b), c), d), e)).

285. São exemplos do uso por Descartes de tais "modelos", na constituição de conteúdos conceptuais/conhecimentos: a representação do fundamento constituinte primordial do real, concebido segundo o modelo Deus-ser-totalmente-perfeito;a constituição primordial do real, concebido segundo o modelo Criação; o núcleo primordial do sujeito-homem (sujeito prático e sujeito de conhecimento), concebido segundo o modelo alma-espírito; o fundamento ontológico primordial da validade gnosiológica do conhecimento em geral, concebido segundo o modelo Deus-ser-totalmente-perfeito.

3. A OBJECTIVIDADE FACTUAL DO MODELO TEÓRICO

RELATIVA À CONSTITUIÇÃO GERAL DO PENSAMENTO FILOSÓFICO DE DESCARTES:

C O N C L U S Ã O

Tendo em conta os resultados obtidos através das duas unidades processuais da presente investigação a que correspondem o § 1. e o § 2. da presente exposição (1), os quais se encontram resumidos nas Conclusões destes parágrafos (2) - donde se destaca:

- a equivalência constituinte da totalidade do conteúdo do princípio P às determinações constituintes gerais fundamentais da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas", "reconstrução do saber"), postas pelos propósitos teorizantes de Descartes relativos àquela actividade, aparecendo assim, segundo estes propósitos teorizantes, o princípio P adequado à função de princípio constituinte geral da constituição de filosofia (3) e, por conseguinte, adequado à função que lhe foi hipoteticamente atribuída pelo modelo teórico geral da presente investigação (a função de princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes);

- a conformidade da totalidade das determinações constituintes postas pelo princípio P com a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento, quando se considere esta constituição na perspectiva operatória em que Descartes a elaborou - isto é a equivalência das determinações constituintes postas pelo princípio P, relativamente às suas homólogas, segundo as quais Descartes procurou elaborar esta mesma constituição. Assim, torna-se manifesto através

da análise efectuada desta constituição, que o princípio P é equivalente, do ponto de vista constituinte, a um princípio segundo o qual Descartes tenha procurado constituir a sua teoria da actividade do sujeito de conhecimento (nomeadamente segundo as Meditações). Por conseguinte, o princípio P aparece, no que respeita à constituição desta teoria cartesiana (nomeadamente segundo a sua realização testemunhada pelas Meditações), igualmente adequado à função que lhe foi hipoteticamente atribuída pelo modelo teórico geral da presente investigação (apesar das violações das determinações constituintes postas pelo componente gnosiológico do princípio P, encontradas na análise da constituição da teoria cartesiana em causa, quando avaliado objectivamente o grau de conformidade daquelas determinações constituintes com esta mesma constituição) (4)

conclui-se, no que respeita à objectividade factual (5) do princípio P relativamente à constituição do pensamento filosófico de Descartes (isto é no que respeita à objectividade factual do componente do modelo teórico geral da presente investigação que corresponde hipoteticamente a um princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes):

a) que o princípio P é, pelo seu conteúdo, adequado à função de princípio constituinte geral do pensamento filosófico de Descartes - ou, o que é o mesmo, equivalente, do ponto de vista constituinte, ao conteúdo de um princípio constituinte geral segundo o qual Descartes pretenda construir o seu pensamento filosófico - como hipoteticamente é admitido pelo modelo teórico acima referido. Pois, tal como através da presente investigação se tornou manifesto, não só o princípio P é equivalente do ponto de vista constituinte às determinações constituintes gerais fundamentais segundo as quais Descartes propõe que se realize a actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia ("filosofia", "procura séria da verdade das coisas",

"reconstrução do sarber"), mas também Descartes procurou constituir em conformidade com aquele princípio P - isto é em conformidade com um conjunto de determinações constituintes equivalentes do ponto de vista constituinte, à totalidade das determinações constituintes postas pelo princípio P - um componente do seu pensamento filosófico (a sua teoria da actividade do sujeito de conhecimento segundo as Meditações), cuja forma constituinte é considerada, para efeitos da presente investigação, como suficientemente representativa da identidade da forma constituinte geral (ou dominante) da totalidade do pensamento filosófico de Descartes;

b) que o princípio P ultrapassou assim a condição teórica de mera hipótese em relação à constituição do pensamento filosófico de Descartes, para tomar a consistência de uma realidade cultural (sócio-historica-cultural.filosófica), através da sua equivalência constituinte a um elemento constituinte fundamental de uma realidade cultural (sócio-histórica-cultural-filosófica), que é o pensamento filosófico de Descartes;

c) que o princípio P - e através dele a parte que lhe corresponde do modelo teórico geral da presente investigação - se desvela assim com uma objectividade factual, dado que ele aparece com a consistência de um facto cultural (sócio-histórico-cultural-filosófico), através da realidade cultural (sócio-histórica-cultural-filosófica) que é o pensamento filosófico de Descartes (apesar de se verificar que aquele princípio P foi imperfeitamente realizado nesta realidade, visto que Descartes não ultrapassou aí efectivamente o nível de uma realização tendencial forte daquele princípio (nem mesmo das suas próprias opções metodológicas).

N O T A S

1. Cf. supra, III, 1. e 2., p.p.176-251 e 252-421, respectivamente. Nestas unidades processuais de investigação efectuam-se respectivamente a avaliação do grau de conformidade das determinações constituintes postas pelo princípio P com a constituição da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento constituinte da filosofia, segundo os propósitos teorizantes de Descartes relativos a esta actividade e a avaliação do grau de conformidade daquelas mesmas determinações constituintes com a constituição mesma da teoria cartesiana da actividade do sujeito de conhecimento.

2. Cf. ib., III, 1.3. e 2.3., p.p.239-251 e 393-398, respectivamente.

3. Cf. ib., III, 2.3., p.p.393-398.

4. Cf. ib., III, 2.3., p.p.393-396.

5. Cf. ib., III, 0., p.p.168-169.

*
* *